

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Educação - FAE
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento, Inclusão Social e Educação

ROBERTA SPERANDIO TRASPADINI

**Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST
entre novas-velhas encruzilhadas**

Belo Horizonte

2016

ROBERTA SPERANDIO TRASPADINI

**Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST
entre novas-velhas encruzilhadas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação:
Conhecimento e Inclusão Social em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de
título de doutorado em Educação.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação
Humana.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes.

Belo Horizonte

2016

TRASPADINI, Roberta Sperandio.

Questão agrária, imperialismo e dependência
na América Latina: a trajetória do MST entre
novas-velhas encruzilhadas.

Belo Horizonte, UFMG/FAE, 2016.

338 p.

Tese (Doutorado).

Abril de 2006. Perdemos, em Eldorado dos Carajás no Pará, 21 Trabalhadores Sem Terras em um massacre que compõe a violenta história do capital contra o trabalho no Brasil. Abril de 2016. Perdemos mais dois lutadores do MST no conflito de terras em Quedas do Iguaçu, Paraná. Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade que tombaram na luta por uma sociedade verdadeiramente emancipadora.

Dedico também a dois grandes amores: minha mãe e meu filho pelo estímulo e companhia cotidiana.

ROBERTA SPERANDIO TRASPADINI

**Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST
entre novas-velhas encruzilhadas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação:
Conhecimento e Inclusão Social em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial para a
obtenção de título de doutorado em Educação.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação
Humana

Orientador: Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes.

Defendida em: 15 de abril de 2016

Banca examinadora:

Professora: Maria Orlanda Pinassi
Departamento: Ciências sociais – UNESP

Professora: Marisa Amaral
Departamento: Ciências Econômicas – UFU

Professora: Sara Granemann
Departamento: Serviço Social – UFRJ

Professor: Hormindo Pereira
Departamento: Educação – UFMG

Professor: Antônio Júlio de Menezes - Orientador
Departamento: Educação - UFMG

AGRADECIMENTOS

Seria necessário um novo trabalho como forma de agradecimento às inúmeras pessoas e movimentos sociais latino-americanos presentes direta e indiretamente nas reflexões contidas nesta tese. Afinal, esse processo de doutoramento teve início no México, desdobrou-se nos conhecimentos pelos “caminhos da América” e somente agora coloco um ponto final. Um fim muito relativo, pois, como sabemos, dará início a novos inesgotáveis pontos.

No ponto final que abrirá novos caminhos, agradeço de uma forma especial ao Professor Dr. Antônio Júlio de Menezes e à Faculdade de Educação da UFMG. Mais do que um orientador, o Prof. Antônio Júlio foi um camarada de primeira linha. Nosso encontro e os demais realizados nesta curta, mas intensa, estada no Programa, sem dúvida integram minha história de forma muito especial.

Para não incorrer em injustiças resultantes de uma memória débil em uma história densa prefiro agradecer a todos e todas que se fazem presentes aqui. Seguramente os que participaram ativamente da minha vida ao longo destes quinze últimos anos, sabem dos infinitos encontros manifestos neste complexo conteúdo enquanto exercício reflexivo.

Assim, de forma coletiva quero agradecer a três grandes grupos que integram sujeitos das mais diversas frentes de atuação. Nenhum mais importante que o outro. Todos juntos, integrados, dando muito mais do que receberam de mim. Agradeço:

1) Às várias companheiras e companheiros militantes latino-americanos que ao longo dos diversos espaços de formação contribuíram para o cultivo de múltiplas sementes do saber. Essa gente valiosa me fez mais forte por me deixar ser sensível; me fez mais convicta, por me permitir socializar inseguranças; me fez sorrir, porque compartilhou comigo muitos choros e, não menos importante, me fez concluir, porque soube ter paciência de entender os tempos e os destempos pelos quais passamos.

2) A minha família. Esses entes queridos integram meu cotidiano afetivo, pessoal. Afeto construído por um vínculo que, no meu caso, nunca foi de sangue. Ao longo de todos esses anos estiveram sempre por perto, mesmo na distância. Foram meu porto seguro, com paciência para que este ponto final chegasse. Entre essa gente que amo, com a qual guardo profundas diferenças políticas e enormes convergências de princípios, preciso nominar alguém. Ela. Uma mulher que nos seus 83 anos de idade esbanja lucidez, convicção e, acima de tudo, uma invejável cabeça nada conservadora e extremamente conservada. Cada fiozinho dos seus cabelos brancos relata tanta história, tanto amor, tanta entrega. Ela entrou no meu caminho, me ajudou nas encruzilhadas em todo o percurso e continua como uma das minhas bases vitais. Dona Lordes, minha mãe, você é simplesmente excepcional.

3) Aos militantes do MST, do MPA, do MAB, da Via Campesina. Sem dúvida, parte do que sou, e a expressiva condição dos encontros que tive com gente de primeira linha na perspectiva de classe em toda América Latina, adveio do meu encontro com vocês. Assentamentos, acampamentos, escolas de formação, encontros, congressos, todos estes espaços em Movimento, escolas itinerantes que muito me ensinaram/ensinam. Divergimos,

convergemos, cantamos, calamos, produzimos. E, claro, sem dúvida, amamos. Esses encontros, em seus vários significados amorosos, tornam menos angustiante os exílios forçados quando a crítica ocorre em momentos difíceis. São eles que nos permitem seguir, sabendo que o Movimento segue seu fluxo contínuo independente de minhas contribuições. Nós também seguimos sem o Movimento. Mas sem dúvida isto nos faz sentir menos. Porque imersa nessa história aprendemos a arte dos encontros, em meio a vários desencontros.

Por fim, e não menos importante, aos novos encontros em meio aos históricos. Nos últimos anos, muita gente valiosa entrou para fazer parte deste meu caminho. Vocês fazem do meu cotidiano um processo especial. Em especial os grupos de pesquisa que integro, a breve passagem pela UFVJM e o atual momento profissional na UNILA.

Ops! Esperem um pouquinho mais. Antes de terminar preciso fazer uma menção honrosa a ele. Esse pequeno, grande, menino maluco, garoto beleza. Forte, lindo, provocador. Na dialética do movimento, eu o gerei, mas foi ele quem realmente deu sentido à minha vida. Davi.

Agradecida por ter todos vocês sempre por perto!

RESUMO

Esta tese tem como objetivo promover o encontro de saberes entre a crítica da economia política de Ruy Mauro Marini e a pedagogia crítica de Paulo Freire, mediado pelo estudo da questão agrária no Brasil no capitalismo tardio. Estes intelectuais foram contemporâneos, viveram processos doloridos oriundos da violenta situação despótica da ditadura. A realidade brasileira impressa em seus escritos ganhou a expressão latino-americanista fruto de vários encontros no exílio. Os exilados forjavam um pensamento crítico de alta envergadura no campo marxista. As categorias superexploração da força de trabalho e opressão fundamentam a matriz do capitalismo dependente latino-americano, processo indissociável do desenvolvimento desigual e combinado em geral. Para captar o movimento da práxis, ancorada pelo materialismo histórico dialético, analisei o passado-presente das categorias acumulação primitiva, subsunção formal e renda da terra. Através destas, tracei o caminho de análise sobre a história da questão agrária da qual nasce e se desenvolve a luta do MST. Defendo a tese de que o MST transitou de uma práxis de ocupação para uma práxis de ocupação-formação e culminou, no período do mito do “neodesenvolvimentismo” protagonizado pelo PT, com uma práxis institucionalizada. Contexto em que o MST se depara com o que denomino de velhas-novas encruzilhadas na luta pela terra e pelo trabalho no Brasil. Situação condicionante que somente o Movimento é capaz de traçar a opção política, organizar a trilha a caminhar, e responsabilizar-se pelas escolhas realizadas. Os autores-chaves deste estudo foram: Ernest Mandel, Istvan Mészáros, Vladimir Ilich Lênin e Karl Marx (na compreensão das leis gerais do movimento do capital) e Ruy Mauro Marini, Paulo Freire, Florestan Fernandes e José de Souza Martins (na análise das particularidades históricas da dependência e da questão agrária brasileira). Os materiais do, e sobre o, MST serviram de sustentação à análise sobre a reforma agrária que se tem, e a que deseja alcançar a partir de suas lutas.

Palavras –Chaves: superexploração, opressão, práxis, dependência, MST.

ABSTRACT

This thesis aims to promote the gathering of knowledge between criticism of Marini political economy and critical pedagogy of Paulo Freire, mediated by the study of the agrarian question in Brazil in late capitalism. These intellectuals were contemporaries lived painful processes resulting from the violent situation despotic dictatorship. The printed Brazilian reality in his writings won the Latin Americanist expression result of several meetings in exile. The exiles forged critical thinking of high stature in the Marxist camp. The overexploitation categories of the labor force and oppression underlie the matrix of Latin American dependent capitalism, inseparable process of uneven and combined development in general. To capture the movement of praxis, anchored by the dialectical historical materialism, I analyzed the past-present categories of primitive accumulation, formal subsumption and land rent. Through these, traced the path analysis on the history of the agrarian question which arises and develops the struggle of the MST. I argue that the MST transitioned from an occupation of praxis for praxis of occupation-training and culminated in the myth of the period of the "neo-developmentism" played by PT, with an institutionalized practice. Context in which the MST is faced with what I call old-new crossroads in the struggle for land and labor in Brazil. Situation condition that only the movement is able to trace the political option, organize the trail to walk, and take responsibility for the choices made. The key authors of this study were: Ernest Mandel, István Mészáros, Vladimir Ilich Lênin and Karl Marx (in the understanding of the general laws of capital movement) and Ruy Mauro Marini, Paulo Freire, Florestan Fernandes and José de Souza Martins (in the analysis of the particularities historical dependence and the Brazilian agrarian question). The materials, and on, MST served to support the analysis of agrarian reform that has, and you want to achieve from their struggles.

keywords: overexploitation, oppression, práxis, dependence, MST.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

QUADRO 1: Síntese didática categorial	176
QUADRO 2: As práxis do MST ao longo dos 30 anos	199
QUADRO 3: Taxa média de lucro global, diferença por setores da indústria manufatureira.....	205
QUADRO 4: Análise comparativa entre imperialismo clássico e contemporâneo	207
TABELA 1: Padrão de comércio exterior brasileiro por setor (1940-1999).....	201
TABELA 2: População urbana e rural do período 1940-1980	220
TABELA 3: Distribuição da população pelas regiões - 1940.....	221
TABELA 4: Distribuição da população por região, - 1980	221
TABELA 5: População das principais capitais do Sudeste-Sul	222
TABELA 6: Fluxo migratório campo-cidade no período de 1940-1950	222
TABELA 7: Montante da dívida externa brasileira no período 1940-1980.....	225
TABELA 8: Estabelecimentos rurais, tamanho dos estabelecimentos, área total, distribuição de estabelecimentos-tamanho-área	226
TABELA 9: Total do pessoal empregado no campo	229
TABELA 10: Empresa/setor, área total (ha).....	249
TABELA 11: Número de pessoas envolvidas nos conflitos do campo.....	252
TABELA 12: Cultura, área de produção, quantidade produzida (1985-1995/6)	261
TABELA 13: PEA, acima de 10 anos, por montante de rendimento, 2000.....	269
TABELA 14: As 50 maiores empresas do mundo	279
TABELA 15: Participação da PEA por setor (2004/2010)	283
FIGURA 1: Dívida pública externa do Terceiro Mundo por regiões (em bilhões de US\$).....	276
FIGURA 2: População mundial e distribuição da riqueza	277
FIGURA 3: Montante dos juros da dívida eterna dos países “em desenvolvimento” (em bilhões de US\$)	277
FIGURA 4: Participação setorial nas exportações da América Latina	278

FIGURA 5: Desigualdades salariais (em %) entre os sexos, nos países do Norte (2000, 2007 e 201)	281
FIGURA 6: Desigualdades salariais, entre os sextos, nos países do Sul	282
FIGURA 7: Trabalho escravo no Brasil (1986-2006)	284
FIGURA 8: Conflitos no campo (1996-2006)	285
FIGURA 9: Mapa do trabalho escravo no Brasil (1986-2006)	286
FIGURA 10: Conflitos no campo por regiões 1985-2006	287
FIGURA 11: Processo histórico do desenvolvimento do capitalismo em geral	313
FIGURA 12: Processo histórico do desenvolvimento do capitalismo dependente	314

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANAMURI - Asociación de Mujeres Rurales e Indígenas
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CADTM – Comitê para Anulação da Dívida do Terceiro Mundo
CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEPEN – Departamento de Execução Penal
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDE – Investimento Direto Externo
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MHD - Materialismo Histórico Dialético
MPL – Modelo Periférico Liberal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados
M-V-D-C – Mercadoria, Valor, Dinheiro, Capital
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PEA – População Economicamente Ativa
ProUni -Programa Universidade Para Todos
PRONERA - Programa nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
TMD – Teoria Marxista da Dependência
UNAM - Universidade Nacional Autônoma do México
VALE – Empresa de Mineração Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO	22
A) Sobre o método, a teoria e as categorias chaves adotadas	25
CAPÍTULO 1. ENCONTRO DE SABERES: A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA E A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO NA FILOSOFIA DA PRAXIS LATINO-AMERICANA	31
1.1 A filosofia da práxis como método de reflexão-ação de classe.....	32
1.1.1 A crítica da economia política e o simples-complexo encarnado na mercadoria.....	37
1.2 A dimensão política e estética vinculada à crítica da economia política	40
1.3 Do imperialismo clássico ao contemporâneo e as metamorfoses do capitalismo dependente latino-americano	49
1.3.1 A crítica da economia política latino-americana.....	61
1.4 Um diálogo entre a crítica da economia política e a pedagogia crítica latino-americana	67
1.4.1 A atualidade da obra “Dialética da dependência”	74
1.4.2 A “Pedagogia do Oprimido” e a análise sobre a violência estrutural no capitalismo dependente da América Latina	80
1.5 A superexploração da força de trabalho e as opressões que a dão sentido no movimento particular do capitalismo dependente latino-americano	90
CAPÍTULO 2: AS RAÍZES DA DEPENDÊNCIA E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: O PASSADO NO PRESENTE.	112
2.1 A acumulação originária clássica e a particularidade da América Latina.....	118
2.2 Questão agrária e dependência na América Latina	133
2.3 A renda da terra no movimento particular do capital sobre a América Latina.....	146
2.4 Subsunção formal, dependência e superexploração	160
2.5 A terra e o trabalho na América Latina: da subordinação colonial à dependência	167
CAPÍTULO 3. O CAPITALISMO PERIFÉRICO DEPENDENTE E AS PRÁXIS DO MST: DA ENCRUZILHADA NATALINO À ENCRUZILHADA DO PT	179
3.1 Breve introdução sobre o passado-presente do MST	180
3.2 O MST e a práxis: da contestação à institucionalização	194
3.3 A conformação do nacional desenvolvimentismo como o mito fundador de parte da esquerda latino-americana	209

3.4 O capitalismo dependente na transição e avanço do capitalismo tardio.....	217
3.5 Maturidade e auge do capitalismo dependente revisitado (1990-2000): o MST entre a práxis da ocupação de terras e a práxis da ocupação política do conhecimento.....	232
3.6 O ápice do neoliberalismo e a práxis do MST.....	253
3.7 O MST entre a “cruz e a espada” na encruzilhada do capitalismo dependente contemporâneo ...	275
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	322

APRESENTAÇÃO

Onze anos. Esse é o tempo que me separa da experiência de doutorado não concluído na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) em Estudos Latinoamericanos (2001-2005), sob a orientação de Ana Esther Ceceña, Bolívar Echeverría e Horácio Cerutti. Naquele então eu tinha 32 anos de idade, sabia bem em que linha me posicionava, mas faltava amadurecer para, na convicção do pertencimento ao pensamento crítico marxista-leninista, desdobrar as ideias em ação política concreta via formação política. No entanto, como todo amadurecimento emana da realidade concreta vivida, foi necessário caminhar por esta América Latina ainda desconhecida, para descobrir muitos sentidos até então ausentes na minha caminhada. Entre a nostalgia e a convicção, vem à memória um turbilhão de experiências aprendidas naquele tempo-lugar que sedimentaram as múltiplas aprendizagens vivenciadas naquele país:

1) Projeto de cultura popular nos *barrios*, denominado “expressão popular”, em uma das áreas mais populosas do continente: a colônia “*Progreso nacional en la delegación Gustavo Madeiro*” e os entornos de *Tepito*. Naquele *rincón* do mundo, conheci muita gente valiosa, vivi muitas experiências e experimentei um México profundo que não é visto pelos visitantes correntes. A moradia no “*barrio*”, nos últimos anos, me permitiu vivenciar relações que colocaram em xeque a separação entre o mercado formal-informal e o saber popular-científico. Foram quatro anos de experiências que me propiciaram a solidariedade, a complexidade e necessidade coletiva oriunda dos históricos condenados da terra. De fato, nesse tempo e nesse contexto pude entender a falácia da ideia de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Pois, a rica expressão sociocultural popular não nos permite defini-la como periférica. Somente nos marcos do capitalismo é que se efetivam as distorções. O que é rico transforma-se em pobre à custa de sua riqueza. Os que são autônomos tornam-se dependentes/escravizados à lógica da venda de sua força de trabalho, formal/informal. O belo, definitivamente, habita nesses territórios em que, em meio às mais diversas formas de exclusão da sociedade de consumo, à memória e à história recobram sentido no cotidiano vivido pelos sujeitos desde o popular.

2) Aprendizagem política, social e cultural. Conhecer a história passada no presente através de muitas viagens com colegas estudiosos por parte expressiva do país pelas estruturas pré-colombianas, foi realmente um processo inenarrável de descobertas e de definitiva compreensão de minhas múltiplas insuficiências no campo do conhecimento/sentir. Foram

muitas horas de aprendizagem no gigantesco museu de antropologia da cidade do México e nas diversas pirâmides que consolidam um México rico e profundo. Destaque especial para a experiência do estudo-conhecimento da arte militante-muralista de Diego Rivera, David Siqueiros, Alfredo Zalce. Com o muralismo aproximei-me dos estudos estéticos e da dimensão política que eles encarnam. Através dos ensinamentos de Sergio Bagú, Bolívar Echeverría, Carlos Lenkersdorf, John Sáxe-Fernández e Adolfo Sanchez Vázquez pude aprender muito sobre filosofia da práxis. Mas foi, definitivamente, na companhia de Miguelangel Esquivel, “*hermoso*” companheiro de doutorado que tive o prazer de conhecer, escutar, dialogar sobre esse gigantesco universo ora submerso, ora exposto do mundo pré-colombiano.

3) A cultura popular: Através da capoeira e do samba tive acesso a outros grupos na UNAM e fora dela. Com este projeto e com o grupo que integrava – Banda do Saci -, com a justificativa de divulgação sobre a história e a realidade brasileira inerente à raiz africana brasileira, pude socializar o pouco que sei e navegar por outros universos culturais do México pelos festivais populares daquele país. Durante quatro anos pude, via arte popular, tecer relações, construir caminhos conjuntos e fortalecer o encontro entre brasileiros-mexicanos-latino-americanos. Juntamente com a Banda do Saci pude entrar várias comunidades da cidade do México e do entorno que não estão abertas à academia e quando estão, velam muitas realidades, demarcando a lógica do externo-interno ao movimento vivido pelos “excluídos”, condenados da terra.

4) Projeto de doutorado na UNAM, com a turma de 2001, no qual aprendi tantas histórias, compartilhei vivências, consolidei vínculos. Ana Esther Ceceña, Bolívar Echeverría e Horacio Cerutti, meus tutores, fizeram jus à denominação. Mas Miguelangel Esquivel, Jesús Serna, Leticia Bobadilha, Josefina Morales e os demais companheiros dessa geração ainda me enchem de emoção. Nesse período, deu-se a consolidação da Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM). Ali, muitos encontros foram promovidos e minha convicção no marxismo-leninismo se refletiu nos debates - na minha opinião, interessantes, mas descabidos em sua totalidade - do pensamento descolonial que naquele então ganhava força: Enrique Dussel, Jhon Holloway, Néstor García Canclini, Hugo Zimerman, Aníbal Quijano, Estela Quintar, Edgard Lander e Álvaro García, eram alguns dos nomes com os quais, aprendendo desde onde pensavam, e distanciando-me desta matriz epistêmica, eu me aproximava ainda mais do marxismo. Ainda na UNAM, não posso deixar de expressar meu carinho e admiração pelo mestre John Sáxe-Fernandez que generosamente me inseria como debatedora nas

atividades que realizava. Falar sobre a experiência dos movimentos sociais brasileiros na luta de classes no Brasil para um público ávido por conhecer de perto esta realidade, foi instigante. Nestes debates conheci James Petras, Jaime Osório, Wim Dierchxsens e reencontrei meu mestre e saudoso amigo Reinaldo Carcanholo. Também pude debater com Theotônio dos Santos, Atílio Borón, entre outros grandes nomes do pensamento contemporâneo latino-americano.

5) A experiência zapatista. Aqui reside uma experiência ímpar. A marcha “*del color de la tierra*”, as juntas de “*buen gobierno*”, a visita da comandância à UNAM e aos mercados populares, além do magistral discurso no centro político da Cidade do México, com a presença de José Saramago e Eduardo Galeano em 2001, provocaram um sentimento de raiva e esperança jamais substituídos na minha trajetória. Acentuaram meu sentido sobre o popular e a diversidade das lutas em *Nuestra América*. Com os zapatistas aprendi, na prática reflexiva, a necessidade de consolidação de outro mundo necessário e possível. Chamou-me bastante atenção ao retornar ao Brasil em 2005, como vários debates que se apresentam na América Latina espanhola não faziam eco, ao menos no mesmo tempo histórico nas discussões entre a intelectualidade brasileira. Apresenta-se uma confusão real entre o sentir-se/ser latino-americano ante a histórica construção soberba de um sentir-se/ser brasileiro no continente. Foi impactante vivenciar como o chamado zapatista teve ressonância na sociedade. Éramos muitos os que estávamos ali para escutá-los e para compor junto com eles as diversas cores de terras existentes em nossa América Latina território historicamente marcado pela dor, pela violência, pelas opressões. Era nítido que a revolução mexicana havia criado naquele imaginário coletivo outras referências sociais marcantes. Um exército de “indígenas”, homens, mulheres, crianças com seus *pasamontañas* armados com armas de fogo e com palavras tocantes. Algo que não cabe para a realidade brasileira, mas que no centro da América remonta à memória e à história das resistências originárias.

6) O projeto de formação sindical apresentado por Marcos Tello me vinculou, nos últimos dois anos da experiência de residir no México (2003-2005), aos guerreiros lutadores professores de Michoacán. Ali pude colocar em movimento o estudo, a formação e o sentido político dos mesmos. Paulo Freire e Ruy Mauro Marini se apresentavam, na formação sindical, como dois grandes referenciais que contribuía para a luta sindical, tendo como base a formação política de quadros para os trabalhadores da educação. A seção XVIII Michoacán me abriu as portas para outros “Méxicos profundos”. Conheci escolas rurais, professores vinculados à educação do campo e participei de várias formações coletivas promovidos pelos

companheiros e companheiras líderes sindicais. Jorge Cazares, Mirabel, Mario Soares, Sergio Espiñal García, entre outros são inesquecíveis.

7) E, por último, mas não menos importante, as várias relações companheiras e acompanhantes, cujos frutos ainda se desenvolvem cotidianamente. Amigos amados como a família Islas, companheiros dos projetos desde as sambistas e os capoeiristas (as “*hermosas*” amigas amadas do samba com as quais fiz a última viagem por este país. Azul, Montserrat, Liza, Izabel). Além disto, a companhia de risadas, fugas e muita cumplicidade com parte dos líderes de uma das maiores experiências de greve estudantil latino-americana (2000), Vick e Alejandro, el Mosh. Somado a isso, como não podia deixar de ser, desta experiência também brotou um amor amante argentino, com quem vivi parte expressiva dos temas aqui narrados.

Todos esses processos apresentam a complexa síntese de minha vivência ao longo dos quatro anos naquele país que tanto amo e sinto, cotidianamente, uma ausência permanente. Esse México profundo de lutas, arraigado numa herança milenar bem anterior ao processo colonial, me deu a dimensão do quanto eu não sabia sobre a história da América Latina e do quão ausente está o pensamento crítico brasileiro dessa mesma compreensão. Triste constatação militante-acadêmica.

Em 2005 quando retornei ao Brasil, com uma passagem antes para uma atividade com as mulheres da via campesina na escola de formação da Asociación de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) no Chile, já o fiz de forma mais orgânica na contribuição com o setor de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em especial após a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Essa relação mais orgânica, sem integrar expressamente a realidade cotidiana do Movimento, sedimentava na minha trajetória o compromisso de classe na ação militante. Isto claro, guardadas as proporções de uma participação muito pontual na complexidade que emana do Movimento, frente à minha pequena mas cotidiana participação nas bases e nas células políticas no âmbito urbano.

Merece um destaque especial a primeira turma de especialização do MST em estudos latino-americanos com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), coordenada pela professora Cristina Bezerra Simões. Pude acompanhar de perto os trabalhos deste grupo e me envolvi intensamente na aprendizagem coletiva que emanava das várias discussões tensas entre as diversas leituras em movimento dos diversos Movimentos presentes. Neste espaço, conheci muita gente valiosa de diversos movimentos sociais latino-americanos, incluindo os guerreiros militantes do MST e demais movimentos do Brasil. Estabeleci relações de todos os tipos, em especial os vínculos de camaradagem para a vida, com um grupo de guerreiras

mulheres que ali se encontrava estudando, através do qual tive acesso a outras tantas cotidianas experiências. Orientei ótimos trabalhos, entre eles o de Jaime Amorim que, naquele então, já sinalizava os limites do governo Lula na luta por terra e trabalho livre vinculado a ela no Brasil.

Nesses encontros (que jocosamente chamávamos de “tamoios”) cultivávamos a terra do conhecimento, enquanto o encontro nos alimentava a seguir. Como toda terra mexida, brotavam frutos, encontros de todo tipo, uns com maior, outros com menor intensidade. Mas todos frutos. Desse encontro surgiram outros tantos encontros, consolidados por um número enorme de diálogos, silêncios e uma caminhada, na dor e na alegria, juntas/os. Como diria o subcomandante Marcos, unidos “*por la izquierda y desde abajo, por el corazón*”.

À medida que eu participava nas várias frentes de formação, o Movimento abria processos de aprendizagens que davam um novo sentido à minha própria práxis militante. E apresentava-se assim mais um encontro de saberes entre alguém que começava a caminhar no campo teórico latino-americano e um Movimento, cuja experiência de vinte anos tinha muito a ensinar (2005). O campo entrava no meu cotidiano urbano como algo a ser verdadeiramente aprendido. Este processo exigiu meu aprofundamento na experiência-contato com a questão agrária, com os estudos do campo e com os sujeitos que compõem o movimento na base da produção da vida: os acampamentos e assentamentos. Foi a explicitação de que o freio na tese conduzia a aceleração em outros campos de estudos e vivências cotidianas nos espaços de formação.

Sem dúvida alguma não haver concluído esta fase acadêmica no México me deixou ora triste, ora com um sentimento de eterna dívida e gratidão. No entanto, acumular experiências e conhecimentos ao longo de todo este tempo me deu muito mais, do que me tirou. As andanças, os estudos aprofundados e os múltiplos encontros originados pela militância orgânica fizeram dessa tese algo muito mais saboroso ao final. A formalidade dos *lattes* jamais conseguirá aproximar-se da maturidade da aprendizagem que demanda tempo, cuidado e muito diálogo.

Foi essa experiência e toda a complexidade advinda dela que me absorveu na tomada política de decisão por adiar a conclusão do doutorado. Parar de escrever sobre os pontos inicialmente propostos não significou parar de refletir sobre as cotidianas contradições demarcadas pela relação capital-trabalho em geral e sua faceta mais violenta na particularidade do campo. Parei a tese, continuei experimentando, acumulei leituras e experiências. Ao voltar para a escrita nem a tese, nem o Movimento, nem eu, éramos mais os

mesmos. À medida que caminhávamos, o amadurecimento se sedimentava e as experiências acumuladas complexificavam ainda mais a síntese sobre o concreto vivido.

Há dez anos percorro acampamentos, assentamentos e escolas de formação, via MST, por toda América Latina, socializando o que sei e aprendendo o que não sei. Sem dúvida, com essa experiência as linhas gerais do trabalho exigiram uma reflexão mais profunda sobre a dependência narrada desde a questão agrária. Quanto mais vivencio estas experiências no encontro de saberes reais que sedimenta várias desigualdades estruturais presentes no campo - demarcadas pela trajetória do capitalismo dependente latino-americano, irmão univitelino do desenvolvimento desigual e combinado -, mais verifico que as contradições presentes emanadas de um Movimento de massas imerso em uma realidade liberal, exigem escolhas difíceis, mas necessárias rumo à mudança concreta.

A desigualdade real vivida pela maior parte da classe trabalhadora latino-americana e sentida de forma perversa no campo dominado pelo capital transnacional monocultor e latifundiário, não se supera com políticas públicas assistenciais. Pois, ainda que possa diminuir o tom da miséria das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade, não mexe na estrutura que conforma tal situação: o movimento histórico das leis tendenciais gerais do capital.

O encontro de saberes presente nesta tese, tem como ponto de partida meu próprio desenvolvimento como ser social, professora e militante ao atuar desde 1998 no ensino superior (primeiro privado, posteriormente público) e contribuir com o setor de formação dos movimentos sociais que compõem a via campesina. Através do estudo das teorias do desenvolvimento na América Latina e da crítica da economia política, minha história se entrelaçava com a aprendizagem advinda do encontro com o MST. Aproximação que me exigia refazer rotas, aprender o ainda não aprendido e construir novas complexas sínteses. Esse encontro se deu no momento em que eu apresentava a dissertação de mestrado na Universidade Federal de Uberlândia sobre a relação indissociável existente entre as obras teóricas e a ação prática na gestão do Presidente de Fernando Henrique Cardoso. Na causalidade deste encontro de crítica ao neoliberalismo, construíamos um caminho juntos, em um verdadeiro encontro de saberes. Diriam os mexicanos: *“juntos pero no revueltos”*.

Em 2001, o projeto com o qual iniciei as atividades do doutorado em estudos latino-americanos na UNAM tinha como título: “MST: uma escola de resistência ante a crise civilizatória do capitalismo”. O problema central do trabalho, demarcado pelo avanço do imperialismo contemporâneo no processo neoliberal aberto na América Latina desde os anos

1970, era o de explicitar se era possível uma transformação radical da sociedade ante a barbárie concreta que nos assolava.

Entre 2001 e 2005 o livro central no qual eu sustentava meus argumentos era o de Istvan Mészáros, “Para além do capital” (2004). A partir da explicitação do funcionamento orgânico, metabólico, do capital, o autor nos apresentava um processo real de raízes estruturais de crise inerentes a ele. Ao dialogar com as teses deste autor sobre a realidade tal qual ela se apresentava, eu retornava ao tema da teoria marxista da dependência para explicitar as particularidades históricas da região. Porque sempre lemos os textos em diálogo com o autor. E no diálogo, essas referências se encontram com as estudadas e dão passo a novas sínteses com outros pontos de partida investigativos. Ao estudar este livro, deparei-me com outra obra deste autor que teve um impacto ainda maior na minha formação: “A teoria da alienação em Marx” (1976). O estudo cuidadoso deste livro me permitiu retomar a convicção no método de análise marxista e os fundamentos filosóficos e políticos que se mesclam à crítica da economia política de Marx, uma vez que sedimentava, a alienação e o fetiche, por dentro da explicação das leis gerais do movimento do capital.

Nos últimos anos (2012-2015), no entanto, voltei a reencontrar-me com as importantes obras de Ernest Mandel. Este autor, desde a contemporaneidade da crítica da economia política, campo do qual irradiam minhas análises, me possibilita seguir na construção de pontes entre o pensamento social latino-americano e os pensadores clássicos-contemporâneos marxistas em geral. Em “Capitalismo Tardio” (1982), Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e outros autores latino-americanos se fazem presentes. Voltar a Mandel, em tempos de discurso tendencioso das “benesses do “neodesenvolvimentismo” é instigante e revelador.

Estas leituras prévias subsidiam o teor da análise contida nesta tese. No entanto, não pretendo tratar especificamente da obra/pensamento de um autor em específico. Mas, ao alicerçar-me em grandes referenciais do pensamento marxista, espero que suas ideias apareçam, revelem a substância da análise, sem que seja necessário um determinado número de citações para comprovar a fidelidade ao campo teórico e método de análise propostos. Terei alcançado o objetivo teórico, com base nos referenciais propostos, se os leitores deste trabalho conseguirem visualizar ao longo do texto os diversos autores que subsidiam a análise. O inverso também é verdadeiro. As referências do campo pós-moderno, multiculturalistas e neoliberais, não se fazem presentes neste trabalho como narrativa analítica explicativa, ainda que apareçam como forma de elucidação específica sobre seus limites

teóricos e políticos em determinados pontos da análise. Para os leitores deste campo, se é que suportarão ler, vale o aviso da intencionalidade política, de classe, manifesto no desenvolvimento deste trabalho. Como qualquer texto, pode ser lido por muitos. Mas está dirigido a um grupo específico: à classe trabalhadora do campo e da cidade atuante no Brasil, na América Latina e no mundo, sob o palco violento das históricas relações desiguais forjadas pelo capital.

INTRODUÇÃO

Essa tese se insere no campo dos que defendem a centralidade do trabalho como ponto de referência da análise do movimento geral e particular do capital no século XXI. O capital segue com hegemonia na dinâmica cotidiana de produção da ideia de desenvolvimento, entendido como progresso tecnológico e o faz sujeitando a terra e o trabalho a diversos violentos mecanismos de apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Do período colonial, em que a acumulação primitiva foi posta em movimento para a gênese do capital, até as fases - clássica e contemporânea - do imperialismo, a substância desigual e combinada inerente à permanência do capital, explicita a particularidade do desenvolvimento dos países que foram forjados na cooperação antagônica.

A terra e o trabalho conformam a raiz tanto da sujeição do trabalho ao capital como a possibilidade de superação. No passado-presente do capitalismo em geral e do capitalismo dependente em particular, a terra e o trabalho materializam os violentos mecanismos relativos à produção social da riqueza capitalista. Sob essas bases se erguem as estruturas de dominação do capital sobre o trabalho na América Latina em que a superexploração da força de trabalho e as opressões que a dão vida se sedimentam como a razão de ser do capitalismo dependente. Como categorias raízes, terra e trabalho, nos remetem ao passado-presente da relação de sociabilidade na América Latina cujo impacto da invasão colonial teceu novos e perversos caminhos de desenvolvimento, sustentados na tentativa intencional de assassinato de muitos corpos e estruturas que explicitavam a narrativa de sua história original. A bárbara invasão colonial materializou ao longo de mais de quinhentos anos o poder do capital sobre a terra e o trabalho na América Latina. Mas a projeção da ideia de caminho único e destino certo pautados pelo capital está muito distante de materializar-se como verdade absoluta. Na raiz da terra e do trabalho da América Latina fazem-se presentes lutas históricas que expõem o movimento da contradição emanado das sementes que brotam em forma de luta e que se desdobram para além, ou não, das ordens do capital.

Especificamente para o encontro de saberes presentes no exercício intelectual e na ação das ocupações de terras no Brasil contemporâneo, Ruy Mauro Marini e Paulo Freire foram selecionados com dois objetivos centrais: 1) narrar como, frente à fragmentação do saber científico em diversas áreas, se movimentava um aparato explicativo alternativo comum: superexploração-opressão-emancipação; e 2) explicitar, a partir desses

autores/categorias, a trajetória histórica do MST, em suas várias nuances, desde a volta à democratização no Brasil, passando pelo neoliberalismo de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, até chegar ao “neodesenvolvimentismo” – nova roupagem para a continuidade do processo neoliberal - de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O MST passou da contestação à ordem do capital para a integração institucionalizada à ordem neoliberal do Partido dos Trabalhadores (PT).

Todavia, como a história é movimento complexo-contraditório e com matizes de surpresas permanentes, processos reais, previsíveis, ou não, se desdobram. Entre esses processos a vitória do PT com Lula abriu uma nova necessidade reflexiva sobre os projetos, as esquerdas e os movimentos sociais na América Latina. Em 2015, após mais de três mandatos do Governo do PT, temos a obrigação de refletir com profundidade sobre os impactos dessas “vitórias” para a classe trabalhadora, presentes na luta dos movimentos sociais do campo.

Frente ao tema-problema inicial se apresentaram novas situações políticas que explicitaram limites ante a possibilidade de mudança real no continente. Somado à particularidade dos governos do PT no Brasil, ocorreram novos processos impactantes na cotidianidade dos movimentos sociais latino-americanos. A vitória de Hugo Chávez na Venezuela (1999), de Evo Morales na Bolívia (2005), de Rafael Correa no Equador (2006) e de Fernando Lugo no Paraguai (2008), Tabaré Vázquez no Uruguai (2005), somados a várias outras disputas eleitorais na América Latina, como por exemplo os pleitos de Andrés Manuel López Obrador no México (2006) - que levaram o zapatismo a romper com a participação no processo eleitoral e a instituir outras dinâmicas de poder -, exigem novas reflexões sobre velhos processos.

As violentas reestruturações produtivas e legais, emanadas do processo neoliberal do Consenso de Washington (1989) e a dificuldade de retomada direta do socialismo real, após a imagem midiática da “queda” do muro de Berlim, instituiu a crise de projetos em disputa no desenvolvimento do continente entre os grupos políticos de oposição ao neoliberalismo, até então. No lugar de esquerda e direita, instituíram-se aos poucos discursos centrados na democracia, modernização, direitos e liberdades.

A crise econômica da década de 1980, que exigiu do capital uma reestruturação para além das fronteiras nacionais na ocupação dos territórios periféricos, abriu na década de 1990 o desmonte não somente do Estado Nação, mas das concepções em disputa sobre isto. Na entrada do século XXI, em meio às continuadas crises estruturais do capital, a centralidade

política do mesmo começava a ser abertamente questionada nas urnas, tamanha a precarização das condições de vida da maior parte da população do continente, em especial os trabalhadores vinculados ao campo somados aos marginalizados nas cidades.

Em meio às disputas, a aparência de projetos distintos, mitificava a concepção política dos grupos, uma vez que, em essência, não se apresentavam como antagônicos à lógica do capital. O “novo” que aparecia, retomava “velhos” temas fantasiados de “revolucionários” enquanto mantinham a ordem do capital. Em realidade, a crise política instaurou, no cotidiano latino-americano, a retomada do projeto nacional e democrático ancorado no desenvolvimento do capital em seu estágio mais avançado – capitalismo tardio. O único novo foi a vitória eleitoral de grupos políticos não hegemônicos dentro da ordem do capital. As alianças, a partir disto, foram desenhadas para conciliar o inconciliável, na tentativa de vincular os interesses antagônicos de classes às alianças possíveis dentro da ordem.

Em quinze anos muitas coisas se sucederam. Entre o que eu já havia produzido e o que se necessitava para concluir, há um processo mediado por novos-velhos acontecimentos que exigem refazer as perguntas da investigação, para conseguir chegar ao tema-problema desde o contexto atual vivido. Entre os problemas está a relação de similitude e/ou discrepância nas políticas de governos do PSDB (Fernando Henrique Cardoso) e do PT (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), no que tange especificamente à questão agrária. E não menos importante, a organicidade na luta do MST nos períodos protagonizados por cada um desses supostos representantes políticos da “direita” e da “esquerda”, na medida em que governos que se apresentam como de esquerda estabelecem acordos políticos que tendem a imobilizar as lutas sociais, no país.

Fazer uma análise crítica, não emanada de juízos de valor mistificadores do real, sem abrir mão da objetividade reflexiva que o momento impõe, em plena ofensiva no enfrentamento entre desenvolvimentistas neoliberais de “esquerda” e de “direita”, é extremamente necessário e expressamente arriscado. A necessidade advém da importância de explicitar a continuidade, assentada na crítica da economia política, de um modelo de desenvolvimento pautado na desigualdade estrutural, que historicamente projeta sobre a América Latina a dependência estrutural. O risco resulta da tendência a estereotipar o outro (forma violenta de criminalização), por parte dos defensores do “neodesenvolvimentismo”, alienadora sobre os sujeitos que ousam realizar uma reflexão crítica sobre o período de governabilidade do PT. Os intelectuais que os representam e os movimentos que o defendem podem potencializar aquilo que é típico da direita: ou rotulam como esquerdismo-sectarismo,

ou jogam para a invisibilidade/ostracismo, como forma punitiva de um castigo cujo crime foi tentar aproximar-se da verdade, a partir do recorte de classe.

Entre a necessidade e o risco, opto pelo primeiro. É um caminho cheio de novas perguntas o que identifico como unidade do diverso, mas, seguro nas bases que o sustentam. Já o segundo, ainda que aparentemente possa me salvar do ostracismo, caso escreva o que queiram ouvir, me projetará um permanente incômodo sobre o que penso e o que sinto, centrada em que análise sustentadora acerca deste pensar e sentir.

Tardou muito para que eu fechasse o ciclo inerente a essa investigação. Se tivesse sido concluída em 2005, o sentido concreto da realização do modelo interdependente neoliberal do desenvolvimento da gestão Cardoso, teria dado ao Movimento o frescor que enchia de esperanças a reorganização coletiva dos espaços da classe trabalhadora. Porém, passados outros dez anos, e efetivados três mandatos completos do PT (dois de Lula e um de Dilma), o reverso da fortuna é anunciado e a encruzilhada “neodesenvolvimentista” traz para a práxis do MST novos desafios emanados de velhas heranças coloniais.

A) Sobre o método, a teoria e as categorias chaves adotadas

Essa tese parte do hoje, dialoga sobre o concreto vivido que abre passo ao concreto refletido (abstração) e retoma na história/memória da luta de classes, as principais categorias analíticas do marxismo sobre a gênese, o desenvolvimento e as contradições inerentes aos desdobramentos do capitalismo em geral e do capitalismo dependente em particular. Com base no procedimento metodológico marxiano esta tese situa, através do exercício categorial, dimensões analíticas com distintos matizes teórico-práticos. Na narrativa do complexo de complexos, os capítulos não estão estruturados para pensar um processo linear.

Sobre o complexo de complexos, Sérgio Lessa nos explica que este conceito foi utilizado por Lukács como forma de mostrar que, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas se intensifica, ampliam-se as complexas relações sociais e, para cada situação, novos emaranhados interconectados de processos se entrecruzam e formam um todo ainda mais complexo de ser captado. Nos termos de Lessa (1996):

O processo de sociabilização, portanto, conduz a formas crescentemente complexas de sociabilidade e de individualidade, já que a reprodução material da vida social é cada vez mais mediada socialmente. O caráter de complexo de complexos do ser social se explicita cada vez mais claramente à medida que novas demandas dão origem a novos complexos sociais, os quais mantêm uma complexa relação de determinação reflexiva com a

totalidade da formação social à qual pertencem. Correspondendo a todo esse processo, refletindo e favorecendo o seu desenvolvimento, dá-se o desenvolvimento da linguagem. No interior do complexo de complexos que é a totalidade social, mais uma vez, é ao trabalho que cabe o momento predominante, pois é nele que temos o solo genético do novo que impulsiona a humanidade a patamares crescentes de sociabilidade. [...] Na enorme maioria das vezes, a síntese dos atos singulares em tendência histórico-genéricas impulsiona a humanidade para patamares superiores de sociabilidade. Contudo, isso nem sempre ocorre. Em dadas situações históricas, mediações e complexos sociais, mesmo que anteriormente tenham impulsionado o desenvolvimento sociogenérico, podem passar a exercer um papel inverso, freando ou dificultando o desenvolvimento humano. (LESSA, 1996, p.18).

Neste trabalho o complexo de complexos será tomado como sinônimo da unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações.

Na dialética do movimento passado-presente na relação capital-trabalho, o processo de ida-volta-retomada incide sobre o cotidiano e demarca, através dos sentidos do trabalho nos tempos atuais, a trajetória histórica da exploração e da espoliação expropriadora de forma particular no território latino-americano (a superexploração e a opressão como mecanismos substantivos da dependência).

O problema central desta investigação é o seguinte: os saberes manifestos em “Dialética da dependência” (superexploração) e “Pedagogia do Oprimido” (opressão) se correlacionam no fundamento explicativo do capitalismo dependente latino-americano? Como estes saberes se sedimentam na realidade concreta da luta pela terra no Brasil à luz da trajetória histórica do MST, em especial no atual estágio de supremacia do agronegócio no desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro?

Este problema está assentado sobre sete hipóteses de trabalho, a saber:

a) Os saberes produzidos pela classe trabalhadora ao longo de sua trajetória de luta estão, além de fragmentados, invisibilizados, como estratégia da ordem dominante do capital por continuidade de poder. Estes saberes, em seus específicos ramos do conhecimento exprimem o movimento contestatório à ordem através de múltiplas expressões, como possível tomada de consciência sobre o real, ora de maneira mais organizada ora mais espontânea, no contexto da luta de classes na qual estão inseridos.

b) Ao colocar em diálogo as obras Dialética da dependência de Ruy Mauro Marini e Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, a superexploração da força de trabalho ganha expressiva substância na demarcação dos mecanismos de opressão que a gestam, desenvolvem e contraditoriamente perpetuam. Em contrapartida, os mecanismos de opressão

ganham materialidade particular na relação capital-trabalho no continente, a partir da condição específica de extração de valor assentada nas bases da superexploração.

c) A questão agrária é a raiz do passado-presente subordinado e dependente da condição do desenvolvimento da América Latina na dinâmica geral das leis tendenciais do movimento do capital. Na questão agrária, a terra e o trabalho emergem como a substância explicativa da superexploração da força de trabalho e dos mecanismos de opressão que lhe dão sentido, ao mesmo tempo em que são conformados por ela.

d) O geral e o particular se fundem no estudo da luta de classes na trajetória dos movimentos do campo e expõem as contradições manifestas nas práxis de “novos personagens que entram em cena” após a ditadura, na luta por terra no Brasil.

e) A trajetória do MST se insere nos contextos (inter)nacionais das lutas organizadas contra o capitalismo. Especificamente no caso brasileiro, se durante os governos de linhagem neoliberal explícita o Movimento conseguia efetuar uma política de ocupação e conquista da terra, após a vitória e realização de mais de 10 anos de governo do PT, suas lutas se fragilizam. O que exige uma reflexão profunda sobre continuidade/limite do protagonismo do MST nas lutas sociais anticapitalistas no campo e na sociedade brasileira.

f) O mito do “neodesenvolvimentismo” que oculta a substância neoliberal de continuidade do desenvolvimento dependente condicionado contribui para paralisar a esquerda militante brasileira e latino-americana e a distância dos caminhos da revolução. O mito do “neodesenvolvimentismo”, ao gerar expectativas de ser diferente do projeto neoliberal, organiza fantasias que potencializam um longo e tortuoso caminho rumo à recuperação reflexiva, construtiva, na construção do projeto democrático e popular.

g) A continuidade das políticas neoliberais nos desdobramentos do desenvolvimento capitalista dependente ao longo do século XXI reascende velhos debates sob novas condições e demarca a centralidade do teor marxista da dependência na filosofia da práxis latino-americana.

Juntas, as sete hipóteses entendidas como processo entrecruzado e contraditório, me permitiram desenvolver um exercício de construção de categorias conectoras através das quais outras categorias vão sendo inseridas ao longo do desenrolar do trabalho. São três as categorias conectoras: 1) desenvolvimento desigual e combinado; 2) práxis e, 3) cooperação antagônica. Cada uma, e as três juntas, conformam o palco da relação histórica de dominação do capital e da sujeição do trabalho, através do qual os capítulos ganharam vida.

Entender, com base no materialismo histórico dialético, a conexão entre estas três categorias e a relação destas com outras de semelhante magnitude de importância, exige não separar no plano analítico, teoria-prática, razão-sensibilidade, economia-política. Pelo contrário, é na captação do movimento dialético existente entre as categorias que a totalidade explicita o complexo de complexos, entendido como um emaranhado de mediações de primeira e segunda ordens que associadas de forma integral expõem a perversidade do particular modo de produção capitalista que vigora como modo hegemônico há mais de trezentos anos no continente latino-americano.

A primeira categoria – desenvolvimento desigual e combinado - tem como referência os textos de Karl Marx (1989; 2002; 2003), Vladimir Ilich Lênin (2007; 2012), Ernest Mandel (1974; 1982) e Istvan Mészáros (1978; 1989; 2002; 2003; 2004; 2005), uma vez que estas obras, nos seus contextos específicos, narram o movimento da totalidade-particularidade presente nos desdobramentos do capital como processo anárquico, promotor de crises e de ajustes ainda mais perversos para determinadas regiões e para os trabalhadores das mesmas.

A segunda categoria - práxis - é retirada dos textos de Karl Marx e Frederic Engels (1958; 1987), Karel Kosik (1967), Adolfo Sanchez Vázquez (1999; 2007), Enrique Dussel (1985); e Paulo Freire (1984; 1999; 2002) e retrata o universo concreto das contradições objetivas-subjetivas inerentes à disputa entre polos diretamente antagônicos (proprietários privados dos meios de produção e proprietários da força de trabalho).

A terceira categoria – cooperação antagônica - é recuperada dos textos de Marini (1983; 1994; 2011) e Bamberger (1983; 2013) com o fim de corroborar as leis gerais orgânicas do movimento do capital, que, na dependência estrutural do desenvolvimento capitalista latino-americano, torna o trabalhador um tipo particular de “escravo” contemporâneo, através de múltiplos mecanismos de dominação.

Estas três categorias conectoras são tratadas neste trabalho como raízes a partir das quais se apresentam outras categorias que sustentam a compreensão do movimento como totalidade. Através do marco categorial proposto, os capítulos foram estruturados da seguinte forma:

- a) Capítulo 1 (item 2 deste trabalho): estudo dos textos clássicos de Marini e Freire, mediado pelo debate da filosofia da práxis, com o fim de explicitar a relação entre a superexploração da força de trabalho e os mecanismos de opressão que a sustentam.
- b) Capítulo 2 (item 3 deste trabalho): retomada histórica ao sentido colonial, com o fim de entender a participação da América Latina na gênese e desenvolvimento do capitalismo em

geral, tomadas em consideração as especificidades do capitalismo dependente oriundas da independência política, marco da dependência estrutural na divisão internacional do trabalho.

c) Capítulo 3 (item 4 deste trabalho): estudo sobre a trajetória histórica do MST à luz dos desdobramentos do capitalismo dependente brasileiro na fase nacional desenvolvimentista, interdependente e neoliberal.

Para dar sustentação argumentativa aos capítulos recorreremos aos autores marxistas como referências substantivas da análise proposta. No capítulo 1, as categorias imperialismo, superexploração da força de trabalho, dependência, opressões, desenvolvimento desigual, práxis da dominação e práxis libertadora, dão conteúdo explicativo no encontro de saberes manifesto nas importantes obras de Paulo Freire e Ruy Mauro Marini.

O panorama categorial anterior abre alas para a demarcação histórica, no capítulo 2, sobre a questão agrária no processo de colonização latino-americano, contexto concreto de conformação da gênese do capitalismo em geral e das particulares condições do capitalismo dependente latino-americano. Neste capítulo, as categorias questão agrária, acumulação primitiva, acumulação de capital, subsunção formal, subsunção real, renda da terra absoluta, diferencial do tipo I e do tipo II, explicitam o passado-presente da questão agrária em que a terra e o trabalho seguem condicionados aos desmandos do capital. As obras clássicas dos estudiosos brasileiros sobre a questão agrária situam as bases teóricas selecionadas para esta tese: José de Souza Martins (1973; 1981; 1989; 2010); José Graziano da Silva (1981); Jacob Gorender (1980; 1991); e, Ciro Flamarion Cardoso (1987; 1981; 1985; 1985a).

Por fim, no capítulo 3 (item 4 deste trabalho) o processo de abstração se materializa na experiência contemporânea de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil e coloca em processo dialógico o passado-presente das categorias anteriores na condição concreta da luta de classes travada no campo brasileiro. Para isto, as categorias práxis da ocupação, práxis da formação-ocupação e práxis institucional apresentam-se como a narrativa do processo histórico de luta que media a categoria do capitalismo dependente contemporâneo. Por meio da análise da trajetória do MST através de seus próprios documentos, congressos, encontros e cotidianos de sobrevivência manifestos nos assentamentos, apreendo-se a leitura de desenvolvimento manifesta pelo movimento desde suas práxis é contrária, ou não, à dinâmica da reforma dentro da ordem, em especial na era dos Governos do PT (2003-2016). Neste capítulo, os documentos do MST (1985 a 2014) e os textos de Bernardo Mançano (1999; 2000), somados às coletâneas organizadas por João Pedro Stédile (1994; 2000; 2005; 2005a), explicitam a análise histórica da trajetória do MST. Ao

mesmo tempo em que a leitura dos autores brasileiros do campo da crítica da economia política contribui como referência no debate acerca dos limites e contradições do “neodesenvolvimentismo”. Neste ponto os trabalhos de Gonçalves (1994; 1999; 2014); a coletânea organizada por Castelo (2010); a importante obra de Gonçalves e Filgueiras (2007); e os artigos de Marcelo Carcanholo (2008; 2010a; 2010b), tornam-se a base de sustentação argumentativa do capítulo.

No plano metodológico os capítulos estão separados para dar sentido ao método de exposição, diferente mas complementar ao método de investigação. Encarnam um movimento que os coloca em permanente e estreita relação dialógica entre si. O movimento da categoria é real e como tal manifesta sua vigência na complexidade cotidiana da reprodução material e social da vida, sob a sujeição direta dos domínios do capital sobre e contra o trabalho.

Em síntese, a pretensão é a de conformar, com base em diversos níveis de abstração, uma compreensão sobre a centralidade da questão agrária e do papel que a mesma ocupa na formação sociohistórica do capitalismo dependente. A terra e o trabalho na América Latina vinculados ao processo de formação e maturidade do capital, geram no interior destas economias condições particulares de um mecanismo geral de substantiva violência estrutural.

Nesse sentido, o teor principal desta tese é o de suscitar debates, promover inquietações que renovem as perguntas, com o intuito de romper com a inércia estabelecida pelo ideário desenvolvimentista neoliberal atual. Mas intenciona também posicionar-se politicamente contra a pós-modernidade, contra o ecletismo e fiel ao método marxista de análise. Sem deixar de entender a complexidade de movimentos que mediam a totalidade analítica e com isto, perceber, que este estudo, está imerso em um todo que somente o trabalho coletivo, entre áreas afins, é capaz de captar.

Por fim, esta tese não se insere no campo dos manuais com receitas prontas sobre o que-fazer político relativo aos sujeitos protagonistas da ação estudada. É uma reflexão densa que requer tempo e diálogo. No afã de criticidade, abre discussões, pauta posições e apresenta-se como uma, entre outras importantes contribuições contemporâneas nacionais, latino-americanas e internacionais. Os sujeitos das práxis serão os responsáveis por renová-la, questioná-la, melhorá-la.

CAPÍTULO 1. ENCONTRO DE SABERES: A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA E A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO NA FILOSOFIA DA PRAXIS LATINO-AMERICANA¹

Não se pode insultar mais grosseiramente, desprezar mais completamente a classe trabalhadora do que afirmar que as discussões teóricas são somente coisa de “acadêmicos”. Lasalle disse uma vez: só quando a ciência e o trabalhador, esses dois polos opostos da sociedade, se unirem, é que eles afastarão, com seus braços poderosos, todos os obstáculos no caminho da civilização. Todo o poder do movimento operário moderno repousa sobre o conhecimento teórico. (Rosa de Luxemburgo, Prefácio de Reforma Social ou revolução, 1908. Textos escolhidos por Isabel Loureiro, 2009).

Este capítulo tem dois objetivos: 1) demarcar a filosofia da práxis como método de análise centrado na realidade tal qual ela se apresenta – a história da luta de classes – com o fim de superação dos mecanismos que condicionam o trabalho a violentas sujeições; 2) construir uma ponte entre a obra de Ruy Mauro Marini, a Dialética da dependência, escrita em 1973, e a obra de Paulo Freire, A pedagogia do oprimido, escrita em 1969, com a intenção de vinculação categorial entre a superexploração da força de trabalho e as opressões.

Para concretizar os objetivos desenvolvi cinco itens com centralidade para os seguintes temas: 1) o método; 2) a crítica da economia política e a pedagogia crítica; 3) a dimensão política e o imperialismo; 4) os autores - Ruy Mauro Marini e Paulo Freire - e suas obras; 5) o diálogo entre os autores. Estes pontos estão relacionados entre si e, na densidade que compõem, explicitam um grau de abstração no recorte metodológico, que expõe o movimento dialético entre passado-presente e particularidade-totalidade.

A intencionalidade vinculada a estes objetivos é a de assentar, via materialismo histórico dialético, as categorias analíticas que dão sentido a este trabalho e que explicitam minha tese da centralidade da questão agrária no passado e presente da economia dependente latino-americana. A superexploração da força de trabalho e as opressões que a dão sentido, são categorias analíticas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo dependente. A história

¹ Uma observação importante é que dos três capítulos desta tese, este foi o único que aproveitei das escritas do México. O tempo de sua produção e as preocupações manifestas no mesmo, correram fora do tempo atual dos outros dois capítulos. Em 2005 o debate da filosofia e do método estavam muito presentes nos meus estudos e investigações. Na atualidade, a crítica da economia política volta à cena como estudo expressivo através da questão agrária. Creio que entre o passado-presente desta construção não há uma discrepância metodológica e categorial. Mas sem dúvida alguma, estes tempos estão mediados por uma história que se renovou tanto na minha formação, como na vida cotidiana como um todo. Fiz questão de deixá-lo como presença e demarcação deste processo. Uma possível debilidade no método de exposição não diminuí, a meu ver, a assertiva na perspectiva e na dimensão política demarcadas.

das mesmas nos remete tanto ao passado colonial (capítulo 2), como ao presente do capitalismo tardio (capítulo 3).

1.1 A filosofia da práxis como método de reflexão-ação de classe

Marx trata, no prefácio de “Contribuição à crítica da economia política”, os métodos materializados na economia política burguesa e na crítica da economia política. Enquanto aquela parte de abstrações genéricas, que ocultam a realidade desigual na qual se apresentam, esta pauta-se na compreensão da realidade tal qual ela se apresenta. O exercício categorial, segundo Marx, de apreensão e reflexão sobre o vivido, nasce da realidade captada, cujo movimento efetuado pelo sujeito, internaliza o que é exterior a ele e cria, na síntese entre o que vê e o que produz, o novo (MARX, 2003):

Para a consciência o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui tem de novo uma tautologia), a totalidade concreta, como totalidade do pensamento é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação como conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois. Em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta se não especulativamente, teoricamente. (MARX, 2003, p. 259-260)

A filosofia da práxis é definida como método de análise marxista. Referência política da interpretação da ciência como não neutra, com o fim de compreender o que se vive, incidir sobre dito viver e transformar a realidade superando os mecanismos de dominação do capital presentes em todos os âmbitos da vida cotidiana (KONDER1992). Através do materialismo histórico dialético (MHD) a práxis é entendida como um movimento em permanente disputa e com várias mediações.

Mas é na centralidade do trabalho, exteriorizado do próprio ser social, e, ao mesmo tempo inerente ao ser, que a práxis se solidifica, enraíza, cria vínculos epistemológicos sobre o sentido projetado pelo ser social acerca de seu viver. Nas palavras de Engels em “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem” (1876):

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano — que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição. E à medida em que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus instrumentos mais imediatos: os órgãos dos sentidos. Da mesma maneira que o desenvolvimento gradual da linguagem está necessariamente acompanhado do correspondente aperfeiçoamento do órgão do ouvido, assim também o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os Órgãos dos sentidos. A vista da águia tem um alcance muito maior que a do homem, mas o olho humano percebe nas coisas muitos mais detalhes que o olho da águia. O cão tem um olfato muito mais fino que o do homem, mas não pode captar nem a centésima parte dos odores que servem ao homem como sinais para distinguir coisas diversas. E o sentido do tato, que o macaco possui a duras penas na forma mais tosca e primitiva, foi-se desenvolvendo unicamente com o desenvolvimento da própria mão do homem, através do trabalho. (ENGELS, 1876, p.3)

E continua,

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade. (ENGELS, 1876, p.3)

Contudo, se o trabalho é a substância da práxis, o trabalho assalariado “livre”, estranhado, alienado², é a expressão social da práxis dominante do capital sobre o trabalho. A luta de classes, a resistência e a ação revolucionária consolidam a práxis contrahegemônica, por dentro da sociedade hegemônica pelo capital. Através do trabalho, seguimos as pistas concretas da condição humana em cada contexto histórico, espelhada nos diversos movimentos da práxis.

Assentada no MHD a práxis como categoria analítica e como princípio de ação, carrega em si um duplo movimento: aprisionamento e emancipação. Como aprisionamento do ser social, alienado pelo trabalho assalariado livre, sob o controle da propriedade privada dos meios de produção em mãos do capitalista, a práxis se reveste de sentido de dominação.

² Sobre a teoria da alienação em Marx ver os seguintes textos: 1) MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política, 2003; 2) SILVA, Ludovico. A mais valia ideológica, 2013; 3) Mészáros, István. A teoria da alienação em Marx, 1978. 4) Holloway, John. Cambiar el mundo sin tomar el poder (os três primeiros capítulos), 2002.

Como emancipação, materializada na contestação à ordem e produção de outro sentido não alienado para seu trabalho, a práxis apresenta-se como possibilidade de superação. Entre a práxis dominante, aprisionadora e a práxis emancipatória, libertadora, existem múltiplas determinações.

Em vez de polos expressamente antagônicos encarnados em dimensões contrárias, a práxis cotidiana apresenta-se como fusão conectora entre dois universos em disputa. Entre as práxis flui uma síntese de múltiplas determinações. A incidência da práxis dominante sobre a emancipatória refere-se à condição, na luta de classes, entre a guerra de movimento e a guerra de posição³. A práxis dominante é a práxis da classe dominante de cada época, uma vez que na sociedade capitalista é a práxis dominante do capital sobre o trabalho que imprime de forma hegemônica o sentido comum, com tendências universalizantes.

Através da filosofia da práxis, autores marxistas como Ernest Mandel, Eric Hobsbawm, Ruy Mauro Marini, explicitam, nos conteúdos narrados desde contextos específicos, o movimento em disputa. Vinculados ao MHD suas construções teóricas manifestam o posicionamento de classe e materializam uma atitude política sobre de que lugar falam, para quem produzem dito conhecimento, o que pretendem destruir/construir com seus argumentos. No marxismo, a práxis como método que visa a transformação da sociedade, apresenta-se como categoria no plural e encarna as complexidades dos movimentos presentes em um mesmo contexto histórico protagonizado pelo capital e pelo trabalho, esteja este último consciente, ou não, (alienação/fetice) da disputa manifesta, sob a hegemonia do capital.

Uma passagem de Marx de “O capital”, 1989, explicita de maneira magistral o sentido do fetice da mercadoria:

A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material, quanto as outras esferas da vida baseadas nessa produção. Mas, justamente porque as relações de dependência pessoal constituem o fundamento social incontroverso, não se faz mister que os trabalhos e os produtos assumam feição fantasmagórica, diversa de sua realidade. Eles

³ Gramsci, em “Cadernos do cárcere” (VI tomos), tece de forma detalhada considerações expressivas sobre a teoria política marxista. No debate sobre a hegemonia do capital e a luta a ser travada contra ela, este autor caracteriza os movimentos indissociáveis que necessitam ser explicados em cada contexto de luta, com vistas à educação política da classe. A guerra de posição é tratada por este autor como mecanismo educativo de formação da consciência, de implementação política em que, aos poucos a classe vai tomando para si a tarefa de disputar, tomar e realizar o poder popular. A guerra de movimento, por sua vez, é entendida como a luta de classes cotidiana materializada de forma singular em cada contexto. No movimento dialético, Gramsci não trata uma ou outra e sim o entroncamento entre as duas na perspectiva de classe. Para um estudo mais detalhado ver: 1) GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere, 1999. 2) COUTINHO, Carlos Nelson. Ler Gramsci, entender a realidade, 2011; e Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político, 2009.

entram na engrenagem social, como serviços e pagamentos em produtos. A forma diretamente social do trabalho é aqui a forma concreta do trabalho, sua particularidade, e não sua generalidade abstrata, como ocorre com a produção de mercadorias. A corveia, como o trabalho que produz mercadorias, mede-se pelo tempo, mas cada servo sabe que quantidade de sua força pessoal de trabalho despende no serviço do senhor. O dízimo pago ao cura é mais palpável que sua benção. (MARX, 1989, p. 86)

Mediadas pela força opressora da alienação e do fetiche da mercadoria, as práxis em movimento de disputa, explicitam as contradições presentes em um cotidiano protagonizado pelo trabalho, aprisionado este pelo domínio, em vários âmbitos, do capital.

No movimento complexo da mediação de primeira ordem entre capital e trabalho, práxis e dialética se entrecruzam e conformam a unidade do diverso entendida como síntese de múltiplas determinações. Entre a práxis utilitária do capital e a práxis libertária dos lutadores sociais, emanam práxis mediadoras de ambos os lados do conjunto. Na práxis da dominação cabem práxis reprodutoras, reificadoras do *status quo*, como universo a ser apreendido e internalizado por todos.

No domínio do capital a práxis dominante se materializa na alienação e no fetiche da mercadoria com o fim de negar o movimento de disputa presente nos desdobramentos de suas violentas leis gerais de funcionamento ao longo história. No processo de metamorfose da Mercadoria em Valor, do Valor em Capital e do Capital em Dinheiro, ocultam-se as substâncias objetivas e subjetivas da materialização da violência do capital sobre o trabalho. A violência estrutural, quando relatada pelo movimento de captação da totalidade, deve ser entendida como expressão inerente às leis gerais do desenvolvimento do capital sobre e contra o trabalho e a terra.

No cotidiano do trabalho alienado, a reflexão é apresentada na forma de manipulação midiática como “perigo”, frente à venda dos objetos que potencializam o sentido de trabalhar para garantir a inserção na sociedade de consumo. O simples, como recorte metodológico é simplificado, o simplificado torna-se a forma rasa de pensar e os estereótipos são consolidados com vistas à manutenção da ordem do capital. No entanto, ainda quando não se manifeste, há disputas cotidianas e nelas a práxis libertadora ancora-se em outras práxis correspondentes - de reflexão, resistência, reforma e revolução. Cada uma destas práxis contém complexas contradições.

A práxis se movimenta entre o real e o ideal, entre a fantasia e a realidade, entre o mito e o fato. Ao se movimentar cria sentido, alienado ou emancipatório na sociedade, atrelado ao

conteúdo da luta de classes no contexto em que ela se dá. Expressa relações construídas socialmente entre o sentido crítico reflexivo e o sentido comum alienado.

Sartre, em “Crítica à razão dialética”, 1960, explicitou o movimento presente na ação humana pela necessidade de sobrevivência e à exteriorização realizadora, reflexiva, que abre novas práxis. Para Sartre (1960):

Na medida que o corpo é função; a função necessidade e a necessidade práxis, pode-se dizer que o trabalho humano, ou seja, a práxis original pela qual produz e reproduz sua vida é inteiramente dialética: sua possibilidade e sua necessidade permanente descansam sobre a relação de interioridade que une o organismo ao meio que o circunda, sobre a contradição profunda que existe entre a ordem do inorgânico e a ordem do orgânico, presentes ambos em todo indivíduo. (SARTRE, 1960, p. 243)

O trabalho assalariado livre, alienado, materializa nos corpos e mentes da classe trabalhadora a práxis da dominação do capital, assim como a luta pela sua superação encarna a práxis da resistência, da revolução, uma vez que as condições materiais objetivas da classe trabalhadora expõem por si mesmas a dura e perversa situação da violenta exploração à qual é sujeitada. Ambas (práxis da reprodução e práxis da contestação transformadora) estão mediadas pelo mundo. À medida que uma avança sobre a outra, a hegemônica imprime na parte dominada marcas contraditórias próprias de uma reprodução necessária para manutenção e avanço de seu poder. No movimento da luta de classes, a práxis se apresenta como categoria narrada nas entranhas do processo de trabalho e do processo de valorização próprio do capital.

Para Marx (1989), o fetiche da mercadoria necessita ser revelado com vistas à formação da consciência. No entanto:

O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer, quando as condições prévias das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza. A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isto, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (MARX, 1989, p. 88)

O fetichismo da mercadoria, representado pela primazia do valor de troca mediado pelo dinheiro, emana de uma práxis assim como sua reflexão põe em movimento outra

(MARX, 1989). Como movimento, a práxis não é teoria, nem ação. É a fusão no jogo político, indissociável entre ação reflexiva e reflexão ativa, tendo como palco a realidade concreta na qual as lutas, sobrevivências e representações se manifestam.

Nos termos de Karel Kosik (2002) em “Dialética do Concreto”:

A distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade, ou, numa palavra, a “cisão do único”, é o modo pelo qual o pensamento capta a “coisa em si”. A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível se chegar à compreensão da realidade. Por isso é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. (KOSIK, 2002, p. 20)

1.1.1 A crítica da economia política e o simples-complexo encarnado na mercadoria

A alienação, como categoria, emana da produção e da realização da mercadoria, processo mercantil que gesta a transformação do ser em objeto, e do objeto em ser (MARX; ENGELS, 1958). A mercadoria, ponto de partida analítico, é o processo mais simples que explicita, aos poucos, a complexidade do conteúdo inerente à sua forma mais simples. Alienação como estranhamento, exterioridade, não realização de muitos seres sociais, como efetivação da mercadoria pertencente a poucos proprietários (CARCANHOLO, 2014). É a centralidade das condições objetivas-subjetivas da extração de valor no século XXI que nos permite explicitar, na particularidade do capitalismo dependente, a condição estrutural da superexploração e da opressão como mecanismos inerentes à condição periférica da América Latina no desenvolvimento desigual e combinado do qual faz parte.

A aparência da mercadoria de um simples objeto de consumo oculta as substantivas desiguais relações sociais de produção baseadas em proprietários privados e não proprietários dos meios de produção. Ao ver o objeto e não perceber a relação social materializada nele, a classe trabalhadora alienada pelo capital reproduz a práxis dominante e negocia, via preços, sua participação no mercado de trabalho e de consumo. Mas o preço, mera expressão mercantil do valor, não tem relação direta com a produção e sim com as leis “da oferta e da procura” coordenadas e projetadas de forma especulativa pelo capital monopolista financeiro.

Através do trabalho alienado, estranhado de seu próprio realizador, materializa-se a unidade do diverso presente nas relações entre o ser humano, este com os demais seres e com a natureza. Na dialética do concreto, o ser com os demais seres sociais, o ser consigo mesmo e

ambos no meio em que vivem, são construtores criativos da sociedade real e futura sobre dito viver (MESZÁROS, 2004; HARVEY, 2003). Marx, Engels, Lênin e o marxismo nos dão a instrumentalização para a reflexão, ação e superação frente ao universo coisificado da vida e dos seres que lhe dão sentido. Processo de reação ao capital que se expressa nas lutas concretas dos movimentos sociais em determinados contextos históricos.

Vale para a crítica da economia política em geral, o que se constrói para a crítica da economia política latino-americana, com o afã de entender a relação entre o particular e o universal, na totalidade do próprio movimento simples-complexo da mercadoria transformando-se em valor, dinheiro, capital. A parte e o todo conformam o movimento permanente de entroncamento entre múltiplas contradições de primeira e segunda ordem. Nas contradições de primeira ordem, a relação capital-trabalho materializa em diferentes territórios particulares formas da universal exploração da força de trabalho, através da extração de mais valia com pagamentos abaixo da reprodução social média do próprio trabalhador e de sua família. Nas contradições de segunda ordem, as superestruturas, objetivas-subjetivas, dão sustentação assim como protagonizam, junto ao capital, complexas formas de materialização do conteúdo da exploração e opressão sobre e contra o trabalho.

O desenvolvimento desigual e combinado imprime, no ritmo da exploração-opressão, mecanismos objetivos-subjetivos de materialização, territorialização, do poder do capital. Entre estas formas estão: os Estados Nacionais; os poderes jurídicos e políticos emanados como regras sociais; o aparato militar de controle e uso da força; as células de construção da ideologia dominante (igreja, família, escola, partidos, meios de comunicação), entre outros.

Ao entender o movimento dialético entre a parte e o todo, visibiliza-se a impossibilidade de, na narrativa de um, deixar de lado a alusão ao outro (superexploração opressora, opressões superexploradoras). Nesse sentido, o eurocentrismo, o latino-americanismo, o colonialismo, são expressões concretas que dão força a um ponto de partida que reitera, na análise, uma autonomia, em realidade muito relativa. Na totalidade do movimento do capital, a exploração e a opressão que lhe são inerentes, todos os territórios encarnam uma mesma expressão geral, guardadas as particularidades próprias de cada um.

A crítica da economia política faz uma análise teórico-ativa sobre as condições materiais que dão vida às relações sociais sob o domínio do capital em seus respectivos momentos históricos, baseada na explicitação dos substantivos elementos que condicionam o trabalho aos múltiplos imperativos, objetivos e subjetivos, do capital. Este campo de análise tem como premissa revelar as contradições inerentes às leis gerais do movimento do capital.

Modo particular de produção que, ao sujeitar o trabalho às perversas condições de extração de valor e opressão, na aparente ideia produzida de trabalho “livre assalariado”, institui dinâmicas complexas que vão se aprimorando com o passar do tempo.

A característica substantiva do capitalismo é a desigualdade em todos os âmbitos da vida social. A desigualdade, marca indelével do desenvolvimento do capital, subjaz das relações sociais originadas da propriedade privada dos meios de produção e da produção social de riqueza capitalista ancoradas nas leis do valor-trabalho.

Marx em “Contribuição à crítica da economia política” sustentava que (MARX, 2003):

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado estágio evolutivo de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade a base real sobre a qual se alça um edifício jurídico e político, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, é sua existência social o que determina sua consciência. Em um estágio determinado de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações existentes ou [...] com as relações de produção dentro das quais estavam se movendo até o momento. Ao considerar esta classe de inversões, sempre é imprescindível distinguir entre a inversão material das condições econômicas de produção, fielmente comprováveis ao ponto de vista das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, em suma, ideológicas, dentro das quais os homens cobram consciência deste conflito e o solucionam. (MARX, 2003, p. 5)

Através da filosofia da práxis, parte-se do vivido coisificado (concreto) - “pseudoconcreção” (KOSIK, 1992) - reflete-se sobre ele (abstrato), e projetam-se novos sentidos não mercantis para a sociabilidade produtora de outros processos de produção de vida (concreto refletido-ativo). Na pseudoconcreção, são estruturadas mediações que corroboram o corolário do *modus operandi* hegemônico, mas não único, do capital (NETTO, 2011; KONDER, 1992; KOSIK, 1967; VIGOTSKY, 1991).

O materialismo histórico dialético, a partir dos níveis de abstração que consolida, reitera a capacidade manipuladora e invasora que possuem os proprietários privados dos meios de produção que, ao transformar a vida em mercadoria, condicionam a atividade produtiva, própria da ontocriatividade dos sujeitos sociais, à alienação. Esta síntese se faz importante por contribuir, com base na centralidade do trabalho, para a revelação dos mecanismos que estão por trás da dominação “sem limites” do capital sobre a dinâmica social como um todo. E, ao revelar, os condicionantes da opressão superexploradora, este referencial

metodológico explicita a dimensão política da ciência, define o protagonismo da classe trabalhadora consciente e cria possibilidades de ações superadoras advindas da reflexão crítica.

1.2 A dimensão política e estética vinculada à crítica da economia política

A dimensão política recupera não só as formas/fases da consciência, processo fundamental para a superação de um estado de ação-reflexão e de construção de outro, mas também as dimensões de valores sociais que correspondem a outro modelo viável de sociedade. Recupera o sentido da atividade produtiva a serviço do ser social para os demais seres da classe e elucida as complexas relações existentes entre o ser social, o meio, e os demais seres, no momento em que as relações se dão, desdobradas em uma realidade concreta da ação dos sujeitos.

No marxismo, a dimensão política é estética. Pretende revelar não só os espaços de coisificação dos sujeitos sociais, como também instituir permanentemente a consciência pela mudança deste estado social, em que o sujeito já não se reconhece como ser social, mas, sobretudo, como indivíduo que possui, ou não, determinados bens e demais mediações construídas pelo capital.

Para dar conta disso, a dimensão política necessita chegar aos espaços cotidianos desses sujeitos relegados à condição de venda de sua força de trabalho como mercadoria a ser trocada pela mercadoria principal, o dinheiro, meio de ter acesso à inclusão na sociedade do espetáculo. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 1992, p.13).

A dimensão política encarna a situação concreta de disputas pelo poder. E explicita a possibilidade de uma práxis transformadora, para além da reificada e reprodutora do capital. A dimensão política, em evidência pela histórica luta de classes, expõe o movimento da formação de consciência sobre seduzir e conscientizar os sujeitos coisificados para, outra vez, reconstruir coletivamente tanto o ser como o meio no qual este atua.

A nova hegemonia, ao nascer, na disputa entre grupos antagônicos, leva um bom tempo antes de eliminar a velha (BOGO, 2005, 2006). Foram necessários séculos de violentas opressões e subjugamentos dos trabalhadores e povos originários e migrantes forçados para que a hegemonia do capital se consolidasse. Nesse sentido, não basta apenas tomar o poder

para consolidar, via desejos, um outro projeto societário. As condições objetivas dependem concretamente de duas situações: 1) do estágio de desenvolvimento das forças; e 2) do estágio de desenvolvimento da consciência política de classe⁴.

Na transição rumo à superação, as práxis explicitam seus movimentos entre ser-sentir-se objeto e ser-sentir-se verdadeiramente livre. Como reiteravam Marx e Engels, em Manifesto do Partido Comunista:

Fala-se de ideias que revolucionam uma sociedade inteira; com isto exprime-se apenas o fato de que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma [sociedade] nova, de que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das velhas relações de vida. (MARX, ENGELS, 1997, p.36)

A questão, a saber, é: quais são, de acordo com cada contexto histórico e suas respectivas especificidades culturais, políticas, econômicas e sociais, os mecanismos que podem ser utilizados para recuperar o sentido do humano não aprisionado? América Latina, se pensada desde o processo de invasão colonial, foi um palco permanente de histórias de resistência à opressão, exploração, como se verificam nas lutas dos povos originários, dos africanos migrantes forçados e dos colonos endividados que migraram em busca de uma “terra prometida” além mar. No início do século XX, a experiência da revolução mexicana esboça, a meu ver, uma expressiva condição histórica de resistência e superação da ordem dominante. O que nos remete aos estudos mais aprofundados sobre a história das revoluções na América Latina (LOWY, 2009; CASASSOLA, 2004).

Do final dos anos sessenta a meados dos anos oitenta, grande parte da vanguarda latino-americana acreditava que os partidos políticos eram o espaço principal de articulação, organização e solidificação de um projeto de poder popular para e com as massas (BOGO, 2005; LOUREIRO, 2009). Muitos intelectuais, que por meio da crítica da economia política, estavam pensando o ser latino-americano imerso na esfera de reprodução ampliada do capital, atuavam dentro de células políticas em seus respectivos países. Mas muitos outros, nesta mesma época, trabalhavam a perspectiva revolucionária libertadora do sujeito a partir de uma práxis distinta: da educação e da arte popular (FREIRE, 2002; SCOTT, 2000; BOAL, 1985; HELLER, 1990).

⁴ Especificamente no que tange ao pensamento marxista latino-americano destaco as seguintes obras: 1) ARICO, José. Marx e América Latina, 2009; 2) LOWY, Michel. O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais, 2009; 3) MARIÁTEGUI, José Carlos. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana, 2002.

Penso que a questão não deva ser pautada na seleção entre uma ou outra práxis, e sim na conexão que existe entre elas. Juntos, seus elementos permitem construir outros caminhos para a tomada, realização e manutenção do poder, capazes de instituir uma ordem, de fato, para além do capital. É na relação indissociável entre a estrutura da economia e a superestrutura que lhe sustenta que se materializa, na figura do Estado, a ordem do capital, ou a ordem de seu contrário, o poder de classe dos trabalhadores. É impossível lutar contra o capital sem que isto culmine na destruição dos aparatos do Estado burguês, alicerces de manutenção da propriedade privada dos meios de produção.

Na política a práxis se apresenta como mecanismo de instrumentalização do poder dominante. Nesse sentido, qualquer perspectiva que parta da ideia de não tomada de poder, nasce fadada à manutenção da ordem do capital, com fortes tendências a ser absorvida ou destruída por ela. Pois não há nada possível de ser feito, como forma alternativa, se pensado somente o local como o foco de resistência e revolução. Assim como não há meia liberdade, não há meia igualdade. Ambas encenam uma totalidade que necessita ser construída cotidianamente na lógica de outra estrutura de poder (popular) (MARCUSE, 1978; POLANYI, 1975; LÊNIN, 2007; MÉSZÁROS, 2002; MARINI, 1983).

Foi no campo da dimensão política que a arte se apresentou como munição para a formação política de classe. O pensamento e a linguagem configuravam assim um arranjo de formação que mesclava as condições objetivas de compreensão sobre a ordem do capital com o processo permanente de explicação sobre os limites civilizatórios do mesmo (VIGOTSKY, 1991).

Especificamente no caso latino-americano a arte expressa na cultura milenar dos povos originários, traz para o presente um passado que resiste e entoa, na forma da diversidade de cores, outros mundos que coexistem dentro do processo hegemônico pelo capital, mas que vão para além dele (LERKENS DORFF, 2003; ECHEVERRIA, 2000, 2000a). As linguagens, os idiomas, as comidas, as festividades e indumentárias peculiares destes grupos expõem no presente um passado que por mais violento que seja, não foi capaz de destruir as raízes das lutas sociais no continente travadas desde o período colonial (MARTINS, 1973, 1981, 1989).

Paulo Freire (2002) utilizou o mecanismo de linguagem escrita – método de alfabetização de adultos – como um instrumento de desconstrução da dominação e da recuperação deste ser social relegado à situação de mercadoria pelo capital, mas nunca sujeito somente a esta faceta de sua complexa dimensão como ser. Augusto Boal (1985) fez

o mesmo com o teatro popular. Sebastião Salgado⁵ com a fotografia. E não menos importante, os pintores mexicanos com seus murais. Essas são todas dimensões estéticas a favor da emancipação do sujeito aprisionado pelo capital. Algumas mais coletivas e outras com menor capacidade de chegar às grandes majorias pela dificuldade de manejo massivo de seus próprios recursos libertadores.

A diferença desses instrumentos está no fato de que uns servem para colaborar na desconstrução consciente do mundo compreendido, outros servem para uma ação diferenciada concreta. Ou seja, enquanto a fotografia e a pintura servem de instrumentos pedagógicos de apoio para a revelação da opressão e dos outros mundos a serem construídos, a pedagogia – alfabetização – e o teatro, ambos populares, servem como instrumentos que devem ser utilizados pelos próprios sujeitos em suas diversas ações libertadoras. Isso não significa que uma arte seja melhor que outra, mas sim que existem intenções distintas perante a mesma opção: nossa libertação e emancipação conscientes como sujeitos da classe trabalhadora.

Cabe destacar também que não menos importante foi a criação por meio da linguagem oral, das diversas expressões de vida, emanadas das culturas dos povos originários, dos africanos traficados e escravizados em nosso continente e dos colonos pobres endividados migrantes que se assentaram no Brasil. Ainda quando imersas na unidade dialética dos opostos presidida pelo capital, não negavam seu caráter contestatório, rebelde e libertador, como podemos elucidar em muitas canções (lamentos) criadas por estes grupos ao longo dos quinhentos anos de lutas e resistências em América Latina.

Essas culturas, ao partirem da luta pela sobrevivência de manutenção de suas memórias e histórias, davam centralidade ao popular. E mostravam não só o grau de consciência, mas principalmente o grau de necessidade de libertação através das armas que possuíam, como o canto, a religião, os bailes, as festas, as alimentações, todos estes símbolos efetivos de seu sentido de pertencimento e comunidade (SCOTT, 2000; DUSSEL, 1995). Mas este popular que resiste e vigora, exige a construção de uma outra hegemonia capaz de lhe dar poder. Todo poder popular é pensado para a classe trabalhadora como um todo e não somente para os grupos localizados em suas lutas específicas. Contra a ofensiva do capital, somente

⁵ Sobre as obras de Sebastião Salgado, as imagens dão uma bela tônica dos desdobramentos do desenvolvimento desigual e combinado pelo mundo. As contradições que encerram as escolhas dos sujeitos – nas últimas obras o autor foi financiado pela VALE – não reduzem a importância das obras, ainda que explicitem as contradições emanadas das opções políticas. No caso específico do livro terra, com a contribuição de Chico Buarque e José Saramago, a venda do livro foi revertida para o MST. Isto culminou na compra da casa da secretaria nacional do MST em São Paulo e em parte da obra de construção da ENFF. Os cartazes realizados com base neste livro permitem até a atualidade bons exercícios de exposição e tratamento na educação popular nos vários espaços de formação que trabalhamos.

uma classe organizada e madura nas tarefas históricas que necessita protagonizar (MÉSZÁROS, 2002, 2003).

No entanto, a avassaladora proliferação dos marcos de reprodução ampliada do capital, tanto em seus aparatos produtivos como nos ideológicos, foi relegando o popular, pouco a pouco, ao jogo instituído da supremacia da mercadoria-valor-dinheiro-capital. Isso culminou, em muitos casos, em uma perda do próprio sentido de comunidade. E em outros, em uma destruição concreta de qualquer instrumento de rebeldia contrário aos aparatos dominantes.

O popular relegado, em parte, ao processo cultural dominante foi aos poucos anulado em seu rol de resistência e liberação e começou a ser utilizado como mais um produto em meio a tantos outros, como o próprio homem através da subsunção formal e real de sua força de trabalho atrelada à valorização e demais serviços intrínsecos à reprodução do capital. O carnaval e a capoeira no Brasil, a dança pré-hispânica em muitos países de nosso continente e outras manifestações populares deixaram, em certo sentido, de conter somente uma rebeldia libertadora e passaram a ser instrumentos diretamente controlados e utilizados pelo capital. Dessa tensão entre ser para si (emancipação) e ser condicionado para outros (alienação), emanam complexos movimentos no universo das práxis.

Isto ocorre porque (VÁZQUEZ, 2007):

Quando nos instalamos no terreno da práxis social, a ação se exerce sobre homens concretos ou relações humanas que constroem, desse modo, seu objeto ou matéria. Tais homens são de “carne e osso”, como diria Unamuno. Mas as ações humanas que se exercem sobre eles não se dirigem tanto ao que têm de seres corpóreos, físicos, e sim a seu ser social; ou seja, a sua condição de sujeitos de determinadas relações econômicas, sociais, políticas, que se encarnam e cristalizam em certas instituições; instituições e relações que não existem, portanto, à margem dos indivíduos concretos. A práxis social tende à destruição ou alteração de uma determinada estrutura social, só pode ser levada a cabo por homens que atuam como seres sociais, e se exerce, por sua vez, sobre outros homens que só existem em relação com os demais, e como membros de uma comunidade, mas, por outro lado, como indivíduos dotados de uma consciência e de um corpo próprios. (VÁZQUEZ, 2007, p. 375)

A práxis política da intencional e violenta projeção do outro como objeto, na tentativa de anulação ontocriativa do ser social - como ser de produção e realização para si e os demais -, gerou, em muitos casos, lutas concretas que culminaram na morte de muitos grupos sociais na América Latina e no mundo. Processo este ainda presente, na memória e história, na cotidiana construção popular apresentada em seu caráter de resistência e indignação. Mas tudo

isso se deu em meio a mecanismos concretos de desenvolvimento histórico de um modo de reprodução de vida instituído pela dominação direta dos donos do capital. Um modo de vida que destrói o que não pode manipular; fragmenta o que está em unidade no diverso, debilita as forças iminentes dos sujeitos sociais, como forma de estruturar seus mecanismos de dominação.

Em meio a isso, e voltando à discussão inicial da emancipação política dos sujeitos por meio da consciência, práxis contestatória e emancipadora, antagônica ao movimento do capital, a questão, a saber, é: Como recuperar ou reconstruir o sentido do popular e do humano emancipado em meio às atrocidades desenvolvidas pelo capital ao longo de seus quinhentos anos de dominação? Este, se não convenceu por consenso, impôs por coerção que a maioria sobreviva em condições desumanas de vida.

A educadora argentina Claudia Korol (2006) expõe o tema da batalha cultural nos seguintes termos:

A mercantilização e apropriação dos saberes populares implica inclusive seu patenteamento. A batalha cultural contra a transformação dos saberes em mercadorias, e contra a concentração de saberes no bloco de poder, passam a ser fatores fundamentais da resistência. A mercantilização dos saberes se superpõe às consequências da colonização cultural, que na perspectiva histórica da América Latina, justificou a opressão, o escravismo, diversas formas de servidão e de submissão dos homens e mulheres, até o genocídio e a impunidade, a partir da imposição de concepções racistas, dependentes, patriarcais, eurocêtricas, que consideram desprezíveis as formas de organização da vida e do saber dos povos, inclusive das elites dos continentes submetidos. (KOROL, 2006, p.15)

Caracterizo o “Teatro do oprimido” de Augusto Boal e a “Pedagogia do oprimido” de Paulo Freire como dois instrumentos de politização que, através da filosofia da práxis, permitiram aos sujeitos irem, aos poucos, coletivamente, dando-se conta tanto da superexploração/opressão inerentes à dominação como de sua respectiva rebelião. São instrumentos que, projetados para formação da consciência, intencionam permitir aos trabalhadores romper com o estabelecido à medida que vão compreendendo os marcos formais e reais da história da opressão sentida nos corpos, projetada nas ideias, reproduzida nas gerações.

Estes instrumentos, como construção sociohistórica, permitem-nos captar, na linguagem, o pensamento que remete aos estágios concretos de práxis vivenciados pelos sujeitos. Ao dar voz aos sujeitos silenciados pelo capital, pensamento e linguagem retomam o

movimento dialético entre o estágio da consciência coisificada e contestatória presente nas práxis dos seres sociais. Pois (VIGOTSKY, 1991):

A natureza do próprio desenvolvimento transforma-se, do biológico no sociohistórico. O pensamento verbal não é uma forma natural de comportamento, inata, mas é determinado pelo processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais do pensamento e do discurso. Desde que admitamos o caráter histórico do pensamento verbal, teremos que o considerar sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana. Só pode concluir-se que a este nível o desenvolvimento do comportamento será essencialmente governado pelas leis gerais do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (VIGOTSKY, 1991, p.54-55)

A arma escrita e a ação teatralizada são dois importantes instrumentos para a consciência e a luta de classes protagonizada por nós, enquanto classe, com a intenção de, a partir de uma práxis libertadora, instituir outros caminhos e dimensões de poder, para além dos marcos do capital. Os processos de resistência nascem das lutas concretas dos sujeitos a partir da especificidade de cada época e lugar e abrem alas à reflexão coletiva sobre as formas e os conteúdos potencializadores de uma ação superadora frente ao que se vive⁶.

Tanto Boal como Freire reiteravam a importância da consciência de classes em meio à descoisificação. Estes intelectuais orgânicos evidenciavam a unidade dos opostos, cuja primazia era do capital, como um ambiente perverso de dominação instituído mediante as relações materiais entre os sujeitos sociais imersos no sistema capitalista. Ou seja, através da fala, alfabetizadora ou teatral, estes instrumentos políticos abriam novos horizontes de sentido para os “condenados da terra” (FANNON, 1963), superexplorados/oprimidos sujeitos latino-americanos. O movimento dialético entre palavra dita/escrita, corpo como expressão, dimensiona a contradição presente no cotidiano entre poder ser e dever ser. Nos termos de Vigotsky (1991):

O significado das palavras só é um fenômeno de pensamento na medida em que é encarnado pela fala e só é um fenômeno linguístico na medida em que se encontra ligado com o pensamento e por este é iluminado. É um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significante - uma união do pensamento e da linguagem. (VIGOTSKY, 1991, p. 119)

⁶ Bertold Brecht fez um trabalho incansável e espetacular de colocar em movimento reativo o trabalhador que assiste o teatro. Sujeito vivo da ação, ele apresenta na cena encarnada de seu cotidiano por seus pares de classe, soluções alternativas à opressora e violenta dinâmica do capital. As obras Santa Juana dos Matadouros e Os sete pecados capitais do pequeno burguês, presentes em “Teatro Completo”, n.4, 2014, são um notório exemplo deste exercício. Boal utiliza bastante o referencial brechtiano. Ambos dão vida à expressão protagonista da classe para si e contra o capital.

Boal deixava claro no “Teatro do Oprimido” a importância de caracterizar nas diversas práticas dos movimentos sociais da América Latina, os conflitos sociais potencializadores da construção de outras dimensões de consciência e luta, dado que segundo este autor:

O ser social, como dizia Marx, determina o pensamento social. Por isso, em momentos críticos, as classes dominantes aparentam bondade e se tornam reformistas: aos seres sociais operários lhes dão um pouco mais de carne e pão, esperando que o ser social menos esfomeado seja, igualmente, menos revolucionário. E este mecanismo funciona. Não é por outra causa que as classes operárias dos países capitalistas são tão pouco revolucionárias e resultam, sobretudo, reacionárias, como a maioria do proletariado norte-americano. Se trata de seres sociais com refrigeradores, carros e casas que certamente não têm os mesmos pensamentos sociais que os seres latino-americanos que, em sua maioria, vivem em vilas pobres, têm fome e nenhuma segurança contra a doença e o desemprego. (BOAL, 1985, p. 206)

Na mesma linha estruturava sua reflexão sobre a ação Freire (2002), quando sustentava que:

O objetivo da ação dialógica radica, pelo contrário, em proporcionar aos oprimidos o reconhecimento do porquê e do como de sua ‘aderência’, para que exerçam um ato de adesão à prática verdadeira de transformação de uma realidade injusta. O significar, a união dos oprimidos, a relação solidária entre si, sem importar quais sejam os níveis reais em que estes se encontrem como tais, implica, indiscutivelmente, uma consciência de classe. A aderência à realidade em que se encontram os oprimidos, sobre todos aqueles que constituem as grandes massas camponesas da América Latina, exige que a consciência da classe oprimida passe, se não antes, pelo menos concomitantemente, pela consciência do homem oprimido. (FREIRE, 2002, p.225)

Insistiam também esses autores no fato de que uma experiência fundamental dos sujeitos oprimidos ocorre na própria pronúncia da dominação através do corpo, como materialização da violência coercitiva sobre a ação dos sujeitos em sua relação com o mundo. Uma linguagem que em muitos sentidos segue sendo utilizada pelos sujeitos como único espaço próprio de sua ação objetiva e subjetiva, espaço do “desassossego”, dos “lamentos”, ainda quando alterado e subsumido pela invasão cultural⁷.

⁷ A história da capoeira no Brasil é um bom exemplo disto. Entendida na era imperial como arte de “vagabundos” e posteriormente oficializada por Getúlio Vargas como “arte marcial”, esta arte expressa na cultura do movimento de resistência negra uma expressiva história de resistência. Na medida em que a arte foi

Assim, é necessário reconhecer, além dos instrumentos de libertação criados pela classe ao longo da história como forma de manter-se frente à ofensiva do capital, que utilizam os sujeitos através do corpo, também os mecanismos de opressão que subsumem a classe para, a partir disto, trabalhar processos de superação. Porque, como sustentava Boal (1985):

Se alguém é capaz de desmontar suas próprias estruturas musculares será mais capaz de ‘montar’ estruturas musculares próprias de outras profissões ou status sociais, ou seja, estará mais capacitado para ‘interpretar’ fisicamente outros personagens diferentes de si mesmo. (BOAL, 1985, p. 25)

Feitas estas considerações sobre a filosofia da práxis, a crítica da economia política e a pedagogia do oprimido, os próximos itens deste capítulo seguem na seguinte direção: colocar em movimento dialógico dois grandes nomes do pensamento crítico latino-americano: Marini e Freire. E revelar, à luz de suas construções teóricas, as relações materiais históricas corroboradas pelo capital no capitalismo dependente latino-americano.

Para isso utilizarei as construções teóricas de Ruy Mauro Marini e de Paulo Freire contidas em “Dialética da dependência” e “Pedagogia do Oprimido”, como forma de validar historicamente algumas categorias construídas a partir do pensamento crítico latino-americano, tais como: dependência, superexploração da força de trabalho, subimperialismo e opressão.

Paralelamente, pretendo mostrar o desenvolvimento permanente das resistências ora ocultas, ora públicas em nosso continente (SCOTT, 2000), culminando nas ações, práxis contestatórias e revolucionárias, inerentes à crítica da economia política e à pedagogia do oprimido. A intenção geral é de, ao captar o movimento mais abstrato das categorias, e o mais concreto das lutas cotidianas tal qual elas ocorrem em seus respectivos contextos, expressar o encontro de saberes oriundo destes vários movimentos em movimento (CALDART, 1997). Para dar concretude às categorias partirei do movimento contemporâneo do imperialismo definido por Mandel como “Capitalismo Tardio”, 1982.

sendo incorporada na dinâmica cultural do capital, a projeção do valor de troca sobre o valor de uso se materializou e o que era próprio foi abertamente mesclado com o que lhe era externo e daninho. Na dialética do seu movimento a capoeira apresenta as contradições próprias da luta por libertação, frente à dinâmica de violento aprisionamento do trabalho pelo capital.

1.3 Do imperialismo clássico ao contemporâneo e as metamorfoses do capitalismo dependente latino-americano

O ano de 2016 é comemorativo. A obra de Lênin, “Imperialismo fase superior do capitalismo”, completa cem anos⁸. E reascende, em pleno século XXI, o debate sobre as formas desdobradas do capital, no seu movimento permanente de continuidade e reprodução da substância desigual e combinada das leis gerais de seu desenvolvimento.

Ao longo destes cem anos, muitas situações derivadas da violenta relação, baseada na coerção e no consenso do capital sobre o trabalho, e de um país sobre o outro se materializaram na ofensiva de guerras de movimento e de posição protagonizadas pelo próprio capital, ou na relação de enfrentamento deste com a classe trabalhadora. Entre alguns fatos marcantes, cito:

- As novas formas de organização do capital, seja pela expansão do capital fictício e das finanças, ou pela disseminação das mais intensas formas de extração de sobretrabalho por todo o globo (CARCANHOLO, 2014; CARCANHOLO, 2015);
- As novas configurações dos Estados-Nações, que implicaram na reestruturação dos elementos de hierarquização e anarquia do capital na Divisão Internacional do Trabalho (HARVEY, 2003; MANDEL, 1982);
- A ofensiva ideológica da burguesia, que utiliza as novas tecnologias da informação e das comunicações em geral para sacralizar o consumismo, o individualismo e a propriedade privada como as únicas formas do viver (MANDEL, 1982; DEBORD, 1997; MÉSZÁROS, 2004).
- A fase de reestruturação dos projetos de esquerda que, após a destruição do Muro de Berlim, exigem a reconfiguração baseada na crítica e na autocrítica da construção de outros processos para além do capital e das distorções de classe ocorridas no interior das experiências socialistas (MÉSZÁROS, 2002).
- As reestruturações produtivas mundiais que mantêm a dinâmica de consolidação forçada do êxodo rural e das migrações do Sul para o Sul, ou do Sul para o Norte, resultantes dos conflitos políticos, religiosos e culturais emanados do poder irradiador da violência pelo capital.

Diante de mudanças desta envergadura, “Imperialismo, fase superior do capitalismo” continua como leitura obrigatória, pois combina uma excepcional análise teórica das

⁸ Sobre a importância desta obra de Lênin, publiquei, juntamente com Fabio Marville, um artigo na Revista Rebel, vol. 4 n.2, 2014 com o título: Lênin e a interpretação do Imperialismo nos séculos XX e XXI.

características que passariam a permear o desenvolvimento capitalista no século XX e uma fantástica análise da luta de classes dentro da nova fase do capitalismo. Esta obra vai além dela mesma, uma vez que expõe uma quantidade absurda de referências e fontes documentais desenvolvidas em um documento simples que oculta a densidade do estudo realizado por Lênin.

No entanto, qual a importância de retomar os estudos da obra de Lênin? Sua relevância desvenda-se a partir da condição específica em que se encontra a América Latina no século XXI. A ocupação direta dos territórios do continente pelo capital transnacional, somada à reestruturação produtiva da condução neoliberal, contínua com remodelagens de um Estado que, no nacional, serviu aos interesses do capital externo, em aliança com a burguesia nacional, conformam o passado-presente da dependência no continente. E isto faz cair por terra a concepção de desenvolvimento, seja nacional, neoliberal ou “neodesenvolvimentista”, apregoados como autonomia e soberania.

As bases que se ergueram no início do século passado seguem vivas e foram reforçadas por novas formas de sujeição sob o comando direto do capital transnacional em todo o mundo. A exportação de capitais transitou para a produção direta destes capitais monopolistas nas diversas partes do globo terrestre - transferência direta de valor. Os trabalhadores do campo, nas economias dependentes, sob o jugo ainda mais violento do capital, ou levantaram-se em resistência, ou amoldam-se à perversa condição de superexplorados e oprimidos na América Latina. A atualidade desta obra não é meramente teórica. Orienta-se na práxis da dominação e da resistência no momento mesmo em que nos toca viver dita situação.

Através do diálogo com Marx (*O Capital*, 1856), Hilferding (*O capital Financeiro*, 1910), Bukharin (*O imperialismo e a economia mundial*, 1916) e Hobson (*Imperialismo*, 1902), Lênin, em “*Imperialismo fase superior do capitalismo*” (1916), traz à tona as transformações substantivas que caracterizam o novo estágio do capitalismo: a conformação das mais esdrúxulas formas de precarização das condições de trabalho e de espoliação dos recursos naturais no âmbito mundial.

É a própria estrutura do capitalismo na sua fase superior que imprime o status de capitalismo dependente a determinadas regiões estratégicas para a produção e composição geral da lei do valor-trabalho. Os estágios mais avançados da concorrência intercapitalista entre os monopólios se desdobram em uma relação cada vez mais perversa de sujeição das

economias ricas em recursos naturais e abundantes em força de trabalho, sujeitadas à produção de vida condicionada pelos processos organizadores da valorização do capital.

Em 1916, Lênin (2012) já apresentava a força dessa sujeição das relações econômicas internacionais ao dizer que:

O capital financeiro não está interessado apenas nas fontes de matérias-primas já descobertas, mas também em fontes em potencial, pois, nos nossos dias, a técnica avança com uma rapidez incrível, e as terras não aproveitáveis hoje podem tornar-se terras úteis amanhã, se forem descobertos novos métodos (para tal fim, um grande banco pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro em ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral [...] O capital financeiro manifesta a tendência geral em se apoderar das maiores extensões de território possíveis, sejam eles quais forem, estejam onde estiverem, por qualquer meio, pensando nas possíveis fontes de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa pelas últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas. (LÊNIN, 2012, p.118)

Imperialismo e dependência são assim processos de um mesmo e único movimento desigual e combinado, emanado do capital com obrigatória sujeição dos trabalhadores em todas as partes. Captar o movimento a partir desta estrutura, permite entender os limites cada vez maiores de que as coisas possam ser resolvidas no singular espaço em que as lutas se manifestam. E exige entender, no movimento geral do capital, a necessidade também internacional da luta que objetiva freá-lo (DOS SANTOS, 1978; BAMBIRRA, 1983; MARTINS, 2001; MARINI; MILLÁN, 1994).

Para explicitar as novas bases do velho conteúdo desigual do capital, Lênin trabalha seis características marcantes do que, no século XXI, definimos como imperialismo na sua fase madura. Processo este que foi o resultado de três grandes transições: 1) do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (imperialismo), 1890-1929; 2) do capitalismo monopolista clássico ao contemporâneo, fase de desenvolvimento de 1929 a 1965; e 3) de maturidade do capitalismo contemporâneo cuja consolidação reestrutura o papel dos Estados nacionais, reordena a ideia de fronteiras nacionais e consolida um imaginário de ideário único do desenvolvimento (MANDEL, 1982).

Lênin, ao estudar suas fontes diferenciais em relação ao período anterior destaca as seguintes características:

1) a era dos monopólios, caracterizada pelo alto teor da concentração e centralização do capital realizado pelo processo de fusões, aquisições e destruição de capitais na disputa intercapitalista por realização de uma taxa de lucro acima da taxa média geral, atrelada à mais valia extraordinária. Diferentemente da era concorrencial, a era dos monopólios define o ritmo da produção e da circulação da mercadoria no plano mundial, à luz da combinação entre diferentes setores que compõem a arquitetura da produção geral da lei do valor-trabalho.

2) a era do capital financeiro (o novo papel dos bancos). Este é entendido como a fusão entre o capital bancário (juros) e o capital produtivo (lucros), que culmina em uma concentração e centralização do capital em todos os setores da economia. Nesse sentido, os monopólios da produção e os monopólios bancários fundem-se numa mesma figura, momento particular que dificulta a compreensão sobre o capital verdadeiramente produtivo, dada a direta interferência dos bancos neste setor. Os bancos, ao atuarem diretamente na produção, com incidência real na tomada de decisão sobre o processo produtivo, passam a materializar a extração de sobretrabalho no âmbito produtivo. Ou seja, o capital financeiro, na fusão destes dois capitais, assume o protagonismo tanto na esfera da produção, quanto da circulação, e imprime novos sentidos à dimensão do trabalho produtivo e improdutivo⁹ sob os domínios do capital financeiro.

3) a era da oligarquia financeira. Os grandes bancos, detentores de ações no setor produtivo, imprimem o ritmo da produção, instituem o ambiente da desigualdade, via crédito, na produção e no consumo, e assumem a batuta na condução da regência da operação produtiva de realização do lucro – produtivo e especulativo – no âmbito mundial em geral, e em cada um dos territórios em que ele atua, em particular. Os bancos, de meros intermediários da compra e venda, emprestadores de dinheiro, protagonistas do capital portador de juros, passam a ser acionistas diretos do setor produtivo. Protagonizam as sociedades anônimas dos séculos XX e XXI.

4) a era da exportação de capitais. Para alguns autores marxistas, esta é a característica mais importante do imperialismo. Penso que não há como definir, nos termos de Lênin, uma mais que a outra, uma vez que todas ao se entrecruzarem jogam peso na conformação da nova fase. Quiçá, por representar o processo concreto de efetivação das industrializações tardias, a exportação de capitais ganha na periferia um peso relativo. Mas ela é originada pela oligarquia financeira que concentra- centraliza parte expressiva do capital em suas mãos e

⁹ Estas categorias serão analisadas com o detalhe que merecem no capítulo 2 deste trabalho. Mas, segundo Marx, se considera trabalho produtivo aquele que produz diretamente valor, a partir dos processos de extração de mais valia e improdutivos os que estão vinculados à esfera da circulação do capital.

decide, na base das contas futuras, onde investir, o preço a cobrar e a extração de valor manifesta nestes territórios desiguais. Através da exportação de capitais, o desenvolvimento desigual e combinado ganha a tônica dos empréstimos em dinheiro para a aquisição de tecnologias no terceiro mundo. E com isto, o “desenvolvimento nacional” quando ocorre se dá condicionado ao duplo movimento organizado pelo capital financeiro: 1) empréstimo de capital na forma dinheiro (pagamento de juros); 2) venda de tecnologias para a industrialização das economias desenvolvidas (lucros).

5) a era da partilha do mundo entre os grandes capitais financeiros monopolistas. A guerra intercapitalista, por redução de preços e do tempo de rotação do capital, não necessariamente é viável, uma vez que os custos de produção tendem a ser muito altos. Nesse sentido, os grandes capitais, inimigos concretos entre si, consolidam conluios que os permitem alicerçar a renovação de suas próprias bases “éticas” e “morais” na disputa concorrencial monopolista. E instituem novos parâmetros de ocupação neocolonial, dos territórios dependentes, com o fim de realizar superlucros. A partilha do mundo pelos monopólios explicita a inviabilidade do Terceiro Mundo pensar no desenvolvimento capitalista de seus territórios de forma autônoma, soberana, uma vez que o atrela aos ditames do capital monopolista na sua fase superior. A integração territorial, que ocorre nesta fase, destitui de poder as economias periféricas e as condiciona ao marco estrutural do particular capitalismo dependente que lhe é peculiar.

6) a era da partilha do mundo entre as grandes potências. Todo capital gigante tem uma sede de onde emana seu poder e para onde se destinam parte da produção de seus lucros. Essa sede transforma alguns Estados nacionais em potências capitalistas, em disputa permanente entre si pela hegemonia. Tais Estados fortes, do capital, consolidam uma estrutura de dominação e acordos internacionais que vão a dois sentidos: 1) favorecer o próprio capital de seu país, com o fim de agigantar-se como potência imperialista frente aos Estados concorrentes; e 2) fortalecer seu poder, creditício, militar, jurídico, sobre os demais estados e capitais oriundos destes.

Juntas, estas características conformadas por Lênin dão a dimensão da fase superior que alcança o capitalismo no início do século XX. Fase essa desdobrada em duas grandes guerras mundiais e duas grandes crises de produção-realização de lucro (1890, sob a hegemonia inglesa; 1929, sob a mudança de hegemonia da inglesa à dos Estados Unidos). Nas palavras do intelectual orgânico russo (LÊNIN, 2012):

A principal característica do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LÊNIN, 2012, p.116)

Essa assertiva de Lênin, na análise da apropriação direta dos monopólios sobre os territórios das economias dependentes, condiciona o desenvolvimento desigual e combinado do qual provém a situação de dependência estrutural. Isso é importante porque deflagra, na disputa teórica, as deficiências concretas das teses desenvolvimentistas, nacionais ou liberais, sobre a possibilidade de América Latina caminhar com soberania nacional, no estágio de desdobramento sem precedentes do capital monopolista. Termos que Mandel (1982), Rosdolsky (2001) e Mészáros (2004) captaram na produção contemporânea de seus textos¹⁰.

A concepção de progresso, que acompanha parte da intelectualidade latino-americana e brasileira ao longo de 1930 em diante, é fruto de uma concepção local, descolada de uma realidade internacional manifesta na centralidade que ocupa a desigualdade das composições orgânicas de capital na produção da taxa média de lucro do capital financeiro monopolista. Dito capital partilha o mundo entre si, com o afã de reduzir custos, explorar novos recursos, apropriar-se de uma massa de trabalhadores rurais potenciais migrantes e, esvaziar o campo de gente, para ocupá-lo com máquina.

Mandel definiu esta situação originada no imperialismo contemporâneo, como capitalismo tardio entendido como “desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista. Por implicação, as características da era do imperialismo de Lênin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio”. E continua o autor, na explicação da categoria capitalismo tardio: “tenta esclarecer a história do modo de produção capitalista no pós-guerra de acordo com as leis básicas de movimento do capitalismo, reveladas por Marx em O Capital” (MANDEL, 1982, p.5).

¹⁰ Este tema será abordado no capítulo 3 deste trabalho.

No tom do velho-novo imperialismo, vários autores têm se dedicado a mostrar a continuidade-ruptura dos termos apresentados por Lênin. Todas estas contribuições demarcadas dentro do campo marxista contribuem para a compreensão da complexidade da relação capital-trabalho no século XXI. Mas é em Mandel que penso estar contida uma boa síntese, baseada na teoria valor-trabalho sobre o movimento novo-velho encarnado nos desdobramentos do capital ao longo do século XX.

Esta análise combinada com a perspectiva da filosofia política de Mészáros nos permite consolidar um panorama abrangente acerca da (des)continuidade das violentas ações do capital sobre a terra e o trabalho no mundo. Nos termos de Harvey, acumulação por espoliação. Processo originado e com desdobramentos contínuos em pleno século XXI, em que a origem nos remete ao violento passado de invasão colonial (HARVEY, 2003):

As estruturas preexistentes têm de ser violentamente reprimidas como incompatíveis com o trabalho sob o capitalismo, porém múltiplos relatos sugerem hoje que há a mesma probabilidade de serem cooptadas, numa tentativa de forjar alguma base consensual, em vez de coercitiva, de formação da classe trabalhadora. Em suma, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. (HARVEY, 2003, p. 122)

À luz das teses de Mandel (1982), alguns desdobramentos substantivos ocorridos após 1970 foram:

- Aceleração do uso da tecnologia em todos os ramos produtivos, o que culmina no rearranjo da composição orgânica e técnica do capital, com intensificação da produtividade média mundial e, em consequência, ampliação da produção em larga escala de mercadorias;

- Diminuição, sem destruição, das desiguais e complementares composições orgânicas do capital. Entre o tempo de rotação do capital na agricultura e na indústria conformam-se novos arranjos produtivos na agricultura (tecnificação da produção, utilização de venenos agrícolas para aceleração da produtividade média, entre outros) e novos mecanismos de integração intersetoriais protagonizados pelo capital monopolista. O limite de redução do tempo de rotação do capital na agricultura manifesto na incidência da incorporação tecnológica neste setor, reestrutura o processo de trabalho e de produção nas economias mais avançadas tecnologicamente e o esvaziamento do campo, consolida novas dimensões da exploração do trabalho nessas economias (precarização instituída pela transformação de direitos sociais em mercadorias negociáveis nas bolsas de valores). Resulta daí também um maior interesse do capital financeiro sobre os territórios periféricos abundantes em força de

trabalho jovem e em extensas terras altamente férteis. O que Lênin chamou de novas anexações coloniais, Mandel caracteriza como semicolônias inerentes ao capitalismo tardio (LÊNIN, 2012; MANDEL, 1982).

- Supremacia do setor serviços sobre o setor industrial e agrário, redimensionando na esfera da produção e da circulação das mercadorias a composição orgânica do capital, base estrutural das reestruturações da extração de valor. Através dos serviços, o capital financeiro monopolista assume a batuta na regência do capital portador de juros, do capital portador de sobretrabalho e do capital extraído das mais diversas formas de trabalho informal em composição com o formal. Neste ponto, Mandel faz uma excelente análise, ao retomar as reflexões de Marx acerca dos desdobramentos sobre a compreensão das categorias trabalho produtivo e improdutivo da nova fase de rearranjo do capital na era do capitalismo tardio.

- As contradições inerentes à indústria armamentista, com altos e baixos na composição média da produção de valor e dificuldades de realização de superlucros, sem o mundo vivenciar uma situação explícita de guerra entre as grandes potências (MANDEL, 1982; POLANYI, 1975; HOBBSBAWM, 2014). A análise da economia política se funde à análise da guerra permanente e Mandel coloca em movimento sua astuta compreensão sobre a violência inerente ao desenvolvimento do capital, seja na função da disputa pela hegemonia, ou na ocupação de territórios estratégicos para a manutenção da ordem imperante e onipotente do capital.

- O neocolonialismo como condição *sine qua non* do desenvolvimento desigual e combinado que arrasta a periferia para a condição estrutural de capitalismo dependente. Logo, as novas-velhas formas de sucção de riqueza são organizadas para que na economia, na cultura e na política a função complementar e antagônica da América Latina e demais economias periféricas na Divisão Internacional do Trabalho seja mantida.

- Reafirmação da ideologia do desenvolvimento, da participação ativa dos Estados Nacionais na consolidação das reformas necessárias à livre mobilidade do capital financeiro pelo mundo, com substantivas ressignificações, via indústria cultural, da transmissão propagandista dos interesses opressores do capital.

Todos estes elementos conformam uma unidade dialética. Na dinâmica consolidada no período clássico do imperialismo, estes elementos explicitam a centralidade da teoria valor-trabalho na dinâmica do capitalismo tardio. Mais do que buscar as pistas sobre o “fim do trabalho”, Mandel reitera a centralidade desta categoria na fase contemporânea do imperialismo. Com base na particularidade das novas violências emanadas da relação capital-

trabalho assentadas em velhas estruturas de dominação, a divisão internacional do trabalho se apresenta como o palco da permanência-mudança na lógica da exploração, opressão, guardadas as particularidades dos territórios em que elas se materializam.

Na intensificação da extração de sobretrabalho na era do capitalismo tardio, o movimento dialético enraizado na unidade do diverso que compõe o movimento do capital explicita uma aparente modificação da exploração da força de trabalho no âmbito mundial, como se o que fosse próprio do capitalismo dependente, tivesse se transformado em geral: a superexploração da força de trabalho. No entanto, isto só ganha sentido, se entendemos a superexploração como sinônimo de aumento da intensidade da exploração do capital sobre o trabalho. Como isto é a própria história da exploração, ela não pode em si mesma narrar a particularidade estrutural como totalidade do movimento. Em outras palavras, a superexploração da força de trabalho na América Latina funciona diretamente como transferência e apropriação privada do valor pelo capital financeiro monopolista originário e irradiado desde as economias centrais (AMARAL, 2005; CARCANHOLO, 2008).

Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho, como salienta Marini, é uma categoria estruturante e peculiar do capitalismo dependente. E, ainda que se apresente dentro da dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado em geral, essa categoria explica, ontem e hoje, o processo estruturante da condição subordinada da América Latina nas relações econômicas internacionais. Pode haver superexploração da força de trabalho nas economias centrais? Sim, mas como processo conjuntural, como indicador econômico, não como categoria analítica. A superexploração não demarca o estágio em que chegou o capitalismo tardio. Demarca a história do capitalismo dependente que compõe a história do capitalismo tardio na desigualdade complementar e anárquica que os sustenta (CARCANHOLO, 2008; OSÓRIO, 2004; SOTELO, 2003).

Sem dúvida alguma o processo de desmonte dos direitos sociais da classe trabalhadora dos Estados Unidos e em alguns países da Europa a partir dos anos 1980 demarca uma piora nas condições de trabalho nas economias centrais. A exploração ganha novos contornos em que a parte do trabalho necessário é precarizada frente à insistência e necessidade do capital em aumentar o trabalho excedente que o remunera.

A precarização manifesta na diminuição de direitos sociais e a privatização da vida cotidiana nas economias centrais é a expressão tendencial da própria contradição inerente aos desenvolvimentos das leis gerais do capital. Como característica da própria história da exploração, esta situação não é sinônimo de superexploração.

No caso específico da América Latina, a condição da superexploração se fez necessária frente a dois movimentos: 1) a necessidade do capital monopolista de instituir a desigualdade na composição orgânica do capital no âmbito mundial, como forma de conseguir apropriar-se de parte da mais valia geral, dada sua condição privilegiada de monopólio; e 2) a necessidade do capital periférico de contrarrestar internamente sua condição subordinada na concorrência internacional, a partir de mecanismos próprios de extração de valor.

A história da superexploração é assim narrada em conformidade com a da exploração em geral. No movimento entre particularidade-universalidade, cada uma destas categorias imprime sentido próprio na histórica morfologia do capital. Este somente existe e se desenvolve através da exploração da força de trabalho nas economias centrais em geral, e da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes em particular.

No entanto, e quanto à opressão suas formas-conteúdos são iguais nas economias avançadas e nas economias periféricas? Bem, se traçamos o mesmo exercício entre o particular e o universal, a composição entre ambas explicita a desigualdade combinada e complementar entre as partes que dialeticamente compõem o todo.

À opressão da classe trabalhadora nos centros, corresponde uma identidade de consumo e de endividamento, que os torna reféns, situação expressa na venda de sua força de trabalho como única realização possível de acesso à sociedade de consumo. Processo idealizado para todos pelo capital. Na periferia, essa opressão se mescla com uma arraigada trajetória de condicionamento do ser menos, desenhado pela hierarquia superior-inferior, instituída na desigualdade inerente ao desenvolvimento do capital. A encarnação do subdesenvolvimento moldou ideias nas consciências dos países do Norte e do Sul. E fez, na diferença concreta de salários e consumos entre os países do Norte e do Sul da América, a migração de parte da classe trabalhadora superexplorada no Sul com o fim de tentar um “destino” melhor no Norte.

No processo de gênese e desenvolvimento inicial do capitalismo dependente a opressão da cultura para o trabalho assalariado livre, passaporte de acesso à sociedade de consumo, materializava-se como a forma de ser da exploração nas economias centrais. Enquanto isto, nas economias dependentes as migrações internas movimentavam a consolidação da “ordem do progresso” da industrialização substitutiva de importações. Antes de ser a exploração da força de trabalho para o consumo, vivia-se na antesala, o sonho do trabalho assalariado formalizado.

À medida que o imperialismo contemporâneo se apresenta como fase madura do capital financeiro monopolista, a opressão nas economias centrais se define pela inquestionável necessidade de manutenção da ordem da sociedade de consumo, descartável, alienante, com vistas à superação do desemprego estrutural. Nas economias dependentes, a migração forçada rumo ao Norte projeta o sonho de inclusão no mais alto estágio da inserção mercantil da sociedade de consumo. O trabalhador migrante, “negro”, “indígena”, “latino-americano”, como visivelmente presente na economia central, sob o jugo de inúmeros preconceitos cotidianos. A introjeção violenta na mente dos trabalhadores do Norte determina o tipo de acolhimento atrelado aos preconceitos contra os trabalhadores do Sul, antes mesmo de sua chegada ao país de destino.

No caso do México, da América Central e do Brasil, principais remetentes da migração latino-americana para os Estados Unidos, a conformação da diferença na desigualdade que hospedava a necessidade de migração, instituiu, nos que ficavam, um sentimento de manutenção “da ordem da pobreza”, frente à projeção de “enriquecimento” dos que foram. A remessa de dinheiro dos migrantes aos familiares do Sul demonstrava a força do mercado interno dos Estados Unidos, não só nos recursos de parte da classe trabalhadora do Sul, mas no ideário concreto das diferenças existentes entre estes territórios no universo da exploração da força de trabalho.

O relatório da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL), “Tendencias y patrones de la migración latinoamericana y caribeña hacia 2010 y desafíos para una agenda regional”, relata que em 2010 havia 28,5 milhões de latino-americanos e caribenhos (4% da população total da América Latina e Caribe) residindo fora de seus países de origem. Os Estados Unidos mantinham-se como principal destino absorvendo o total de 70% dos imigrantes. O tema da fronteira, seja no âmbito interno ou externo às economias, segue como uma situação complexa no continente e o México apresenta a expressiva situação de responder por 40% do total das migrações rumo aos Estados Unidos.

No âmbito mundial, entre guerras, luta pela sobrevivência econômica e demais violentos mecanismos de expulsão dos seres humanos de seus territórios, havia, em 2014, mais de 51 milhões de pessoas em fuga-luta para refazer suas vidas em outros países (Instituto de Migraciones y derechos humanos, ONU, 2014). Essa condição de migração forçada expõe uma das características de vida do capital sobre a pesada condição desumana de trabalho para um majoritário número de trabalhadores no mundo. O migrante, além de receber todos os estigmas rotuladores da diferença que o subjuga, torna-se ainda mais vulnerável no âmbito

laboral uma vez que necessita adequar-se às condições propostas pelo novo hospedeiro opressor.

Nesse sentido, a migração forçada faz parte da história do desenvolvimento desigual e combinado e narra as condições pretéritas que compõem uma média salarial mundial tendencialmente forçada para baixo pelo capital. E, se inserirmos na questão das migrações as demais violências opressoras relativas à raça-etnia, ao gênero e às nacionalidades das quais os migrantes provêm, a opressão ganha uma magnitude ainda mais intensa o que joga ainda mais para baixo os salários a serem recebidos por esses trabalhadores.

Em geral, fora da cobertura de qualquer direito social em um tipo de acolhimento artificial do país hospedeiro, o migrante “ilegal” jamais deixa de ser o “de fora”, o que “rouba oportunidades”, o que “piora as condições de trabalho em geral”. A xenofobia e o capitalismo se encontram e a humanidade do humano que recebe outro humano em condições extremamente vulneráveis se revela inexistente (TODOROV, 2010; HOBBSAWM, 2000; MARTINS, 2009). Nas palavras de Hobsbawm (2014, p. 12), “ a imigração é um problema político substancial na maior parte das economias desenvolvidas do Ocidente, ainda que a proporção dos seres humanos que vivem em países diferentes daqueles que nasceram seja de apenas 3%”. Mas o é também para as economias que os perde pois na dinâmica econômica, política e social o mundo inteiro está sob a tutela do capital financeiro monopolista.

Na era da sociedade do espetáculo, migrar de forma “ilegal” é entendido pelos que ficam no seu território como a oportunidade de melhoria das condições de vida do trabalhador e de sua família. À medida que isto dá certo, ou errado, seus resultados se introjetam como esperança e medo nos corpos sedentos por inclusão dos que ficaram à espera ou de dinheiro, ou de chances de também migrar.

Com a modificação substantiva do imperialismo no capitalismo contemporâneo e a acentuação da precarização das condições de trabalho em todos os territórios, o que antes era trabalho para os migrantes do Sul no Norte, passa a ser reivindicado pelos próprios trabalhadores desta nacionalidade, e a volta a casa, no retorno dos migrantes, traz consigo um péssimo sabor de derrota, frente à continuidade do subdesenvolvimento nos territórios latino-americanos. Na história da exploração em geral, as opressões se reatualizam conforme o grau da precarização das condições de trabalho no Norte. E no Sul, o crescimento das desigualdades exalta, no sentido comum social da práxis alienada, a tendência à reprodução histórica das opressões originadas do conservadorismo de classe, no interior da classe trabalhadora.

A superexploração da força de trabalho e a opressão que a dá sentido são mecanismos estruturais do capitalismo dependente emanados de uma histórica situação de violência estrutural. Essa violência demarca, para fora e para dentro, a necessidade da formação da consciência, forjada na luta e nos estudos, como forma de instituir novas práxis, para além das práxis do capital sobre e contra o trabalho. Não há nada mais violento que o trabalhador reproduzir a lógica dominante como sua própria lógica projetada como futuro. Não há nada mais degradante que o próprio trabalhador, ao não se ver como classe, instituir para os demais trabalhadores os mesmos mecanismos violentos de opressão como condição histórica de perpetuação do capital.

No movimento dialógico e dialético das práxis contidas nas histórias das resistências e lutas no Norte e no Sul, é a própria condição desumana de vida dos que vivem da venda da força de trabalho ou da impossibilidade de realizá-la que se materializa, de fato, a compreensão sobre a desigualdade material concreta movimentada pelo capital. A desigualdade se apresenta hoje com ares de “novidade”, mas é hospedeira de situações anteriores que, por mais que imprimam a história passada, seguem vivas na história presente. Sobre a explicação acerca da desigualdade inerente aos desdobramentos do capital na particularidade da América Latina, vários intelectuais, na década de 1960, começaram a tecer uma investigação minuciosa sobre o tema naquilo que se consolidou como a teoria marxista da dependência. Seu ponto de partida foi o imperialismo em sua dinâmica geral e a dependência como sua referência particular.

1.3.1 A crítica da economia política latino-americana¹¹

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), ao captar o movimento dialético entre a parte e o todo, em um momento muito singular da história da América Latina (período da ditadura militar, do mundo cindido entre capitalismo e comunismo), cria um referencial analítico peculiar sobre o entendimento do movimento geral-particular do capital no território.

¹¹ Desde 2010 um expressivo grupo de jovens intelectuais brasileiros e latino-americanos tem se dedicado a retomar os estudos clássicos da perspectiva marxista da dependência. Destes estudos, foram criados grupos de pesquisa conjuntos e vários espaços de irradiação de atividades coletivas entre estes intelectuais militantes. Entre estes grupos e espaços cito: 1) Grupo de Trabalho da TMD da Sociedade Brasileira de Economia Política, SEP, coordenado pelo professor Fernando Correa Prado e 2) Grupo de História Econômica da Dependência Latinoamericana (HEDLA), coordenado pelo professor Mathias Luce. Entre outras importantes atividades, vale a pena destacar a atualização da página com os escritos de Ruy Mauro Marini - <http://www.marini-escritos.unam.mx/> -, em que temos conseguido inserir textos inéditos capturados nos últimos anos de diversos acervos presentes na América Latina.

Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra¹² são herdeiros de José Carlos Mariátegui, José Martí, Ernesto Che Guevara, entre outros. Estes intelectuais orgânicos, no rigor que lhes é peculiar, divergiam em pontos específicos, mas não abriam mão da compreensão comum, baseada no método marxista, sobre como captar o movimento.

Entre os vários teóricos marxistas da dependência, destaco o pensamento-ação de Ruy Mauro Marini. Intelectual e militante de primeira ordem, Marini viveu, no próprio corpo - através dos múltiplos mecanismos violentos de “visibilidade criminosa” instituída pelos ditadores e “invisibilidade intencional” consolidada por rivais como Fernando Henrique Cardoso - o sentido ofensivo e degradador da “humanidade” contida na personificação do capital, cujos donos são os proprietários privados dos meios de produção e seus representantes ocupam o poder institucional.

O exílio vivido no período de ditadura militar foi a expressão cabal das violências físicas e simbólicas protagonizadas pelo capital contra todos os que ousavam questionar suas ordens, leituras e produções sociais da riqueza material calcada na exploração da força de trabalho. Diga-se de passagem, que o capital em produção-circulação na América Latina neste período de autoritarismo, sob a hegemonia imperialista dos Estados Unidos, não era outro senão o mesmo capital financeiro monopolista concentrado e centralizado em poucas mãos. De forma que a ditadura imprimiu, no ritmo da violência torturadora, um comando interno, de mandos e desmandos externos sob o controle do capital monopolista e seus aparatos hegemônicos de Estado, sediados nas economias mais avançadas do capitalismo contemporâneo.

No exílio¹³, Marini pôde conviver e viver outras experiências de luta de classes e de formação política que contribuiriam para entender o que havia de comum nas particulares expressões latino-americanas em movimento de luta contra o movimento de dominação e perpetuação do capital. A dialética do movimento permitiu que na violência substantiva do

¹² Destes três intelectuais, apenas Theotônio dos Santos está vivo. Ruy Mauro Marini morreu em 1997 e Vânia Bambirra recentemente, em 2015. Infelizmente, na trajetória histórica da intelectualidade brasileira e latino-americana, Vânia Bambirra não figurou como Theotônio dos Santos em vários espaços de reflexão política nos últimos anos. Para mim, parte disto é o resultado histórico do peso político que ainda incide sobre a mulher, viver em uma sociedade patriarcal, racista e dependente como a brasileira. Ser intelectual de esquerda é difícil no cotidiano voraz da supremacia do capital sobre o trabalho. Ser mulher, militante e intelectual é ainda mais difícil tamanhas as violências que dita situação encarna. É como se a mulher vivesse um exílio permanente em seu próprio território. E quanto mais os anos passam, mais ele tende a manifestar processos históricos não resolvidos que, sob seus corpos, materializam múltiplos mecanismos de opressão.

¹³ Sobre o tema do exílio, sugiro a memória produzida por Ruy Mauro Marini para sua reintegração à UnB em 1994, em que ele traça de forma pormenorizada um autorretrato de seu processo histórico. Disponível em: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini vida e obra, 2011. Cabe destacar ainda o site com as obras do Marini disponibilizada em: www.marini-escritos.unam.mx

exílio, encontros fora da ordem fossem realizados. O encontro no exílio, forçado desde fora, criou desde dentro, novos panoramas intelectuais e vivenciais da luta de classes para estes sujeitos. No palco de um mundo dividido entre o capitalismo e o comunismo, a solidariedade na convicção de que era necessário superar o capital, potencializou - entre os intelectuais e militantes de esquerda - as condições objetivas de consolidação epistêmica, política e social para além do capital: a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Na violência autoritária do exílio forçado, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Enrique Dussel, Paulo Freire, Augusto Boal, Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes e uma infinidade de outros grandes nomes da esquerda latino-americana, produziram textos clássicos da práxis revolucionária latino-americana.

Cada sujeito, com suas histórias e memórias, narrava processos e projetos que, ainda quando não estivessem no mesmo grupo e no mesmo contexto de produção, seus textos, ao serem combinados, expressam, em meio à fragmentação, uma unidade no sentido de classe. “Dialética da dependência”, de Ruy Mauro Marini (1973); “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire (1968); “Teatro do Oprimido”, de Augusto Boal (1973), são três exemplos entre outros tantos que devem entrar em movimento como encontro de saberes na América Latina. Para os limites deste trabalho, somente os dois primeiros serão recuperados. Mas aponto desde já a incidência, no encontro de saberes, dos marcos analítico-práticos produzidos pelo encontro entre Boal e o MST. Tema que pretendo recuperar em projetos futuros¹⁴.

Por encontro de saberes entendo os seguintes processos: 1) do sujeito (individual e coletivo) que escreve, com a realidade que narra para além de si mesmo, desde um sentido coletivo de classe; 2) dos sujeitos que escrevem e que na particularidade dos domínios do capital, têm como centralidade a superação da fragmentação que tende a separar o que deveria estar unido na captação da totalidade do movimento; 3) o contexto concreto dos sujeitos que leem as obras clássicas, tomando como base a atualização destes pensamentos-ações; 4) dos sujeitos que vivem, sem conhecer os sujeitos que escrevem (separados por tempos e processos históricos), mas com identidade política, cotidiana, sobre o sentir-sentido da exploração e da opressão e a necessidade de superação; e 5) o movimento dialógico e dialético entre a escrita, a reflexão propositiva e a práxis da ação contestatária e superadora.

¹⁴ Em um primeiro momento, esta tese pretendia trabalhar o encontro entre estes três autores com o fim de analisar a trajetória do MST através dos três setores estratégicos do mesmo: produção, educação e cultura. Contudo, a conjuntura exigiu outros contornos e enfrentamentos mais necessários. Mas este projeto de colocar em diálogo os autores acima citados seguirá nas investigações futuras. Cabe destaque para o excelente trabalho do coletivo de Cultura do MST. Centrados nas experiências de cultura popular de Patativa do Assaré, de Augusto Boal e de Bertold Brecht, esse coletivo tem desenvolvido tarefas centrais de formação política via estética marxista.

O encontro de saberes torna-se assim um “movimento de movimentos” (CALDART, 1997) em busca de compreensão e superação da coisificação do ser e da vida. Neste encontro de saberes, não há os que não sabem. Há os que experimentam diferentes saberes resultantes da dominação do capital em todas as esferas. E, portanto, há saberes com níveis distintos de compreensão, na formação política da consciência, sobre o porquê se vive, como se vive e o que fazer para superar dito viver coisificado.

Entre a vida vivida e a vida refletida, pulsam movimentos. Nenhum melhor que o outro. Mas muitas vezes, uma construção social mediando as relações em que o todo é separado em partes, ganha pesos e medidas, institui campos superiores-inferiores; menos-mais; melhor-pior. O capital transforma a vida em um jogo concorrencial, institui como regra do jogo o dinheiro (expressão monetária da sociedade mercantil) como vetor principal e condiciona a vida de todos ao parâmetro único da sociedade baseada no valor de troca.

O encontro de saberes tem como pretensão dar unidade, na práxis, à diversidade das produções intelectuais e orgânicas destes sujeitos no atual contexto de luta dos movimentos sociais latino-americanos, especificamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST).

Através da práxis militante/revolucionária de Marini elucidamos o caráter da dialética da dependência latino-americana. Processo de produção e de vida imerso no âmbito global de reprodução ampliada do capital.

Marini nos ajuda em dois sentidos: 1) na compreensão das particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente, a partir do estudo da dinâmica geral do capital e da função que cumpre América Latina, em cada época, nas relações internacionais sob o jugo do capital; e 2) na compreensão sobre a histórica perspectiva de integração e revolução socialista necessárias, a partir da organizada e consciente luta de classes a serem protagonizadas, neste cenário, pelos partidos políticos de esquerda.

Como intelectual e militante em um contexto duro como o da ditadura na América Latina, seus textos não apresentam somente uma ideia genérica de revolução. Ancoram-se na práxis, cotidiana, de reflexão-ação coletiva, de resistência e luta contra a exploração, opressão.

A centralidade da crítica da economia política se mantém viva, não por uma opção epistemológica do que estuda tomando partido de forma alienada. E sim porque prevalece a hegemonia do capital e, portanto, a necessidade organizada de superação do trabalho. O capital é, em primeira instância, uma construção social, concreta, mercantil, sob a égide do

modo de produção capitalista. As relações de troca, medidas pela expressão monetária do valor, o dinheiro, são relações econômicas, mas nem por isso deixam de ser sociais. Expressam as relações sociais de troca na sociedade mercantil. Fugir deste ponto de partida mata o método, nega a forma-conteúdo, expõe outra opção que não a do materialismo histórico dialético. Os que veem nisso determinismo econômico ou economicismo contribuem para manter imperante a ordem do capital. Uma ordem centrada na destruição dos recursos, no esgotamento do uso do solo, na estruturante condição de extração do valor, exploração da força de trabalho, todos estes mecanismos mediados por um conteúdo orgânico de violência.

A condição violenta se verifica no que Mészáros explicita como a era do “descartável” sobre o humano, assentada na aceleração não somente da rotação do capital, mas essencialmente no consumo em grande velocidade dos bens não duráveis e, em alguma medida, também dos bens duráveis. Nas palavras do autor (MÉSZÁROS, 1989):

É pois extremamente problemático o fato de que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo – que é intrínseco ao avanço produtivo em geral – esteja completamente *revertido* e da forma mais intrigante. Ou seja, que a “sociedade descartável” encontre o equilíbrio, entre produção e consumo necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder artificialmente “consumir”. Em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, ela se mantém como sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis”, de tal sorte que estes necessariamente tenham que ser lançados ao lixo [...] muito antes de esgotada sua vida útil. (Grifo do autor) (MÉSZÁROS, 1989, P.16).

Essa condição voraz própria da tendência permanente do capital contrarrestar a tendência estrutural à queda da taxa de lucro exige retomar o materialismo histórico dialético como método explicativo sobre o que se vive, com o fim de superar dita situação. Para os que temos o MHD como método de análise, não é possível prescindir da fase atual na qual a síntese de múltiplas determinações se materializa. Em nosso contexto, alguns textos ganham a dimensão de clássicos por conseguirem antever o processo, captar o movimento, analisar, desde a gênese, o nascimento do que nos tocava viver em sua fase madura.

Na composição entre a crítica da economia política, a ontologia do ser social, a ideologia dominante como práxis do capital e as superestruturas constitutivas e constituídas para esta dominação, dá-se a tônica do movimento de movimentos presente no encontro de saberes.

Por um lado, a crítica da economia política (tanto geral como latino-americana) nos ajuda com seu método a revelar tanto os caminhos desenvolvidos pelo polo dominador para ter supremacia (do capital), imerso na unidade dos opostos, como a forma como a substância própria do valor (o trabalho) vai se transformando cada vez mais em mercadoria em outros estágios de desenvolvimento até chegar ao valor que se valoriza (capital). Por outro lado, tal contribuição, por não ser um mero recurso, e sim um processo de análise, requer outras variáveis presentes em campos afins do saber – intencionalmente separados pelo capital - com o fim de entender a totalidade do movimento. A filosofia e a política são indissociáveis à crítica da economia política.

Na epistemologia marxista, a ciência não é neutra. Toma partido, reivindica formação da consciência e posição de classe na complexa construção da superação emancipadora. Com base no MHD, a crítica da economia política, a filosofia e a política ganham a substância narrativa de um conteúdo mais denso, complexo de complexos, do que encarna cada uma sozinha. Em tempos de crises epistemológicas com hegemonia pós-moderna, tal encontro parece uma mera abstração nostálgica de volta ao passado, segundo os defensores do fim da história como Francis Fukuyama, quando na verdade é a substância real do quefazer acadêmico-orgânico, militante como posicionamento crítico, reflexivo, de classe.

Nesse procedimento de unidade entre distintos e complementares campos do conhecimento, retomado em um contexto de absurda alienação e fetichização, baseado no poder da mercadoria na vida cotidiana dos sujeitos, sujeitados, esse exercício torna-se ainda mais complexo. O século XXI materializa em um estágio superior as contradições constitutivas da gênese do capital.

A produção ideológica mercantil da ideia de “civilização” demarcou, no novo século, a realidade palpável, concreta, dos condenados da terra no mundo, frente aos poucos robustos abastados (PINASSI, 2009; MANDEL, 1982). Quanto mais a mercadoria e a mercantilização se assentam como forma única, onipotente de ser, tanto mais os mecanismos ideológicos, subjetivos e objetivos, ganham forças na projeção idealizada pelo próprio capital sobre a vida dos trabalhadores. Tal complexidade exige a reflexão sobre as outras dimensões presentes no próprio cotidiano, dominadas pelo capital, com a função de objetivar seu domínio, através de múltiplos mecanismos de exploração e opressão, travestidos de “liberdade”, “igualdade” e “fraternidade”.

O avanço das forças produtivas concomitante à intensificação da extração de valor, atrelado a métodos progressivamente mais violentos na condição de sobrevivência da classe

trabalhadora, é o componente central da produção da falsa consciência sobre o progresso, do mito do desenvolvimento, e ancora-se verdadeiramente no atraso concreto da consciência de classe. Mais do que um processo protagonizados somente pelo capital, o atraso da consciência de classe e da práxis revolucionária também se deve à forma e ao conteúdo que o marxismo foi tomando em cada época afastando-se, de fato, das análises das leis gerais tendenciais da relação capital-trabalho e do materialismo histórico dialético que corresponde a esta análise. Segundo o autor de “Capitalismo Tardio” (MANDEL, 1982):

O atraso manifesto da consciência em relação à realidade deve ser atribuído, pelo menos em parte, à paralisia temporária da teoria que resultou da perversão apologética do marxismo pela burocracia stalinista, e que, por um quarto de século, reduziu a área em que o método marxista podia se desenvolver livremente ao mínimo imaginável. Os efeitos a longo prazo dessa vulgarização do marxismo ainda estão longe de haver desaparecido. No entanto, além das pressões sociais imediatas, que tolheram um desenvolvimento satisfatório da teoria econômica de Marx no século XX, também existe uma lógica interior ao desenvolvimento do marxismo que, em nossa opinião, explicaria ao menos parcialmente o fato de tal número de tentativas importantes não ter atingido o seu objetivo. Nesse ponto, dois aspectos da lógica interna do marxismo merecem ênfase particular. O primeiro diz respeito aos instrumentos analíticos da teoria econômica de Marx, e o outro ao método analítico dos mais importantes estudiosos marxistas. (MANDEL, 1982, p.15)

O ponto de partida é o concreto vivido. No século XXI, esse viver está mediado por uma infinidade de mercadorias, informações, tecnologias, que fetichizam ainda mais a substância oculta na aparência do acesso à mercadoria. A mercadoria funciona como um campo magnético de proteção mágica sobre a socialmente construída realidade perversa. Isso não é novo. Mas novas são as formas “mágicas” de ocultar a realidade desigual e combinada por trás de cada um, e de todos os objetos.

É assim como à crítica da economia política correspondem outros mecanismos de análise que nos ajudam a revelar o complexo jogo da essência encoberta pelas diversas aparências. A necessidade de entender a política em um sentido mais amplo de reconstrução dos espaços sociais do capital e a filosofia como campo de disputa apresentam-se como processos chaves.

1.4 Um diálogo entre a crítica da economia política e a pedagogia crítica latino-americana

A inserção da América Latina na economia internacional no início do século XXI está baseada em uma perda absoluta da autonomia de seus principais Estados nacionais. A

vulnerabilidade externa frente aos domínios dos capitais financeiros estrangeiros, tanto produtivos como financeiro-especulativos, uma perda sem precedentes no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas e, não menos importante, uma situação de pobreza e exclusão da grande maioria da população. Diante deste cenário, a questão da terra e do trabalho é reformulada pelo capital financeiro monopolista, agudizando ainda mais os históricos conflitos no continente.

Essas características redimensionam, de maneira mais complexa, o caráter da dialética da dependência latino-americana no contexto da reprodução ampliada do capital, cuja demarcação do “fim” das fronteiras, explicitava novas formas de seus históricos conteúdos de dominação.

Paralelamente, os sujeitos superexplorados e oprimidos que conformam o grande contingente populacional da América Latina, nas suas várias cores e tons de classe e identidade, seguem criando mecanismos para sobreviver ainda em meio à extração de riqueza, espoliação dos recursos e expropriação da terra como mecanismo continuado do poder do capital no continente. Através de sua incorporação real no setor informal da economia – onde ora reproduzem, ora confrontam o poder institucional estabelecido no ambiente formal de reprodução e acumulação do capital –, seja encontrando “novos” mecanismos de organização social para explicitar, não só a resistência, como também o protesto, a negação e a superação deste modo de produção e reprodução do capital.

O modelo de desenvolvimento capitalista de produção e a posição social construída, a partir dele, para contrapô-lo, demarcam o palco da luta de classes para os trabalhadores latino-americanos e nos remetem à discussão sobre os traços estruturais e dialéticos presentes na nova fase global de reprodução do capital no século XXI.

Em meio a esta complexidade, a discussão sobre o desenvolvimento latino-americano, dependente e subordinado, não pode se restringir aos fatores meramente econômicos da reprodução do capital. Porque, em conjunção com o econômico, determinando e sendo determinado por ele, estão as forças sociais, políticas e culturais que dão vida tanto ao modo de produção capitalista como à resistência, viva e atuante, dentro dele.

Esta preocupação vai ao caminho explicativo de Mészáros, quando em seu livro “A teoria da alienação em Marx”, sustenta que (MÉSZÁROS, 1978):

Na concepção dialética de Marx o conceito chave é a ‘atividade produtiva humana’ que nunca quer dizer simplesmente ‘produção econômica’. Desde o princípio, é algo mais complexo, como de fato indicam as referências de

Marx à ontologia. [...] Somente se conseguirmos compreender dialeticamente essa multiplicidade de mediações específicas, poderemos compreender verdadeiramente o conceito que Marx tem da economia. Porque se a economia é o ‘determinante em última instância’, é também um ‘determinante determinado’: não existe fora do conjunto sempre concreto, historicamente mudável, das mediações concretas, incluídas as mais ‘espirituais’. Se a ‘desmistificação’ da sociedade capitalista deve começar pela análise da economia, a causa do ‘caráter fetichista’ de seu modo de produção e intercâmbio, isso não quer dizer no mais mínimo que os resultados de semelhante investigação econômica possam simplesmente transferir-se a outras esferas e níveis. Incluso no que respeita a cultura, a política, o direito, a religião, a arte, a ética, etc., da sociedade capitalista, devem encontrar-se aquelas complexas mediações, nos diversos níveis de generalização histórico-filosófica, que nos permitam chegar a conclusões autorizadas tanto sobre as formas ideológicas específicas em questão como sobre formas determinadas, historicamente concretas, da sociedade capitalista em conjunto. (Tradução própria) (MÉSZÁROS, 1978, p.109)

A questão é como recuperar a complexidade na discussão do desenvolvimento dependente latino-americano – que por muito tempo ficou relegado à compreensão das variáveis macroeconômicas do mesmo –, dando-lhe um matiz político-ideológico combinado com a crítica da economia política para compreender as atuais dimensões da luta de classes.

Resgatar a dimensão política correlativa à estrutura de produção de valor do capital, ancorada no sobretrabalho, a partir do manejo conceitual e prático da política como mediação fundamental entre o desenvolvimento que se tem e o que se quer alcançar no continente, torna-se essencial. Uma proposta intencional que transforma, mas não fica somente no plano político institucional. Ganha outras dimensões a partir da recuperação do sujeito social com potencial participativo e transformador do meio em que vive. A política enquanto mediação entre o presente e o porvir, conforme sustenta Mézáros (1978). Pois,

Certamente a questão de uma superação positiva só pode ser defendida em termos políticos, contanto que a sociedade na qual se pensa como superação real daquela que se critica está ainda por nascer. É uma característica da política (e, naturalmente, da estética, a ética, etc.) a de *antecipar* (e assim promover) os futuros desenvolvimentos sociais e econômicos. A política pode se definir como a *mediação* (e, com suas instituições, como meios desta mediação) entre o *estado atual* da sociedade e o *futuro*. Suas categorias, em consequência, mostram o caráter apropriado a esta função mediadora, e as referências ao futuro são portanto, parte integral de suas categorias. (As políticas conservadoras mostram tanto como as políticas radicais as características dessa função mediadora. Porém suas categorias são menos explícitas e põem maior ênfase, evidentemente, em definir sua relação com o presente. O tipo conservador de mediação política trata de maximizar o elemento de continuidade em seus intentos de ligar o presente com o futuro enquanto que a política radical, claramente, põe ênfase na descontinuidade). (Tradução própria) (Grifos do autor) (MÉSZÁROS, 1978, p. 119)

Penso ser imprescindível a construção de uma análise que parta ao mesmo tempo da compreensão tanto da estrutura econômica excludente e alienadora (fetiche da mercadoria), como das condições materiais concretas que, na atualidade, relegam ainda mais o ser social ao isolamento e à coisificação, expressos pela subordinação do trabalho ao capital, e, conseqüentemente, da transformação do ser social em mercadoria.

Uma abordagem do desenvolvimento dependente latino-americano que, por meio do materialismo dialético histórico, por um lado, e da filosofia da práxis por outro lado, contribua para revelar de que forma segue tendo peso, na unidade dos opostos, a luta de classes presente nas ações dos movimentos sociais que confrontam, ou não, o modelo imperante do capital na América Latina.

Cabe também repensar se de fato as resistências e os diversos mecanismos de contestação à ordem consolidados pela classe trabalhadora na América Latina como destacam com enfoques particulares James Scott e John Holloway –, nos remetem, de fato, a uma alternativa societária concreta que pode instituir-se como superadora da dominação do modo capitalista de produção e de suas múltiplas formas de poder instituídas nos espaços de atuação dos sujeitos sociais. Ou seja, revelar como atuam ao mesmo tempo as forças de domínio e de contradomínio que contestam o domínio do capital e podem, ou não, abrir caminhos a novos momentos e processos revolucionários na América Latina.

Perante as forças subordinadoras do capital ocorrem ações contrapostas, emancipadoras, sempre presentes, ora de forma oculta, ora de forma pública, do sujeito social (fragmentado pelo capital, mas não totalmente esquecido de seu ser genérico enquanto sujeito humanizado): frente à marginalidade, a participação; diante do temor, do grito; perante a alienação, a consciência emancipadora; diante da opressão, a libertação; frente à coisificação, a humanização. Pois (SCOTT, 2000):

As relações de poder são também relações de resistência. Uma vez estabelecida, a dominação não persiste por sua própria inércia. Seu exercício produz fricções na medida em que recorre ao uso do poder para extrair-lhes trabalho, bens, serviços e impostos aos dominados, contra sua vontade. Sustentá-la, pois, requer constantes esforços de consolidação, perpetuação e adaptação. (Tradução própria) (SCOTT, 2000, p. 71)

Marx e Engels, em 1845, movidos pelo caráter humanista das relações sociais pelas quais advogavam (as causas da classe trabalhadora), remetiam-nos à dimensão mais ampla

sobres os espaços de dominação produtivos e ideológicos do capital. Em “A ideologia alemã” escreveram (MARX; ENGELS, 1958):

As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; ou, dito em outros termos, a classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe com isso, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, o que faz com que se lhes submetam, ao mesmo tempo, por intermédio, as ideias dos que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente. As ideias dominantes não são outra coisa que a expressão ideal das relações materiais de dominação, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, as relações que fazem de uma determinada classe a classe dominante, são também as que conferem o papel dominante a suas ideias. (Tradução própria) (MARX; ENGELS, 1958, p.51)

Se isso é certo, se a opressão se dá em vários âmbitos e espaços como reiteram esses autores, a questão é saber por que, durante tantas décadas, obteve primazia em nosso continente, e no mundo, o pensamento fragmentado no lugar do encontro dos mundos das ideias, na explicação dos fenômenos do desenvolvimento e da dependência e subordinação. Parecia ser que tal especialização do conhecimento no pensamento marxista, mundial e latino-americano, respondia a uma necessidade de apreender a realidade, a partir de certo teorizar novo, localizado nas próprias particularidades do caráter universal do sistema em que estávamos imersos.

Entretanto, se este pensar fragmentado, especializado por áreas, foi resultado do início de nossa criação reflexivo-ativa na América Latina, dita construção deve abrir, na atualidade, espaço a um exercício de articular o que antes não era articulado: os diversos campos do conhecimento e da ação concreta sobre os temas-problemas comuns de nosso continente. Em outras palavras, voltar ao que nossos interlocutores alemães evidenciavam no plano universal: o sentido de totalidade dos sujeitos sociais, submetidos a diversos planos de dominação-opressão-exclusão.

Isso significa um redimensionamento das análises sobre o desenvolvimento da América Latina com a intencionalidade de vincular ideias e práticas construídas pelos próprios sujeitos de nosso continente, em vez de dar continuidade explicativa mediante a fragmentação. Estudar tanto as características objetivas da dominação a partir do político-econômico, excludente, como as dimensões subjetivas indispensáveis à mesma, ideologia-cultura-educação, baseadas na opressão e subordinação, é estender a discussão a outros planos

de análises fundamentais para o entendimento dos sintomas da dependência e de sua alternativa na América Latina contemporânea.

Sánchez Vázquez em “De Marx ao Marxismo na América Latina” evidencia essa experiência de fragmentação e de reencontro com uma construção mais complexa, quando escreveu que (VÁZQUEZ, 1999):

O marxismo se esforçou na América Latina nas últimas décadas para atender as realidades nacionais, específicas, contribuindo assim para que a prática política se distancie – ainda que não sempre – do economicismo ou objetivismo dos partidos comunistas tradicionais, ou do subjetivismo e messianismo dos últimos ecos do foquismo. Mas os marxistas da América Latina não se concentraram em uma problemática continental ou nacional. Se ocuparam dos fenômenos mais recentes do capitalismo como sistema mundial, de suas leis universais, e, em particular, de sua dimensão imperialista – inesgotável e constante na América Latina –. Finalmente, incorporaram, ainda que com evidente atraso, ao exame da experiência histórica do socialismo real. (Tradução própria) (VÁZQUEZ, 1999, p. 144)

Utilizo esta perspectiva epistêmica e política manifesta no MHD que torna manifesta a unidade do diverso nos estudos dos problemas concretos vividos na história do capitalismo dependente na América Latina. O pensamento e a linguagem condicionados pela lógica do capital desde a gestação, no período colonial, conformaram uma matriz particular de dominação ancorada no latifúndio da terra, na escravidão dos seres sociais, na destruição ou apropriação de suas culturas, gerou uma complexidade narrativa ainda presente entre os povos resistentes subsumidos pela violência, como condição instituidora do capital.

Os povos originários mantiveram suas culturas em meio à supremacia do capital. Foram sujeitados à situação concreta de subsunção formal/real, sem perder seus laços históricos oriundos de outro pensamento-linguagem vivenciados por seus ancestrais (MARIÁTEGUI, 2002; ARICÓ, 2009; LOWY, 1999). As práxis contemporâneas conectam-se às práxis históricas e juntas expressam o movimento dialético entre a produção mercantil do ter sobre o ser, sem com isto prescindir do ser.

Neste fundamental resgate do sentido de totalidade dos sujeitos e da análise dos fenômenos dominantes e alternativos, cabe a revisão concreta do conceito de classes em nosso continente, enquanto espaço específico que, pela consciência e pela luta, contém projetos específicos – de opressão e/ou libertação social – para América Latina.

Creio ser importante seguir a concepção de Thompson em sua importante obra “Tradição, revolta e consciência de classes”, que a meu ver segue viva, dado que o caráter

estrutural do capitalismo não foi superado, logo, não foi eliminado o sentido próprio da luta de classes (THOMPSON, 1989):

Classe, em seu uso heurístico, é inseparável da noção de ‘luta de classes’. Em minha opinião, prestou-se uma atenção teórica excessiva a ‘classe’ e muito pouca a ‘luta de classes’. Na verdade, luta de classe é um conceito prévio assim como muito mais universal. Para expressá-lo claramente: as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as gentes se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer esse descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico. (Tradução própria) (THOMPSON, 1989, p.37)

A maioria da população latino-americana - subsumida na condição de trabalhadores produtores de objetos para outros - se encontra diante de um processo de coisificação de seu ser (entendida como a alienação e isolamento das múltiplas potencialidades do ser humano, impostas pelo caráter superexplorador e opressor do modo de produção capitalista em geral e capitalista dependente em particular). Em meio a uma estrutura de dominação imperante do capital, esses trabalhadores são subsumidos pela teia de aranha do capital. Este, com suas múltiplas opressões impositoras sobre os oprimidos, estruturadas a partir de um grande número de regras e comportamentos, educa a classe trabalhadora para servir-lhe, a partir da violenta ação de dominação, subordinação, superexploração e opressão. Através do trabalho alienado, a educação é erguida com o fim de atendê-lo nos marcos opressores do dever ser. Nas palavras de Mészáros (2005):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada”, (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2005, P. 25)

A superexploração está diretamente vinculada às múltiplas formas de opressão que a sustentam, como a opressão étnico-racial, de gênero, sexual e patriarcal. Nas expressões

cotidianas da desigualdade intolerante, o presente se mescla com o passado colonial e o debate parece nos remeter cotidianamente sobre a manutenção de um processo histórico que insiste em permanecer vivo na América Latina: a violenta herança colonial.

Acredito que a superexploração, raiz do capitalismo dependente latino-americano integrada, desde a semente, ao capitalismo desigual e combinado em geral ao ser colocada em movimento dialógico com a opressão, expõe situações que dimensionam de forma evidente o teor da extração de valor no continente. No entanto, antes de mostrar o movimento que narra uma categoria perpassada pela outra, é importante dissecar como cada um destes autores tratou teoricamente tanto a superexploração como a opressão. Como salientei anteriormente, não é pertinente separar por área de conhecimento as categorias que historicamente contribuem para a análise da condição estrutural do capitalismo dependente latino-americano imerso nas diferentes fases do desenvolvimento desigual e combinado do movimento geral do capital. Porém, como método de exposição, utilizarei, de forma didática, a produção de cada um destes autores com o fim de sistematizar, da forma mais fiel possível, suas análises sobre as categorias constituídas pelos mesmos. O que interessa nos próximos itens é captar os conteúdos das categorias superexploração da força de trabalho e opressão presentes nas obras de dois importantes intelectuais orgânicos latino-americanos: Ruy Mauro Marini (*Dialética da dependência*) e Paulo Freire (*Pedagogia do oprimido*).

1.4.1 A atualidade da obra “Dialética da dependência”

“Dialética da dependência” de Ruy Mauro Marini é um texto de referência para os teóricos latino-americanos. Insere-se entre as obras que explicitam a particularidade da América Latina na totalidade do movimento do capital. Assentada na teoria valor-trabalho, sua obra contribui no campo da crítica da economia política, na compreensão da complexidade que encerra o tema do estudo sobre a formação sociohistórica da América Latina e seus desdobramentos contemporâneos.

A centralidade da interpretação da dependência de Marini foi a de compreender o caráter universal e particular que assume o modo de produção capitalista nas suas distintas fases e espaços de desenvolvimento desigual e combinado mundial. A intenção de Marini foi a de captar a conformação das características estruturais que tendem a constituir o desenvolvimento latino-americano, ao longo de quatro diferentes momentos de vinculação desigual nas relações internacionais, nas distintas fases do capitalismo dependente na América Latina.

Fase 1 (de meados de 1850 a 1930): Período em que América Latina tem a função de participar das relações econômicas internacionais como economia primário-exportadora, fornecedora de alimentos e matérias primas.

Fase 2 (1930-1964): Período de mudança do modelo de desenvolvimento com supremacia da reestruturação internacional do capital em que, no panorama da ideologia do desenvolvimento nacional e misto, América Latina implementa o modelo de industrialização via substituição de importações. Processo de conexão direta com a fase do imperialismo clássico, palco de primazia hegemônica do capital financeiro monopolista.

Fase 3 (1964-1984): Período de conformação do capitalismo tardio em que as implicações para a América Latina são a de intensificação dos marcos estruturais do capitalismo dependente. Dívida externa, lei de patentes internacionais e crises reiteradas do capital, expõem de forma explícita as mazelas estruturais relativas ao domínio do capital. América Latina entra na fase de integração do capital financeiro monopolista e começa a receber investimentos diretos externos na sua composição de capital, mas a terra segue tendo centralidade na exportação de produtos agrícolas.

Fase 4 (1984 em diante): América Latina perde parte de sua autonomia, já relativa, no cenário nacional e, ao abrir as suas fronteiras aos domínios diretos do capital, inclusive sobre a dimensão política da conduta dos estados nacionais, explicita a substância do capitalismo dependente, face antagônica e complementar ao desenvolvimento desigual e combinado.

Estas quatro fases expressam a trajetória política da ideologia desenvolvimentista na América latina, ancorada nos desdobramentos da concentração e centralização do capital protagonizado pelo capital financeiro monopolista com sede nas economias tecnologicamente mais avançadas. Marini argumenta que a dinâmica subordinada/complementar que assume a América Latina nas relações econômicas internacionais – via intercâmbio desigual -, a partir de uma nova reestruturação da divisão internacional do trabalho, rubricava o próprio modo de reprodução das forças capitalistas nessa etapa do “desenvolvimento industrial”, nas suas dimensões tanto econômicas como político-sociais. A dependência apresentava-se dentro desses marcos como estrutural e não como um mecanismo conjuntural com possibilidades de superação. E conformava a negação da ideia de desenvolvimento autônomo e soberano das economias da América Latina, demarcada pela desigualdade estrutural do capital em geral, e da superexploração/opressão como formas particulares da ação do capital no continente.

Nesse sentido, a dependência latino-americana foi diagnosticada, na crítica da economia política de Marini, como uma característica inerente ao modo de produção

capitalista em geral, entendidas as particularidades na produção e apropriação do valor que compreendem a relação desarmoniosa necessária para a composição da taxa média de lucro mundial.

As relações comerciais desiguais entre países tecnologicamente mais, e menos, avançados, conformaram modos distintos de expressão das leis gerais do capitalismo. A troca desigual tão presente e combatida no receituário da CEPAL, na qual ambos os países fazem uso de uma política feroz de ampliação das suas taxas de lucro na equiparação do lucro médio, apresenta-se em muitos sentidos como disfarce da lei tendencial de queda da mesma, com impactos absurdos sobre a realidade interna das economias latino-americanas.

Segundo Marini (2011):

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina por quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado nas mercadorias. Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferência de valor, passando por cima das leis do intercâmbio e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior da mesma esfera de produção (tanto dos produtos manufaturados, quanto das matérias primas) e os que atuam no marco das distintas esferas em que se relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem às aplicações específicas das leis do intercâmbio, no segundo adotam mais abertamente o caráter de transgressão destas leis. (MARINI, 2011, p. 56)

É na relação de produção no interior das economias e na realização da mesma através do intercâmbio que se deve entender o movimento dialético de extração desigual e combinada para a apropriação de parte do valor por um mesmo capital. Os preços, baixos ou altos, na troca internacional, ocultam a expressão social e histórica da produção de riqueza no mundo, em geral, e nas economias dependentes em particular. Nesse sentido, estudar a dependência, exige ater-se à lógica da produção existente no movimento dialético entre esta e a apropriação do valor.

Assim, à luz dos textos de Marini, o que deve se entender por *dependência*? A dependência foi a categoria analítica desenvolvida pelos teóricos marxistas da dependência para expressar a substância do desenvolvimento desigual e combinado na periferia. A substância do capitalismo dependente em sua relação para fora na divisão internacional do trabalho como condição periférica e na produção para dentro como produtora de mecanismos particulares que contrarrestam esta condição pelo capital da periferia.

Deve ser entendida, segundo Marini, como a razão de ser do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Processo que retrata a especificidade do capitalismo *sui generis* latino-americano, inerente à dinâmica geral de funcionamento do capital. Particularidade que integra a totalidade do movimento do capital, fazendo com que o próprio, na América Latina, se torne refém da lógica reprodutora do capital no âmbito mundial.

Um dos movimentos explicativos da dependência refere-se aos mecanismos de transferência de valor. Nas relações comerciais entre países tecnologicamente mais ou menos avançados, a aparência do fenômeno encarnada nos preços deteriorados das mercadorias das periferias, em relação aos preços crescentes dos produtos das economias centrais, expõe o teor do intercâmbio desigual, a partir do modo específico de produção das mercadorias em cada país.

Assim, a transferência de valor, em realidade apropriação privada pelas economias centrais de parte da produção social (mais-valia) produzida pelas economias periféricas, reforça a superexploração da força de trabalho como a gênese explicativa do dialético movimento desigual do capital em sua totalidade. Através da superexploração da força de trabalho, a dependência ganha materialidade e explicita a real condição de ser do capitalismo na América Latina.

Para o chileno Jaime Osório (2004):

“A superexploração é a pedra angular para compreender a especificidade do capitalismo latino-americano, uma vez que dá conta das formas particulares em que se assenta a produção de mais-valia, como é explorada a força de trabalho e as tendências que disto se derivam na circulação e na distribuição. (Tradução própria) (OSÓRIO, 2004, p. 141)

A superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência latino-americana, demarcado pelos escritos dos teóricos marxistas da dependência. Com base na superexploração, entendemos como o desenvolvimento *sui generis* do capitalismo latino-americano assume um caráter particular que se mescla com a forma de exploração dos trabalhadores das economias centrais. A superexploração se traduz em salários pagos abaixo do valor necessário para a reprodução de vida do trabalhador e uma vida cotidiana de satisfação das necessidades básicas, intensamente atrelada ao crédito-endividamento dos trabalhadores, são marcas tangíveis do caráter da superexploração da força de trabalho na América Latina (OSÓRIO, 2004; SOTELLO, 2003; AMARAL, 2005; CARCANHOLO, 2008).

A dependência, enraizada na superexploração da força de trabalho, deve ser entendida como o resultado da disputa concorrencial entre capitais mais e menos avançados na questão tecnológica. Disputa pela apropriação da mais valia extraordinária, manifesta no processo de incorporação tecnológica na disputa no interior de um setor econômico, através da criação de condições mais vantajosas na esfera da produção. Nas palavras de João Antônio de Paula (2005):

A tese de Ruy Mauro Marini sobre a “superexploração do trabalho” como condição de possibilidade do funcionamento das economias dependentes explicita aspecto central da concorrência capitalista, que é a sua permanente mobilização de formas, diga-se, não “canônicas” de produção de mais-valia extraordinária. Entre as formas não canônicas de produção de mais-valia extraordinária, algumas transgridem mais que a equivalência nas trocas, resvalando mesmo para o delito, como Marx em várias oportunidades sublinhou, acrescentando que, se essas formas “desviantes” não são típicas ou essenciais à produção da mais-valia, em geral, elas são a manifestação da disputa entre capitais pela produção e apropriação da mais-valia extraordinária. (PAULA, 2005, p. 22)

Através da diferença entre as composições orgânicas e técnicas do capital das economias mais e menos avançadas tecnologicamente, a dialética expõe um duplo movimento: 1) a superexploração da força de trabalho; e 2) o subimperialismo no interior do continente.

Estas duas categorias integram o movimento geral de exploração do capital sobre o trabalho presente no imperialismo nas fases clássica e contemporânea. Ou seja, o fato destas categorias explicitarem as particularidades históricas inerentes aos seus movimentos na América Latina em nada reduz, ao contrário, somente complexifica a situação do desenvolvimento desigual e combinado em geral. Nesse sentido, a superexploração não é sinônima de mais exploração. Nem o subimperialismo é entendido, em Marini, como um imperialismo de segunda ordem. Ambos expressam o mesmo movimento do capital, nas particularidades históricas que o tornam complementar à ordem desigual geral.

O Brasil, apesar de dependente como as demais economias latino-americanas, teve através da nova onda de industrialização via entrada de capitais estrangeiros nos anos 1930-1960, uma ampliação da composição orgânica de capital em seu processo de desenvolvimento. Além disso, na concorrência intercapitalista, conseguiu apropriar-se, via mais valia extraordinária, de parte do valor produzido nas economias vizinhas, quando da relação comercial desigual favorável aos seus produtos.

Tal situação, ao diferenciar o Brasil, no plano do desenvolvimento capitalista, das demais economias periféricas do continente, colocou-o em uma posição vantajosa de

reprodutor direto das condicionantes externas da dominação. Ou seja, o subimperialismo brasileiro - face característica da dominação deste país sobre América Latina, em especial no intercâmbio com as economias que compõem a América do Sul – apresenta-se como correia de transmissão do imperialismo –é a face periférica da condição hegemônica de reprodução do capital. Esta complementariedade desigual entre países esboça um duplo movimento do capital: 1) A transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais e não menos importante, 2) A transferência de valor entre as economias periféricas (VUYK, 2014; LUCE, 2011)¹⁵.

A unidade dialética no capitalismo contemporâneo (entre determinações estruturais e conjunturais), atrelada aos mecanismos criados em cada processo histórico específico, para contrarrestar a tendência à crise inerente ao seu desenvolvimento, agudizou as expressivas desigualdades manifestas no desenvolvimento do capitalismo no plano mundial através da relação indissociável entre cinco elementos: aumento da exploração da força de trabalho; intensificação da transferência de valor; abertura de mercado; aumento da rotação do capital; e expansão da lógica fictícia nos desdobramentos do capital.

O período neoliberal (iniciado nos anos 1970, com forte ênfase na década de 1990/2000) acentuou os processos constitutivos do desenvolvimento dependente latino-americano, o que expõe os problemas profundos da função cumprida por América Latina na produção-circulação de capital no âmbito internacional. E, ao mesmo tempo em que a exploração ganha novos, e mais intensos, contornos no mundo como forma de contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro, na América Latina, propaga-se a utilização do crédito, como se o mesmo fosse descolado do processo produtivo.

Esta situação oculta a realidade da dependência e do agravamento da superexploração da força de trabalho no capitalismo periférico, uma vez que apresenta, na superfície de sua manifestação fetichizada, a possibilidade de transição da matriz trabalho-salário-consumo, para a matriz crédito-consumo, sem necessariamente vínculo com o trabalho. O endividamento dos indivíduos e das famílias gerou uma potência de ação do capital sobre e contra o trabalho na América Latina. Isto ocorre em um período histórico em que a propaganda e a miséria formativa, estão disseminadas.

O cenário da complexidade do mundo do trabalho na era neoliberal intensificou a superexploração no continente latino-americano. Flexibilização das leis trabalhistas, discurso

¹⁵ Cabe destacar que o *subimperialismo* brasileiro necessita ser aprofundado na atual relação produtiva-comercial do Brasil com outras economias periféricas, como Moçambique, que contribuem na ênfase dada à centralidade desta categoria analítica desenvolvida por Marini.

sobre o “empreendedorismo” individual e a economia solidária como alternativas ao emprego com carteira assinada e ao desemprego; mudanças nos planos de aposentadoria bancos de hora; estágios de jovens que duram toda a vida universitária, entre outros, são as novas condicionantes da práxis do capital, que reforça o caráter histórico da atualidade da dependência na América Latina sob a consigna da superexploração e do superendividamento. Somados a estes dois últimos, para o caso brasileiro, tem-se a intensificação da lógica subimperialista¹⁶.

Para o mexicano Adrian Sotelo, a era do capital transnacional intensificou o capitalismo dependente com condições ainda mais violentas para a reprodução social da vida da maioria da população da América Latina. Isto porque (SOTELO, 2003):

O novo modelo de relações trabalhistas introduzido pelas corporações transnacionais com o apoio do Estado repousa nos seguintes pilares: a) intensificação do trabalho; b) aumento progressivo da jornada de trabalho; c) diminuição dos salários reais; d) intenso processo de precarização da força de trabalho e do emprego, o que implica sobretudo a perdas de direitos para os trabalhadores e e) aumento do desemprego e do subemprego em todas as suas formas, com o conseqüente aumento da pobreza. (Tradução própria) (SOTELO, 2003, p.169)

1.4.2 A “Pedagogia do Oprimido” e a análise sobre a violência estrutural no capitalismo dependente da América Latina

Toda dominação é roubo. E o roubo violento pelo qual os trabalhadores da América Latina passaram ao longo dos últimos quinhentos anos, forjou, na sociedade como um todo, a máscara da alienação como verdade, o fetiche do dinheiro como moral e o sentimento de nostalgia como dúvida sobre esta verdade, e esta moral. Na dialética entre o destino pensado desde fora, por outros, e a construção contraditória emanada objetiva-subjetivamente desde o

¹⁶Para o estudo da atualidade do *subimperialismo* brasileiro na América Latina ver: VUYK, Cecilia (2013). Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguayana: análisis de la situación actual. Buenos Aires: CLACSO (<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8967.dir/VuykTrabajoFinalCLACSO2013.pdf>) Acesso em 6 de dezembro de 2015; LUCE, Mathias (2011). A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. UFRGS: tese de doutorado. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

cotidiano destes trabalhadores, é que a disputa se materializa. E com ela as possibilidades de, ao entender o mundo, transformá-lo.

Como sustenta o mestre (FREIRE, 2002)

Esta é a razão pela qual o quefazer opressor não pode ser humanista, enquanto o revolucionário necessariamente o é. Tanto quanto o desumanismo dos opressores, o humanismo revolucionário implica na ciência. Naquele, esta se encontra a serviço da “reificação”; nesta, a serviço da humanização. Mas, se no uso da ciência e da tecnologia para “reificar”, o *sine qua* desta ação é fazer dos oprimidos sua pura incidência, já, não é o mesmo o que se impõe no uso da ciência e da tecnologia para a humanização. Aqui, os oprimidos ou se tornam sujeitos, também, do processo, ou continuam “reificados”. (FREIRE, 2002, p. 75)

Segundo Paulo Freire, para que a classe dominante conseguisse legitimar seu poder – de mando e de apropriação privada sobre a vida -, os dominadores, de ontem e hoje, fazem uso de mecanismos concretos de opressão. Entre estes mecanismos destacam-se: a conquista, a manipulação, a divisão e a invasão cultural.

Trabalharei cada uma delas como violentas ações antidialógicas sustentadoras da superexploração da força de trabalho no continente, tendo como palco o desenvolvimento desigual e combinado do capital em geral¹⁷.

A) *a conquista (violência territorial, espacial)*: mecanismo de opressão que institui os mitos para consolidar a falsa admiração. A conquista é entendida como apropriação violenta dos espaços territoriais e das produções culturais e sociais do grupo conquistado, oprimido. Processo violento que ressignifica o antes admirado e o põe a serviço do grupo opressor.

Ao violentar o outro desde a apropriação privada de seus espaços e territórios, o dominador consolida uma dinâmica de negação da vida encontrada e instauração de um modelo sustentado no poder das armas de fogo, da linguagem, da evangelização. A conquista, assim, é a primeira e mais violenta onda de opressão exercida pelos dominadores contra os dominados. Nas palavras de Freire, o processo histórico calcado na conquista desenvolve estruturas objetivas-subjetivas que demarcam o aprisionamento do ser, ainda que no pacto político formal se apresente como “livre” (FREIRE, 2002):

¹⁷ Publiquei na revista de filosofia da UNAM, *Pensares y quehaceres*, em 2006, um artigo sobre a importância das categorias desenvolvidas por Paulo Freire. Título: Paulo Freire e a pedagogia do oprimido: entre a violência da dominação e a potência de libertação. México: UNAM, *Revista Pensares y quehaceres*, n. 2 nov/2005 a agosto/2006.

Daí que os opressores desenvolvam uma série de recursos através dos quais propõem à “ad-miração” das massas conquistadas e oprimidas um falso mundo. Um mundo de engodos que, alienando-as mais ainda, as mantenha passivas em face dele. Daí que, na ação da conquista, não seja possível apresentar o mundo como problema, mas, pelo contrário, como algo dado, como algo estático, a que os homens se devem ajustar. (FREIRE, 2002, p. 78)

Ontem e hoje significa o aniquilamento dos povos originários, sua penetração direta pela cultura dominadora, ou exclusão histórica daqueles grupos que não eram nem úteis, nem necessários ao surgido e avançado processo de acumulação originária, desenvolvido pelos donos do capital em terras estrangeiras.

B) *divisão (violência econômico-política)*: elemento de apropriação privada do trabalho e do produto do trabalho do colonizado, como forma de instituir os mecanismos de poder do dominador. Em uma sociedade conquistada, antes livre destes tipos de mecanismos de opressão impostos pelo dominador, os processos de desenvolvimento próprios dos grupos originários ocorriam de forma totalmente distinta à dos povos invasores¹⁸.

Ao desconhecer o processo de vida do outro e o outro como ser social, o invasor transformou o conquistado em escravo, mercadoria, instrumento de trabalho a serviço de seu mando. Para Freire (2002):

O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam. Uma das características destas formas de ação, quase nunca percebida por profissionais sérios, mas ingênuos, que se deixam envolver, é a ênfase da visão focalista dos problemas e não na visão deles como dimensões de uma totalidade. (FREIRE, 2002, p. 81)

Essa concepção de homem, de natureza, de vida, a serviço de poucos foi a que legitimou o processo de “civilização e barbárie” historicamente estudado pelo mundo ocidental. Mas, nessa concepção violenta da história, a verdadeira civilização encontrada, nem inimiga nem conhecedora do outro, apenas própria em seu jeito de *ser e estar sendo* no mundo, foi barbaramente violentada em sua forma de ser. O trabalho livre, próprio das comunidades baseadas no sentido de coletividade, foi substituído pelo trabalho escravo e por sua posterior ressignificação: o trabalho assalariado. Todos esses são elementos da mesma

¹⁸ Inclusive vale a pena estudar o conceito de violência e de *ethos* social no interior das relações manifestas por esses grupos originários de *Nuestra América*.

estrutura de poder que consolidou o modo alienado de fazer com que o outro produzisse aquilo de que o grupo dominante se apropriava.

A divisão, mecanismo gerador da violência econômica e política, tem a ver com a capacidade do dominador de separar os grupos e coletividades encontrados no território colonizado, transformando-os em indivíduos produtores de valor para outros.

Por outro lado, essa violenta forma de fazer do outro uma mercadoria, ao não permitir que o grupo encontrado se desenvolva como ser social dono do seu próprio processo de vida e de significação do trabalho, legitima uma estrutura de poder sustentada na figura dos líderes, dos enviados tanto da metrópole quanto da colônia, responsáveis por fazer desta “terra do nada e de ninguém”, uma promissora terra da bonança dos donos do capital.

A exploração do mundo do trabalho e da vida cotidiana dos povos originários da América Latina legitimou tanto a acumulação originária do capital desses bárbaros países autodenominados civilizados, quanto a estrutura de poder sustentada na figura de um líder-mito instaurador dos processos de desenvolvimento propostos pelo grupo dominador. Outro elemento não menos importante da violência gerada através da divisão é a institucionalização de práticas concretas de vendas e/ou compras de sujeitos para que os mesmos reproduzam, no interior da classe oprimida, os sonhos de inclusão e projeção próprios do grupo dominante. Com isso, os dominadores fazem uso de valores como a cooptação, corrupção e traição de alguns sujeitos no interior da classe dominada, transformando estes em portadores da possibilidade de inclusão no modo de vida dominante. Pois (FREIRE, 2002):

Somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador – se realizam. A realização dos homens, enquanto homens, está, pois, na realização deste mundo. Desta maneira, se seu estar no mundo do trabalho é um estar em dependência total, em insegurança, em ameaça permanente, enquanto seu trabalho não lhe pertence, não podem realizar-se. O trabalho não livre deixa de ser um quefazer realizador de sua pessoa, para ser um meio eficaz de sua “reificação”. (FREIRE, 2002, p. 82)

Na indução de hábitos, costumes, linguagens e, essencialmente, imagens e discursos de que o modo de vida do grupo dominante é o único modo viável e possível de ser realizado. Essa, objetiva e subjetiva, genealogia da violência põe em evidência não a natureza própria do ser humano, como sendo boa ou má, mas sim a construção social dos mitos, dos discursos e dos métodos de violência como próprios de uma sociedade que, ao ser dividida, tem como objetivo a opressão: transformar tudo e todos em objetos utilizáveis, e cada vez mais descartáveis, para os donos do poder, do capital.

C) *manipulação (violência discursiva, educativa)*: condução do processo de dominação através dos discursos e práticas que legitimam e garantem a ação reacionária dos dominadores. É a venda e imposição de ilusões e mitos, com as quais as práticas da conquista geram a chamada civilização, reforçando a ideia do atraso e não desenvolvimento dos continentes invadidos. Ou seja, “a manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de ‘organização’, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo” (FREIRE, 2002, p.84).

A manipulação, de ontem e hoje, é a constatação de que a história para ser protagonizada e contada pelos vencedores teve que ser construída desde seus próprios vocabulários, processos de poder e de reativação dos mesmos, desde as estruturas evangelizadoras dos “bárbaros encontrados”, negando a voz e a ação próprias desse grupo originário.

A violência discursiva e educativa da manipulação encontra, historicamente, nos processos doutrinários da religião e da conquista uma irmandade significativa. Isso porque o poder do clero e o poder dos donos do capital são indissociáveis. As exceções ficaram por conta de indivíduos “rebeldes” (solidários) no interior dessas estruturas, e não por conta de uma linha geral relativa às relações de poder menos preocupadas com a dominação, e sim com a descentralização de todos os mecanismos de poder geradores da separação entre os que possuem e os que não possuem os mais variados mecanismos de dominação.

A manipulação violenta das religiões e cultos também pode ser visualizada nos discursos e práticas dos *agentes da religião* que sustentam tanto a resignação (ante a pobreza econômica acumulada por um grupo devido às múltiplas formas de escravidão gerada pelos dominadores), quanto à compaixão (como forma de fazer dos ricos e dos que ideologicamente se sentem próximos a eles, os representantes formais de um sentido único sobre o dever ser), a ser sustentada por políticas voluntaristas e assistencialistas sobre os principais problemas estruturais da sociedade na qual vivemos. Em outras palavras, “a manipulação, na teoria da ação antidialógica, tal como a conquista a que serve, tem de anestesiar as massas populares para que não pensem” (FREIRE, p. 84).

Esses elementos evangelizadores, tanto do pensar quanto do agir, consolidam uma das mais cruéis formas de impedimento sobre a ação transformadora própria do ser humano: a escravidão do corpo e da alma. Criam corpos dóceis com o intuito de torná-los, não só sujeitos passivos, mas agentes que atuam de acordo com os princípios e regras definidos pelo

grupo detentor do poder, grupo dominante em cada época com instrumentos de dominação específicos a cada uma.

D) *invasão cultural (violência ética-moral)*: imposição de visão de mundo e de valores próprios do dominador. É a imposição da história do grupo dominante como única, como verdadeira e necessária a ser aprendida-aprendida por todos. “A invasão cultural tem uma dupla face. De um lado, é já dominação; de outro, é tática de dominação”. (FREIRE, 2002, p. 86).

A invasão cultural legitima a violência da instauração dos valores ético-morais próprios de uma sociedade que aliena em vez de conscientizar, escraviza-mercantiliza em vez de emancipar, apropria-se privadamente em vez de socializar, dita em vez de democratizar, despolitiza em vez de permitir o participar, mata em vida em vez de coletivamente integrar. Institui violentamente o consumo, a propriedade privada, a acumulação de poucos sob a exploração do trabalho de muitos, a sociedade do espetáculo, do ter, em contrapartida à legitimação do ser.

O indivíduo eficaz, produtivo, assalariado substitui o ser social, pertencente, apropriador coletivo dos meios de produção e dos frutos do seu trabalho, ser solidário em comum-unidade com seu meio, os demais seres e demais povos. A invasão cultural tenta aniquilar, objetiva-subjetivamente, o poder do grupo dominado por dois motivos: 1º) porque sabe que é da coletividade organizada e consciente desse grupo que emana a resistência e rebeldia contra a classe dominante; e 2º) ante esse risco eminente, necessita negar os costumes e hábitos encontrados, os valores próprios do grupo dominado antes da invasão, para poder exercer o controle e a dominação sobre eles. Nesse sentido (FREIRE, 2002):

A invasão cultural, que serve à conquista e à manutenção da opressão, implica sempre na visão focal da realidade, na percepção desta como estática, na superposição de uma visão do mundo na outra. Na “superioridade” do invasor, na “inferioridade” do invadido. Na imposição de critérios. Na posse do invadido. No medo de perdê-lo. (FREIRE, 2002, p. 91)

É necessário negar a forma cultural, política e social dos grupos dominados, colocando esses sujeitos no caminho próprio da dominação de classes. Violento mecanismo de destruir e instituir outro padrão, de dentro para fora, como forma de dominar exercendo o controle sobre a vida cotidiana dos sujeitos ora sujeitados.

Tendo em vista a dialética do concreto que permite ao dominado, ora vencido ora rebelde, não ser absolutamente aniquilado, usurpado no seu direito a protagonizar sua própria

vida em comunidade como *ser em si e para a classe*, Freire argumenta que a ação dialógica própria do mundo revolucionário ocorre a partir da confirmação de ações negadoras, confrontadoras dos elementos anteriores. A colaboração, a união, a organização e a síntese cultural são alguns, entre tantos outros elementos que colocam em xeque a hegemonia dos grupos dominantes e de seus mecanismos de opressão, brindando, ao então oprimido, a real possibilidade de dar o grito em busca de seu protagonismo na realização para si da produção que efetiva. Essa tomada de consciência coletiva, é o que permite ao oprimido entender que seu ser, ao *estar sendo* - histórico, dinâmico, múltiplo - *é muito mais do que por ora legitimam os negadores*, opressores, protagonistas da morte em vida, escravizadores do ser e apropriadores privados do mundo, dos demais seres, da vida. São por assim dizer, mecanismos que potenciam a ação rebelde rumo à vida, ao contrapor esta potência a do padecimento promovida pelos que negam o outro como ser social.

No movimento de resistência e luta, os protagonistas da classe trabalhadora reagem, ora de forma ativa, ora de forma passiva à condição estrutural de violência instituída pelo capital. Nessa re(l)ação colocava em movimento outros processos dialógicos, dialéticos, em contraposição à ordem do capital.

Segundo Paulo Freire, o objetivo de dita luta é a libertação dos povos oprimidos, conscientes os mesmos da necessidade de, ao entender o conflito historicamente gerado por um grupo sobre o outro, lutar tendo como elementos alguns mecanismos estratégicos que permitam aos oprimidos protagonizar a cena rumo à libertação. A libertação é entendida, então, como conquista a ser concretizada (utopia) a partir do uso de instrumentos de construção do novo, pelo oprimido, que ao tomar consciência de sua ação transformadora, não suporta os mecanismos de submissão reais como forma de dominação instituídos sobre seus corpos, mentes, ações.

Ação ora negada pelo grupo dominante, mas que a partir do processo de resistência coletiva, de grito rumo ao novo, transforma-se em uma arma contra a qual esses sujeitos se rebelam e, a partir do enfrentamento, consciente, coletivo e organizado pelos mesmos na luta de classes, criam suas estratégias e táticas para instituir o novo. E na ação contestatória à ordem do capital, a classe trabalhadora produz quatro movimentos em contraposição à ação antidialógica do capital:

a) *colaboração (potência de ação do encontro)*: princípio chave da ação coletiva. Ato de saber que não estamos sós, nem somos sós no mundo opressor. Somos seres sociais em

permanente transformação e busca. Seres coletivos que geram com, e a partir do seu trabalho, outros tantos processos de vida possíveis e realizáveis por e para todos.

A co-labor-ação¹⁹ explicita, se recorremos ao método de alfabetização como ato formativo e político, palavras chaves do *ethos* social como, popular, coletivo, participativo, são retomadas como elementos de construção de textos e contextos muito maiores do que a primeira palavra trabalhada. Ou seja, é a potência de ação em movimento que, ao utilizar a palavra de uso cotidiano do sujeito, vai ampliando os horizontes de sentido e sentimento do uso e manejo dos conceitos, até que os sujeitos compreendam o sentido de totalidade manifesto no específico. É assim, a genealogia da criatividade ontológica dos sujeitos.

Uma palavra que engendra outras tantas palavras, um texto que evidencia múltiplos contextos. Um texto que explicita um contexto transformador viável desde o encontro solidário de um grupo que, ao ser dividido foi temporariamente impedido, mas não totalmente aniquilado, em seu processo de pertencer a uma classe em si, transformando-a para si. A colaboração é a potência de ação transformadora que gera encontros que, mais do que ressignificar a angústia de não poder ser em vida (análise crítica necessária para dar conta do atuar consciente), reascendem a chama revolucionária de *ser mais*, por ser protagonistas sociais dos atos necessários para a consolidação de um projeto material e humanamente distinto do executado pelos donos do capital.

b) *União (potência de ação do pertencimento e da coletividade)*: A união é a condição vital de recuperação do ser social que, articulado, unido, pensa um projeto de sociedade que lhe pertence. A união tanto na luta pelas reformas essenciais, quanto na consolidação de um projeto diferenciado, novo, humanista concreto. A união como recuperação do significado de classe e de projetos que a represente, que ao sentir-se angustiada, no limite do banzo suicida, encontra novamente um espaço para transformar esse sentimento em um processo libertador ainda em vida. Assim (FREIRE, 2002):

Se, para manter divididos os oprimidos se faz indispensável uma ideologia da opressão, para a sua união é imprescindível uma forma de ação cultural através da qual conheçam o porque e o como de sua “aderência” à realidade que lhes dá um conhecimento falso de si mesmos e dela. É necessário desideologizar. (FREIRE, 2002, p. 100)

¹⁹ Eric Fromm em duas belas obras contribui a entender, nos marcos da crítica marxista sobre a psicologia mercantil os elementos manifestos por Freire como mecanismos de dominação. *Coração dos homens* (1997), *Ser ou ter?* (1996), são obras com forte influência sobre Freire. Assim como Fannon em *Os condenados da terra*, 1963.

A união como a força essencial de uma classe que, ao se organizar coletivamente, se vê possibilitada para consolidar um projeto alternativo de implementação de uma nova sociedade. A união como a fonte energética da luta de classes, do projeto emancipador, da força do poder popular desde o reconhecimento da necessária adesão a algo distinto ao que sufoca nossas vidas em vida. A união como projeto comum dos povos oprimidos no interior do país, do continente e do mundo. A união como potência de ação da luta de classes internacionalmente articulada, coletivamente projetada, socialmente apropriada pela classe trabalhadora.

c) *organização (potência da organização consciente, de classe para si)*: organização como a capacidade de *estarmos* unidos em torno de um projeto comum, uma visão de mundo compartilhada, um processo de vida a ser protagonizado por todos. A organização como a consolidação do projeto de libertação dos nossos povos com objetivos, princípios, valores e métodos bem definidos a partir da concepção de vida que nega qualquer critério de opressão, mas que sabe que, para libertar-se totalmente, é necessário ocupar os espaços legítimos de poder para, desse lugar, brigar por novas formas de instauração do novo.

A organização é o que permite o salto da concepção de indivíduo para grupo, coletividade representada. Nela, os critérios que separam dirigentes e bases não podem ser os mesmos instituídos pelos valores mitificadores dos opressores hospedados no oprimido, com vistas à superação. O centralismo democrático, aquele em que dirigentes e bases conscientemente atuam frente a um projeto comum, recobra vida inclusive desde uma reconstrução histórica sobre os equívocos de reprodução do poder do mundo opressor, quando o grupo dominado chega ao poder.

Uma revisão histórica sobre a esquerda revolucionária vanguardista que, ainda com os equívocos realizados, ensina-nos a seguir adiante com o inédito viável do socialismo-comunismo. Mais do que o fim de um projeto socialista o que a organização dos grupos oprimidos exige, na atualidade, é a retomada do socialismo real, do humanismo concreto, a partir da leitura histórica sobre os desafios a serem enfrentados para que esse grupo siga avançando, tendo em conta a complexa forma como o mundo opressor foi sendo incorporado como verdade absoluta, como única forma viável de exercer o poder e de se apropriar do *quefazer* na sociedade contemporânea (BORON, GAMBINA & MINSBURG, 1999; DUPAS, 1999). Os dominadores, protagonistas da história contada-relatada, a partir de seus pontos de vista específicos, evidenciam que o socialismo morreu com a caída do muro. Mas nós, protagonistas da revolução permanente e cotidiana sabemos que isto somente será realidade

no dia em que todos os oprimidos do mundo estiverem mortos verdadeiramente e não mais acreditarem na dialética do concreto enquanto movimento permanente.

É a consciência relativa à estrutura do poder e de sua complexa rede emaranhada sob a égide da luta de classes. A confirmação para o grupo dominado que - não necessariamente aniquilado em seus múltiplos processos de poder – em paralelo à construção de instrumentos políticos que nos permitam chegar ao poder institucional, existem outros tantos mecanismos que devem ser trabalhados como forma de fortalecer nossos múltiplos poderes. Poderes executados e desenvolvidos a partir de múltiplos instrumentos e em distintos espaços que, de acordo com cada condição histórica específica, propiciarão a realização concreta de nossa utopia: o socialismo, humanismo concreto.

d) *síntese cultural (potência de ação para a vida)*: Mais do que síntese cultural, o que Freire reitera é a revolução cultural como processo de recuperação do gozo, da dimensão estética da vida por parte de um grupo que, ao constatar conscientemente sua vida em vida, recupera a capacidade de intervir no processo da história como forma de protagonizar o sonho realizável de instituir um projeto enquanto classe. A revolução cultural como processo dialético entre permanência-mudança, ser coisificado- ser múltiplo, história única-múltiplas histórias. Espaço de consolidação não só dos valores emanados pelo mundo do capital, mas essencialmente de outros tantos emanados dos elementos descritos como potencializadores da vida, como processo de libertação dos seres sociais em si mesmos, com os demais seres e com a sociedade. A libertação, se inserida em um ambiente de melhoras dentro da ordem, não superadora dos violentos elementos de desigualdade, o que sustenta novas-velhas práticas de dominação. O sentido libertário proposto por Freire é crítico ao assistencialismo e movido pela radicalidade. Pois como sustenta o autor, com base na centralidade do trabalho (FREIRE, 2002):

Ter a consciência crítica de que é preciso ser o proprietário de seu trabalho e de que “este constitui uma parte da pessoa humana” e que a “pessoa humana não pode ser vendida nem vender-se” é dar um passo mais além das soluções paliativas e enganosas. É inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens. (FREIRE, 2002, p. 107)

A potência de ação manifesta em cada um desses elementos reitera o quanto os corpos dóceis, oprimidos, explorados encontram mecanismos, ao longo da genealogia do poder, para seguir resistindo, criando novas bases de enfrentamento com o objetivo de instituir o novo projeto antagônico ao historicamente exercido pelo grupo dominante.

Com essa análise sobre a estrutura do poder do grupo dominante e do grupo dominado, o que Freire demonstra é que não existe uma única história, um único modo de ver a vida como querem nos fazer crer os ideólogos e materialistas do mundo do capital, junto com seus pares em todos os espaços instauradores do poder dominante. O que Freire sustenta é que nessa dialética do concreto da vida cotidiana a história dos oprimidos não se resume à história dos vencidos, mas sim à revolução cotidiana posta em movimento permanente. Resistência, rebeldia e revolução que nos fazem seguir acreditando em um processo de emancipação viável, ainda quando o ambiente histórico reitera não ser possível.

1.5 A superexploração da força de trabalho e as opressões que a dão sentido no movimento particular do capitalismo dependente latino-americano

Marcuse, em sua análise sobre a forma como o sistema produtivo vai moldando o ser social, a seu gosto, objetivando a dominação sobre ele e estabelecendo, relata também a construção social de necessidades criadas no próprio trajeto das condições de opressão. O ser unidimensional apresenta-se como o reverso do humano na medida em que a coisificação objetiva aprisionar sua condição criativa. Segundo Marcuse, a realização da dominação por parte dos proprietários privados e representantes deste *modus operandi*, é o que assegura a supremacia e, portanto, a vulnerabilidade, da condição dominada da maioria. Para este autor (MARCUSE, 2001):

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência imune a sua falsidade. E a medida que estes produtos úteis são acessíveis a mais indivíduos em mais classes sociais, o doutrinação que levam a cabo deixa de ser publicidade; se convertem em modo de vida. É um bom modo de vida – muito melhor que antes –, e como tal se opõe à mudança qualitativa. Assim surge o modelo de pensamento e conduta unidimensional no qual ideias, aspirações e objetivos, que transcendem por seu conteúdo o universo estabelecido do discurso e a ação, são rechaçados ou reduzidos aos termos deste universo. A racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa dá uma nova definição a estas ideias, aspirações e objetivos. (Tradução própria) (MARCUSE, 2001, p. 42)

Nesta relação entre sistemas de opressão na produção e sistemas ideológicos de dominação por meio das superestruturas nas quais estão imersos os sujeitos dominados, podemos encontrar o germen das questões estruturais que nos permitem entender como a sobre-exploração do trabalho culmina em uma marginalidade excessiva, e vice-versa, além do

que ficou caracterizado, em um período específico do desenvolvimento capitalista, como exército industrial de reserva.

Contudo, compreendido o processo em seu materialismo histórico dialético, a questão vai muito além do entendimento dos espaços de opressão. Passa principalmente, pela compreensão de como este sujeito coisificado vai encontrando espaços para romper com tal imposição. E, ao encontrar dito espaço, ainda resta a dúvida sobre esse sujeito, se, ao atuar, apenas reproduzirá o que acaba de aprender no terreno da opressão, ou se, pelo contrário, modelará sua forma de vida com base em outros critérios, outros valores.

A relação superexploração-opressão dá, dialeticamente, como resultado uma necessidade por parte destes sujeitos dominados, de encontrar, mediante a exclusão, outro mundo de viabilidade para sua própria sobrevivência.

Grande parte desta inclusão subordinada e dependente se deu através da criação de mecanismos de absorção laboral desenvolvidos pelo próprio modo de produção capitalista. Este foi criando e moldando as formas de inserção desse exército industrial de reserva não potencializado, os excluídos, dimensionando concretamente a outra cara do sistema capitalista de produção: o setor informal e o capital improdutivo. Um espaço de inclusão que parte da pauperização e da concepção de poder formal, construído e consolidado pelo próprio sistema capitalista excludente.

Para o capital as diferenças somente interessam na composição orgânica média que lhe permite apropriar-se de parte expressiva da mais-valia gerada pelos concorrentes. De forma que, a ideia de exclusão-inclusão, formal-informal, trabalho feminino-trabalho masculino, entre outras diferenciações, estão vinculadas à intencionalidade objetiva do lucro. Por isso, em muitos sentidos, à medida que o capital vive crises recorrentes de realização em espaços de tempo cada vez menores, o assim chamado setor informal foi sendo apropriado, legal e/ou ilegalmente, pelo próprio capital, como necessidade concreta de superação de suas crises inerentes. E, ao apropriar-se do que antes era tido como exclusão, transforma o “excluído” em “empreendedor” e o remete a novos mecanismos inerentes em velhos processos de superexploração e opressão.

A única moral que lhe interessa é fazer dinheiro transformar-se em mais dinheiro com base em particulares formas de exploração da força de trabalho e das opressões que a dão sentido. A moral do capital tenta apresentar-se como único valor para os não proprietários dos meios de produção. No entanto, entre a moral discursiva do “trabalho que dignifica o homem”

e a apropriação privada dos meios de produção, corre um rio chamado desenvolvimento desigual e combinado.

A questão essencial é que nos desdobramentos do capitalismo no século XXI, a maior parte dos trabalhadores latino-americanos está incluída no jogo operativo do capital advindo do informal. Isso nos remete à necessidade de reler importantes conceitos da economia-política – tais como trabalho produtivo e trabalho improdutivo, setor formal e setor informal, múltiplas formas de poder e a extração de mais-valia absoluta, relativa e extra nesses novos cenários –, a outros planos de análise sobre os ambientes de dominação e superação da mesma, desenvolvidos por esses sujeitos oprimidos.

Mas, se por um lado, essas são características universais do modo de funcionamento do sistema capitalista, tanto na reprodução do aparato produtivo do *modus operandi* atual, como na vida cotidiana do povo, através das percepções ideológicas alienadoras que impõem, por outro lado, a particularidade é que a América Latina, em sua forma de colocar em marcha a reprodução deste modelo, já previa até onde este modelo dominante/hegemônico – produtivo e ideológico – iria chegar no plano mundial ao longo do desenvolvimento de seu processo.

A condição dependente, em si dialética e conflitiva, dos processos de desenvolvimento capitalista das economias latino-americanas em finais do século XIX e início do século XX em diante, esteve condicionada ao perverso antagonismo evidente entre o capital e o trabalho em geral. Mas conformou, nas particularidades das históricas condições opressoras anteriores, um sistema baseado na superexploração da força de trabalho, na opressão patriarcal, sexista e racista, além de todos os demais processos comuns de coisificação do ser que vende forçosamente sua força de trabalho.

Diante disso, é necessário elucidar as dimensões e particularidade históricas da atual fase da dependência e subordinação dos povos latino-americanos através de suas relações – econômicas, sociais, culturais – com o mundo, que nos remete a uma discussão sobre as dimensões da “coisificação” de nossos sujeitos, desde o próprio nascimento deste processo alienador e fetichizador de reprodução continental do sistema capitalista.

Dependência, econômica-política-ideológica, verificada na atualidade, nos marcos do processo de acumulação em sua fase neoliberal, quando o capital assume um caráter ainda mais atroz enquanto apropriador do valor produzido pelos sujeitos em todos os territórios, condicionando-os às suas ordens e materializações de poder em todas as dimensões – econômica, cultural, social e política.

Esta lógica de dominação capitalista evidencia como destaca Holloway²⁰, ruptura do homem com respeito a suas potencialidades e características enquanto sujeito ontológico, fragmentando seus afazeres do fator produtivo. Sistema de dominação caracterizado pela hegemonia do capital, utilizando como mecanismo fundamental o poder de um grupo sobre os demais, de forma que algo que é eminentemente humano e social, como é o trabalho, transforme-se em um instrumento de dominação e posse, assim como o trabalhador deixa de ser sujeito e passa a ser mera mercadoria (HOLLOWAY, 2002):

O fazer, então, existe antagonicamente, como um fazer que se volta contra si mesmo, como um fazer dominado pelo fato, como um fazer alienado em relação ao fazedor. A existência antagônica do fazer pode se formular de diversas maneiras: como um antagonismo entre o poder-fazer e o poder-sobre, entre o fazer e o trabalho alienado, entre o fato e o capital, entra a utilidade (valor de uso) e o valor, entre o fluxo social do fazer e a fragmentação. Em cada caso existe um antagonismo entre o primeiro e o último componente de cada formulação, mas este antagonismo não é externo. Em cada caso, o primeiro existe como o último: o último é o modo de existência ou a forma do primeiro. Em cada caso, o último nega ao primeiro, de maneira tal que o primeiro existe no modo da negação. Em cada caso o conteúdo (o primeiro), é dominado por sua forma, mas existe em uma tensão antagônica com ela. (HOLLOWAY, 2002, p. 62)

Isso expressa como a ruptura entre a produção e a apropriação do valor, inserida na relação antagônica capital-trabalho, resulta em um processo de dominação proveniente da manipulação e opressão nos outros âmbitos de ação destes mesmos sujeitos, como forma de perpetuar a “irrestrita” situação de poder do capital. Processo que retrata os diversos recursos utilizados pelos opressores, como forma de dominar e impor um critério de produção e ação dos sujeitos na vida cotidiana, capaz de reproduzir sua perspectiva de exploração e subordinação colocados à serviço do poder dos donos do capital.

A questão é verificar se, os processos tanto econômico-políticos como ideológico-educativos, que caracterizavam a dependência em seu nascimento se configuraram como estruturais a ponto de permanecerem vigentes no século XXI. Intercâmbio desigual, extração de valor baseada na superexploração da força de trabalho, vulnerabilidade econômica

²⁰ As ideias contidas neste texto, no fervor do levante zapatista, suscitaram em parte da intelectualidade latino-americana uma indignação, enfrentamento, com violentas posições acerca dos elementos pós-modernos contidos na ideia de não tomada de poder. Penso realmente que, assim como outros tantos intelectuais que vivenciam o zapatismo no México neste período, Holloway caiu na mesma ilusão de acreditar ser possível um horizonte fora da ordem, com força e projeção de luta que fizesse frente e negasse a própria ordem imperante do capital. Entretanto, suas obras e os três primeiros capítulos deste texto são impecáveis na análise que faz da alienação em Marx. Talvez não seja o que está escrito o grande problema, e sim como, na era da pós-modernidade e da supremacia do pensamento descolonial na América Latina, estes termos serão tomados como substância na batalha das ideias.

(financeira e produtiva), coisificação do sujeito, opressão, dominação. Categorias que dão a dimensão da intensificação, ou não, dos mecanismos de contratendência à queda da taxa de lucro colocados em prática pelos possuidores de capital ao longo do desenvolvimento do processo produtivo baseado na lei do valor. Esse exercício de verificar, no presente, as desiguais condições sociais e históricas construídas no passado, permite dar continuidade ao pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente e suas perversas configurações no significado e sentido do humano na sua totalidade, narrado na particularidade latino-americana.

Recuperarei dois textos chaves como principais referenciais de análise da crítica da economia política e da pedagogia crítica latino-americana (“Dialética da dependência” e “Pedagogia do Oprimido”), com o fim de seguir as pistas do que se intensificou nas complexidades particularidades de inserção da América Latina nas relações internacionais, e, em consequência disto, a forma como os sujeitos do continente incorporaram, via mecanismos ideológicos, os processos de imposição, através da falsa consciência, alienação, sobre as “vantagens” inerentes ao próprio processo do capital.

As obras “Dialética da dependência” e “Pedagogia do Oprimido” revelam, cada uma em seu campo de análise, a essência encoberta pela aparência – fetiche – do modo de reprodução do capital e do “sujeito” imerso nesta situação, nesta fase de ação concreta de acumulação desmedida no cenário mundial, diante da intensificação dos mecanismos de subordinação dos “sujeitos sociais”.

Marini, através da crítica da economia política, insistiu em revelar o caráter particular do desenvolvimento capitalista latino-americano que foi, e segue sendo, peça imprescindível do jogo de reprodução ampliada do capital no âmbito internacional, baseada na acumulação desmedida, e sem fronteiras, do capital. Para Marini (1983):

É o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua estação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado [...] Mas, aqui, como sempre, a verdade tem um duplo sentido: se é certo que o estudo das formas sociais mais embrionárias (ou, para se dizer como Marx “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco”), também é certo que o desenvolvimento ainda insuficiente de uma sociedade ao ressaltar um elemento simples, faz mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina tal elemento. (Tradução própria) (MARINI, 1983, p. 15)

Freire, com sua preocupação com uma metodologia de pesquisa baseada em uma educação problematizadora que fomente a superação do sujeito encadeado em nosso continente e no mundo, reitera que (FREIRE, 2002):

A captação e a compreensão da realidade se refazem, ganhando um nível que até então não tinham. Os homens tendem a perceber que sua compreensão e que a 'razão' da realidade não estão fora dela, como, por sua vez, não se encontra dicotomizada deles, como se fosse um mundo a parte, misterioso, e estranho, que os aplastasse. [...] A descodificação da situação existencial provoca esta postura normal, que implica partir abstratamente até chegar ao concreto, que implica uma ida das partes ao todo e uma volta deste às partes, que implica um reconhecimento do sujeito ao objeto (a situação existencial concreta) e do objeto como a situação em que está sujeito [...]. Este movimento de ida e volta, do abstrato ao concreto, que se dá na análise de uma situação codificada, se, se faz bem a descodificação, conduz à superação da abstração com a percepção crítica do concreto, agora já não mais realidade espessa e pouco vislumbrada. (FREIRE, 2002, p. 125)

Mas, como aproximar na análise duas formas, aparentemente tão distintas, de enunciar e trabalhar o problema do desenvolvimento dependente latino-americano, como é o caso da crítica da economia-política e da pedagogia crítica? Como tentar recuperar o sentido de 'totalidade' na compreensão do desenvolvimento capitalista, a partir de dois, até então, intocáveis ambientes de análise latino-americanos? E mais, como relacionar ideias construídas a partir de dois núcleos tão distintos como o da economia política de Marini e o tão criticado humanismo (para certos teóricos, negador do marxismo e cristão) de Freire?

Estabelecer um encontro dialógico entre estes autores exige, à luz do tempo vivido, explicitar as particularidades do contexto em que viveram entendendo a complexidade encarnada nos processos decorrentes de um ambiente extremamente violento como o da ditadura militar. O encontro é possível por se tratar de intelectuais que, em prol da classe trabalhadora, produziram excelentes análises sobre a particularidade do desenvolvimento desigual e combinado na América Latina.

A obra destes autores expressa o avanço de suas análises rumo à maturidade teórica e política, tais quais as obras de Marx que avançaram da filosofia à crítica da economia política. Ao chegar à economia política não se abandona a filosofia. Ao contrário, agregam-se mais elementos próprios de uma totalidade a ser captada. Assim não é possível entender os processos da produção de conhecimento fora de seus contextos históricos concretos. De forma que não é possível separar a análise filosófica de Marx da sua crítica da economia política. No

entanto, entendo que a análise filosófica de Marx não se encontra somente nos textos do “jovem” Marx, e sim em toda sua obra. O capital está repleto de filosofia, de política, de literatura e de um tom narrativo que beira o deboche na crítica que faz aos teóricos burgueses.

Parto dessa premissa: Não vejo distinção entre o Marx jovem e o Marx maduro. Vejo desenvolvimento, amadurecimento, de um sujeito que explicitou o movimento dialético sobre a compreensão das contradições. O Marx que escreveu “O Capital” é o mesmo Marx que havia feito duras críticas à posição idealista e materialista vulgar da filosofia nos “Manuscritos econômico-filosóficos” e na “Ideologia Alemã” em companhia de Engels. O Marx da crítica da economia política não é outro Marx, distinto do que escreveu os “Grundrisse”. É o mesmo, em novas fases, novas aprendizagens, históricos processos. Como tal, um sujeito em permanente construção e crescimento, tentando dar conta de incidir na formação política, na agitação e propaganda de classe e no estudo aprofundado sobre como funciona a gênese e estrutura do capital.

Foi para negar o caráter de mercadoria dado aos sujeitos pela estrutura de dominação do capital, que Marx estudou a fundo todas as mediações da relação capital-trabalho, que contém a mediação de primeira ordem fundadora das demais (relação social de produção, e apropriação privada da riqueza socialmente produzida). No complexo de complexos, as categorias trabalhadas por Marx foram apresentando-se como encadeadas, entrelaçadas, na narrativa da captação do movimento na sua totalidade. Da forma mais simples (a mercadoria) à forma mais complexa (o capital), as relações sociais de produção e apropriação foram ganhando vida. E reveladas com a intenção concreta de superação pelos sujeitos oprimidos imersos (conscientes e organizados) na luta de classes.

A competitividade, o egoísmo, o trabalho assalariado, não são características intrínsecas ao ser humano, como se esse tivesse uma natureza, um espírito, previsíveis. Essas características são construções materiais, historicamente definidas, e que servem de base para a compreensão das dimensões sociais, políticas e culturais sobre as quais atuam os sujeitos, sempre sociais, embora submetidos à outra lógica, individual, individualista, consumista.

São esses fundamentos filosóficos, políticos, econômicos e culturais da obra de Marx que Mészáros recupera, quando sustenta que a pretensão de Marx era a de evidenciar (MÉSZÁROS, 1978):

A natureza humana (“sociabilidade”) liberada do egoísmo institucionalizado (a negação da sociabilidade) superará a “coisificação”, o “trabalho abstrato”

e os “desejos imaginários”. Não é difícil observar que enquanto a concorrência for a força que governa a produção, ou noutras palavras, enquanto a “efetividade dos custos” for o princípio dominante da atividade produtiva, resultará impossível considerar ao trabalhador como a *um homem* nas diversas etapas e fases do ciclo da reprodução. A atividade humana sob as condições de competitividade está destinada a continuar a seguir como trabalho assalariado, uma mercadoria submetida pela “lei natural” das necessidades objetivas, independentes, da competitividade. De igual forma, é fácil ver a importância que tem a superação da competitividade para o logro dos requerimentos humanos de uma atividade que se baste a si mesma (oposta ao “trabalho abstrato”, a negação da sociabilidade), e para a eliminação dos “desejos imaginários. (Tradução própria) (Grifos do autor) (MÉSZÁROS, 1978, p. 140).

Ao citar um trecho dos “Manuscritos econômico-filosóficos” de Marx, Mézáros (1978) expõe os fundamentos acima pontuados quando mostra que:

A atividade e o gozo como seu conteúdo, são também, enquanto *modo de existência, sociais*, atividade *social* e gozo *social*. A essência humana da natureza existe somente para o homem social, já que somente existe para ele como nexos com o *homem*, como sua existência para o outro e do outro para ele, elemento de sua vida da realidade humana; somente assim existe como fundamento de sua própria existência *humana*. Somente assim, o homem se converte para ele em existência *humana* sua existência *natural*, e a natureza faz-se para ele, *humana*. A *sociedade* é, portanto, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, acabado naturalismo do homem e acabado humanismo da natureza. (Tradução própria) (Grifos do autor) (MÉSZÁROS, 1978, p. 139)

É com base nesse movimento indissociável entre as múltiplas produções do saber que pretendo colocar em diálogo, mediados pelo MHD, Marini e Freire. E tomarei como pano de fundo a substância comum contida nas duas perspectivas de análise: A compreensão (revelação consciente do mundo) da estrutura social, econômica e cultural real vivida cotidianamente pelos sujeitos sociais latino-americanos, para a superação dessa relação dependente e subordinada e conformação de outro modelo de desenvolvimento possível (socialismo em que bases?). Em outras palavras, a desconstrução do mundo, a partir da verdadeira enunciação das condições estruturais do desenvolvimento desigual e combinado inerente ao capitalismo dependente, para a conformação, via consciência política, de um novo sentido de construção alternativa, para além do capital, pelos próprios sujeitos sociais emancipados.

Marini evidenciava o caráter particular do desenvolvimento dependente latino-americano no plano internacional de reprodução geral e particular do capital, através dos conceitos-chaves dependência, superexploração e subimperialismo para elucidar o caráter da

dialética da dependência. Freire analisava os mecanismos objetivos-subjetivos da dominação colocados em prática desde os aparatos ideológicos formais da estrutura de poder institucional: a opressão como instrumento fundamental do capital, a conquista, a divisão, a manipulação e a invasão cultural, como mediações de segunda ordem, dentro da mediação de primeira ordem que é a de exploração do trabalho pelo capital.

Marini no prefácio de “Subdesenvolvimento e Revolução” (1983) sustentava que:

O subimperialismo se define portanto: a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que advém da nova divisão internacional do trabalho; b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o rompimento entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extremada a favor da indústria de luxo, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, que equivale a dizer, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores)¹². (Tradução própria) (MARINI, 1983, p. XIX)

Freire, por sua vez, escrevia baseado na perspectiva de educação crítica que (FREIRE, 2002):

A “situação limite” do subdesenvolvimento ao qual está ligado o problema da dependência, como tantos outros, é uma conotação característica do “Terceiro Mundo” e tem, como tarefa, a superação da “situação limite”, que é uma totalidade, mediante a criação de outra totalidade: a do desenvolvimento. [...] sua insegurança vital encontra-se diretamente vinculada à escravidão da sua pessoa. É assim como somente na medida em que os homens criam seu mundo, mundo que é humano, e criam-no com seu trabalho transformador, realizam-se. A realização dos homens, como tais, radica, pois, na construção deste mundo. Assim, se o seu estar no mundo do trabalho é um estar em total dependência, inseguro, sob uma ameaça permanente, uma vez que seu trabalho não lhes pertence, não podem se realizar. O trabalho alienado deixa de ser uma tarefa realizadora da pessoa, e passa a ser um eficaz meio de retificação. (FREIRE, 2002, p. 122 e 185)

Marini e Freire – dois autores revolucionários desde o pensamento prático latino-americano, a partir das suas respectivas ações transformadoras – desenvolveram seus diagnósticos objetivo-subjetivos sobre o caráter dominador do capital sobre os trabalhadores da América Latina, com o fim de propor a ruptura desde uma revolução popular. Para o primeiro, a ação revolucionária, assentada na perspectiva de Lênin, inicia-se desde as linhas concretas de ação dos partidos políticos que organizariam as massas no nosso continente. Para o segundo, a revolução permanente ocorre desde uma ação cotidiana transformadora

e incluído no encontro mesmo com os sujeitos, através da alfabetização, como espaço de organização coletiva e popular.

Enquanto Marini dava centralidade ao teor e significado de classe, Freire reiterava a beleza contida no sentido de popular. O popular e a classe ganham um mesmo significado, mas as substantivas manifestações da organização se apresentam como formas diferentes de encarar o processo revolucionário.

Freire e Marini trabalham de forma distinta temas importantes relativos ao caráter da revolução: a organização e a consciência de classe. Ambos acreditavam que somente as massas organizadas e conscientes (como classe para si) poderiam realizar um combate aberto para uma proposta alternativa ao desenvolvimento no nosso continente.

Por um lado, Marini defendia (MARINI, 1983):

O levante popular como força unificada consequentemente anti-imperialista, se bem não exclui sua aliança com outras classes, tende a afirmar sua hegemonia sobre elas. A hegemonia do proletariado leva a que necessariamente sejam os seus interesses os que se priorizem no programa revolucionário, do contrário implicaria que se proponham mobilizar ao proletário em função de reivindicações que, não sendo as suas, correspondem a outras classes – ou seja (independentemente de que se realize ou não a via armada) implicaria no reformismo e na colaboração de classes. (Tradução própria) (MARINI, 1983, p. 203)

Por outro, Freire reiterava que (FREIRE, 2002):

Nem todos temos o valor necessário para enfrentar esse encontro, e nos endurecemos no desencontro, através do qual transformamos os outros em meros objetos. Ao proceder desta forma nos tornamos necrófilos em vez de biófilos. Matamos a vida ao invés de nos alimentarmos dela. Em vez de buscá-la, fugimos [...] Matar a vida, freá-la, com a redução dos homens a meras coisas, aliená-los, mistificá-los, violentá-los, é próprio dos opressores. [...] O que pretende uma autêntica revolução é transformar a realidade que propicia um estado de coisas que se caracteriza por manter os homens numa condição desumanizante. (Tradução própria) (FREIRE, 2002, p. 164)

Além disso, são esses mesmos autores que nos remetem à necessidade de ampliação da discussão da dialética da dependência a outros planos de análise. Freire e Marini, ainda que sem se conhecerem, teórica e pessoalmente, compartilham, a meu ver, o mesmo referencial, da práxis emancipadora como apropriação do conteúdo e da formação da consciência de classe. Sobre os complexos espaços de reprodução da superexploração e da opressão, bem como a sua respectiva superação Ruy Mauro Marini e Paulo Freire teciam importantes argumentos complementares.

Nos termos da crítica da economia política latino-americana (MARINI, 1983):

O fundamento da dependência é a superexploração do trabalho. Somente nos resta, nesta breve observação, advertir que as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também desde o ponto de vista sociológico e político. É baseado nessa direção como tem que se acelerar o parto da teoria marxista da dependência, liberando-a das características funcionais-desenvolvimentistas que se lhe tem aderido em sua gestão. (MARINI, 1983, p. 101)

É no processo particular do capitalismo dependente que a superexploração como mecanismo próprio gera relações opressoras também particulares (FREIRE, 2002):

A primeira das características que podemos encontrar na ação antidialógica é a necessidade de conquista [...] o antidiálogo, dominador por excelência, pretende, nas suas relações com o seu contrário, conquistá-lo, cada vez mais, a través de múltiplas formas. Desde as mais estouvadas até as mais sutis. Desde as mais repressivas até as mais doces, como é o caso do paternalismo [...] o antidiálogo se impõe ao opressor, numa situação objetivo de opressão para, ao conquistá-lo, oprimir mais, não só economicamente, senão culturalmente, ao roubar ao oprimido a sua palavra, sua expressividade, sua cultura. (FREIRE, 2002, p. 176)

Esses intelectuais compartilhavam outro denominador comum quanto aos desdobramentos da luta de classes no continente, contra o que se tem rumo ao que se quer: A convicção de que a revolução só tem espaço no continente porque a esperança, que alguns nomeiam como utopia, continua a ser a energia que os motiva a persistir na luta, junto com os sujeitos explorados, conscientes da luta de classes, e organizados a partir dela no nosso continente.

Sobre esse tema, Freire sublinha no seu livro “Pedagogia da Esperança” – no qual faz uma autocrítica sobre a sua obra mais importante, segundo argumentam alguns teóricos latino-americanos sobre a “Pedagogia do Oprimido” – que (FREIRE, 1999):

É por essa existência em permanente procura do ser, curioso, “tomando distância” de si mesmo e da *vida* que ele tem; é por ser a razão deste indivíduo entregado à aventura e à “paixão de conhecer”, para o qual se faz indispensável a liberdade que, constituindo-se na luta por ela, só é possível porque, ainda que “programados”, não estão porém determinados; é por essa forma de ser que se tem vindo a desenvolver a vocação para a humanização e que se tem na desumanização, fato concreto da história, a distorção da vocação. Jamais, porém, outra dimensão humana. Nem uma nem outra, humanização e desumanização, são destino seguro, fato dado, se não o destino. Por isso uma é a vocação e a outra a distorção da vocação[...]a utopia não seria possível se carece de gosto pela liberdade, que é parte da

vocação da humanização. E nem seria possível se faltara a esperança, sem a qual não se luta. (Tradução própria) (FREIRE, 2002, p. 95)

Marini, por sua vez, desde o rigor no método, também destacava em “Subdesenvolvimento e Revolução” que (MARINI, 1983):

A visão do Che de uma revolução continental, que expresse nos fatos o internacionalismo do proletariado, está a se realizar na América Latina. A polarização política, que a dinâmica do subimperialismo brasileiro não pode se não se agravar, determina o marco em que o processo vai se desenvolver. Herdeiras legítimas do Che, as vanguardas latino-americanas têm um papel só a se cumprir: tomar a direção da luta, conscientes de que o seu resultado possa significar que para todos os povos tenha finalmente chegada a hora dos expropriadores. (Tradução própria) (MARINI, 1983, p. 204).

Ao colocar em diálogo esses dois autores, a “Dialética da Dependência” ganha matizes da “Pedagogia do Oprimido”, e a “Pedagogia do Oprimido” ganha novas expressões com base na compreensão da “Dialética da Dependência”.

América latina por sua vez, atrelada a esses referenciais, expressa o movimento histórico de crítica e ação militantes, revolucionárias no continente, indo além dos marcos programáticos de invisibilidade da luta definidos pelo capital. E narra um primeiro encontro de saberes estabelecidos no âmbito da construção de pontes entre essas duas diferentes e complementares áreas do conhecimento (crítica da economia política e pedagogia crítica).

Paralelamente, no campo da educação crítica latino-americana, o debate ocorreu acerca dos mecanismos objetivos e subjetivos da dominação na relação desigual existente entre opressores e oprimidos. O opressor, ao introjetar-se como cultura dominante no cotidiano do oprimido, instituiu um sentido comum cotidiano sobre a práxis alienada e conformava um jogo de poder a ser reproduzido pelo próprio oprimido em defesa da continuidade do *status quo*. A questão principal era a de evidenciar, na reflexão e na prática – para lutar contra qualquer instrumento de opressão – quais foram (são) os mecanismos que colocaram em operação a dependência entre sujeitos nas suas relações concretas nos ambientes das práxis – Estado, educação, religião, família e outros.

A dependência para esse grupo que luta pela pedagogia como práxis libertadora foi entendida como uma forma objetiva-subjetiva de manipulação e opressão sob o comando dos donos do capital, colocada em prática nas superestruturas que fazem funcionar o caráter impositivo da ação reacionária e coisificadora do capital sobre e contra o trabalho.

Como sublinhou Freire no seu primeiro livro analítico sobre o tema da opressão - Pedagogia do Oprimido - e a liberação correspondente à mesma (FREIRE, 2002):

Somente na medida em que os homens criam o seu mundo, mundo que é humano, e criam-no com o seu trabalho transformador, se realizam. A realização dos homens, quanto eles mesmos, radica, pois, na reconstrução deste mundo. Assim, se o seu estar no mundo do trabalho é um estar em total dependência, inseguro, sob uma ameaça permanente, dado que seu trabalho não lhe pertence, o trabalhador não pode se realizar. O trabalho alienado deixa de ser um quefazer realizador da pessoa, e passa a ser um eficaz meio de reificação. (FREIRE, 2002, p. 185)

Porém, essas explicações concretas, tanto no plano econômico como no político-ideológico, estão vinculadas desde a sua complementaridade no marco estrutural e contraditório do próprio processo de desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Processo que, por um lado intensifica e aperfeiçoa os mecanismos usados pelo proprietário privados dos meios de produção para ampliar o seu poder – econômico, político e cultural – em especial nos momentos de crise de produção e realização do capital. E, por outro lado, evidencia a necessidade do próprio capital de incidir sobre o pensamento e a linguagem da classe trabalhadora, como forma de sair da crise e entrar em um novo estágio de expansão da produção social e apropriação privada da riqueza capitalista, sob o mando dos monopólios.

Cada crise reorienta a composição orgânica e técnica do capital a uma fase mais acelerada da rotação do capital, de diminuição da mesma. Isto à custa de uma maior intensificação da exploração da força de trabalho, na extração da mais-valia relativa e extraordinária²¹, resultante da concorrência intercapitalista entre os monopólios no plano das economias centrais.

Assim, quanto maior o avanço no desenvolvimento das forças produtivas poupadoras de trabalho vivo e de reafirmação do trabalho objetivado, maiores recursos, materiais e ideológicos, serão postos em prática pelo grupo dominante, como forma de frear o processo tendencial de queda da taxa de lucro. Frente a isso, todos os demais poderes relacionados à dinâmica de “naturalização” do ambiente do capital, serão aprimorados com o fim de

²¹ A mais-valia extraordinária é originada na concorrência capitalista, dentro dos setores econômicos. É, assim, manifesta na guerra entre capitais oligopolistas pela apropriação de parte do valor produzido pelos demais capitais do setor, tendo a inovação como o elemento substantivo da diferenciação momentânea entre os grandes capitais. Para aprofundamento no tema ver: CARCANHOLO, R. Sobre o conceito de mais valia extra em Marx. Fortaleza: V Encontro Nacional de Economia Política, 2000. Disponível em: <http://carcanholo.com.br/?p=43>. Acesso em 03 de novembro de 2015; MARINI, R. Mais-valia extraordinária e acumulação de capital. In: Ruy Mauro Marini vida e obra. SP: Expressão Popular, 2ª. edição, 2011.

reassignificar tecnicamente o teor da opressão objetiva-subjetiva da classe trabalhadora em movimento sob a égide do capital.

As modificações na estrutura e na superestrutura, ainda quando se apresentem como distintas e desconectas, são complementares, indissociáveis e têm uma única intenção: a perpetuação das estruturas de poder do capital, por coerção e/ou por consenso. A política se apresenta nos ditames da economia. A economia representa o poder político. A criticada economia política narra a indissociabilidade entre esses dois movimentos do capital sobre o trabalho em cada contexto e território em que ele atua.

No plano econômico, do processo de trabalho e de valorização, o capital intensifica seus mecanismos de extração do valor em formas diferenciadas sobre os territórios centrais e periféricos, reorganiza a divisão internacional do trabalho com o afã desta desigualdade combinada lhe servir na composição média geral da taxa de lucro. A exploração da força de trabalho nos centros se combina com a superexploração da força de trabalho na periferia. Juntas exploração e superexploração dão a tônica do desenvolvimento desigual e combinado nas fases superiores do capitalismo – imperialismo clássico e capitalismo tardio.

No plano político-ideológico, o capital reestrutura seu poder e nos mecanismos de produção da coerção e do consenso, constituídos pela manipulação direta sobre a ideia a ser compreendida pelos fatos narrados pelo capital. Nesse ambiente crime e criminosos se apresentam no imaginário coletivo na implementação de um sentido comum tanto sobre seu estereótipo, quanto sobre o castigo para esses sujeitos.

A ética e a moral do capital, à medida que ele se desenvolve, passa por crises e as supera, volta ainda mais intensa sobre a moral a ser individualmente introjetada. Ao invadir os sujeitos através da imposição de valores, condutas e regras, paralelo à construção de todos os aparelhos que sustentam essas imposições, o capital assume sobre o trabalho o controle sobre seu ser e sentir coisificados.

No plano social e cultural, o capital monopolista financeiro oriundo das economias centrais aposta na concretização, objetiva-subjetiva, de seus aparelhos de poder, e reitera através dos mesmos – Estado, governos, meios de comunicação, escolas, religiões, cultura popular – os mecanismos de dominação de classe postos em movimento desde o período colonial.

A tendência à queda da taxa de lucro institui novos mecanismos violentos de extração do valor em cada época e promove um novo estágio da desigualdade realizada na divisão

internacional do trabalho. Segundo Marx, isto ocorre por dois motivos básicos. No plano econômico (MARX, 1989):

1) Porque inclusive uma **maior** parte não-paga da soma global **menor** do trabalho novo acrescentado é **inferior** a do que se gera numa **menor** parte da alíquota não remunerada da soma global **maior**, 2) Porque a imposição mais alta do capital nas mercadorias individuais se expressa em que a parte de valor das mesmas nas quais se apresenta, em geral, o trabalho novo agregado, diminui com relação a parte de valor que se apresenta em matérias primas, materiais auxiliares e desgastes do capital fixo. (MARX, 1989, p. 288).

No plano político-ideológico porque (MARX-ENGELS;1958):

Os indivíduos que formam a classe dominante também, entre outras coisas, a consciência daquilo e pensam em sincronia com isso; portanto, enquanto dominam como classe e enquanto determinam todo o âmbito de uma época histórica, se compreende como ser que fazem-no em toda a sua extensão e, por conseguinte, também como pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e distribuição das ideias do seu tempo; e que as suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (MARX-ENGELS, 1958, p. 51)

Nesse sentido, as relações internacionais – entendidas como o espaço do intercâmbio desigual entre as nações com diferentes graus de desenvolvimento tecnológico e espaço universal de reprodução das relações de poder entre distintos protagonistas (capital-trabalho; dominantes-dominados), são o instrumento universal de reprodução do poder do capital. E, como todo poder do capital emana da extração do valor, cada ciclo de crise e expansão, produz renovadas formas de exploração de um mesmo conteúdo de produção de valor: a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução social do trabalhador e de sua família, associada ao substantivo aumento do tempo não pago realizador do sobretrabalho, extração de mais-valia, fonte da realização do lucro.

A crise do capital é, em cada época, uma fase de queda e recomposição em mecanismos ainda mais violentos de extração de valor, expropriação da terra, espoliação do trabalho. O desenvolvimento desigual e combinado manifesta a relação violenta dos sujeitos opressores sobre os sujeitos oprimidos, intermediados pelo mundo. Relações estas estabelecidas ao longo do desenvolvimento desigual e combinado capitalista, a partir de determinadas características universais de opressão que, ainda quando não sejam os únicos modos de “produção da vida”, determinam a substância inerente da desigualdade nos desdobramentos do capital. Algumas dessas características são: 1) mecanismos abusivos e crescentes da exploração do trabalho; 2) instrumentos de opressão e subordinação do sujeito

subordinado, entendido pelo dominador não como ser social, e sim como um objeto; 3) tendência da redução dos salários por baixo do seu valor; e, 4) exclusão e construção de uma vida alternativa desde a marginalidade.

Essas características não são permanentes nem imutáveis, porém estão vinculadas enquanto instrumentos de perpetuação de poder, e que contam com determinados marcos de concreção no jogo operativo de dominação.

Dito de outra forma, o grupo dominante desenvolveu meticulosamente vários espaços de manutenção do seu poder, a tal ponto que quando um desses espaços entra em crise, como o processo econômico (lucro), outro pode ser utilizado como mecanismo substituto e/ou de recuperação, como o militar e/ou o político-ideológico. Exemplo: perante a crise da realização de altas taxas médias de lucro da classe dominante latino-americana, utilizou-se o argumento de que o problema do atraso se relacionava com a baixa produtividade técnica dos trabalhadores da América Latina.

Assim, como eram muitos em quantidade e pouco qualificados, segundo os ideólogos do progresso desenvolvimentista, a forma de superar a crise originada de seu atraso tecnológico no plano internacional, era a de promover a industrialização substitutiva e condicionar esses sujeitos a uma posição subordinada no ambiente laboral e social. O nascimento do urbano-industrial veio associado ao atraso do campo-trabalhador rural e apresentou-se como promessa de superação. Em plena era de crise do capital que se desdobraria na maturidade do imperialismo clássico sob à hegemonia dos Estados Unidos.

São variadas e complexas as questões estruturais que dão vida a hegemonia do capital para, no período de crise e pós-crise, dar continuidade ao seu jogo de dominação, cujas regras foram estabelecidas por eles mesmos: a abundante mão de obra disponível no âmbito mundial, o barateamento dos meios de produção fundamentais para a confecção do capital constante e queda nos preços do capital circulante e, não menos importante, a necessidade de associação entre capitais produtivos e seus planos ideológicos no cenário internacional, com suas respectivas formas de reprodução social local.

Com base nos mecanismos produtivos, políticos e ideológicos de perpetuação da dominação do capital sobre o trabalho no mundo em geral e na América Latina em particular, colocar em diálogo Marini e Freire, torna-se um exercício de explicitação das várias condicionantes que demarcam o desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo dependente latino-americano. Estes autores nos dão suporte na análise sobre os mecanismos utilizados pelo capital em cada país, em cada momento histórico, para atingir uma maior

apropriação da extração de valor que permite a perpetuação de seu poder em todos os âmbitos.

A história da América Latina é anterior à história do capitalismo. Mas foi na colonização invasora europeia sobre o continente que se assentaram as bases da gênese do capital em geral, cujas particularidades demarcaram expressões próprias como a superexploração da força de trabalho, a opressão manipuladora/invasora, a práxis violenta colonial, desenvolvimentista e neoliberal.

E, como salienta o autor de “Pedagogia do Oprimido”, (FREIRE, 2002):

Esta violência, entendida como um processo, passa de uma geração de opressores a outra, e esta torna-se herdeira daquela, formando-se no seu clima geral. Este clima cria nos opressores uma consciência fortemente possessiva. Possessiva do mundo e dos homens. A consciência opressora não pode ser entendida à margem dessa possessão, direta, concreta e material do mundo e dos homens. Dela, considerada como uma consciência necrófila, Fromm diria que, sem esta posse, "perderiam o contato com o mundo". Daí que a consciência opressora tenda a transformar em objeto de seu domínio tudo aquilo que lhe é próximo. A terra, os bens, a produção, a criação dos homens, os homens mesmos, o tempo em que se encontram os homens, tudo se reduz a objeto de seu domínio. (Tradução própria). (FREIRE, 2002, p. 25)

Na perspectiva da crítica da economia política de Marini, esta violência alicerça-se sobre a particularidade da forma de extração de valor no continente. (MARINI, 2011):

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre América Latina na economia mundial transcendem a mera resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação de capital nos países industriais. Para além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial transite da produção de mais valia absoluta à de mais valia relativa. Ou seja, a acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Entretanto, o desenvolvimento da produção latino-americana que permite a região coadjuvar nesta mudança qualitativa nos países centrais, se dará fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este o caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (MARINI, 2011, p. 57)

Essa exposição de Marini sobre uma maior exploração na América Latina deu margens a muitas críticas, pois parte de seus críticos entendia que a exploração acentuada é inerente ao próprio movimento geral do capital. No entanto, ao longo de toda a obra de Marini, vamos vendo que o que ele definia como maior era em realidade como

particularmente violento desde seu nascimento, uma vez que os salários eram pagos abaixo da própria condição de sobrevivência do trabalhador. Em realidade, à violência metabólica do capital, se vinculava a particularidade da dependência na extração de valor no continente e na redução do salário médio mundial, com base nestas composições desiguais.

Freire corrobora a concepção de dependência de Marini quando sustenta (FREIRE, 2002):

Não é possível o desenvolvimento de sociedades duais, reflexas, invadidas, dependentes da sociedade metropolitana, pois que são sociedades alienadas, cujo ponto de decisão política, econômica e cultural se encontra fora delas – na sociedade metropolitana. Esta é que decide dos destinos, em última análise, daquelas, que apenas se transformam. Como “seres para outro”, a sua transformação interessa precisamente à metrópole. Por tudo isto, é preciso não confundir desenvolvimento com modernização. Esta, sempre realizada induzidamente, ainda que alcance certas faixas da população da “sociedade satélite”, no fundo interessa à sociedade metropolitana. A sociedade simplesmente modernizada, mas não desenvolvida, continua dependente do centro externo, mesmo que assuma, por mera delegação, algumas áreas mínimas de decisão. Isto é o que ocorre e ocorrerá com qualquer sociedade dependente, enquanto dependente. (FREIRE, 2002, p. 207)

Marini e Freire, cada um em seu campo de análise, expõem a dialética do desenvolvimento latino-americano, a partir do substantivo conteúdo que dão às categorias superexploração e opressão. Ambas são indissociáveis e conformam a gênese da violência estrutural do capitalismo periférico.

Ao ser dominado tanto pelo capital em geral, como pelos desdobramentos nas formas particulares, a classe trabalhadora latino-americana foi subsumida às condições materiais de reprodução do capital em geral – exploração - e na condição da reprodução particular no continente latino-americano – a superexploração. Por sua vez, ao forjar-se um sujeito oprimido que foi superexplorado, criou-se a condição ideológica de conformação do poder capitalista no nosso continente, onde os povos originários, os africanos migrantes forçados escravizados e os colonos pobres foram literalmente aprisionados – social, econômica e politicamente – para servir aos interesses do colonizador.

A explícita leitura de Freire sobre a inviabilidade do desenvolvimento como modernidade ser benéfico numa sociedade opressora, sustenta-se nas bases do desenvolvimento desigual e combinado, que torna o capitalismo dependente refém da estrutura geral de seu movimento.

Ainda que não cite, é evidente a influência das ideias de Gunder Frank na construção reflexiva de Freire sobre desenvolvimento e modernização, enquanto crítica à posição dual, esquemática do pensamento hegemônico da época. Nas obras “Desenvolvimento do subdesenvolvimento” (1967) e “América Latina subdesenvolvimento e revolução” (1969), de André Gunder Frank, quem questionou a ideia de dualidade e de Terceiro Mundo, baseado na teoria do imperialismo de Lênin e Rosa, Frank tece fortes considerações às distorções efetuadas pelos usos de manuais na compreensão do marxismo na região.

Em “Desenvolvimento do subdesenvolvimento” Frank explicita a análise da sustentação colonial para as posteriores formas de dominação sob a égide do capitalismo, e sustenta que, com base na perspectiva histórica (FRANK, 1967):

Podemos entender porque habitou e ainda há tendências, nas estruturas latino-americanas e capitalistas do mundo, que parecem levar ao desenvolvimento da metrópole e ao subdesenvolvimento dos satélites e, porque, particularmente as metrópoles satélites nacionais, regionais e locais da América Latina confrontam o fato de que seu desenvolvimento econômico é, quando muito, um desenvolvimento subdesenvolvido. (FRANK, 1967, p. 162)

Dois anos depois, em “América Latina: subdesenvolvimento e revolução”, este autor reforçava os mesmos elementos, baseado no desenvolvimento desigual e combinado inerente à estrutura e desdobramento do capital. (FRANK, 1973):

A estrutura essencial e conseqüente do imperialismo, a saber, as relações de exploração das metrópoles desenvolvidas com as periferias exploradas subdesenvolvidas, são parcialmente reproduzidas dentro do âmbito de cada sociedade, de cada nação e Estado, e até em cada região e setor. Em todos os países subdesenvolvidos são suas metrópoles as que têm maior contato com as metrópoles mundiais. Estas metrópoles nacionais conseqüente e simultaneamente (e evidentemente as metrópoles mundiais capitalistas também), mantêm uma relação de exploração com suas respectivas periferias, que são uma extensão das relações que as metrópoles mundiais capitalistas mantêm com elas. Nos níveis regionais e locais ocorre o mesmo. Os centros comerciais da província que estão em uma posição periférica de desvantagem econômica em relação às metrópoles nacionais e internacionais, se reencontram, por sua vez, em uma posição de metrópole e centro explorador em relação ao entorno rural. (FRANK, 1973, p. 210)

Da mesma forma que Frank, Freire entende o subdesenvolvimento como um processo inerente ao desenvolvimento geral, em que os violentos mecanismos de opressão dos dominadores, apresentam-se nos dominados como projeto introjetado a ser reproduzido na

vida cotidiana. Nesse movimento, o subdesenvolvimento captado por Freire é muito próximo às concepções de Josué de Castro, autor que narrou na década de 1940, em “Geografia da Fome”, a saga do subdesenvolvimento como subproduto humano. Castro sustentava que todo subdesenvolvimento era uma forma de subeducação. Ambos – subdesenvolvimento e subeducação - retratavam a particularidade do desenvolvimento dependente, enquanto uma construção social e histórica fruto das decisões de alguns poucos seres humanos sobre todos os demais e sobre a vida.

A tomada de partido na realidade concreta, em qualquer época histórica, incide na análise dos diferentes sujeitos sociais atuantes em diferentes áreas do saber. Um médico como Josué de Castro, ao estudar a fome (e o problema da subnutrição) como questão estrutural endêmica e epidêmica no nordeste brasileiro, e nas periferias das principais cidades do país - tema tabu ainda no século XXI -, apresentou de forma original uma leitura sobre o ciclo do caranguejo no ambiente cotidiano do nordestino de Capiberibe. Segundo o estudioso da área da saúde (CASTRO, 1984):

Ao retratarmos a fome no Brasil estávamos a evidenciar o seu subdesenvolvimento econômico, porque fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa. Foi esta conjuntura econômico-social com todas suas trágicas consequências que inspirou este ensaio. Que nos levou a tentar o levantamento científico de uma geografia da fome. (CASTRO, 1984, p. 40)

Castro explicita o subdesenvolvimento dentro das economias desenvolvidas, quando retrata a fome e afirma que lá e cá ela é o produto de relações humanas historicamente construídas. (CASTRO, 1984):

Uma das mais graves misérias das terras da América é o estado de fome em que vegetam as populações deste continente. E não só das que vivem na parte mais pobre, ainda não suficientemente explorada, na América Latina: mas também na parte mais rica e civilizada, na América Inglesa. Como veremos oportunamente, numa extensa área dos Estados Unidos da América, no seu velho Sul agrário, continua muita gente a morrer de fome, continuam a manifestar-se entre as populações locais graves doenças, causadas unicamente pela falta de uma alimentação adequada. (CASTRO, 1984, p. 49)

E continua sua narrativa sobre a beleza da ontocriativa condição humana, subjugada na triste e violenta produção de seu ser como objeto cujo único valor é produzir valor de troca para o capital, enquanto é subsumido como ser (CASTRO, 1984):

Os "mangues" do Capibaribe são o paraíso dos caranguejos. Se a terra foi feita para o Homem, com tudo para bem servi-lo, o "mangue" foi feito especialmente para o caranguejo. Tudo aí é foi, ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce dela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com a lama a caminha branca de suas patas e a geleia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambar os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazem a carne de seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeitava, volta com detrito, para a lama do "mangue" para virar caranguejo outra vez. (CASTRO, 1984, p.11)

As palavras de Josué de Castro explicitam o teor do desenvolvimento do subdesenvolvimento, das condições concretas de vida emanadas na construção social e histórica de submissão do ser humano aos objetos do capital e, quando não, de exclusão pura e simples.

Esse encontro de leituras entre diferentes áreas expõe o que entendo como ponte entre saberes. Processo em que a totalidade é captada no movimento particular daquilo que estudo. No encontro entre a parte e o todo, as especificidades das distintas áreas do conhecimento dão espaço à unidade do diverso que as compõe.

É nesse movimento entre o geral e o particular, as partes e o todo, que a história se apresenta como palco de múltiplas determinações. Nem a história dos vencidos, nem a dos vencedores entendidas de forma isolada; ambas as histórias dialeticamente como partes indissociáveis.

A relação entre a superexploração e os diversos mecanismos de opressão que lhe dão sustentação nos remete à gênese desta constituição que é, ao mesmo tempo, conformada pela própria metamorfose inerente à transição do feudalismo ao capitalismo. O capitalismo dependente nasceu das entranhas da fase colonial. Esta, por sua vez, foi forjada no processo de transição entre modos de produção substantivamente distintos na economia, na política e na cultura (HUBERMAN, 1981; HOBBSAWM, 1986). O período colonial definiu, via subordinação política, os violentos mecanismos de sujeição do trabalho e da terra que resultaram da acumulação primitiva de capital ao mesmo tempo em que consolidou internamente relações não capitalistas de produção adequadas à própria sujeição da condição colonial (MARTINS, 2010; CARDOSO, 1979, 1981, 1985, 1987).

Na gestação do capitalismo em geral, as colônias, em particular, deram a substância da engrenagem: ouro, prata, cobre, recursos naturais/minerais, terra e trabalho. Atrelar as

dimensões das formas de exploração próprias da matriz colonial das quais derivou a superexploração da força de trabalho e os mecanismos de opressão que a sustentam, apresenta-se como o próximo desafio deste trabalho.

O fundamento da superexploração da força de trabalho e das opressões que a dão vida está nas leis gerais da dinâmica do capital. Logo, o movimento de gênese e desenvolvimento do capital, permite-nos entender as raízes estruturais do sistema sociometabólico do capital como um todo (MÉSZÁROS, 2002; MANDEL, 1982) e de suas particulares formas de produção-apropriação (FERNANDES, 1981; MARINI, 2011). Na gênese do capital presente na invasão colonial da América Latina, encontramos parte das raízes da exploração em geral e da superexploração em particular que serão estruturadas como forma-conteúdo do capital sobre a terra e o trabalho em todos os âmbitos. Ontem e hoje, a terra e o trabalho são o que fundamentam a produção social e a apropriação privada da riqueza capitalista. Através de ambos – terra e trabalho – a história sanguínea do capital relata as mais perversas faces do bárbaro sentido dado à ideia de “desenvolvimento” pelo capital, como se a projetada “modernização” pudesse, de fato, dar um sentido humano ao capital.

Para conseguirmos entender a questão agrária no Brasil no século XXI, em que a superexploração e as opressões reiteram a força do capital sobre a estrutura e a superestrutura de dominação, farei um exercício de retomada histórica sobre as condições produzidas ao longo de quinhentos anos que condicionam a terra e o trabalho ao jugo dominante e violento do capital.

CAPÍTULO 2: AS RAÍZES DA DEPENDÊNCIA E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: O PASSADO NO PRESENTE.

Desde que existem sociedades de classes, e que a luta de classes constitui o conteúdo essencial da história delas, a conquista do poder político sempre foi a finalidade de todas as classes ascendentes, como também o ponto de partida e o coroamento de todas as épocas históricas. É o que constatamos nas longas lutas do campesinato contra os financistas e contra a nobreza, na Roma antiga, nas lutas do patriarcado contra o alto clero e nas dos artesãos contra os patrícios nas cidades medievais, assim como nas da burguesia contra o feudalismo, nos tempos modernos. (Rosa de Luxemburgo, sobre a conquista do poder político, em Reforma Social ou Revolução? 1899. Textos escolhidos por Isabel Loureiro, 2009)

Neste capítulo, desenvolvo uma análise teórico-histórica que fundamente a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina para o qual a terra e o trabalho são seu elemento constitutivo e contínuo. Trato, portanto, de explicitar como a drenagem da riqueza originária no continente compõe a produção geral da riqueza capitalista.

Para tanto, não considere necessário retomar de forma sistemática os debates e polêmicas acerca da transição (feudalismo-capitalismo) e suas interpretações sobre as características do desenvolvimento capitalista no continente, uma vez que há excelentes sistematizações sobre o tema. Mas o tomo como ponto de partida referencial²². Ao tomar partido, filio-me às teses/categorias de Ciro Flamarion Cardoso (modo de produção pré-capitalista), Jacob Gorender (modo de produção colonial escravista), Ruy Mauro Marini (dialética da dependência) e Florestan Fernandes (dependência dentro da dependência)²³.

²² Para uma reflexão sobre a atualidade do debate da transição, ver: Mariutti, E.B. “Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo”, 2004. E a compilação organizada por Paul Sweezy sobre os excelentes debates relativos ao tema, sob o título “A transição do feudalismo para o capitalismo”, 1977. O destaque é para o debate principal travado por Sweezy e Dobb sobre as características da transição. A interpretação sobre o processo de transição vai ter implicações notáveis sobre a forma-conteúdo de explicação relativa às formações sociohistóricas da América Latina no período da transição. A leitura de Dobb é, a meu ver, a que mais contribui para a explicação do movimento de cooperação antagônica que apresento neste capítulo como categoria conexão, dado que sua análise se ancora na categoria modo de produção.

²³ Estes autores - Florestan Fernandes (1920-1995), Jacob Gorender (1923-2013), Ruy Mauro Marini (1932-1997) e Ciro Cardoso Flamarion (1942-2013) -, a partir de suas respectivas áreas de atuação, conseguiram fazer uma caracterização da formação sociohistórica indo além da realidade brasileira. São a meu ver autores latino-americanos que falam a partir do Brasil, mas não se referenciam somente nele. Para alguns deles, a América Latina apresentou-se desde o início como motivação investigativa, oriunda da análise entre particularidade-singularidade. Para outros, foi o resultado de um duro processo de perseguições políticas, no âmbito da ditadura que os exigiu a fogo e a ferro, conhecer outras realidades concretas, dado o exílio forçado. Os caminhos investigativos traçados por estes renomados intelectuais se inserem no mesmo contexto histórico e nos dão referências gerais de um debate que está longe de se esgotar: da formação sociohistórica da América Latina e sua função na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Como tantos outros intelectuais e militantes, através de seus textos nos encontramos com muitas outras histórias para além da reflexão proposta. Estes sujeitos, seus textos nos respectivos contextos, abrem muitas fendas no obscuro processo de consolidação concreta do capitalismo dependente na América Latina, após a segunda guerra mundial.

Teses essas que servirão de base argumentativa sobre os históricos fundamentos da dependência enraizada na questão agrária.

Estes autores/categorias são os sujeitos de minha interlocução teórico-histórica a partir da América Latina²⁴. As ideias manifestas pelos mesmos estão ancoradas em quatro grandes referências marxistas, cujas análises categoriais subsidiam o encontro desde América Latina com o pensamento marxista clássico-contemporâneo: Marx (O capital e o Capítulo VI inédito), Kaustky (Questão agrária), Rosdolsky (Gênese e estrutura de O capital) e Mandel (Capitalismo tardio)²⁵.

Também não será trabalhado o caso particular dos Estados Unidos e do Canadá pois mesmo que tenham passado por um processo de ocupação colonial, as amarras os prenderam à estrutura de dominação externa, desde suas condicionantes internas, definiram outras importantes determinações. A tal ponto, que suas particularidades não são compatíveis com a unidade da diversidade latino-americana. O que exige um estudo pormenorizado sobre o sentido do povoamento frente ao de exploração nos marcos da ocupação colonial²⁶.

A centralidade da questão agrária na América Latina, passado e presente, é mais intensa do que se projeta nas ciências sociais latino-americanas contemporâneas, cujo foco analítico ancorado na pós-modernidade tende a tratar o tema das “minorias” desconectado do movimento como totalidade. Sociedade em redes, organização e poder nos territórios, na ideia de buscar novas epistemologias, desorganizam um pensar articulado e situado na perspectiva emancipadora, uma vez que tomam como base modificar o que se tem, sem com isso romper

²⁴ Outro ponto a destacar é que os autores referenciais dão centralidade à categoria trabalho em seus textos e demarcam a análise nas relações sociais de produção que fundamentam a particularidade histórica da América Latina desde sua constituição como colônia.

²⁵ Em tempos de crítica ao eurocentrismo, é fundamental demarcar um posicionamento teórico de classe que não entende a ciência como neutra e que se posiciona concretamente. A crítica ao eurocentrismo, pertinente quando apresenta a necessidade de conhecer a realidade concreta desde a qual se narra a exploração e a opressão, perde sentido se não leva em conta que em todas as partes do nascente modo de produção capitalista, houve dominação, violação, delimitando os condenados da terra neste processo. Ao negar a história da luta de classes no mundo e os principais autores que a explicam, os autores descoloniais se aproximam dos pós-modernos e narram, com base no local, ideias que na aparência de exposição da realidade, ocultam as demais conexões que expõem o complexo de complexos. O materialismo histórico dialético desconstrói essa narrativa de construção desde o local ou desde o geral e coloca em movimento as contradições, a unidade do diverso, as cooperações antagônicas. O marxismo clássico, independente do continente onde se manifeste, entende que é a dialética que narra a história do desenvolvimento desigual e combinado.

²⁶Os livros de Leo Huberman - “História da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)” de 1987 e “História da riqueza do homem”, 1986 – são textos que devem ser estudados como exemplo pedagógico da assertiva no método de exposição sobre temas complexos, alguns entre outros tantos da biblioteca marxista. De forma didática Huberman expõe as situações concretas, externas e internas, que fizeram de uma ex-colônia – EUA - a potência capitalista do século XX em adiante.

de fato com as cadeias hegemônicas do capital. As teorias pós-modernas²⁷ são o reflexo do *mainstream* no conhecimento científico, cuja pretensão da leitura hegemônica é tornar pretéritas formas substantivas que reforçam a dinâmica de dominação.

O mexicano Armando Bartra em seu livro “O homem de ferro: os limites naturais e sociais do capital na perspectiva da grande crise” expressa bem o sentido da ciência hegemônica no século XXI (BARTRA, 2013):

O certo é que a ciência, os que a fazem e as instituições nas quais se desenvolve não são entidades exotéricas e sim terrenais, que respondem a políticas públicas, financiamentos privados, critérios de rentabilidade e, inclusive, critérios ideológicos (que não são incompatíveis com o proverbial rigor metodológico da profissão). A ciência tem as pegadas de seu tempo: leva as marcas das relações econômicas e sociais onde se desenvolve, e a leva não somente em suas aplicações, mas também em seus valores, estrutura e objetivos. (BARTRA, 2013 p. 76).

A questão agrária, entendida como categoria analítica fundamental, explica o histórico funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Assim, conforma a base estrutural da questão social aberta no Continente a partir do momento em que o processo de desenvolvimento originário dos povos pré-colombianos foi subsumido de forma violenta à própria gênese constitutiva do capital. Essa questão nos remete ao passado-presente do desenvolvimento dependente, próprio, do capitalismo latino-americano.

Para autores centrados nas teorias do desenvolvimento latino-americanas como, por exemplo, a perspectiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)²⁸ o estudo da questão agrária nos conduz à discussão de um movimento histórico arcaico/moderno, cujo fundamento e explicação são dados pelo processo urbano, industrial, cosmopolita. Esse mecanismo de inverter o sentido e desconfigurar a essência expõe a

²⁷ Sobre a questão da pós-modernidade, o livro de David Harvey é essencial. A condição pós-moderna. Nos debates mais contemporâneos o texto de Ivo Tonet sobre Modernidade, pós-modernidade e razão, 2010, traça um panorama que exige reflexões profundas sobre os limites dos desdobramentos do capital.

²⁸ O texto clássico de Prebisch, de 1949, sobre “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, é um bom exercício de captação sobre a definição da ideia de desenvolvimento e de explicitação sobre como, ao longo dos períodos seguintes a CEPAL, criada em 1948, avança rumo a uma penetração concreta no ideário de desenvolvimento dos demais órgãos financeiros criados no mesmo período histórico – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (1944). O nacional desenvolvimentismo cepalino e o neodesenvolvimentismo são expressões na forma de um mesmo conteúdo projetado para América Latina sobre a ideia, aparente, de possibilidade de desenvolvimento para as economias subdesenvolvidas. Se, nos anos de 1940, estruturalismo e monetarismo se apresentavam como correntes distintas para as propostas de desenvolvimento no continente, no século XXI essa separação se esvai no ar e o encontro entre duas vertentes conforma o neodesenvolvimentismo, reflexo da continuidade do desenvolvimento desigual e combinado na era neoliberal dos desdobramentos gerais da dinâmica do capital.

incompreensão analítica desenvolvimentista sobre a dialética do desenvolvimento²⁹. A teoria marxista, ontem e hoje, ancora-se no complexo sistema de produção material de riqueza, parte da realidade tal qual ela se apresenta, e trata de explicar as relações que fundamentam a essência, oculta na aparência do desenvolvimento desigual e combinado.

O desenvolvimentismo³⁰, como correção aparente de rotas estruturalmente distorcidas, apresenta o mito como verdade e torna a superfície imediatamente apreensível como fenômeno em si mesmo. Ao inverter o sentido analítico, condiciona à invisibilidade, visíveis processos, sujeitos e mecanismos de exploração. Na mítica perspectiva do desenvolvimento “alcançável” esses autores se baseiam numa perspectiva teórico-política pragmática que, ao verificar melhorias aparentes (crescimento e matriz industrial), não explicam a continuidade estrutural das mazelas históricas, não resolvíveis dentro dos marcos capitalistas (questão agrária e demais expressões da questão social)³¹.

Além do debate da questão agrária como fundamento do desenvolvimento desigual e combinado, tanto na divisão internacional do trabalho quanto no interior das economias periféricas, outro elemento que se reveste de importância, é a determinação da particularidade histórica que ganha essa questão na América Latina. Terra e trabalho na América Latina são bases estruturais que apresentam, para além dos processos inerentes ao desenvolvimento geral e particular do capitalismo, outras histórias que os detentores do poder insistem em negar: a história das resistências, das lutas por libertação que, travadas ao longo de todo o período colonial, ainda quando silenciadas ou deturpadas, ganham vida no cotidiano das lutas dos movimentos sociais latino-americanos.

A construção de uma narrativa de poder baseada na história hegemônica que se apresenta como iniciada no processo colonial deturpa o ser/sentir-se latino-americano e conforma no seu lugar dois grandes equívocos analíticos: 1) o entendimento da análise da

²⁹ Outro tema importante acerca dos debates da América Latina após a Segunda Guerra Mundial reside no fato de que os termos desenvolvimento-subdesenvolvimento ganham status de categoria analítica e de indicador comparativo, o que evidencia como as gerações formadas a partir desse período vão se ater aos temas das políticas do desenvolvimento e não ao caráter substantivo das mudanças de formas inerentes ao conteúdo do modo de produção capitalista. Isto é, a meu ver, um dos fundamentos da debilidade teórica das novas gerações no marco das ciências sociais aplicadas. Tema evidente no processo de precarização do pensamento acadêmico das pós-graduações na América Latina, que, torna o quantitativo na substância de seus procedimentos, relegando à segunda ordem a qualidade concreta das investigações propostas.

³⁰ O termo desenvolvimentismo se apresenta no debate dos anos 1950 como forma de explicitar, via sufixo ismo, a ideologia por trás da ideia de desenvolvimento. Ricardo Bielchowsky, por exemplo, em *“Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento”*, 2007, caracteriza o desenvolvimentismo como a ideologia do processo de industrialização, carro-chefe na superação do subdesenvolvimento e o Estado como principal ordenador político.

³¹ A recente tese doutoral de Fernando Correa Prado, *“A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência contemporânea”*, 2015, orientada por José Luiz Fiori - UFRJ, expressa de maneira magistral o conteúdo por trás do debate de desenvolvimento.

situação local, isolada dos demais movimentos gerais; 2) a compreensão de um sistema mundo que não se sustenta em particularidades históricas fundamentais orientado por múltiplas determinações. Estas análises, intencionalmente, conformam uma interpretação dual e dicotômica que não permite analisar as contradições inerentes ao movimento.

Como sustenta Adolfo Sánchez Vázquez em “Marx e o marxismo na América Latina” (1999, p.146): “se antes dissemos que o lado liberador da história real de América Latina deste século é inseparável do marxismo, agora podemos dizer também que, sem ele não se pode escrever, tampouco a história das ideias de América Latina”.

América Latina é diversa e una. Diversa no sentido que cada processo particular demarca a dificuldade concreta de explicitar o movimento como se o mesmo fosse linear e homogêneo, quando em realidade é contraditório e conformado por situações concretas muito distintas. Una por sua história demarcar a dimensão sociocultural do poder com tendências homogeneizadoras através da conquista/invasão colonial. Processo que define, a partir de um ambiente de guerra, a hegemonia do capital comercial e bancário europeu em transição para o capital industrial.

A unidade definida pelo processo colonial demarca como a diversidade foi substituída por uma única ideia de progresso, modernização, desenvolvimento. Unida pela história do capital, a diversidade da América Latina, ainda quando se apresente nas particularidades históricas do continente através de processos milenares encarnados nos atuais descendentes dos povos originários e africanos, expõe processos históricos passados-presentes difíceis de ser compreendidos fora do âmbito complexo configurado pela dinâmica estrutural do capital.

Seu passado continua submerso em um concreto colonial que a marcou de forma substantiva. Com base nisto, seu presente, por mais que não seja visível, dada a leitura alienada da realidade na qual estamos imersos, não se fundamenta somente no capital. Há histórias não contadas pela história oficial. Há histórias submersas originadas em raízes anteriores ao capital. Histórias sobre as quais se assenta a própria acumulação originária de capital. Como reitera Eduardo Galeano no clássico “Veias abertas da América Latina”, é por nos preocuparmos com o futuro que necessitamos retomar as raízes fundadas no passado. Nos termos desse belo produtor de textos críticos à continuidade dos saqueios, “nas *veias abertas*, o passado aparece sempre convocado pelo presente, como memória viva do nosso tempo” (GALEANO, 1999, p.439) (tradução própria).

O complexo de complexos no continente exige desenterrar um passado recente que cobra sentido, ante a lógica desumanizante (trabalho) e destrutiva (terra) do movimento do

capital. Assim, esse capítulo concentrou-se em dar sentido a esses dois movimentos: - A história passada-presente da questão agrária na América Latina; - A centralidade da América Latina na produção-reprodução ampliada do capital.

As categorias marxianas³²- acumulação originária, renda da terra, subsunção formal e desenvolvimento desigual e combinado (dependência) - expressam o movimento contraditório entre o processo geral e as situações universais-particulares, e demarcam as substantivas diferenças de uma *cooperação antagônica*.

A questão agrária como categoria exige que se retome o debate sobre a raiz das formações sociohistóricas, com o intuito de projetar um processo de ruptura dentro da ordem burguesa, em que a terra e o trabalho foram confinados à dinâmica de produção de valor. Há perguntas problematizadoras que nos permitiram desenvolver o capítulo: As categorias analíticas, quando colocadas em movimento nas formações sociohistóricas, dão uma dimensão particular à dimensão geral? Se sim, quais processos distintos encarnam as categorias questão agrária e dependência, e quais implicações derivam destas particularidades?

Para fazer a conexão entre as três seções em que se dividem esse capítulo, vali-me da categoria *cooperação antagônica* que considero adequada para realizar a ligação entre as partes sem sacrificar as especificidades de cada uma delas. Marini, em “Subdesenvolvimento e revolução” (1974) a recupera dos textos do marxista alemão Thalheimer e a trata como inerente à nova divisão internacional do trabalho na fase imperialista, ainda que se torne explícita após a Segunda Guerra Mundial com a hegemonia dos Estados Unidos. Nos termos de Marini (1974):³³

Em um momento em que a hegemonia norte-americana parecia incontestável, frente à destruição europeia que seguiu à guerra mundial, Thalheimer foi suficientemente lúcido para perceber que o próprio processo de integração, ou cooperação, acentuando-se desenvolveria suas contradições internas. Isso foi sobretudo verdadeiro no que se refere aos demais países industrializados, os quais, submetidos à penetração dos investimentos norte-americanos tornaram-se por sua vez centros de exportação de capitais e estenderam simultaneamente suas fronteiras

³² Netto (2011), ao retomar a importância do método na obra de Marx, reforça que o sentido da categoria é histórico-transitório e demarca a apreensão intelectual do ser sobre a realidade concreta, a partir de mediações que o permitem entender a complexidade manifesta nas formas mais simples de constituição da vida e do ser social em sua relação com ela.

³³ Para uma análise mais detalhada sobre a categoria *cooperação antagônica* sugiro a tese de doutorado de Mathias Luce, defendida em 2011, na UFRGS, “A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria”.

econômicas dentro do processo ecumênico da integração imperialista. As tensões que intervieram entre esses vários centros integradores, de desigual grandeza [...] embora não possam, como no passado gerar uma hostilidade aberta, e tenham que manter-se no marco da cooperação antagônica, obstaculizam o processo de integração, abrem fissuras na estrutura do mundo imperialista e atuam vigorosamente em benefício do que tende a destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários dos países subdesenvolvidos. (Tradução própria) (MARINI, 1974, p. 60-61)

Entretanto, utilizei a *cooperação antagônica* como categoria mediadora, de conexão sociohistórica, com o fim de trabalhar o movimento dialético entre universalidade-particularidade ao longo do processo de gênese e desenvolvimento da acumulação capitalista.

Para conectar as três categorias essenciais que foram analisadas – acumulação originária, renda da terra e subsunção formal-real do trabalho – tratei de forma didática o processo de desenvolvimento histórico em quatro fases essenciais definidas da seguinte forma³⁴:

1ª. fase (XV-XVIII): mercantilista-colonial; 2ª. fase (XVIII-XIX): capitalismo concorrencial-nascimento do capitalismo dependente; 3ª. fase (meados do século XIX e início do XX): imperialismo–capitalismo dependente; 4ª fase (1970 em diante): nova fase do imperialismo-intensificação do capitalismo dependente.

2.1 A acumulação originária clássica e a particularidade da América Latina.

No capítulo XXIV do *Capital*, “A assim chamada acumulação primitiva”, Marx explicita que a gênese e a estrutura do modo de produção capitalista, baseou-se em violentas condições de determinações sociais externas e internas ao continente latino-americano com centralidade da terra e do trabalho na conformação do poder instituinte da futura nova classe dominante: a burguesia.

A gênese da acumulação do capital inglês, foi conformada pela propriedade privada da terra e pela implementação do trabalho alienado para os camponeses e artesãos, rumo a uma nova dinâmica moderna atrelada à ideia de liberdade e futuro assalariamento do trabalho nas cidades fabris. É interessante resgatar o processo particular de desenvolvimento inicial do capital industrial na Inglaterra no período do século XVIII e início do XIX, em contraposição

³⁴ Cabe destacar que cada guerra de independência ocorrida na América Latina e as particularidades históricas destas economias, que no período colonial a definiam como *Una e Diversa*, serão gestadas em tempos distintos, com conteúdos particulares. Nesse sentido, o exercício didático pedagógico necessita levar em conta a complexidade que cada uma destas diferentes fases manifesta.

ao avanço das forças produtivas a partir de 1870, em que ocorre a maturação do capitalismo industrial e a lógica inicial de um grande número de pequenas indústrias que é substituído pela potência da concorrência capitalista protagonizada pelo grande capital monopolista³⁵.

Nesse período de fundação das bases do modo de produção capitalista que ainda não era hegemônico, nem expansivo, e sim particular e localizado em especial na Grã Bretanha, as colônias da América cumpriam uma função chave: serem territórios anexados às metrópoles em guerra e transição, que possuíam, dentro de suas particularidades - oriundas dos distintos modo de produção vigentes no continente antes da invasão metropolitana -, uma riqueza originária que serviu ao fim mercantil da acumulação primitiva - baseada no saqueio, na espoliação - e, não menos importante, na implementação interna de novos processos produtivos ancorados na abundância de terra e de trabalho (*Mesoamérica*).

A invasão da América Latina foi decisiva para a acumulação originária europeia não somente pelo que se descobriu, quanto à riqueza natural territorial, somada à aprendizagem de técnicas e de organizações sociais que comporiam a estrutura de poder nascente da burguesia no continente europeu. Também pelo que estaria por explorar, poderia vir a ser na apropriação da riqueza oriunda da terra e do trabalho no continente. Ou seja, geria-se no presente da conquista-colonização um futuro de extração de riqueza na forma mercantil que aparentemente não se esgotaria tão rapidamente.

Esse tema nos remete ao debate, no interior da teoria marxista da dependência sobre sua caracterização e compreensão demarcada pelas teorias do imperialismo. André Gunder Frank em “Desenvolvimento do subdesenvolvimento” (1973) e Theotônio dos Santos “Imperialismo e dependência” (1978) vão demarcar o período colonial como o primeiro movimento da dependência, explicitando as várias fases decorrentes dos desdobramentos do capitalismo, mas dando ênfase às conexões internas peculiares. Ruy Mauro Marini traça seu caminho nas pistas da lei do valor-trabalho de Marx e aponta a dependência no contexto do giro hegemônico dado ao capital industrial no século XIX cujas implicações na divisão internacional do trabalho são concretas. A dependência se apresenta quando os vínculos políticos formais apresentam uma autonomia relativa dos marcos decisórios de produção e apropriação de valor.

Ao tratar da dependência em fases, Dos Santos define três momentos em seu livro “Imperialismo e dependência” – extraído da antologia Teoria social latino-americana - (DOS SANTOS, 1994):

³⁵ Sobre este tema o livro de Eric Hobsbawm, Da revolução industrial ao imperialismo, 1986, apresenta excelentes chaves investigativas.

1ª. A dependência colonial, comercial-exportadora, na qual o capital comercial e financeiro, aliado ao Estado colonialista, dominava as relações econômicas nas economias europeias e coloniais. [...] 2ª. A dependência financeiro-industrial, que se consolida em fins do século XIX, caracterizada pelo domínio do grande capital nos centros hegemônicos e sua expansão para o exterior para investir na produção de matérias primas e produtos agrícolas consumidos nos centros hegemônicos. [...] 3ª. A dependência tecnológico-industrial, no período do pós-guerra, se consolidou em um novo tipo de dependência caracterizada basicamente pelo domínio tecnológico-industrial das empresas transnacionais que passam a investir nas indústrias destinadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos. (DOS SANTOS, 1994, p. 109)

Essa compreensão de Dos Santos sobre a dependência em fases demarcando-a desde o período colonial exprime dois movimentos conectados: 1) a relação crítica do autor com as teorias clássicas do imperialismo; e 2) a aproximação, desde seus textos iniciais, com o pensamento descolonial de Wallerstein, Quijano³⁶, entre outros. É necessário constatar esse tema dadas as implicações do afastamento teórico, político, do autor com os principais debates demarcados dentro da teoria do valor-trabalho de Marx, ainda quando se apresente como uma referência imprescindível na produção teórica latino-americana.

Sobre os autores clássicos das teorias do imperialismo, Dos Santos sustenta que (DOS SANTOS, 1994):

Nem Lênin, Bukharin, Rosa de Luxemburgo, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo, nem os poucos autores marxistas que se ocuparam do tema, como Hobson, enfocaram o tema do imperialismo desde o ponto de vista dos países dependentes. Apesar de que a dependência deve ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, tem sua realidade própria que constitui uma legalidade específica dentro do processo global e que atua sobre ele desta maneira específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus principais mecanismos e sua legalidade histórica, significa não somente ampliar a teoria do imperialismo senão também contribuir para sua melhoria e reformulação. (Tradução própria) (DOS SANTOS, 1994, p. 98)

A crítica feita por Dos Santos aos autores clássicos do imperialismo assentada no fato de que os mesmos não se ativeram à realidade latino-americana, define um posicionamento político concreto sobre epistemologia e política. Mas qual o papel de uma teoria? O que

³⁶ Sobre esse debate, sugiro a leitura do tomo II da antologia organizada por Marini e Millán, Teoria social latino-americana, textos escolhidos, 1994, em que a polêmica é tratada.

caracteriza a compreensão do movimento geral, da tendência contraditória à captação da universalidade do fenômeno? O que cabe aos autores clássicos?

Cabe a compreensão do movimento geral, da exposição do método de análise ancorado na realidade concreta por si mesma contraditória na aparência do fenômeno e na essência real que o fundamenta. Nesse sentido, não entendo como equivocadas as teorias imperialistas clássicas, uma vez que narram o movimento geral tendencial do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em seus diversos momentos históricos. E, à medida que avançam as compreensões, as narrativas particulares se somam às gerais e explicitam ainda mais o mesmo movimento.

No entanto, ao se partir da crítica de que a captação do fenômeno está equivocada, parte das interpretações de Theotônio dos Santos e de Immanuel Wallerstein contribuem para, no palco vitorioso das ideias pós-modernas no século XXI, criar um ecletismo explicativo cuja narrativa se assenta prioritariamente na cultura, na política e no local. Esses autores tendem a tomar como economicismo, o que em realidade é a base material de dominação do modo de produção capitalista: o capital, valor que se valoriza sobre a exploração do trabalho e a espoliação dos recursos. Particularmente, penso que esta não deva ser a referência central da análise, como exposto nos textos de Emanuel Aníbal Quijano, em Theotônio dos Santos e Gunder Frank.

Marini, por sua vez, ao entrar na compreensão do movimento da teoria valor-trabalho de Marx, apresenta, enraizado nos clássicos da teoria do imperialismo, as particularidades constitutivas-constituídas pela universalidade. Outra referência, outra epistemologia, outro método, imerso no mesmo debate. A referência da dependência vinculada aos clássicos não deixa de explicitar, nos argumentos do autor, a relação permanente de dialética inerente ao desenvolvimento dependente da América Latina.

Ao contrário, nos textos de Marini, como expresso no capítulo anterior, a dependência encarnada no contexto do capitalismo industrial a partir do século XIX mostra que (MARINI, 2011):

Antes de analisar o outro lado da moeda, isto é, as condições internas de produção que permitirão América Latina cumprir essa função, cabe indicar que não é somente no âmbito de sua própria economia que a dependência latino-americana se revela contraditória: a participação da América Latina no progresso do modo de produção capitalista nos países industriais será a sua vez contraditória. Isto se deve ao fato de que, [...], o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias primas. (MARINI, 2011, p. 140)

Dobb, em “Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo” (1979), faz uma ressalva importante sobre a particularidade da acumulação originária tanto na Europa, quanto na América Latina. Para ele, é preciso explicitar o teor analítico da categoria acumulação que, ao longo do processo de transição de um modo de produção a outro, demarca quem concentra a propriedade dos patrimônios e aliado a isso transfere a esses novos proprietários o domínio sobre a produção de vida que controla. Ou seja:

A essência da acumulação originária não consiste simplesmente na transferência de propriedade de uma classe antiga a uma nova, consiste na transferência do patrimônio de pequenos proprietários à burguesia em ascensão e na conseguinte pauperização dos primeiros. (DOBB, 1979, p.223)

A explicação de Dobb se ancora nos argumentos teóricos de Marx acerca da tendência fetichista do capital que, em seu movimento, tende a naturalizar o processo histórico socialmente produzido (DOBB,1989):

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se entenderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda resistência, a produção contínua de uma superpopulação relativa, mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas, basta deixar o trabalhador entregue às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção. (DOBB, 1989, p. 854)

No caso da América Latina, a naturalização de um mecanismo social se engendra no sentido colonial. Na ocupação pela guerra de um território que concentrava riqueza e poder na zona compreendida pela Mesoamérica, a questão central a definir na assertiva de Marx sobre a gênese do capital – terra e trabalho – é o ritmo e a dimensão da constituição do poder do capitalismo no território. A conquista de territórios que possuíam modos de produção distintos, abundância de valores de uso e uma estrutura material concreta, põe de manifesto que a função colonial é mais densa do que apenas o saqueio e a pilhagem.

A ocupação violenta do território latino-americano injeta nas raízes das tramas pré-colombianas uma forma de ser condicionada ao conteúdo europeu. Isto instalou particularidades históricas em seu desenvolvimento tecidas nas singularidades de um processo prévio de ocupação de territórios com alto grau de desenvolvimento social - Mesoamérica - combinados com outros territórios cujo processo de produção se assemelha ao modo primitivo (caça, pesca, coleta) - América do Sul.

Marx inicia o famoso “Capítulo XXIV” do livro I de “O capital” com a retomada do movimento dialético entre a produção de dinheiro, de capital e mais valia processos desenvolvidos até o capítulo XXIII. Assentado na história e nos movimentos contraditórios que dão vida à produção desigual e combinada que caracterizará o capitalismo, - Marx reforça a raiz da produção e acumulação capitalista - (MARX, 1989):

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico de dissociar o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista [...]. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela. (Tradução própria) (MARX, 1989, p. 831)

Ao narrar o nascimento do novo enraizado no velho, Marx reforça somente ser possível explicar as condições de assalariados e capitalistas na substância das novas sujeições -subsunção formal e real - dos trabalhadores. Novamente ancorado na história recente da Europa dos séculos XIV e XV retoma o sentido originário da produção de mercadoria desenvolvida nos capítulos anteriores e reforça que (MARX, 1989):

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistências e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra que, por isso, nos servirá de exemplo. (Tradução própria) (MARX, 1989, p. 831)

Ao longo de todo o capítulo, Marx destrincha o processo de transformação econômico social ocorrido na Inglaterra entre os séculos XV a XVIII que conformarão o berço do capitalismo originário mundial. Explicita as novas formas históricas de expressões de violência sobre os sujeitos, trabalhadores camponeses, e evidencia a centralidade da terra e do trabalho para a produção mercantil da vida.

Ao mesmo tempo em que Marx expõe os processos estruturantes da materialização do capital como modo de produção, explicita as ações político-jurídicas que dão sentido organizativo a esta estrutura de poder. É a crítica da economia política ganhando vida. Sob a suposta racionalidade organizada de “O Capital”, desnuda-se uma irracionalidade brutal cuja gênese violenta antevê os múltiplos processos de violações futuros do capital sobre o trabalho e a terra em todas as partes anexadas e por anexar no mundo do devir capitalista.

Com um olhar sobre a Inglaterra, exemplo fabril das violentas-violações instituintes e instituídas, Marx reforça também os dois tipos de capitais que ganharam força nesse processo de produção dos cercamentos e das migrações forçadas de camponeses, rumo ao trabalho alienado na Europa: o capital bancário e o capital mercantil. Esses dois capitais produziram aos poucos um aparato formal de legitimidade e legalidade, implementando o moderno Estado de direito, estabelecidos sob a ideia fetichista de liberdade e igualdade.

A desfaçatez de definir um discurso contrário à realidade funcionou como a meta-narrativa do poder nascente do capital que trabalhará ao longo de seu desenvolvimento para ampliar os ecos de seu discurso associado à expansão da acumulação de riqueza. Nas palavras de Marx (1989, p.829), “Na suave economia política o delírio reina desde os primórdios”.

Sob a essência violenta do extermínio de qualquer produção majoritária de direitos coletivos, necessitavam de uma nova ordem para colocar em movimento o dinheiro formado na usura e no comércio. O sistema feudal ficava para trás e de suas terras e seus corpos gestava-se outro modo de produzir vida sob a âncora das leis do valor-trabalho.

Marx capta o movimento indissociável na gênese do capital entre as transformações internas e externas à Inglaterra e expõe como, para dentro e para fora desta formação sociohistórica, consolidavam-se processos violentos de ocupação territorial. Ocupação que sob as bases da apropriação violenta dos meios de produção e das vidas dos sujeitos pertencentes a estes territórios condiciona sua riqueza à reiterada pobreza desses continentes.

As guerras eram apenas um dos mecanismos violentos que, via disputa comercial, davam uma nova tonalidade aos oceanos e faziam ao azul natural, incorporar-se um sangrento vermelho social. Nessa fusão, os seres vivos marinhos devoravam parte dos corpos dos seres

vivos humanos jogados forçadamente ao mar e digeriam uma história de violações, modificadora do metabolismo social da relação do ser humano com a natureza. A era colonial compunha assim a narrativa violenta da gestação do capitalismo. Nas palavras do autor alemão (MARX, 1989):

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo e caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (Tradução própria) (MARX, 1989, p. 868)

Ainda que estejam corretas as análises de Marx sobre a gênese do capital, acredito que as colônias foram muito mais imprescindíveis nisto do que os documentos da época estudados por Marx relatavam. Refiro-me especificamente a uma parte da história da gênese do capital, cuja substância conformou uma acumulação originária que acelerou o processo, explicitou o conteúdo e alargou suas formas violentas de produção e apropriação privada da riqueza capitalista.

A América Latina tanto com o que já possuía quanto o que estava por se produzir, gerou substantivos processos - subsunção do trabalho e apropriação da terra - que compunham o que Marx definiu como acumulação primitiva. Os modos de produção originários do continente latino-americano, diversos e com tinturas diferenciadas entre o norte e o sul, não geraram somente ouro, prata e cobre (CARDOSO, 1979, 1981; BETHELL, 1991). Geraram um terreno fértil para a consolidação, manutenção e ampliação da riqueza capitalista que surgia na Europa à custa da anexação colonial dos demais continentes. Mas que América Latina era essa? O que foi descoberto neste continente que comporia a gênese do capital?

Ciro Flamarion Cardoso foi um dos mais importantes historiadores brasileiros que se dedicaram ao estudo da América Latina. Parte expressiva de seus textos é mediada pelos principais debates dentro do marxismo relativos ao método de análise; a transição do feudalismo para o capitalismo; a caracterização do capitalismo na América Latina, entre outros temas ainda em destaque nos debates dos investigadores marxistas. No livro “América Pré-colombiana” (1982), Cardoso traça um rigoroso perfil historiográfico sobre o continente latino-americano em sua permanente relação com o mundo, via estreito de Bering aborda diversos períodos históricos anteriores à invasão europeia do continente. Para os fins do que

pretendo trabalhar, irei ater-me às características sociohistóricas do período da conquista-colonização com o fim de acentuar os termos tratados por Marx no capítulo XXIV.

Cardoso recorre a autores como Pierre Chaunu e Meillassoux³⁷ para explicitar que a era pré-colombiana caracterizava-se por uma diversidade e temporalidade do desenvolvimento das forças produtivas, em que a história anterior manifesta nas construções arquitetônicas, na produção de alimentos e na organização societária, explicitam a centralidade Mesoamericana para o nascente modo de produção capitalista na Europa. A região da Mesoamérica era altamente desenvolvida, super povoada, com capitais políticas ancoradas em Cuzco e Cidade do México, nomes que seriam dados pelos invasores. Apesar da polêmica sobre o número de pessoas dada a destruição dos documentos e produção de mentiras próprias à conquista, Cardoso (1982) trabalha com a estimativa de que havia entre 40 milhões a 100 milhões de pessoas no continente. A divisão social, política, linguístico-cultural e econômica era mediada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada uma das regiões do continente.

Segundo Cardoso, é possível traçar três diferentes processos produtivos com base na categoria modo de produção na região. Uma primeira região, a mais desenvolvida técnica e politicamente. Esta abarcava apenas 5% do território latino-americano, mas concentrava 90% da população, compreendia o Haiti, a República Dominicana, os planaltos centrais do México, talvez uma parte da zona maia, a região dos chibchas da Colômbia, o setor Quechua-Aimará dos Andes centrais. Caracterizava-se por uma agricultura intensiva de tubérculos (milho e batata), irrigação e cultura de terraços. Cabe destacar que esta região pré-urbana organizava feiras para a troca entre povos vizinhos e o trabalho com metais já era bastante desenvolvido.

Uma segunda região, também pequena, ocupando outros 5% do território que vinculava as planícies e os planaltos mexicanos e parte do sudeste norte-americano (atuais Novo México e Arizona), cuja produção de milho baseado no sistema de coivara dava a tônica do estilo de vida da população. E uma terceira região expressa pela dimensão majoritária territorial, 90%, na qual predominavam a coleta, a caça e a pesca.

Outras importantes características da Mesoamérica neste período, definidas pelo historiador citado são: - agricultura baseada no bastão de semear e na produção de milho, com centralidade para os *tamales* e as *tortilhas*, além da produção de cacau e *maguei* como plantas específicas; - o caráter arquitetônico das pirâmides escalonadas ou em degraus, com pátios

³⁷Estudos dos antropólogos franceses como Pierre Chaunu em “História de América Latina” de 1949, e Meillassoux em “Mujeres, graneros y capitales”, de 1977, resultam muito interessantes no detalhamento das relações sociais pré-colombianas. Meillassoux em especial traça um perfil sociológico e político sobre as sociedades pré-colombianas e as define como modos de produção de linhagens.

recobertos por estuque, jogos rituais com bolas de borracha; - sistema numérico vigesimal, com calendário duplo solar e litúrgico lunar com ciclos de 52 anos; - a existência de escrita (hieróglifos maias, glifos do México contra; códices ou livros de pinturas e textos memorizados em escolas especiais); - zarabatanas com projéteis de argila.

Esses elementos nos ajudam a refletir sobre as características inerentes aos povos originários latino-americanos que não nos permite defini-los como modo de produção primitivo quando levamos em consideração as especificidades próprias de um processo continental em que já existiam no período da conquista grandes centros comerciais, políticos, econômicos, como Tenochtitlan-México, Potosí na Bolívia, Cuzco no Peru. Estas grandes regiões conectadas por duas grandes fontes linguísticas - Nauátl e Quéchuá - expõem a centralidade da riqueza encontrada para a posterior produção da riqueza capitalista³⁸.

Rostworowski afirma em seu livro “El mundo Thauantinsuyu” que (ROSTWOROWSKI, 1988):

Os europeus que chegaram a estas costas no século XVI tinham a preocupação de conquistar novas terras e muito poucos tinham a preocupação suficiente para compreender o desafio que significava o mundo andino. Para eles a preocupação central era encontrar novas justificativas para sua invasão. A falta de cuidado se explica pelo desejo de demonstrar que os incas não tinham direito sobre o território que haviam ganhado pela violência. A mentalidade da época e o interesse por provar os direitos do rei de Espanha sobre as províncias incluídas no Estado inca tornaram muito difícil a compreensão da realidade andina.[...] Um abismo devia formar-se entre o pensamento andino e o critério espanhol, abismo que até o momento continua separando os membros de uma mesma nação. (Tradução própria) (ROSTWOROWSKI, 1988, p.16-17)

Em contrapartida, nas regiões mais ao sul do continente, 90% do território era ocupado somente por 10% de uma população que vivia da caça, da pesca e da coleta. Nesse território a lógica da ocupação, do empreendimento colonial e da apropriação violenta sobre a terra e o trabalho, assumiu características muito distintas das definidas para Mesoamérica. No sul da América, a terra, em grande parte ainda virgem, apresentou uma potencialidade futura em meio aos elevados custos de abertura do empreendimento colonial encarnado nos custos da

³⁸ Dois debates importantes sobre América Latina, decorrem deste tema: 1) a interessante consolidação de um sentido de integração continental manifesto no mundo maia-azteca e inca, originado em processos políticos culturais que remontam a história de expansão territorial, ampliação populacional e, claro, guerras de movimento e de posição entre os povos da região. Sobre este tema, merece destaque o livro Josefina Zoraida Vázquez, “Uma história de México”, 1991. 2) o sentido de produção de excedente e de consolidação de uma racionalidade de expansão, presentes nos observatórios astronômicos e naturais em Cuzco e Teotihuacán. Para este tema vale a pena ler o maravilhoso livro de Maria Rostworowski, “Historia del Tahuantinsuyu”, 1988.

importação do trabalho escravo africano e demais mercadorias que abririam passo à produção de riqueza na forma capitalista.

América Latina, una e diversa, compreende assim um grande mosaico que, na composição com distintas texturas e cores, movimenta uma mesma violenta história de dominação, desde fora. A apropriação sanguinária sobre suas riquezas naturais e a exploração no limite do humano de suas relações sociais apresentam a mítica do progresso da *caixa de Pandora* da *cooperação antagônica* de desenvolvimento do capital. O que de fato nos interessa explicitar neste ponto é a violenta força da conquista-colonização para a transição capitalista na Europa.

A apropriação das terras produtivas da América, escravização dos índios ou o sistema seguinte de mantê-los “livres”, combinados com o tráfico de escravos africanos, aprisionando ambos pelo trabalho, conformou na América Latina uma forma de ser inerente ao conteúdo que nascia na Europa. América Latina foi mais do que somente um território de pilhagem e saqueio. Foi o coração da acumulação originária e segue como os pulmões da acumulação capitalista.

David Harvey (2003) em “Novo imperialismo”, no capítulo sobre acumulação por espoliação reforça este argumento quando sustenta que:

A acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo, portanto, como o insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora “se faz a si mesma”, ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha. (HARVEY, 2003, p.123)

Ao entender a acumulação primitiva como processo contínuo dada a dinâmica de espoliação inerente ao movimento do capital, Harvey contribui para a reflexão contemporânea sobre a centralidade da questão agrária para o desenvolvimento desigual e combinado, uma vez que a essência da espoliação é a desigualdade na produção-apropriação da riqueza. Nos termos de Harvey, a acumulação por espoliação nos permite entender a territorialização do poder, termo que em Marx e Lênin aparecem como concentração e centralização do capital. Diz o autor (HARVEY, 2003):

As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em

certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. (HARVEY, 2003, p.35)

Ao analisarmos a acumulação originária *como* gênese da acumulação capitalista na Europa, percebemos que no movimento dialético esse processo tem, como fundamento, um *porquê*: a colonização *como* apropriação violenta direta de terras e trabalhos antes autônomos, originários. Nesse sentido a colonização da América Latina expõe o movimento dialético inerente ao nascimento da produção do valor de troca com tendência processual hegemônica no mundo a partir do século XIX. O *como* da acumulação originária fundamenta-se no *porquê* da colonização ontem e hoje.

Marx inicia o “Capital” apresentando a mercadoria - forma mais simples que encarna a complexidade das relações sociais e forças produtivas específicas de um contexto determinado - e aos poucos detalha a totalidade do processo de produção-circulação substantivos da realização de mais valor (sobre trabalho). O mais valioso é entender que por trás desse método de exposição, manifesta-se um método de análise, que partindo, sempre, da realidade tal qual ela se apresenta, na forma mais simples de captação do fenômeno, percorre, pouco a pouco, o caminho de aprofundamento da complexidade que a determina (da aparência à essência do fenômeno). A aparência da mercadoria, manifesta na sua expressão quantitativa, valor de troca, só existe porque sua história encarna a permanência e modificação social dos sentidos dados aos valores de uso. Valor de troca, valores de uso e valor, manifestam, com base no método, as diferentes formas de um conteúdo indissociável para a produção de riqueza capitalista: a exploração da força de trabalho. Trabalho abstrato, trabalho concreto, trabalho socialmente necessário, todos encurralados no tempo do capital, valor que se valoriza³⁹.

Assim, ao explicar a mercadoria, Marx fundamenta o método, chega no “Capítulo XXIV” de “O Capital” expõe a raiz desse desenvolvimento. É importante destacar que, ainda quando este capítulo apresente com uma aparente facilidade interpretativa, dado que têm elementos mais históricos no processo de apreensão, ele engendra o complexo de complexos na produção da mercadoria. Pretendo com esta inversão reforçar em que momento histórico

³⁹ Outro autor clássico da biblioteca marxista sobre este debate é Karel Kosik. Em “Dialética do concreto”, o autor trata de maneira magistral como vai se dando o processo de coisificação do ser e de substantivação social da coisa, a práxis do capital. Segundo Kosik (1998, p.27): “o mundo da pseudoconcreção é um aprisionamento de verdade e engano. Seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno mostra a essência e, ao mesmo tempo, o oculta. A essência se manifesta no fenômeno, mas somente de maneira inadequada, parcialmente, em algumas de suas facetas e certos aspectos”.

concreto aquelas características e contradições próprias da mercadoria a partir das quais Marx inicia “O capital” se verificam concretamente no continente latino-americano.

Na história do capitalismo dependente da América Latina, o “Capítulo XXIV” se apresenta como capítulo I e narra, ao mesmo tempo, a transformação da mercadoria em capital nas metrópoles e a produção, em outro tempo (mais lento, mas contínuo), da mercadoria no continente que, conquistado para ser de outro, materializa dificuldades de gestação continuada da produção de riqueza capitalista. A mercantilização da terra e as particulares formas de exploração da força de trabalho vinculadas a ela, no método de exposição e análise, expõem que no desenvolvimento desigual e combinado, parte e todo se vinculam e apresentam uma totalidade não captada fora do método.

A terra e o trabalho na América Latina apresentam-se assim na história da produção de mercadoria *como* sua gênese, constituição e desenvolvimento contínuos. Por outro lado, o *porquê* dos desdobramentos do modo de produção e acumulação de capital na Europa põe de manifesto o *como* da colonização com base em violentos mecanismos de apropriação da terra e do trabalho no continente.

Na crítica da economia política em geral, gesta-se e desenvolve-se a particular crítica da economia política latino-americana. No processo de desenvolvimento do capitalismo originário e tardio se orchestra a particularidade histórica do desenvolvimento dependente do capitalismo latino-americano. Nasce a cooperação antagônica como categoria que narra desde fora – Europa sobre América - o sentido de ser da terra e do trabalho na produção geral do capital e dramatiza desde dentro – Europa na América - os sentidos substantivos definidos originariamente na conquista sobre a terra e o trabalho na produção de valor inicial e inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A conquista/invasora da colonização da América Latina demarca a separação do ser humano de sua conexão direta com a terra e institui uma mediação peculiar que fundamenta a originária acumulação precedente de capital no mundo: o agente externo, enviado pelos vitoriosos da guerra, como agente potencializador interno das nascentes regras do jogo capitalista. Novos processos de trabalho que tendem sob o comando dos donatários e jesuítas a constituir a história da acumulação originária e de capital do continente rumo ao mundo e à constituição da classe detentora do poder internamente⁴⁰.

⁴⁰ Esse é também o mote para que muitos grupos vinculados às raízes originárias latino-americanas definam o bem viver, *sumak kawsay*, como a perspectiva continental que conecta o passado a um outro futuro possível. No entanto, o bem viver não pode desconectar-se das bases hegemônicas materiais de produção de vida sob o risco de perder sentido por não ser real, e sim nostálgico. O encontro entre o pensamento crítico e as práticas milenares sempre foi traçado como um objetivo comum na herança da práxis revolucionária de Mariátegui, Che

Destaco: a dependência não se demarca no período colonial. Mas os traços que a dão vida sim. A cooperação antagônica entre colônia-metrópole define a terra e o trabalho vinculado a ela como as sementes orgânicas da germinação enraizadora do capital no continente. O trabalho e a terra, independentemente do nível de cativeiro no qual estejam encerrados no contexto colonial, não conformam, no período do enraizamento, a produção de valor assentada na superexploração da força de trabalho e na produção mercantil majoritária na posse da terra. No momento em que ocorre o giro hegemônico do capital industrial na Europa, século XIX, a nova condição de produção de valor atrelada à técnica e ao trabalho especializado, redefine o sentido da terra e do trabalho na América Latina e a dependência brota das raízes do período colonial, como um novo momento da divisão internacional do trabalho. Como toda raiz, o novo apresentado pela planta/árvore, encarna o velho e reforça nos frutos a continuidade histórica de uma genética que ao longo do desenvolvimento expõe novos mecanismos de exploração e espoliação.

Rosdolsky em “Gênese e estrutura de O Capital” (2002, p.230) - um dos mais preparados estudiosos e divulgadores da obra de Marx - ao detalhar o conteúdo dos “Grundrisse”, reforça a substância do modo de produção capitalista que “pressupõe uma série de perturbações históricas, pelas quais se destroem as diversas formas que ainda mantinham vinculados o produtor e os meios de produção”⁴¹.

Na mesma linha, sustenta Mandel (1982) que, no interior da dialética que compõe o movimento de manutenção e ruptura entre a nova e a velha ordem, Marx considera três características indissociáveis e imprescindíveis nesse processo. 1) dissolução do vínculo com a terra, como condição natural da produção; 2) dissolução das relações nas quais o produtor é proprietário do instrumento de trabalho; e 3) dissolução da situação na qual o produtor é detentor dos meios de consumo.

Rosdolsky (2002) ao citar uma passagem dos “Grundrisse” reitera que:

O processo de dissolução transforma uma massa de indivíduos de uma nação em trabalhadores assalariados virtualmente livres. Essa carência de

Guevara, entre outros grandes referenciais latino-americanos. No entanto, demarcado desde o pensamento descolonial, o bem viver se apresenta como uma ruptura sistêmica mercantil, o que a meu ver é pouco consistente quando se observam as bases materiais concretas de dominação em pleno século XXI.

⁴¹Dussel trabalha de forma detalhada os desdobramentos no processo investigativo de Marx e consolida, para a América Latina, uma análise do sentido particular a ser dado pelas explicações do pensador alemão. Destaque para “La producción teórica de Marx un comentario a los Grundrisse”, de 1985. No último item, especificamente, Dussel entra no debate da dependência e define, com base no método de análise marxiano, a importância da teoria na compreensão dos fenômenos. Põe em questão a teoria da dependência uma vez que, em sua opinião, há que trabalhá-la primeiro como uma questão metodológica. Para Dussel (1985, p. 396), “a questão da dependência é um caso particular de concorrência, e a concorrência não é um momento meramente exterior à essência do capital como tal”. (Tradução própria)

propriedade obriga os indivíduos a trabalhar e a vender seu trabalho. Isso não significa que as fontes precedentes de renda desses indivíduos tenham desaparecido, mas sim, ao contrário, que seu uso tenha sido alterado. (ROSDOLSKY, 2002, p.232)

Fica explícito na construção de Rosdolsky que o capital comercial e bancário ao expropriar o trabalhador da terra e conformar uma cerca que lhe constitui poder presente-futuro, o embrionário capital, na forma dinheiro, consolida uma dupla violência: 1) torna o trabalhador livre em dependente das novas condições nascentes de venda da sua força de trabalho e associado a isso; e 2) o impede de garantir, com autonomia, a sobrevivência básica vinculada às suas necessidades vitais. Portanto, a acumulação originária movimenta uma relação de liberdade fundada em bases materialmente desiguais.

O capital acumula riqueza subsumindo o trabalho e mercantilizando a terra. O trabalho não sobrevive de forma independente, dado o novo conteúdo da exploração entre homens poderosos e homens sem poderes, mediados por uma relação mercantil com a natureza. Nos termos de Rosdolsky, “o proprietário da força de trabalho deve ser um proletário sem posses” (ROSDOLSKY, 2002, p.230).

Outro ponto importante a destacar é o fato de que há uma composição técnica e orgânica do capital enraizada na acumulação originária⁴². O assim chamado Novo Mundo, América, permitiu ao Velho Mundo, Europa, novas formas-conteúdos de produção material da riqueza sob as bases mercantis. O capital usurário e comercial europeu se fundiu ao capital produtivo enraizado de forma embrionária nas terras e nos corpos dos povos originários latino-americanos. Essa inicial relação entre distintos capitais colocando em movimento processos de produção e circulação, que dão substância ao desdobramento da forma dinheiro em forma capital explicitam distintos tempos de rotação do capital, tanto na relação entre economias com processos de produção distintas e conectadas pela circulação, quanto no interior de cada uma delas, na caracterização do ciclo de produção e reprodução da mercadoria.

A produção material da riqueza capitalista no século XVIII consolidará uma situação imprescindível de desenvolvimento dependente das colônias e ex-colônias, razão de ser do capital oriundo inicialmente da Europa. Nesse sentido, a terra e o trabalho tanto no interior da Europa, quanto nos processos exteriores de dominação ultramar, conformam com um mesmo

⁴² Por composição técnica Marx entende o estágio de desenvolvimento das forças produtivas que vão gradativamente substituindo o trabalho vivo pelo trabalho morto. E, por composição orgânica a relação entre capital constante (máquinas, equipamentos, matérias primas) e capital variável (força de trabalho).

grau de importância o desenvolvimento desigual e combinado, como a raiz de todo desdobrar do modo de produção capitalista.

Ernest Mandel (1982) faz uma excelente análise deste processo em “Capitalismo Tardio”, ao expor que:

O modo de produção capitalista não se desenvolveu em meio a um vácuo, mas no âmbito de uma estrutura socioeconômica específica caracterizada por diferenças de grande importância, por exemplo na Europa Ocidental, Europa oriental, Ásia continental, América do Norte, América Latina e Japão. As formações socioeconômicas específicas – as sociedades burguesas e economias capitalistas - que surgiram nessas diferentes áreas no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX e que em sua unidade complexa (juntamente com as sociedades de África e da Oceania) abrangem o capitalismo “concreto”, reproduzem em formas e proporções variáveis uma combinação de modos de produção passados e presentes, ou mais precisamente, de estágios variáveis, passados e sucessivos, do atual modo de produção. A unidade orgânica do sistema mundial capitalista não reduz absolutamente essa combinação, que é específica em cada caso, a um fator de importância apenas secundária em face da primazia dos traços capitalistas comuns ao conjunto do sistema. Ao contrário: o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma função da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado. (MANDEL, 1982, p. 14)

Na verdade, é mais intenso ainda que isto. O processo colonial além de compor, demarcou o substantivo mecanismo futuro de desenvolvimento tanto na Europa quanto na América e abriu uma condição particular de ocupação no território latino-americano, sob complexas determinações externas necessárias de serem produzidas internamente como forma de garantir o processo contínuo de desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, as guerras ultramar potencializaram descobertas que foram e são imprescindíveis para os desdobramentos do modo de produção capitalista no âmbito mundial.

2.2 Questão agrária e dependência na América Latina

Para além do saqueio, pilhagem, roubo que significou a conquista invasora, a terra e o trabalho nas colônias foram o fundamento da produção de mercadorias na Europa. Por isso, a questão agrária funde-se à dependência quando as independências formais ocorrem no século XIX.

Cabe destacar uma questão essencial sobre os momentos e processos históricos relativos ao duplo movimento de constituição do capitalismo no interior das nações e na relação com o mundo. Nas economias centrais, a questão agrária conforma a raiz do

desenvolvimento capitalista - composição orgânica e técnica do capital, taxa média de lucro, renda da terra e níveis salariais e de consumo nacionais. Nas economias dependentes, a questão agrária demarca o processo particular relativo à forma-conteúdo da violência do sobretrabalho, a superexploração da força de trabalho, como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Em síntese, a questão agrária entendida como categoria analítica explicita o movimento dialógico-dialético entre o campo e a cidade e entre as nações na dinâmica geral e particular da produção de mercadorias.

Nesse sentido, na acumulação originária inglesa a questão agrária determinou a expulsão forçada do campo, o cercamento de terras e as novas regras jurídico-políticas que formalizaram o poder da burguesia, ancorado na propriedade privada da terra e no assalariamento dos trabalhadores. E consolidou, ao mesmo tempo, um tipo particular de questão agrária nas economias dependentes: a manutenção de uma estrutura agrária condicionada à lógica de produção de mercadorias para as economias centrais, como caracterização e composição própria de um movimento tendencial único de desenvolvimento do capital.

Esta construção se ancora na leitura de Mandel (1982, p.32) sobre a lógica metabólica inerente à estrutura do capital em seu desenvolvimento como modo de produção mundial. Desde o processo de gestação, “a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semi-capitalistas, pré-capitalistas⁴³, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial”.

Ainda que a lógica da reprodução do capital no âmbito mundial, como aparente e onipotente expressão única do desenvolvimento dos seres sociais em suas relações com a natureza e os demais meios, manifeste-se de maneira mais clara com o advento da expansão de capitais, a partir do século XIX, o caráter embrionário de consolidação da metamorfose da mercadoria - em valor e do valor em dinheiro - apresentava-se como a pré-história narrada pelo desdobramento do capital.

Na América Latina, podemos caracterizar quatro grandes momentos de participação particular na divisão internacional do trabalho. E, ainda quando essas quatro fases se apresentem de forma diferente na dinâmica geral de reprodução do capital, seu conteúdo

⁴³Cabe explicitar a definição de capitalismo tardio em Mandel para não haver confusão no uso pelo autor de termos que aparentemente remetem a situações históricas passadas. Como salientei no capítulo I, Mandel caracteriza o capitalismo tardio como uma nova fase do imperialismo, de explícitas crises estruturais. Com base nesta definição, os conceitos de colônias e semicolônias não nos remetem a processos verdadeiramente coloniais como os decorrentes da economia mundial dos séculos XV a XIX. E sim, a um paralelo sobre a continuidade de determinações externas sobre as produções internas de determinadas nações, o que empurra o marco decisório do ciclo de produção e reprodução do capital para fora das economias “periféricas”.

violento instituído desde o processo colonial é contínuo. As várias formas de um mesmo conteúdo, valorização do capital, dão a tônica do sentido da terra e o trabalho como gênese e desenvolvimento particular da produção de mercadoria:

1ª. fase (XV-XVIII): mercantilista-colonial. A terra e o trabalho na América Latina constituíram-se no conteúdo das anexações coloniais de um processo gestado desde fora que constitui situações desiguais para dentro, mas que engloba, desde seu nascimento, uma única situação: a reprodução ampliada do capital. A origem do processo desigual e combinado engendrado pela consolidação de estruturas sociais internas desiguais, demarcadas pela centralidade dos grandes proprietários de terra, donatários nas colônias, na expansão europeia pela guerra de conquista.

2ª. fase (XVIII-XIX): capitalismo concorrencial-nascimento do capitalismo dependente. São refeitas na América Latina, formas que não modificam o conteúdo desigual anteriormente produzido. As independências, o nascimento dos estados nacionais, o fim do tráfico de escravos e a consolidação das soberanias formais instituem novos processos dentro de uma mesma lógica de produção de acumulação originária de capital para o mundo.

3ª. fase (meados do século XIX e início do XX): imperialismo–capitalismo dependente. América Latina seguirá funcional à lógica de produção de valor mundial, sob a tônica da exportação de capitais e da partilha do mundo entre os grandes capitais financeiros e suas potências nacionais sedes. Processo categorial detalhado por Lênin, “Imperialismo fase superior do capitalismo”, 2012.

4ª fase (1970 em diante): nova fase do imperialismo-intensificação do capitalismo dependente. América Latina, majoritariamente urbana e com trabalho vinculado ao setor serviços, segue forte como exportadora de matérias-primas e produtos semi-elaborados sob a tônica do capital industrial no campo.

Mas o que permanece de substância ante as novas formas que assume a função social da América Latina na divisão internacional do trabalho? Aquilo que foi o centro da produção material da riqueza originária e que compõe a produção de riqueza capitalista: a terra e o trabalho. De tal forma se mantém a extração de valor e sobretrabalho arraigados na estrutura agrária no continente, que mesmo nos países em que houve reforma agrária⁴⁴, a partir do

⁴⁴ Para exemplificar, tomo o caso da revolução mexicana de 1910. Anterior à revolução Russa e à primeira guerra mundial e decorrente de duas perspectivas distintas sobre a questão da terra no interior do país, a perspectiva de combate ao latifúndio de Zapata, no sul, e de retomada da produção coletiva de Villa, no norte, foi capaz de, via coligação, aliança e projeção política, consolidar uma matriz constitucional de defesa das terras “ejidales”. No entanto, tal regime teve que se manter em luta permanente até 1929, dadas as invasões diretas dos Estados Unidos por Vera Cruz e indiretas através de seus representantes políticos no parlamento mexicano. As sucessivas políticas seguintes retomaram o sentido mercantil originado no período colonial. No entanto, a

movimento da luta de classes no continente, esta não foi capaz de ser força contrária à tendência de acentuação da desigualdade. O que comprova o caráter estrutural do desenvolvimento desigual e combinado no decorrer do avanço do modo de produção capitalista.

Especificamente no caso da economia brasileira, o desenvolvimento desigual e combinado fica ainda mais evidente na explicitação histórica da inexistência da reforma agrária dos planos de execução política de domínio da burguesia nacional. No palco da modernização conservadora a não reforma agrária se instaura como processo inerente de organização sociohistórica do capitalismo dependente. Brasil, México e Argentina, ao se industrializarem a partir dos anos 1930, consolidam uma estrutura urbano-industrial dependente que não foi capaz de destituir a agricultura do plano geral da função da América Latina na produção e reprodução ampliada do capital.

O esvaziamento histórico do campo⁴⁵ – genocídio dos povos originários e posterior êxodo rural - no caso da América Latina, hiperdimensionou a força do capital monopolista financeiro e atrofiou, na contemporaneidade, o sentido de reforma agrária mesmo no teor da revolução dentro da ordem. Através da modernização conservadora, o esvaziamento do campo delimitou o teor da luta de classes na América Latina, uma vez que na composição geral da produção da mercadoria, o êxodo rural e a pauperização do trabalhador do campo, conformaram uma estrutura urbana completamente distinta do que ocorreu nas economias centrais.

Novamente tem razão Mandel ao exigir que no processo de análise das particularidades sejam conectadas à totalidade do movimento do capital como forma de entender o momento histórico vivido. Nas palavras do autor (1982):

Na realidade, qualquer suposição de um único fator se opõe à concepção do modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica, na qual a ação recíproca de todas as leis básicas de desenvolvimento se faz necessária para que se produza um resultado específico. Essa idéia implica, em certa

revolução mexicana sequer é estudada pelo marxismo latino-americano na profundidade que merece. Vale destacar o excelente trabalho de Michel Lowy no livro “Revoluções”, 2009, que através de textos e imagens recupera boa parte dessas histórias que ainda figuram como invisíveis no continente. Destaque também para as fotos dos irmãos Casasola. “Mirada y memoria, archivo fotográfico Casasola”, México, 1900-1940.

⁴⁵ Leslie Bethell fez uma detalhada antologia sobre “A história da América Latina” em VI tomos com o título História da América Latina. O tomo VI trata especificamente da América Latina pós 1930 e traz dados interessantes. Segundo Bethell, a população da América Latina em 1930 era de 110 milhões de pessoas e apenas 17% da população residia em cidades com mais de 20.000 habitantes. Com uma taxa média de crescimento populacional de 2,17% e com um processo de desenvolvimento econômico decorrente da posterior situação mundial da crise de 1929, América Latina chega nos anos 1950 com uma população de 165.880.000 pessoas, das quais 32% viviam em cidades com mais de 20.000 habitantes. (Tradução própria)

medida, que todas as variáveis básicas desse modo de produção possam, parcial e periodicamente, desempenhar o papel de variáveis autônomas - naturalmente não ao ponto de uma independência completa, mas numa interação constantemente calculada através das leis de desenvolvimento de todo o modo de produção capitalista. Essas variáveis abrangem os seguintes itens centrais: a composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular (o que também inclui entre outros aspectos o volume de capital e sua distribuição entre os setores); a distribuição do capital constante entre o capital fixo e circulante (novamente em geral e em cada um dos principais setores; a partir de agora omitiremos esse acréscimo autoevidente à formulação); o desenvolvimento da taxa de mais valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (a relação entre a mais valia produtiva e a mais valia consumida improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital; e as relações de troca entre os dois departamentos (DI e DII). (MANDEL, 1982, p. 26)

A questão a ser esmiuçada tem a ver com a vinculação em cada período histórico de movimentos que se apresentam como diferentes, mas que compõem a mesma ossatura de um organismo socialmente produzido: o capital. No momento em que o capital industrial deixa de ser embrionário e passa a ser a forma-conteúdo hegemônica na Europa, as relações entre os países europeus e destes com o mundo, reconfiguram-se sob novas bases, ancoradas em velhos e violentos mecanismos de dominação.

A organização social e econômica da América Latina torna-se parte inerente do desenvolvimento histórico europeu e a forma-conteúdo de ambos continentes estruturam, em meio às particularidades históricas, a totalidade de um movimento. Nesse sentido, o trabalho “livre” dos índios Mesoamericanos, que resistiram às violentas violações, compõe a história do trabalho assalariado livre do camponês europeu. Às migrações rumo ao trabalho assalariado livre na Europa, soma-se a constituição do trabalho livre, não assalariado, em algumas partes da América e ao trabalho escravo do índio e do negro em outras.

Minha tese é da composição indissociável de uma mesma narrativa com diferentes tons e sons. A história da América Latina do século XVI em diante não deve ser narrada em separado da história da Europa, ainda que suas particularidades tendam a demonstrar outros processos dentro de um mesmo e gigante *modus operandi*. Terra e trabalho na Europa e na América Latina conformam a acumulação originária e posterior acumulação de capital em movimento desde a conquista. Suas formas e seus tempos podem ocorrer a *destempo*, mas o conteúdo é o mesmo: a transformação da terra em capital e do trabalho em fundamento da produção de valor.

Na segunda metade do século XIX, momento em que o capitalismo concorrencial ganha tônica na Europa e nos Estados Unidos e vai aos poucos transitando para o capital

monopolista, conforma-se na América Latina um processo de formal autonomia relativa, ancorada na constituição das independências nacionais, que reestrutura a produção direta de valor no continente através de novos mecanismos de transferência de valor. As colônias são substituídas pelas nações, cujo impacto no marco real – delimitado pela era do imperialismo – vão constituir a centralidade concreta da produção de mercadorias vinculadas à terra como processo único da reprodução ampliada do capital⁴⁶. A centralidade da terra e do trabalho no campo expressou o sentido de subordinação colonial e o avanço rumo à dependência nos processos de “independências” do século XIX. Porque não havia dependência antes? Porque a acumulação originária no interior dessas economias não gestou na velocidade impressa nas economias europeias no mesmo período, uma dinâmica de extração de valor ancorada na propriedade privada da terra e no trabalho assalariado. Dois movimentos particulares da expressão do modo de produção capitalista.

Os trabalhos da população originária e dos forçados migrantes africanos cumpriam a função de ser composição inerente ao trabalho livre, assalariado do ex-camponês e futuro operário europeu. Os proprietários de terras concedidas, ainda que não entrassem na compra-venda da terra como mercadoria, compunham com os capitais mercantis da Europa, a nova tessitura de produção com o fim mercantil. A subordinação colonial foi um freio à dependência real, uma vez que os mecanismos de conexão entre metrópole-colônia não a definiam como própria no caso da América Latina. O fim desta subordinação colonial abriu passos para que a dinâmica fosse comum, respaldas as desigualdades de tempo de produção e circulação, e de tempo socialmente necessário na extração do sobretrabalho.

No período demarcado pela invasão/conquista colonial – século XV ao século XIX – América Latina não existe para si com autonomia nem no plano formal da produção material da riqueza, nem no plano real da realização da acumulação originária. Mas isto não significa dizer que, em forma embrionária, não se gestassem as fontes originárias de um modelo de desenvolvimento desigual e combinado.

⁴⁶ Dois textos são centrais sobre esse debate na América Latina. 1) CUEVA, A. “El desarrollo del capitalismo en América Latina”, 1999; 2) MARINI, R.M. “Dialética da dependencia”, 2011. Entre estes autores se deu um belo combate teórico, político, sobre o modo de produção capitalista na América Latina e as principais implicações de cada uma das leituras. Enquanto Cueva se filia à tese de modo de produção pré-capitalista na América Latina no século XIX, Marini o define como nascimento do capitalismo sui generis no continente. Outros importantes autores se fizeram presentes neste debate, como Sergio Bagú, Leopoldo Zea, Bolívar Echeverría. As principais teses defendidas estão contidas na antologia produzida por Marini e Millán com o título “Teoria Social Latinoamericana”, em 4 tomos. O que corrobora a clareza política e intelectual de Marini que jamais negou o debate e se furtou a se apresentar teórica e politicamente no mesmo. Nem precisou, para isto, invisibilizar seus rivais para apresentar-se como centro das atenções, como ocorreu internamente no Brasil com a propagação das ideias do intelectual Fernando Henrique Cardoso, fora do debate no qual se inseria.

A riqueza originária do continente latino-americano - produzida por distintos modos de produção no continente - foi extraída de forma espúria pelos países metropolitanos e conformou a história originária do enraizamento do capital. Enquanto o mesmo se gestava na Europa, a América Latina subsidiava a mesma com uma alimentação rica em recursos naturais extraídos pela mão de obra originária ou migrante (europeia e africana).

Este processo de expropriação, espoliação e exploração é o resultado histórico da apropriação privada de dinâmicas coletivas produzidas no período pré-colombiano. De forma que, sob as bases da acumulação originária de capital na Europa, ocultam-se histórias milenares da produção de vida no continente latino-americano e se constrói a narrativa de uma história que aparentemente começa na conquista, quando em realidade é anterior e muito mais substantiva do que se conta. O cercamento das terras na Europa equivale à concessão aos donatários das terras na América, uma vez que a anexação colonial designou margens de poder aos representantes do rei no Continente, o que os permitiu extrair parte do roubo para si, gerando um movimento inicial de circulação de mercadorias no interior da América Latina.

O fluxo permanente de extração de riqueza oriunda da terra e do trabalho no campo, tende a compor e acelerar o próprio ritmo da história do capitalismo. O sistema de trocas mercantis, demarcado pelo caráter aniquilador da soberania da América Latina pelas metrópoles, determina, desde a invasão, um sentido ao trabalho que, ao exteriorizar-se de seu realizador, definia a matriz particular da alienação no Continente, sem negar sua composição com o mundo.

Na centralidade do debate, apresenta-se a produção de mercadorias, na sua forma simples, cujo motor é a exploração da força de trabalho, seja livre, assalariada ou escrava, com taxas médias de produtividade maiores e menores, na organização social mundial e nacional que lhes é própria.

A acumulação de capital, como forma de desenvolvimento socialmente produzida, é a categoria explicativa da particularidade da riqueza capitalista, em que novas condições de aprisionamento do trabalho e da terra, enfatizam a necessidade intrínseca do desenvolvimento das bases materiais que lhe sustentem como “naturais” e inerentes à condição humana. Mandel novamente é certo ao definir a matriz da nascente economia mundial capitalista, atrelada à transição mercantilista na Europa (MANDEL, 1982):

A reprodução ampliada do capital que, nas áreas metropolitanas, aprofundou o processo da convergente acumulação primitiva de capital, simultaneamente impediu esse processo nas áreas não industrializadas. Justamente onde “era mais abundante”, o capital foi acumulado com maior rapidez; onde era “mais

escasso”, a mobilização e acumulação do capital foi muito mais lenta e contraditória. (MANDEL, 1982, p. 32)

Vale a pena reforçar este ponto: existem ritmos diferentes dentro de um mesmo processo de unificação de distintos espaços geográficos (composição). E a gênese do capital, ainda que se aproprie das diferenças e as constitua como desigualdade “natural”, não pode deixar de sentir-se na dinâmica concreta de reprodução social da vida no Continente. Em todos os espaços conectados no plano das relações internacionais de produção de valores de troca, cada parte, na sua singularidade, encarna o movimento concreto de extração de valor.

Essa diferença de ritmos, dentro do mesmo tempo de expansão da forma simples à forma ampliada de valor, consolida uma mesma pulsação rumo à realização da acumulação capitalista que jamais deixará de realizar a acumulação primitiva. Territórios robustos em terra e trabalho terão uma função central, travestida de periférica, no ritmo geral da produção do capital, em sua origem, inferior à frenética aceleração do ritmo da produção da mercadoria, valor, dinheiro, nas economias que operam a transição mercantil na Europa.

A produtividade média do trabalho nas cidades europeias, em especial na Inglaterra, primeira e onipotente fábrica do mundo (leia-se, potência hegemônica mundial no século XVIII e XIX), imprime um ritmo padronizado para os trabalhos em outras partes e institui, na lógica da mercadoria, o sentido de trabalho, mais ou menos, qualificado dentro da mesma composição. Independente do ritmo, ambos produzem sobretrabalho, a ser apropriado de forma privada por um pequeno número de “grandes visionários” distribuídos por várias partes do mundo. Quanto mais um território tenha que remunerar outro, tanto mais os trabalhadores e as terras deste dependerão – sob a ditadura do ritmo impositor da dinâmica tecnológica mais avançada – da criação capitalista de mecanismos próprios que contrarrestem a dinâmica desigual do mercado mundial (MARINI, 2011; MANDEL, 1982).

A acumulação originária em sua constituição histórico-social narra a história dos diferentes ritmos compondo uma mesma sinfonia cujo desgaste e substituição se dá na dinâmica do mundo do trabalho, frente à regência imperiosa dos acumuladores de capital.

No período em que a acumulação de capital toma centralidade na Europa e nos Estados Unidos da América nos séculos XVIII e XIX, a produção de mercadorias nos países industriais reveste de sentido o período anterior de guerras por anexações coloniais. E os proprietários privados dos meios de produção na Europa começam a conformar uma economia política burguesa que coloca em movimento a produção local-geral da mercadoria

ainda em transição de sua forma simples (Mercadoria-Dinheiro-nova Mercadoria') à sua razão de ser em valorização (Dinheiro-Mercadoria- mais Dinheiro').

Os conteúdos de extração de riqueza no continente latino-americano não podem estar fora da uma e diversa conformação desigual do capitalismo mundial - a produção privada da riqueza capitalista -. Mas as formas mudam de acordo com as circunstâncias da produção do valor. De tal forma que as vantagens comerciais começaram a ser racionalizadas frente às desvantagens do empreendimento colonial (custos de produção).

Sobre estas bases materiais, concretas, nascem as produções teóricas dos economistas políticos clássicos, Smith e Ricardo, e o substantivo contraponto da teoria valor-trabalho de Marx. Smith⁴⁷, em a “Riqueza das Nações”, olha para o advento da revolução industrial e narra desde aí a superioridade da lógica da produção de riqueza em comparação aos modos anteriores. A especialização do trabalho comandado e dirigido para uma eficiência maior no âmbito da produtividade do trabalho faz Smith reiterar a diferença substantiva dos grandes empreendimentos frente aos pequenos e do negócio industrial, frente ao agrário e comercial.

A perspectiva da especialização via vantagens absolutas retrata a posição de Smith sobre o progresso técnico e a especialização técnica do trabalho como os fundamentos do capitalismo em expansão. A teoria das vantagens absolutas demarca um posicionamento de perpetuação dentro do capitalismo do desenvolvimento desigual e combinado, uma vez que parte do pressuposto de uma organização social nas economias periféricas de que o campo possa atingir a mesma composição orgânica e técnica do trabalho. À custa do desenvolvimento desigual Smith desenvolve sua teoria do valor-trabalho e a demarca como processo inerente ao progresso e superioridade do modo de produção capitalista frente aos demais.

Para Smith, a riqueza das nações funda-se no trabalho oriundo do comando da propriedade privada que o especializa com fins de aumentar a produção, acumulação de bens. Smith narra o que vê e aposta no que antevê, quanto à produção de riqueza centrada no trabalho. No âmbito das relações internacionais do século XVIII, expõe a vantagem absoluta como corolário do desenvolvimento das Nações. Em realidade, Smith toma partido, alia-se à

⁴⁷ Sobre este tema Reinado Carcanholo tece excelentes apontamentos que reforçam a diferença entre o pensamento de Smith e de Ricardo, permitindo-lhe defender alguns argumentos teóricos do primeiro e negar qualquer proximidade de Marx com as referências do segundo. Para este tema, sugiro o livro de Carcanholo, “Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho”, 2012. Vale também a leitura do livro de Claudio Napoleoni, “Smith, Ricardo e Marx”, 1978, autor que, na leitura de Carcanholo tem uma leitura ricardiana das obras de Marx.

burguesia industrial e configura como trabalho produtivo aquele originado da produção direta de mercadorias industriais. Nas palavras desse autor (SMITH, 1996):

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios - multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho - que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende às camadas mais baixas do povo. Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade de seu próprio trabalho, além daquela que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens. (SMITH, 1996, p. 70)

A teoria do valor-trabalho de Smith representa a ideia força de um modo de produção superior, ainda que à custa de uma estrutura desigual encarnada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado livre como sua célula chave. Com uma concepção de prosperidade ancorada nas potencialidades individuais, empreendedoras dos indivíduos, Smith visualiza nas colônias territórios profícuos para a produção de riquezas próprias e futuras.

Nas palavras do autor da economia política clássica: a política europeia de conquista-colonização contribuiu para o progresso das colônias (SMITH, 1996):

Gerou e formou os homens que foram capazes de realizar feitos tão notáveis e de lançar outros alicerces de um império tão grande; e não existe em nenhum outro lugar do mundo cuja política fosse capaz de formar tais homens ou os tenha jamais formado efetiva e verdadeiramente. As colônias devem à política da Europa a educação, o grande descortino de seus fundadores ativos e empreendedores; e algumas das maiores e mais importantes dessas colônias, no que respeita a seu governo interno, quase nada devem a essa política europeia além disso. (SMITH, 1996, p. 86)

Em geral, nos argumentos críticos dos autores desenvolvimentistas, a crítica à teoria do comércio internacional de Smith se apresenta como a crítica à leitura deste autor sobre a especialização do trabalho e a riqueza das nações. Minha opinião é a de que os autores da CEPAL não percebem que por trás dos argumentos de Smith, funda-se uma leitura da divisão internacional do trabalho que vai além do debate dos preços no comércio internacional. Ancora-se na perspectiva de um desenvolvimento que tende à acentuação da desigualdade nos marcos da cooperação antagônica.

Smith também pergunta sobre quais as vantagens para a Europa do empreendimento colonial e define dois grandes ganhos: 1) aumento de suas posses e satisfações; e 2) incremento de seu trabalho ou atividade (SMITH, 1996):

A descoberta e colonização da América – como se há de reconhecer prontamente – contribuíam para incrementar a atividade; primeiro, de todos os países que mantêm comércio direto com ela, tais como a Espanha, Portugal, França e Inglaterra; segundo, de todos os países que, embora não mantenham comércio direto com ela, enviam à América, por intermédio de outros países, mercadorias de sua produção própria, tais como o Flandres austríaco; e algumas províncias da Alemanha, as quais, através dos países acima mencionados, exportam para a América uma quantidade considerável de linho e outras mercadorias. É evidente que todos esses países ganham um mercado mais amplo para sua produção excedente, e conseqüentemente devem ter sido estimulados a aumentar a quantidade dessa produção. (SMITH, 1996, p. 86)

É no mínimo curioso para não dizer perverso que o processo colonial signifique para Smith vantagens para ambos os lados. Segundo Smith, a metrópole oferece às colônias a modernidade e as colônias compõem dois tipos de vantagens para as metrópoles: vantagens comuns originadas do poder de cada império sobre suas novas colônias; e vantagens peculiares provenientes da natureza própria de cada uma destas colônias, o que lhes garantirá um exclusivo comercial – monopólio comercial colonial.

Em outros termos, ao analisar o processo colonial como um empreendimento que culminaria na divisão social do trabalho e no avanço técnico, Smith manifesta na economia do comércio internacional sua perversa visão do desenvolvimento a qualquer custo, tendo como premissa uma leitura moralista sobre o atraso e a modernidade, condicionada pelo teor das necessidades burguesas e da acumulação de capital sobre a qual está tratando.

Apesar da posição de classe assumida por Smith⁴⁸ como representante dos ideais burgueses, o mesmo está correto na compreensão de que as colônias abriram um terreno amplo e fértil para a acumulação originária e de capital na Europa. Nas palavras de Smith (1996):

⁴⁸ Vale destacar o quilate teórico investigativo de Smith. Sua principal profissão foi a de professor. Assim, ainda que em muitas passagens esteja deslumbrado com os acontecimentos próprios da revolução industrial, sua obra contempla uma investigação de fôlego que merece respeito e estudo. O caso de Ricardo é particularmente diferente, além de deslumbrado com os avanços da sociedade industrial europeia, Ricardo é um financista, vincula-se às bolsas de valores e tende a ver no jogo da especulação um grande negócio individual. Sua preocupação imediata não é com a investigação acadêmico-teórica. É com a análise concreta da potencialidade de aumento da riqueza individual. E, ainda quando se insira no debate da teoria valor-trabalho, a posição de Ricardo no debate é, a meu ver menos densa que a de Smith. Temos no exemplo desses autores, suas histórias, seus textos-contextos e o partido que tomam na análise política de seu tempo. São clássicos e suas indicações expressam ainda hoje os alcances e tessituras das mesmas.

Um dos principais efeitos das mencionadas descobertas tem sido elevar o sistema mercantil a um grau de esplendor e glória que de outra forma ele jamais poderia ter atingido. O objetivo desse sistema consiste em enriquecer uma grande nação mais através do comércio e das manufaturas do que do aprimoramento e do cultivo da terra, mais pela atividade das cidades do que pela do campo. Todavia em consequência dessas descobertas, as cidades comerciais da Europa, em vez de manufaturarem e transportarem produtos apenas para uma parte mínima do mundo. [...] Passaram agora a manufaturar para os numerosos e prósperos agricultores da América. Abriram-se dois novos mundos à atividade dos europeus, os dois maiores e mais extensos que o Velho Mundo e o mercado de um desses países do Novo Mundo cresce ainda mais, de dia para dia. (SMITH, 1996, p. 117)

Ricardo, por sua vez, em “Princípios de economia política e tributação”, com uma construção teórica atrelada à especulação financeira de seu tempo, entende as relações comerciais entre nações da seguinte forma (RICARDO, 1996):

O comercio exterior, portanto embora altamente benéfico para um país, na medida em que eleva o montante e a diversidade dos objetos nos quais o rendimento pode ser gasto, e na medida em que, pela abundância e barateamento das mercadorias, incentiva a poupança e a acumulação de capital, não tem nenhuma tendência para elevar os lucros do capital, a menos que as mercadorias importadas correspondam àquelas nas quais os salários são gastos. (RICARDO, 1996, p.103)

Apregoa as vantagens comerciais do liberalismo ao sustentar que (RICARDO, 1996):

No sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e proporcionando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto pelo aumento geral do volume dos produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesses de intercambio. Esse é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra. (RICARDO, 1996, p.104)

É necessário destacar a força dos argumentos liberais de Ricardo que, como clássico do pensamento burguês, defende um posicionamento muito notório sobre a riqueza capitalista mundial. Pensamento este que de maneira mais aberta ou velada vai aparecer nos argumentos dos economistas das teorias do desenvolvimento latino-americanas após a década de 1960.

Sobre a base da riqueza capitalista Ricardo (1996), ainda quando não queria, expressa o movimento desigual do comércio internacional:

Nunca é demais repetir que os lucros dependem dos salários, não dos salários nominais, mas dos reais; não do número de libras pagas anualmente ao trabalhador, mas dos dias de trabalho necessários para obter aquelas libras. Os salários podem ser, portanto, precisamente iguais nos dois países, mantendo também a mesma proporção em relação à renda e ao produto global obtido na terra, embora num desses países o trabalhador receba 10 xelins por semana, e no outro, 12. (RICARDO, 1996, p. 109)

A chave explicativa da teoria do valor-trabalho de Ricardo, ainda que manifeste em sua obra um debate concreto sobre a produção da mercadoria, centra-se no debate da circulação, uma vez que se baseia nas diferenças de preços no plano internacional. Esse tema exige que o coloquemos em outro plano analítico mais baseado na teoria neoclássica do valor-utilidade do que propriamente na teoria do valor-trabalho.

Entendido como vão sendo demarcados os planos analíticos da economia política clássica, vemos como no contexto do século XIX a América Latina colonial avança rumo à constituição das nações e estas formalizam um novo pacto internacional para o conteúdo da produção-apropriação do valor. O fim formal do trabalho escravo no continente latino culmina na reprodução ampliada do trabalho livre no continente que, diferente do que ocorreu na Europa, não está diretamente vinculado à política do assalariamento.

No momento em que o trabalho livre se conforma de maneira generalizada na América Latina, o trabalho assalariado vigora como a forma de ser do funcionamento econômico-social do modo de produção capitalista hegemônico. As diferentes formas de trabalho compulsório⁴⁹ e escravo na América - antessala do trabalho livre no continente em que o assalariamento real ocorreu como forma preponderante no século XX – manifestam a engrenagem peculiar dos processos de industrialização. Estas diferentes composições explicitam a diversidade da composição da lei valor-trabalho analisada por Marx e o movimento analítico histórico corrobora o corolário da desigualdade inerente à lógica de gestação e desenvolvimento do capitalismo como modo de produção dominante.

O século XIX compõe a história geral do trabalho assalariado nas economias centrais e delimita na particularidade do capitalismo dependente formas de ser complementares -

⁴⁹ Vale a pena o estudo dos livros textos de Ciro Flamarion Cardoso sobre o tema. 1) Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas, de 1987. 2) O trabalho na América Latina colonial, 1988.

trabalho livre, mas não necessariamente assalariado - de um mesmo conteúdo de classe em geral: a produção de valor, sobre a extração de sobretrabalho.

Antes de tratar a perspectiva do sentido do trabalho no continente no bojo da acumulação originária de capital, é importante analisar a questão da renda da terra em suas distintas dimensões, uma vez que no momento em que o trabalho livre se apresenta, a terra é legalmente privatizada, parafraseando Martins.

Ao tratar, especificamente, do caso brasileiro Martins (2010) sustenta que:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais. (MARTINS, 2010, p.10)

2.3 A renda da terra no movimento particular do capital sobre a América Latina

Marx, no capítulo XXXVII do livro III d'“O Capital”, trabalha a categoria renda da terra como elemento constitutivo do nascente modo de produção capitalista. Para o caso europeu, a renda da terra demarca tanto a nova lógica de ocupação do campo na função social dada à terra (mercadoria para mercadorias), quanto a característica jurídica nascente do poder do monopólio da terra.

A propriedade privada da terra funciona como âncora e exemplo para a constituição das demais propriedades privadas do capitalismo europeu e mundial, tanto no sentido mercantil socialmente instituído sobre algo natural e os ganhos mercantis de aprisionamento da terra e expulsão ou novas dinâmicas de exploração da força de trabalho vinculadas a ela, que substitui a servidão pela venda da força de trabalho (MARX, 1989):

O monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica, e segue sendo o fundamento permanente do modo de produção capitalista, assim como de todos os modos de produção anteriores que se baseiam na exploração das massas de uma ou de outra forma. [...] Um dos grandes resultados do modo capitalista de produção é que, por um lado, transforma a agricultura de procedimento que somente se herda de uma maneira empírica

e mecânica e que é praticada pela parte menos desenvolvida da sociedade, em uma consciente aplicação científica da agronomia, na medida que isto seja possível, em geral, dentro das condições dadas com a propriedade privada, que libera por completo a propriedade da terra, por uma parte, das relações de dominação e servidão, enquanto por outra parte, separa por completo o solo, enquanto condição de trabalho, da propriedade da terra e do proprietário, para quem a terra já não representa outra coisa que determinado imposto em dinheiro que arrecada, mediante seu monopólio, do capitalista industrial, do arrendatário. (MARX, 1989, p. 794-795)

Vale enfatizar que o monopólio da terra e o monopólio comercial colonial (exclusivo colonial), enquanto mecanismos políticos formais de posse e produção, são anteriores e fundadores do processo de produção mercantil cujo desdobramento se ergue sobre as bases capitalista e posteriormente sua fase superior o imperialismo. Enquanto nas cidades se gestava um novo capital – industrial –, no campo a terra tendia à concentração em poucas mãos e seus proprietários tornavam-se parasitas absorvedores da riqueza produzida pelos donos do capital. Em outras palavras a concentração-centralização do capital, caracterizada por Lênin como a era dos monopólios, foi precedida por outros mecanismos de concentração e centralização de poder – terra e trabalho – configurando elementos ainda mais substantivos à acumulação originária de capital. No período de transição, a política da economia exigiu um reordenamento – concentração e centralização do poder - que, após a revolução industrial transformou-se na economia política, a era do capital (concentração-centralização de capital).

Com base no monopólio da terra, matriz da propriedade privada no campo e o trabalho vinculado a ela, fundam-se como a gênese estrutural do desenvolvimento capitalista. A produção de riqueza, na forma da produção e apropriação de valor (mais-valia), reverte a terra de sentido mercantil e seus proprietários como detentores “naturais” de uma dinâmica ancorada em uma concorrência cada vez mais violenta sobre os territórios e os corpos.

A renda da terra, para o capitalismo clássico europeu, significou a consolidação de uma classe social que é remunerada somente por deter o monopólio da terra⁵⁰. Essa classe usufrui do desenvolvimento capitalista de um poder territorial, natural, socialmente apropriado, sem ter que colocar em movimento capital, investir em melhorias e remunerar trabalhadores. O proprietário de terras, clássico europeu da transição e constituição do capitalismo, vive e se desenvolve com o recebimento de renda, pago pelos arrendatários, proprietários capitalistas que explorarão a terra-capital, na forma mercantil. Essa característica

⁵⁰ Sobre a questão da renda da terra estudada na América Latina, sugiro os seguintes textos: 1) OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. “Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária”, 2007. 2) BARTRA, Armando. “El capital en su labirinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida”, 2006.

parasita fez com que os próprios autores da economia política clássica burguesa levantassem questionamentos sobre o entrave desta classe para o progresso do capitalismo.

A natureza da renda da terra é a produção e extração de valor. Por isto, para que ela ocorra, a concorrência intercapitalista deve ser aquecida e a produção em larga escala deve ser constituída como processo cotidiano. Há uma contradição de primeira ordem encerrada nisto. A renda da terra nas economias centrais não pôde prescindir do desenvolvimento capitalista da produção e valorização do capital, uma vez que a aceleração da dinâmica comercial-bancária para a industrial exigia da agricultura novos processos produtivos com o aumento das escalas de produção. Parte da remuneração do capital é extraída na forma de renda da terra por proprietários que não têm relação alguma com a produção de valor, a não ser o do monopólio de um bem natural.

Só há renda da terra porque este bem natural foi transformado em objeto mercantil. A terra-capital é a matriz da natureza da renda da terra, ambos os mecanismos artificiais de uma produção social materializada na propriedade privada da vida.

José Graziano da Silva em seu livro “Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura” (1981) recupera corretamente as análises de Marx sobre este tema quando afirma:

A renda fundiária que corresponde ao modo capitalista de produção é uma apropriação em segunda mão pelo proprietário fundiário de parte da mais valia que o capital extorquiou ao trabalhador rural diretamente, no processo produtivo. É essa diferença fundamental com as formas de renda anteriores, que representavam uma apropriação em primeira mão do excedente gerado pelo produtor direto. (SILVA 1981, p. 20)

A renda da terra compõe, no processo de produção de valor, um gasto inicial do capitalista arrendatário agrário que necessitará compensar essa perda em sua remuneração, com uma apropriação direta de parte do trabalho do camponês, ou na apropriação via transferência de valor entre distintos ramos produtivos ou países em comercialização. A renda da terra é a parte que o capital, ao ter que remunerar o monopolista proprietário da terra, extrai a mais do sobretrabalho (mais-valia) produzido tanto pelos trabalhadores da sua empresa, quanto por outros capitais, apropriados pelos arrendatários e repassados ao parasita proprietário de terra.

O proprietário de terras somente se transformou em uma classe porque a origem do capitalismo foi a propriedade privada e o assalariamento do trabalho. O desenvolvimento industrial e sua dependência com relação à agricultura propiciou o fortalecimento e a integração indissociável do proprietário de terras à extração de parte dos lucros dos

capitalistas, logo, de parte da mais valia produzida socialmente na totalidade do movimento do capital.

Nas palavras de Silva (1981):

A renda da terra específica do modo de produção capitalista é um sobrelucro, um lucro extraordinário do próprio capital. A propriedade privada apenas permite que seu dono a embolse. Mas a essência da questão é se essa renda é ou não extorquida pelo capital, entendido como uma relação social; se é ou não o capital que comanda o processo produtivo e que permite extrair um excedente do trabalhador. Se ocorre ou não uma separação entre o proprietário da terra e o dirigente do processo produtivo, isso se prende às condições históricas particulares, às “vias” pelas quais se desenvolve o sistema capitalista no campo. (SILVA, 1981, p.22)

A *cooperação antagônica* existente entre a agricultura e a indústria consolidada, aos poucos, uma dinâmica comum de funcionamento mercantil em todos os setores, mas não é capaz, dada a particularidade da terra e da produção de alimentos e matérias-primas próprios da particularidade da rotação do capital na agricultura, de homogeneizar e igualar as condições de produção. Isto tende a reforçar a característica desigual e combinada do desenvolvimento do capitalismo no interior das Nações e na relação destas no âmbito mundial.

Kautsky, em “Questão agrária”, livro de 1889, reforça que o desenvolvimento da técnica nas cidades provoca substantivas mudanças no campo, terra-capital, o que culmina em uma extração de valor intensificada em geral, dada a particularidade do trabalho na agricultura capitalista.

Diferente da renda absoluta, que é o resultado de uma remuneração originada pela propriedade privada da terra “a renda diferencial é o resultado do caráter capitalista da agricultura e não da propriedade privada da terra; ela subsistiria ainda se a terra fosse nacionalizada [...] sempre que subsista o regime capitalista na agricultura”. (KAUTSKY, 1974, p. 91-92) (Tradução Própria)

Kautsky⁵¹ trabalha a diferença substantiva do superlucro na indústria oriundo da concorrência entre empresas com diferentes composições orgânicas de capital, entre as quais

⁵¹As críticas de Lênin a Kautsky em “Imperialismo fase superior do capitalismo” e “Estado e revolução” sobre o posicionamento político alinhado ao reformismo na fase madura de sua trajetória política, que o fez combater os inimigos principais da revolução para dentro do partido com a mesma força como lutava contra os inimigos principais para fora do partido, são corretas. Mas isso em nada desmerece essa obra clássica que o próprio Lênin saiu na defesa de Kautsky quando os conservadores o atacaram. No texto “O capitalismo na agricultura” (o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov) de 1900 - que integra a compilação de obras clássicas sobre a questão agrária, organizado por José Graziano da Silva e Verena Stolcke - Lênin reforça que (LÊNIN, 1981, p.84): O que Kautsky descreve em primeiro lugar é a estrutura da economia camponesa, a combinação da

encontra-se o setor agrícola. Com base na produção da taxa de lucro média, as empresas com maior composição orgânica de capital tendem a apropriar-se de parte da mais valia produzida pelos capitais de menor composição orgânica e consolidam, via transferência de valor, a apropriação de parte da mais-valia consolidada por outras empresas em diversos setores produtivos.

Na agricultura, ao contrário, é a terra de fertilidade menor e de pior localização (diferencial do tipo I) quem vai servir de medida comum dos preços de produção, uma vez que incidirão sobre elas custos muito maiores de realização da produção e da venda. Ocorre na agricultura o inverso do que ocorre na indústria.

Outra questão importante destacada por Kautsky é sobre a diferença no desenvolvimento do capitalismo entre a taxa de lucro e a renda da terra. O movimento tendencial da primeira é de queda, dada a aceleração do capital constante sobre o capital variável na estruturação da composição orgânica do capital. Já na agricultura, quanto mais as cidades se desenvolvem, mais a população cresce e amplia a taxa de longevidade, tanto maior a tendência ao aumento da renda da terra. Isto porque na perspectiva da economia clássica, novos terrenos com condições piores de produção são incorporados ao processo produtivo de mercadorias alimentos e matérias-primas, e na comparação com os mais férteis e bem localizados, geram a renda absoluta e diferencial do tipo I.

À medida que o desenvolvimento tecnológico industrial avança e a ciência estrutura uma dinâmica social concreta atrelada à tecnologia, a mesma é empregada em todos os ramos de produção, inclusive na terra, e provoca, via expansão comercial e urbana, novos desafios de aumento da produtividade média do trabalho no campo em meio a um ciclo de reprodução do capital cuja rotação é bem mais lenta na terra. Com a concorrência capitalista e seus desdobramentos no processo de expansão da produção de mercadorias para a troca mercantil, outras rendas conformam o capitalismo no campo e, junto com a renda absoluta, oriunda do monopólio da propriedade da terra, tecem o sentido industrial na e da agricultura. As rendas diferenciais do tipo I (fertilidade e localização) e II (melhorias técnicas e maquinários utilizados no aumento da produtividade no campo).

Silva (1981) reforça esse processo ao explicitar que:

agricultura com a indústria doméstica, passando depois a examinar os fatores da decomposição desse paraíso dos escritores pequeno burgueses e conservadores (à moda de Sismondi), o significado da usura, a gradual “penetração no campo, nas entranhas da própria economia camponesa, dos antagonismos de classe que destroem a velha harmonia e a comunidade de interesses”.

A essência da renda da terra nada mais é do que a parte da mais-valia que, em vez de ficar com a classe capitalista (que a extorquiu dos trabalhadores), vai para o bolso dos proprietários rurais que a tiram dos capitalistas, dado que são eles e não estes os que monopolizam a propriedade fundiária. Assim, o fato de a renda da terra ser X ou Y, mais alta ou mais baixa, depende também do resultado da luta de classes que se trava naquele determinado momento, naquela sociedade, da mesma maneira que disso também depende a distribuição entre lucros e salários. Ou seja, sendo essa renda a remuneração de uma classe, ela se encontra definida, em seus níveis globais, pela luta que opõe os interesses dos proprietários de terras aos dos demais setores da sociedade. Assim, tudo o que os capitalistas conseguirem extorquir dos trabalhadores rurais será cobiçado pelos proprietários de terras. Mas é apenas aquela parcela da mais valia gerada pelos trabalhadores agrícolas que excede o lucro médio que é potencialmente renda da terra, muito embora a remuneração dos proprietários rurais enquanto classe possa incluir outras formas de renda de monopólio “não normais”, no sentido de que serão rendas particulares de apenas alguns poucos desses indivíduos. (SILVA, 1981, p. 13)

O proprietário de terras absorve, via renda absoluta, parte dos ganhos do arrendatário capitalista da terra. Este, por sua vez, para que consiga pagar o preço de monopólio da terra ao proprietário, necessita conformar um processo de produção de renda diferencial do tipo II - ancorado em uma extração de sobretrabalho. A utilização mercantil pelo arrendatário da terra cumpre então uma dupla função: 1) pagar o aluguel da terra (preço de monopólio); e 2) gerar um lucro médio superior ao preço de produção, para tornar o setor atrativo na dinâmica geral de desenvolvimento do capital.

É central entender o ponto de virada da transição mercantil à capitalista do processo em que o capital condiciona a produção rural e extorque dos trabalhadores do campo parte do valor produzido socialmente pelo mesmo e apropriado de forma privada pelas demais classes. E as particularidades que este processo engendra na relação metrópole-colônia. No caso da Europa, Marx (1989) expõe de forma magistral:

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários de indivíduos sem direitos. [...] A velha nobreza fora devorada pelas guerras feudais. A nova era um produto do seu tempo, e, para ela o dinheiro era o poder dos poderes. Sua preocupação, por isso, era transformar as terras de lavoura em pastagens. (MARX, 1989, p. 833)

No momento em que as relações sociais hegemônicas se fundam na produção de valor (SILVA, 1981):

A terra deixa de ser o meio de produção fundamental, a produção agrícola deixa de se guiar apenas pela fertilidade dos solos e pela água da chuva, enfim pelas condições naturais que afetam a produtividade do trabalho. O comando passa progressivamente ao capital, através do uso de meios de produção, como as máquinas, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem. Em outras palavras, a produtividade do trabalho é aumentada “artificialmente”, ou seja, ela não depende mais apenas das condições naturais em que se realiza a produção agrícola. (SILVA, 1981, p. 24)

Desde a perspectiva das economias metropolitanas, as colônias cumprem nessa nova fase dois objetivos chaves: 1) apropriação de terras produtivas e bem localizadas; e 2) consolidação de futuros mercados para a venda das mercadorias com produção em expansão na Europa. Nesse sentido, a anexação colonial representa na ótica do desenvolvimento da produção de valor, apropriação direta dos recursos naturais que compõem a linha de produção das novas mercadorias.

Mas, se analiso a renda da terra a partir do contexto concreto das colônias, o processo é similar ou encarna particularidades históricas próprias de sua história subsumida pela dominação via guerra? É possível falar de renda da terra antes da consolidação do capitalismo *sui generis* no continente?

Uma primeira questão para refletir sobre este tema diz respeito à caracterização histórica das “doações, concessões” de terras aos donatários pelas coroas europeias. A ocupação territorial de Inglaterra, Espanha e Portugal sobre América Latina gerou no interior do continente, processos próprios, ainda quando a demarcação de seu sentido geral fosse a ampliação da riqueza e do poder destas nações em guerra na Europa.

No momento em que na gênese de formação do capitalismo se consolida o monopólio da terra na Europa e são implementados poderes ultramar para alguns representantes formais destas economias, no interior do continente latino-americano inicia-se o desenvolvimento particular de algo comum: a terra no sentido mercantil. Mas não seria a terra doada a ser trabalhada como protótipo de propriedade privada com a função de gerar, para o exterior, os mesmos processos de produção combinada entre agricultura e indústria em avanço produtivo? A meu ver, sim. Caracterizo as terras dos donatários como terras mercantis e seus donos como germens iniciais dos futuros proprietários capitalistas da terra.

Novamente esse tema se vincula ao debate sobre o período histórico de consolidação da dependência. Na medida em que a terra, mesmo com o fim mercantil, e o trabalho livre-escravo que produz excedente para a metrópole na mesma, não conforma uma acumulação de capital demarcada pelo capital industrial, não faz sentido falar de dependência, e sim em subordinação direta (anexação colonial real). Essa subordinação direta da lógica inicial da

acumulação no território pode ter gerado um pagamento de renda da terra absoluta para a nobreza, paga pelos investidores que não necessariamente estariam presentes. Assim, de um lado teríamos a subordinação dos donos das capitâneas em relação ao capital para sustentar as atividades canavieiras e de outro a necessidade de pagamento por parte desses mesmos financiadores. A renda da terra absoluta se apresentaria assim como a característica da subordinação no pagamento dos tributos, das comissões e das dívidas aos capitais que conformavam o poder do rei na Europa. Mecanismo para explorar, em conjunto com os donatários, a cana e o açúcar e demais mercadorias produzidas no continente sob a dominação metropolitana.

A renda da terra na América Latina no período colonial, conformada pela sujeição concreta do território e dos povos aos mandos das metrópoles, compõe a narrativa de uma história geral e particular que se constitui como o fundamento da exploração do trabalho na Europa e a superexploração do trabalho na América Latina.

A questão a esmiuçar, dentro das históricas polêmicas entre as escolas críticas do conhecimento, é se é possível ao longo do período colonial que vai do século XV ao XIX, caracterizar as economias coloniais como fundamento da expansão do capitalismo na Europa, sem que conformassem ao mesmo tempo e de forma ainda mais intensa mecanismos de produção e apropriação internas de acumulação originária de capital. Mecanismos esses, de consolidação de uma estrutura de classes ancorada no princípio da propriedade privada da terra, da exploração do trabalho do sujeito originário livre e do forçado migrante africano-escravo.

O período colonial caracteriza-se como a dialética do futuro desenvolvimento capitalista agrário no continente em que a estrutura do latifúndio monocultor e do trabalho escravo/livre vinculado a ele dimensionam as raízes da estruturação originária do capitalismo dependente no continente. A composição da produtividade média nos engenhos brasileiros, nas minas mexicanas, peruanas e bolivianas e nas lavouras produtivas das demais regiões, com as especificidades de trabalho que lhe são peculiares, atrelada a uma jornada de trabalho exaustiva, ao produzir excedentes, encarna diversos capitais (comercial e financeiro), cuja produção interna responde de forma subordinada aos interesses externos.

O processo de concessão e posse da terra, controlados pelos mandatários europeus, é usufruído por poucos “robustos” produtores rurais na América Latina. Sob a tutela das dívidas, dos impostos e das hipotecas constituíam internamente uma dinâmica particular de mercantilização da terra e de exploração do trabalho que, ainda quando o teor seja distinto do

que se desenvolveu no território europeu, apresenta a raiz da consolidação futura da lei do valor, na terra, independente da forma dada ao conteúdo da exploração e da posse da terra no continente.

Ciro Flamarion Cardoso em “O trabalho na América Latina colonial” (1985) sustenta que a drenagem do capital circulante para a Europa na forma de pagamento de dívidas reduzia o que internamente pudesse ser reutilizado e conformava processos particulares de extração de riqueza sob a intensa violência do trabalho livre do índio, em algumas regiões, e do trabalho escravo de índios e negros, em outras. De tal forma que já havia, em minha opinião, uma compensação interna para a extorsão externa, metropolitana, da riqueza originária produzida.

Nessa dinâmica de apropriação privada de uma pequena parte do que era produzido pelo sistema mercantil nas colônias, estruturavam-se as bases de uma dupla dimensão de coação sobre o trabalho escravo e livre no território latino-americano: 1) os estados metropolitanos criavam regras duras sobre o uso de terras e de trabalhos vinculados a elas sob seu controle; e 2) os representantes das metrópoles estabelecidos no continente latino-americano, tanto respondiam a essa dinâmica, quanto criavam mecanismos próprios de contrarrestar suas perdas frente ao poder metropolitano.

Penso que o período colonial fundou, tanto nas fazendas de Mesoamérica, quanto nas *plantations* da América-africana, um processo mercantil particular de acumulação originária de capital com apropriação externa – mandatários europeus - e interna – donatários – que fomentou a lógica agrária latino-americana.

Esta leitura tem estreita relação com o que Jacob Gorender em “Escravidão Colonial” (1980) define, ao estudar o caso brasileiro, como modo de produção colonial escravista. Processo que, na aparência da análise sobre o escravo, não permitiu, segundo ele, muitos autores perceberem a essência particular do ser escravo-coisificado em um novo contexto de produção material de vida, cujas relações sociais de produção e as forças produtivas não encarnam as mesmas feições dos processos escravagistas de outros tempos e contextos.

Gorender (1980) explicita como na sociedade mercantil o ser escravo, coisificado, tem múltiplas funções na lógica das transações, seja como valor de uso ou valor de troca alienável, hipotecado. Nas palavras do autor:

Sendo mercadoria livremente alienável, o escravo se tornava objeto de todos os tipos de transações ocorrentes nas relações mercantis. Assim, pelo direito de propriedade que neles tem, escreveu Perdígão Malheiro, pode o senhor

alugar os escravos, emprestá-los, vendê-los, doá-los, transmiti-los por herança ou legado, constituí-los em penhor ou hipoteca, desmembrar da sua propriedade o usufruto, exercer, enfim, todos os direitos legítimos de verdadeiro dono ou proprietário. Como propriedade, está ainda o escravo sujeito a ser sequestrado, embargado ou arrestado, penhorado, depositado, arrematado, adjudicado, correndo sobre ele todos os termos sem atenção mais do que à propriedade no mesmo constituída. (GORENDER, 1980, p. 78)

Essa condição particular de mercadoria-objeto, expõe uma constituição histórica sobre o sentido do trabalho escravo mercantil na América emanado da negação do trabalho. Veja que a negação ao trabalho mercantil do africano e, agregado, dos povos originários do continente resulta exatamente da sustentação feita por Gorender sobre a negação da coisificação. O escravo como “coisa venal pertencente ao senhor” (GORENDER, 1980, p.71), mercadoria alienável, expõe não só a perversa mazela histórica da realidade colonial e posterior, mas também um peso social que não deixará de compor a história dos países latino-americanos: a conformação concreta de uma estrutura política, jurídica, cultural, social e econômica que lapidou bruscamente o sentido real sobre ser escravo em terras coloniais base estrutural da gênese do capital mercantil. O “escravo rural assenzalado foi o tipo predominante e, sob o aspecto econômico, o tipo fundamental” (GORENDER, 1980, p. 75), do particular modo de produção escravista-colonial.

É essencial reforçar este tema relativo à coisificação do africano e dos grupos originários da América Latina, uma vez que definem as marcas, nos corpos-mentes, dos povos seguintes, do tipo de humanidade castrada consolidada para a produção material da riqueza apropriada tanto aqui, quanto na Europa. Todo tipo de escravidão encerra a violência do ser-objeto para outro. No entanto, a escravidão mercantil consolida novos mecanismos que engendram a materialização da riqueza capitalista. Compra-venda (alienação jurídica), troca baseada na produção de excedente acumulável, são algumas das novas matrizes encarnadas no sentido da escravidão moderna. Ou seja, (GORENDER, 1980):

O escravo real só conquistava a essência de si mesmo como ser humano ao repelir o trabalho, o que constituía sua manifestação mais espontânea de repulsa ao senhor e ao estado de escravidão. A humanidade se criou pelo trabalho e, por mediação dele, se concebeu humanamente. Já o homem escravo, só foi dado recuperar sua humanidade pela rejeição do trabalho. Tal é a dialética concreta, num momento dado do desenvolvimento social. (GORENDER, 1980, p.74)

Na perspectiva do trabalho, a sujeição absoluta, aparenta ir além da subsunção formal. Mas isto somente seria assim, se o modo de produção no qual a colônia se ancora fosse outro

que não o da transição mercantil. Sob suas bases, o escravismo ganha uma dimensão particular na história e expõe a composição entre distintos modos de produção – relações sociais e forças produtivas – próprios da lógica nascente de produção de valor inerente à transição. Isso vale tanto para o sentido do trabalho, quanto para o sentido da terra.

Quanto ao caso específico de estudo sobre o Brasil, “a plantagem escravista antecipou a agricultura capitalista moderna e o fez associando o cultivo em grande escala à enxada” (GORENDER, 1980, p.99). A terra e o trabalho na América Latina consolidaram a razão de ser de uma acumulação originária monetizada na Europa e uma pré-história da monetização no continente latino-americano, ancorada na apropriação de parte da riqueza produzida pelo trabalho no continente, por poucos destinatários enviados pelos poderosos europeus.

A terra ainda não era capitalizada, mas já produzia riqueza na forma mercantil e extraía sobretrabalho ainda quando o assalariamento não fosse a gênese da lógica de produção no continente. Reforço: minha leitura é de que deve se considerar o período colonial em um duplo sentido de consolidação da cooperação antagônica: 1) a função que cumpre para fora, América Latina, na era mercantil do capital comercial e usurário; e 2) associada a isso, a constituição para dentro de particularidades históricas que não permitem retomar processos antigos e distantes de sua realidade concreta para explicar novos tempos.

O monopólio, exclusivo, sobre a posse e uso (exploração mercantil) da terra e a exploração do trabalho do sujeito originário, do migrante escravo africano, dos mestiços e dos colonos europeus pobres compunham a forma de ser de uma acumulação originária contínua cujos contornos transitavam para a acumulação capitalista instituída a partir do século XIX sobre a propriedade privada da terra. O monopólio da terra, a produção mercantil simples sobre ela com base no trabalho compulsório, não se baseavam, na América Latina, na realização do tipo de renda da terra clássico (proprietários privados da terra, capitalistas arrendatários e trabalhadores assalariados).

No entanto, a forma condicionada à metrópole que consolida o nascimento da composição de classes no interior das economias coloniais, exigiu o desenvolvimento de processos de produção e apropriação de parte da riqueza produzida a ser extraída pelos mandatários metropolitanos através de seus pares no continente. Sobre a posse da terra, grandes proprietários rurais geravam, no limiar do século XVIII, valor e se capitalizavam à custa de uma violenta degradação da exploração dos trabalhos do índio, africano, mestiço e colono.

Ao longo de desenvolvimento das relações comerciais entre as metrópoles e as colônias, eram gestadas a renda absoluta e a renda diferencial do tipo I no interior da economia colonial, que deveria ser dividida entre os proprietários privados mandatários europeus (coroa e igreja) e os grandes proprietários de terras nas colônias (o que também inclui a igreja).

Assim como fizemos com a acumulação originária, também conseguimos expor quatro diferentes fases da relação comercial entre América Latina e Europa na conformação da renda da terra:

1ª. fase (XV-XVIII): mercantilista-colonial. Centralidade da produção mercantil simples tanto na Europa, quanto na América Latina (acumulação originária e renda da terra absoluta e diferencial do tipo I). Momento em que está em gestação a renda da terra e a produção-apropriação de valor.

2ª. fase (XVIII-XIX): capitalismo concorrencial-nascimento do capitalismo dependente. A produção simples deu passo à forma ampliada de produção de capital. Momento em que as colônias sofrerão impactos decisivos sobre a propriedade da terra e o sentido do trabalho vinculado a ela (acumulação capitalista, renda da terra absoluta e diferencial do tipo I e II).

3ª. fase (meados do século XIX e início do XX): imperialismo-capitalismo dependente. A característica fundamental é a da produção e valorização do capital, com violenta força hegemônica, expansionista. Momento em que o desenvolvimento do capitalismo *sui generis*, a dependência, estabelece-se (renda da terra e composição orgânica e técnica do capital em avanço).

4ª. fase (1970 em diante): nova fase do imperialismo-intensificação do capitalismo dependente. A dependência latino-americana assume novos e mais intensos contornos de extração de valor via subsunção formal do trabalho e concentração da propriedade privada da terra (o trabalho é ainda mais precarizado e a terra torna-se mercadoria futura para o capital financeiro especulativo).

Essas quatro fases, se analisadas como processo histórico-dialético, encarnam o desenvolvimento da mercadoria (mercadoria, valor, dinheiro, capital). O capítulo 1 de “O Capital” volta à cena e no guia metodológico ancorado na dialética, através de um minucioso trabalho de descrever o não visto, partindo do visto (essência-aparência), Marx nos mostra a complexidade da forma mais simples de aproximação à real relação capital-trabalho: a mercadoria.

Enquanto na primeira fase a mercadoria com ênfase para o valor de uso, solidifica o valor de troca, era do capital comercial, na segunda o valor de troca assume peso preponderante e as novas expressões materiais, forma fenomênica, do valor, apresentam-se: o dinheiro (equivalente geral), o mercado como espaço de transações, a troca subsumindo e invertendo o sentido do uso. Na terceira, o processo de produção dá passo ao de valorização como determinação geral da produção da mercadoria em escala mundial, e o quarto cria mecanismos para contrarrestar as tendências contraditórias inerentes à produção e valorização do capital constitutivo da riqueza capitalista.

Na história da relação entre a colônia e a metrópole, podemos materializar o desenvolvimento das expressões do valor como processo de desenvolvimento da mercadoria e das transações mercantis, e configurar, assim, ante as singulares situações coloniais, a totalidade do movimento (do capital) que naquele então se consolidava.

Se nas duas primeiras fases, as diferentes cores e contornos da forma-conteúdo da gênese do capital – na América Latina e na Europa – aparentavam na hierarquia do tempo processos diferentes na totalidade do movimento de gênese do capital, a partir da terceira fase estas diferenças são diminuídas e o ritmo da sinfonia orquestrada pelo capital institui em todos os cantos a mesma substantiva dinâmica para a economia mundial. A *cooperação antagônica* das duas primeiras fases centrada em um movimento interno ditado pelo externo (subordinação colonial) é substituída pela cooperação antagônica pensada desde o interno para suprir o externo (dependência).

A diferença de composição na gênese do capital, a partir do século XIX constitui um movimento ímpar, em suas diversas formas de organizar a produção e a apropriação, tanto na economia, quanto na cultura e na política que caracterizam seu contraditório e violento desenvolvimento. Reforço e me filio às teses de Jacob Gorender, Ciro Flamarion e Ruy Mauro Marini, nos textos expostos neste capítulo, de que, à luz das particularidades dos modos de produção prévios ao capitalismo *sui generis* na América Latina, a dialética do desenvolvimento encarna diferentes matizes, mas compõe um processo substantivo que, desde sua gênese, define o sentido e a razão de ser de determinadas economias, frente ao avanço e domínio das demais no âmbito mundial.

O trabalho escravo e/ou livre de africanos, sujeitos originários e colonos pobres no período colonial assenta as bases de explicação sobre o posterior trabalho assalariado no capitalismo dependente. E a terra, cativo com o fim mercantil em uma fase de produção

simples e depois ampliada de valor, conforma uma particularidade histórica que denuncia as múltiplas facetas de violências e violações inerentes ao desenvolvimento do capital.

Há um debate por trás dessa posição. E nele me afasto das teses que entendem as colônias latino-americanas como economias feudais, semi-feudais, por entender que, ainda que encarnem singularidades próprias de suas formações sociohistóricas anteriores, as mesmas não têm, a partir do movimento dialético da relação simbiótica entre metrópole e colônia, a possibilidade de avançar rumo a outro processo (autonomia), que não a de consolidação (dependente) dentro da mesma estrutura hegemônica do capital.

Creio que, assim como devemos falar de capitalismo dependente latino-americano no momento em que o capital industrial é a força hegemônica instituinte das relações sociais de produção, também devemos reforçar o modo de produção mercantil-colonial como sua constituição e gênese do modo de produção capitalista. Isto reforça a função social que cada economia deve cumprir, em cada período histórico, na totalidade do movimento de constituição e avanço do capital.

Levemos em consideração as particularidades históricas da produção mercantil para reforçar o tema da renda da terra na América Latina. A América espanhola, além de consolidar uma estrutura embrionária de desenvolvimento do capital baseada na política da encomenda e do repartimento - pois já encontrava populações abundantes e com uma organização social prévia de trabalho na terra -, constituía cidades políticas, fortes, vinculadas à mineração e à circulação de mercadorias no interior de suas colônias.

A agricultura das *encomiendas* e *repartimientos*, associada à mineração, compunha assim uma organização societária mediada pela produção e circulação interna ao continente e externa a ele, que fundamentavam seu processo de produção mercantil simples e complementar à condição e desdobramentos do capital na Europa. O trabalho “livre” dos índios permitia além da abundância da extração da riqueza, baseada na exploração originária, uma redução de custos de produção, uma vez que o índio não entrava como renda capitalizada no processo produtivo.

Também na América africana a situação singular gestou mecanismos comuns, mesmo que as bases de seus fundamentos fossem os altos custos de produção pela ausência de mão de obra nativa suficiente, a necessidade de abertura de florestas e bosques, o custo do empreendimento colonial nos territórios ainda pouco abertos à lógica da produção mercantil. As *plantations*, concessões abertas como as fazendas espanholas, produziam excedentes econômicos cujo objetivo de circulação era a Europa. Mas esse excedente, ainda quando se

apresente como algo singularmente diferente do processo de acumulação originária das fazendas espanholas, compõe a mesma dinâmica de produção interna embrionária de valor com apropriação externa da mesma.

As características formais da posse da terra no período colonial (concessão, expansão, composição com a coroa e a igreja, controle sobre a produção e a propriedade dos índios, bloqueio agrário aos mestiços), tanto na América originária, quanto na América africana, potencializou a propriedade privada da terra na forma do latifúndio cuja matriz da relação social de produção foi o trabalho "livre" do índio nas encomendas/repartimentos e o trabalho escravo do africano nas regiões de *plantation*.

Ainda que a compra-venda de terras não estivesse instituída, isto não significa reiterar que a terra não servia de meio de produção e de reserva de valor. Essa dupla função gerava uma capitalização que escoava na forma de tributos e demais compras, entre os capitais coloniais e os europeus, parte expressiva da produção do excedente gerada pelos trabalhos dos "índios livres" e africanos escravizados.

A consolidação do capitalismo na Europa, no século XVIII-XIX, tem como sua contraface a implementação peculiar do capitalismo latino-americano no século XIX. A terra e o trabalho ganham uma dimensão ainda mais central e intensificada na violência do cercamento e da extração de valor nos trabalhos vinculados a ela.

2.4 Subsunção formal, dependência e superexploração

No “Capítulo VI inédito” (2000) Marx destrincha a essência da categoria trabalho e expõe o movimento dialético de vários processos superpostos, anárquicos, inerentes à realização da lei do valor. A meu ver, as categorias subsunção formal e subsunção real inerentes ao desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, dão substância à cooperação antagônica entre colônia e metrópole, origem do movimento dialético entre desenvolvimento-subdesenvolvimento.

Por subsunção formal, Marx entende o processo de “direta subordinação do processo de trabalho, qualquer que seja, tecnologicamente falando, a forma que se leve a cabo o capital”. Sobre a subsunção real do trabalho ao capital, o autor alemão defende que a mesma “se desenvolve em todas aquelas formas que produzem mais valia relativa, a diferença da absoluta” (MARX, 2000, p. 72).

Minha tese, neste item, é de que a subsunção formal foi a forma de ser originária do desenvolvimento do capitalismo dependente da América Latina, enquanto nas economias

centrais, metropolitanas, transitava rumo à subsunção real. A primeira atrela-se à produção de mais valia absoluta como processo de expansão do capital comercial e usurário para a transição da mercadoria-valor-dinheiro em capital e combina, a produção-apropriação do valor que resultará em acumulação de capital no território e nos demais países que lhe dominam (América Latina). A segunda representa a face transitiva do verbo explorar, organizada em estruturas e superestruturas com outras peculiaridades na lógica da extração/produção do valor centrada na preponderância, via capital industrial, da mais valia relativa (economias centrais).

A transição da subsunção formal à real nas economias centrais teve como condição *sine qua non* a permanência da subsunção formal nas economias latino-americanas, nos períodos subsequentes em que deixa de ser subordinada politicamente, mas economicamente segue na dinâmica de produção dependente do valor. Reforço este ponto: nas economias coloniais, por sua peculiaridade subalterna e submissa aos mandos das metrópoles, a subsunção formal do trabalho vinculado à terra, tende a gerar um mesmo movimento que, após as independências, reforça o caráter desigual e combinado: a lógica de produção de valor centrada no trabalho escravo do africano e do sujeito originário compõe o sentido histórico-social (de conformação do capitalismo em geral e do capitalismo dependente em particular) da superexploração da força de trabalho na periferia e da exploração da força de trabalho nos centros.

A subsunção real narra o desenvolvimento de mecanismos inerentes à produção de valor centrada no avanço tecnológico em umas partes e no avanço sobre a propriedade privada da terra em outras. Ainda quando não abre mão da expropriação na forma da ampliação da jornada de trabalho a intensifica ao incorporar máquinas e equipamentos ao longo dos diversos processos produtivos que a compõem. Este processo é mediado, no período colonial latino-americano, pelos negócios comerciais-bancários via oceano Atlântico, movimento que organiza, gesta, desenvolve de maneira conjunta, contínua e desigual a produção-realização do valor.

Vale a pena reiterar o duplo movimento da cooperação antagônica manifesto neste ponto: 1) a subsunção real nos centros é o resultado histórico da lógica geral de produção em tempos e ritmos distintos do capital no âmbito mundial, logo, está diretamente conformada por subsunções formais em outras partes; e 2) a subsunção formal, em sua forma particular que se desdobrará no capitalismo dependente, cumpre a função interna de gestação da acumulação de capital e externa de transição para formas mais avançadas de extração de

valor. A história do capitalismo periférico narra ontem e hoje a história do capitalismo central e vice-versa.

Nas palavras do autor alemão (MARX, 2000):

A subsunção do processo de trabalho ao capital se opera sobre a base de um processo de trabalho pré-existente, anterior a esta subsunção sua no capital e configurado sobre a base de diversos processos de produção anteriores de outras condições de produção; o capital subsume determinado processo de trabalho existente, como por exemplo o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura correspondente à pequena economia camponesa autônoma. Se nestes processos de trabalho tradicionais que ficaram sob a direção do capital se operam modificações, as mesmas somente podem ser consequência paulatina da previa subsunção de determinados processos de trabalho, tradicionais, no capital (Tradução própria). (MARX, 2000, p. 55)

A ocupação das “Índias Ocidentais”, como primeiramente os europeus denominaram a América, constituída por uma região central composta por aproximadamente 40 a 100 milhões de pessoas, segundo a utilização de autores maximalistas por Flamarion Cardoso (1985), e uma região sul pouco povoada, mas rica em terra, dão à América Latina uma centralidade na produção de valor muito maior do que Marx podia averiguar em seu tempo. A terra e o trabalho na América Latina, condicionados pela produção originária da forma valor, exprimem um conteúdo particular à categoria trabalho no continente e à subsunção formal.

A subsunção formal do trabalho na América Latina segue como a substância do desenvolvimento capitalista dependente e central. Corresponde no interior das economias do Continente a uma particularidade constitutiva-contínua, a tal ponto que, mesmo quando ocorra a industrialização, a agricultura e o trabalho vinculado a ela permanecem como a âncora do modelo de desenvolvimento desigual e combinado.

A continuidade da subsunção formal ao longo do desenvolvimento das forças produtivas no território latino-americano - a partir do século XIX no marco das independências - ao não deixar de existir, reveste de conteúdo o sentido do trabalho na invasão/conquista e imprime ao roubo da produção oriunda do trabalho do sujeito originário “livre” e do migrante africano escravo, particularidades históricas próprias (raízes) no sentido dado ao trabalho no capitalismo dependente - a superexploração. Forma especial do capitalismo dependente de um valor que se valoriza, sob a extração de sobretrabalho, em uma relação de composição dialética entre distintos mecanismos mundiais de exploração.

Os trabalhos - livre/escravo - do sujeito originário e do migrante forçado africano constituem uma natureza particular da subsunção formal no continente, submerso em uma

organização política e econômica externa em que a produção de mercadorias na América Latina tem como fim a circulação em outros territórios. A subsunção formal cinde, desde o nascimento da mercadoria e de seu embrião, o valor, os movimentos gerais de realização prévia do capital: a produção e a circulação.

Em outras palavras, o tempo-*destempo* da produção de mercadoria em geral conforma uma unidade dialética e complementar na transição da forma mais simples à mais ampliada do desenvolvimento particular do modo de produção capitalista. Nas economias metropolitanas a subsunção formal narra a pré-história do capitalismo, que se materializa como tal quando o movimento da subsunção real se materializa.

Na América Latina, a subsunção formal percorre caminhos distintos, mas que engendram a mesma gênese. Nesse continente, a subsunção formal foi/é responsável por compor a transição definitiva do modo de produção capitalista na Europa e definir a articulação via donatários de terra de uma herança colonial que não foi substituída até a chegada ao século XIX.

O monopólio absoluto da terra e do comércio, associado à expansão das fronteiras agrícolas, em que o trabalho livre ou escravo do índio juntamente com o trabalho escravo do africano, insere o dreno para a extração da riqueza, e sedimenta, ao mesmo tempo, as bases particulares de uma exploração peculiar – o trabalho assalariado livre - com tendência a lei universal. Reitera o autor (MARX, 2000):

Na subsunção formal do trabalho ao capital, a coerção que aponta à produção de mais valia [...] e à obtenção de tempo livre para o desenvolvimento com independência da produção material, essa coerção, dizíamos, recebe unicamente uma forma distinta da que tinha nos modos de produção anteriores, pois uma forma que acrescenta a continuidade e intensidade do trabalho, aumenta a produção, é mais propícia ao desenvolvimento das variações na capacidade do trabalho e com isso na diferenciação dos modos de trabalho e de aquisição e finalmente reduz a relação entre o possuidor das condições de trabalho e o trabalhador mesmo a uma simples relação de compra-venda ou relação monetária, eliminando da relação de exploração todas as excrescências patriarcais e políticas ou inclusive religiosas. Sem dúvida a relação de produção mesma gera uma nova relação de hegemonia e subordinação. (Tradução própria) (MARX, 2000, p. 62)

Esse é o ponto nevrálgico das particularidades históricas que compõem, na *cooperação antagônica*, a totalidade da gestação do modo de produção capitalista nesses dois tipos de economias: metropolitanas europeias e coloniais latino-americanas. A servidão e o escravismo, na Europa do século XV ao XVIII, são substituídos por uma forma ainda mais expressiva, na violência que engendra, do conteúdo que submete o trabalho: o assalariamento

e a suposta liberdade. Na América Latina, a servidão e o escravismo, em composição com várias formas de trabalho compulsório, constituem uma particularidade dentro do movimento geral e não têm como base processos de produção feudais, pois se conectam de forma indissociável ao novo que se gesta, ultramar, com tendências universais. Nos termos de Marx (2000):

Quando a relação da hegemonia e subordinação substituem a escravidão, a servidão e a vassalagem, as formas patriarcais, etc., da subordinação, tão somente se opera uma mudança na forma. A forma se torna mais livre porque é agora de natureza meramente material, formalmente voluntária, puramente econômica. (Tradução própria) (MARX, 2000, p. 65)

A subsunção formal na Europa relata a forma de um conteúdo presente-futuro (transição mercantil), a subsunção real. Na América Latina, a subsunção formal denota a essência da terra e do trabalho vinculado a ela ao longo do desenvolvimento do capitalismo dependente no período seguinte: a função de produção para a circulação externa e de compensação interna de um mecanismo de produção de valor que contrarreste o saqueio.

O sentido da subsunção formal na América Latina não é de transição, e sim de perpetuação. Neste continente, o fundamento da utilização da terra e do trabalho (escravo, livre e compulsório) vinculado a ela, redimensiona a subsunção formal como o sentido inerente ao desenvolvimento capitalista latino-americano.

O que está por trás da leitura sobre o conteúdo, padrão de desenvolvimento do modo de produção capitalista, é a ideia de liberdade. Como argumenta Marx (2000, p.68), “o trabalhador livre, efetivamente, como qualquer outro vendedor de mercadoria é responsável pela mercadoria que administra, e que deve administrar a certo nível de qualidade se não quer ceder o campo a outros vendedores de mercadorias do mesmo gênero”.

Na Europa, a subsunção formal é o retrato da transição rumo ao modo de produção capitalista, em que velhos-novos processos se mesclam frente a uma nova estrutura violentamente mais avançada que os processos anteriores: Mercadoria-Valor-Dinheiro-Capital (M-V-D-C). Na América Latina, a subsunção formal é o espelho do seu desenvolvimento dependente, desigual e combinado. A tal ponto que na dinâmica da produção agrícola do século XIX, é ela (a subsunção formal) a que conforma a particularidade do capitalismo dependente.

No “velho mundo”, a subsunção formal expõe a existência da mais-valia, mas ainda não de forma hegemônica, o que caracteriza a fase inicial do desenvolvimento capitalista. Os capitais, comercial e usurário, são porta-vozes da nascente lei do valor-trabalho. Na América

Latina, a subsunção formal compõe a história e permanência da superexploração da força de trabalho, categoria fundante do capitalismo dependente, ou da dependência na perspectiva marxista de análise sobre a América Latina.

Novamente pensando didaticamente em termos dos diferentes contextos do processo de gênese e desenvolvimento do capital na América Latina, no caso da centralidade do trabalho, temos:

1) Fase mercantil-colonial (XV-XVIII): a subsunção formal na Europa condiciona o trabalhador camponês a migrar rumo a outras estruturas produtivas ou a estender a jornada de trabalho no limite de seu esgotamento. Na América Latina, a subsunção formal nasce vinculada ao sentido mercantil do trabalho escravo do africano migrante, do trabalho livre do sujeito originário e se perpetua frente aos desdobramentos particulares do capital no continente.

2) Fase do capitalismo originário/tardio-transição para as independências na América Latina (XVIII-XIX): a subsunção formal transita para a subsunção real, forma explícita do conteúdo de extração de riqueza na era do capitalismo nas economias europeias e estadunidense. Na América Latina, a subsunção formal segue sendo hegemônica e dando a dinâmica da produção da riqueza a ser drenada para o exterior. As guerras de independências dão a tônica do nascimento posterior da dependência capitalista e a subsunção formal apresenta-se como a tônica do trabalho “livre” no continente cuja centralidade demarca sua função na divisão internacional do trabalho: economia exportadora.

3) Fase de transição ao capitalismo monopolista-nascimento do capitalismo dependente na América Latina (XIX-XX): Em que na Europa e nos Estados Unidos a subsunção real define nos marcos do tempo de trabalho socialmente necessário, a diferença entre trabalho qualificado e não qualificado e exprime ritmos mais intensos de exploração no âmbito mundial. Cabe destacar que esse período é marcado por guerras mundiais cuja compreensão sobre a ideia de “civilizatório” é explicitamente colocada em questão, tamanha a capacidade de destruição massiva aberta pelas revoluções tecnológicas.

Na América Latina, os Estados Nacionais⁵² são consolidados e o capitalismo dependente aparece na superfície das relações comerciais internacionais originado na essência da formação histórico social – na terra e no trabalho que a dimensionam - como o carro chefe do processo de produção de capital no continente. Sob o discurso da construção mundial da

⁵² Sobre o tema da constituição dos Estados nacionais na América Latina, vale a pena a leitura do texto de Cláudia Wasserman - “A formação do Estado nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países” - na coletânea de artigos coordenada por ela sob o título: História da América Latina: Cinco Séculos, 1996.

paz, numa sociedade mediada pela guerra em nome da expansão do capital, consolidam-se e apresentam-se no âmbito internacional organismos multilaterais com aparente autonomia frente aos Estados das grandes potências hegemônicas como forma de organizar a política que dá vida, ao mesmo tempo em que é conformada pelo capital. Criados na derivação do discurso de paz do Pós Segunda Guerra Mundial, após os anos de 1950 apresentam-se como centro formal das decisões políticas, em um ambiente real de materialização do poder hegemônico do capital nas instituições (Organização das Nações Unidas, ONU; Fundo Monetário Internacional, FMI; Banco Mundial, BIRD), mas sua força potência decorreu de processos muito anteriores.

4) Fase do imperialismo contemporâneo – intensificação do capitalismo dependente na América Latina (1970 em diante): Após os anos dourados do capitalismo monopolista financeiro aberto pela sociedade do consumo em que a hegemonia capitalista atrela-se a três grandes potências com patamares distintos de produção e realização do valor entre elas – Estados Unidos, Japão e Alemanha -, a guerra por recursos naturais e minerais torna-se explícita com múltiplas determinações sobre o seu teor. No caso do Oriente Médio, a centralidade do petróleo define as lógicas de ocupação direta e indireta dos Estados Unidos no continente. Tema impossível de ser resolvido nos marcos da produção de mercadorias no capitalismo contemporâneo. O Oriente torna-se um inimigo real tamanho seu potencial histórico de contenção da ordem burguesa, para além de outros temas historicamente relevantes. Na América Latina, a economia industrial não substituiu a hegemonia da produção primário-exportadora centrada no latifúndio-monocultivo e a subsunção formal, ainda quando viu brotar a subsunção real oriunda dos processos de industrialização, não perdeu seu trono de potência hegemônica na produção de valor no continente. A superexploração da força de trabalho é composta por esses dois tipos inseparáveis de subsunção formal-real no continente.

Mas o que define, após as independências e constituições dos Estados Nacionais na América Latina (séculos XIX e XXI), uma questão agrária? Que questões estão abertas no decorrer histórico na forma-conteúdo do capital na América Latina, que validam o estudo da agricultura como um espaço-tempo concreto de produção de múltiplas e violentas contradições?

2.5 A terra e o trabalho na América Latina: da subordinação colonial à dependência

A questão agrária encerra um processo histórico de relações sociais desiguais com tendências a se acentuarem no decorrer do desenvolvimento da forma-conteúdo capital. No capitalismo contemporâneo, a questão agrária na América Latina pauta problemas de natureza econômica-política-cultural. Explicita questões sociais típicas de relações sociais originadas pela forma particular de propriedade privada da terra e do conteúdo real da superexploração da força de trabalho que lhe sustenta. Ambos processos ancorados no empobrecimento dos trabalhadores rurais e êxodo rural decorrente disto.

José de Souza Martins, de maneira magistral, explicita em “O Cativo da terra” (2010), que no momento em que o trabalho escravo é formalmente banido, institui-se a escravização da terra. A liberdade de um, condicionada pela escravidão de outro. Dois termos indissociáveis no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo sui generis brasileiro e latino-americano. Essa leitura substancia uma hipótese que estamos de total acordo sobre o funcionamento particular, no nascimento do capitalismo europeu, de relações não capitalistas de produção que a ancoram e determinam. Nos termos de Martins (2010):

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada de capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracterizadamente assalariado”. (MARTINS, 2010, p. 37)

A questão agrária, como questão social, explicita as contradições da relação capital-trabalho no capitalismo dependente latino-americano e redefine o sentido do urbano-industrial nas entranhas da formação sociohistórica colonial em que a terra e o trabalho foram, gradativamente, moldados para satisfazer a mesma produção de sentido: transição do processo de trabalho ao processo de valorização.

Até o século XIX, a constituição do capitalismo no mundo, conformou uma função para América Latina na divisão internacional de trabalho como produtora de bens vitais à cotidianidade do capital e do trabalho na economia europeia e estadunidense. Após as independências esse processo sofre transformações que, não somente não resolveram os problemas históricos relativos à terra e ao trabalho na América Latina, mas principalmente

acentuam as mazelas dos sujeitos subsumidos a esse sistema, cujas heranças exigem uma reflexão sobre o presente-futuro nos limites civilizatórios do capital.

Tais transformações explicam o *como* e o *porquê* do próprio movimento desigual do desenvolvimento do capital em sua anárquica tentativa de organizar o mundo reorganizando as relações sociais internas próprias às nações. A constituição da economia capitalista mundial, centrada na dinâmica de movimento único ditado pelo capital financeiro monopolista, através de um sistema de produção-circulação internacional, reconfigura os esquemas de transferência de valor, da renda da terra e da subsunção formal-real do trabalho na lógica geral de funcionamento do capital.

Mandel reforça o fato da mudança substantiva da função social que a América Latina cumpre na divisão internacional do trabalho na transição definitiva do processo colonial ao das independências. Para ele, enquanto no período colonial a diferença na taxa média de lucro entre metrópole-colônia era mais lenta, no período de constituição dos monopólios isto se modifica o que permite que parte dos superlucros consolidados nas ex-colônias, seja apropriada pelos proprietários dos meios de produção nacionais. Em outros termos, o superlucro no período colonial era diretamente drenado pelas metrópoles, enquanto no imperialismo clássico a característica é a troca desigual. Essa inversão de forma secundária a forma principal da troca desigual consolida novos mecanismos de produção, apropriação de valor. Ou seja, (MANDEL, 1982):

Essa mudança está intimamente ligada a uma série de transformações estruturais da economia capitalista mundial e do movimento internacional de capital [...]. A transição realizada pelo imperialismo, do controle direto dos países subdesenvolvidos, com a generalização da independência política, possibilitou às classes governantes nativas financiarem ao menos parte dos custos indiretos da produção de mais-valia que antes tinham de ser cobertos pelo sobreproduto não capitalista apropriado por elas, a partir da própria mais-valia. (MANDEL, 1982, p. 245)

O que no período colonial forjava situações concretas distintas de apropriação de poder, na criação singular de valor, no final do século XIX constituem faces-contrafaces de um mesmo processo de produção de riqueza capitalista: a valorização do capital em escala mundial.

Conforme encontra-se em “Sobre a Dialética da dependência” (MARINI, 2011):

Forjada no calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, em um princípio contribuiu para o aumento do

fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, ampliaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho à criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a esta, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na engrenagem demográfica e administrativa tecida durante a colônia a um conjunto de países que entram a gravitar em torno da Inglaterra. (Tradução própria). (MARINI, 2011, p. 133)

Frente à criação subjetiva de uma liberdade e igualdade formais - cuja realidade é a de novos mecanismos violentos de escravidão -, a divisão internacional do trabalho constituída nos períodos anteriores torna a extração de sobretrabalho e de expropriação da terra em mecanismos cotidianos de produção e realização da taxa média de lucro no plano mundial. Nesse momento, a América Latina se torna independente para depender ainda mais das tramas de valorização do capital.

Sobre o tema da liberdade, Florestan em “Sociedade de classes e subdesenvolvimento” (2008) dá as pistas da formalidade discursiva de igualdade inerente à estrutura desigual do capital:

O que se concretiza como liberdade efetiva, no plano da ação e do pensamento reais, é a negação da própria liberdade do agente econômico (mesmo que ele seja um agente econômico privilegiado, como sucedeu com o senhor na economia colonial e neocolonial ou sucede no presente com o grande empresário). A liberdade é contida dentro dos marcos estabelecidos pelos vínculos de heteronomia econômica através da relação colonial, neocolonial e de dependência. (FLORESTAN, 2008, p.174)

Na economia dependente, a liberdade do agente econômico capitalista para explorar o “livre” vendedor da força de trabalho (sem terras e sem meios de produção) conduz a uma engrenagem cujo movimento real se desdobra fora do campo e em relação antagônico-complementar com a economia mundial. O fim do trabalho escravo, e mesmo o trabalho livre não assalariado anterior, dá substância a uma gênese estrutural que corrobora o sentido formal de uma liberdade condicionada a novas violentas formas de exploração.

A superexploração da força de trabalho expõe o movimento de gênese originário da economia latino-americana, cuja ideia de liberdade se ancora sobre as bases de uma sobrevivência miserável para a maioria à custa de uma política social que, ainda quando assista estes trabalhadores, jamais os permitirá reverter o processo que os conformou.

O nascimento da dependência, categoria analítica do particular processo de desenvolvimento latino-americano, funda-se nas bases da subsunção formal do trabalho no

campo e da constituição de uma classe proprietária de terras que a movimentava como mercadoria inerente ao metabolismo da produção-reprodução do valor.

Como explicitado no capítulo anterior, a dependência é definida por Ruy Mauro Marini como um processo histórico próprio inerente ao desenvolvimento do capital na América Latina em sua particular fase de relação de “autonomia” com o mundo. Vale reforçar: para Marini, o período colonial não demarca a dependência, e sim a subordinação direta às definições das metrópoles. Sem autonomia, relativa e condicionada, não há razão de sustentar a dependência. Esta se gesta junto com a conformação das nações na América Latina. Mas com esta precisão Marini não nega, a nosso ver, o papel da formação sociohistórica que a condiciona e define em seu caráter peculiar.

A dependência da/na América Latina expõe, no limiar dos desdobramentos do capital em geral e de suas diversas formas em particular, a nova fase madura a que chega o capital industrial que, ao viver crises de realização no final do século XIX, sob a hegemonia inglesa, motor do mundo, refaz a divisão internacional do trabalho e a reorienta sobre novas bases de extração de valor, acumulação de riqueza capitalista.

Na mesma linha argumentativa, Mandel (1982) define a substância da dependência nas particulares formas de extração de valor da força de trabalho na Europa e na América Latina, ao reiterar que:

A estrutura agrária específica da América Latina, ao contrário, desde o começo determinou um nível salarial muito mais baixo e um mercado doméstico muito mais limitado [...] O neocolonialismo ou neoimperialismo não muda essa diferença de desenvolvimento ou produtividade, assim como não elimina, de maneira alguma, a troca desigual. Ao contrário, as fontes de exploração imperialista metropolitana das semicolônias hoje fluem com mais abundância do que nunca. Houve apenas uma dupla mudança de forma: em primeiro lugar, a distribuição dos superlucros coloniais iniciou um declínio relativo da transferência de valor por meio da “troca desigual”; em segundo lugar, a divisão internacional do trabalho dirige-se lentamente para a troca de bens industriais leves por máquinas, equipamentos e veículos, além da troca desigual “clássica” de gêneros alimentícios e matérias-primas por bens de consumo industrializados. Mas, em última instância, a transferência de valor não está vinculada a nenhum tipo específico de produção material, nem a nenhum grau específico de industrialização, mas à diferença entre os relativos graus de acumulação de capital, de produtividade do trabalho e da taxa de mais-valia. Só se houvesse uma homogeneização geral da produção capitalista em escala mundial é que as fontes de superlucros secariam. Sem essa homogeneização, tudo o que muda é a forma do subdesenvolvimento, não o seu conteúdo. (MANDEL, 1982, p.259)

Minha tese sobre as origens da dependência atrela-se à formação sociohistórica da América Latina colonial. A terra – dos donatários latifundistas - e o trabalho no campo - do

índio e africano – baseados na subsunção formal, enraizada particularmente na metamorfose da mercadoria-valor-dinheiro em capital, dão a tônica das novas dinâmicas de desenvolvimento do capitalismo no continente.

A renda da terra, ancorada na produção para a exportação, e o trabalho livre, assalariado ou não, vinculado a ela, gera um tipo particular de protagonismo periférico ao capital latino-americano cuja composição no cenário mundial não lhe permite ser o definidor das tendências e contratendências da lei do valor, em plena era dos monopólios financeiros industriais. Assim, “o destino das semicolônias sob o sistema imperialista internacional assume sua forma mais trágica com a subnutrição cada vez maior dessas nações” (MANDEL, 1982, p.264).

Protagonista de segunda ordem, o capital latino-americano, dependente da dinâmica de extração de valor definida pelo capital monopolista central, imprime ao capitalismo dependente, processos próprios de violações e violências estruturais. Uma composição orgânica do capital, centrada no capital variável, em sua relação com economias centrais, cuja composição orgânica centra-se no capital constante (fixo e circulante), expõe o movimento desigual inerente à dinâmica única de produção do valor no século XX.

Na América Latina, a renda da terra, até então, absoluta e diferencial do tipo I e o trabalho livre do sujeito originário e do migrante forçado escravo africano consolidam a matriz do devir do desenvolvimento dependente. Das entranhas da terra e do trabalho no campo nascem a superexploração da força de trabalho e o latifúndio produtor de valor que se valoriza, elementos constitutivos de novas chibatas – política, cultural – que recaem sob o dorso da força de trabalho primeiramente enraizada no campo e após o século XX projetada também na cidade.

Sobre o significado da dependência, Ruy Mauro Marini (2011) e Florestan Fernandes (1981) nos brindam um excelente encontro categorial. Marini explicita os fundamentos da dependência baseado na lei do valor-trabalho de Marx e nas teorias do imperialismo de Lênin. Florestan nos fornece as explicações sociohistóricas da composição, na desigualdade, de um capital monopolista geral.

O processo dialógico entre esses dois pensadores latino-americanos nos fornece elementos mais amplos que, se estudados de forma isolada tendem a gerar a ausência recorrente de elementos cruciais à análise.

É importante reforçar este tema, uma vez que há uma tendência recorrente no pensamento acadêmico crítico latino-americano (e com mais ênfase na intelectualidade

brasileira de esquerda) de colocar em contraposição autores centrais para a análise marxista, em vez de propiciar o diálogo categorial entre eles. Este diálogo não impede posicionamentos divergentes. Mas reitera o compromisso com o rigor de apontar questões que abrem o desvelar categorial, em vez de emitir juízos de valores sobre seus respectivos pensamentos.

Nessa ode à preferência entre um ou outro, nasce uma tendência obtusa de enterrar alguns frente à mítica consagração de outros. Posiciono-me contrária a essa ode. A centralidade de captar a realidade tal qual ela se apresenta e esmiuçar no complexo de complexos a substância oculta na aparência do fenômeno, exige tarefas formativas-intelectuais mais amplas de estabelecer pontes, construir argumentos, projetar o novo, ancorados no histórico pensamento crítico clássico.

No debate da dependência, Florestan e Marini abrem passo à compreensão do contemporâneo processo de desenvolvimento dependente, atrelados a um passado presente, que tem condenado milhões de latino-americanos à mais degradante condição humana: a exclusão do acesso à terra e a venda da força de trabalho a preços abaixo de sua própria condição de sobrevivência.

Nos termos da crítica da economia política latino-americana de Marini (2011):

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela que se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, propor seu estudo no contexto mais amplo das leis do desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir, os graus intermediários mediante os quais essas leis se tornam específicas. É assim como a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser realmente entendida. (MARINI, 2011, p.78)

Florestan em seu texto “Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil”, que compõe o livro “Sociedade de classes e subdesenvolvimento” (2008), sustenta que:

Há uma diferença óbvia entre as economias centrais e hegemônicas e as economias periféricas e heteronômicas. Essa diferença consiste em que as segundas são caudatárias das primeiras e se organizam para beneficiar, de uma forma ou de outra, seu desenvolvimento. Por isso os vínculos, colonial, neocolonial ou de dependência indireta, traduzem-se na prática por uma inversão da realidade (como se a economia central se reproduzisse na economia periférica ao revés, para alimentar não o seu desenvolvimento mas o desenvolvimento da economia dominante). (FLORESTAN, 2008, p.174)

Para Florestan (2008) foram conformadas três influências decisivas típicas de um processo de desenvolvimento dependente que tende a conformar a matriz do desenvolvimento

desigual e combinado mundial. São elas: 1) a agricultura como célula, acumulação originária permanente, na constituição da acumulação de capital; 2) muito próxima ao que Ludovico Silva (2013) definiu como “mais valia ideológica”, em que Florestan reitera o caráter da mentalidade e comportamento conservadores do senhor de engenho na figura do capitalista com a permanência de sua raiz colonial de entesouramento; e 3) estratificação social do meio rural em que os trabalhadores do campo são duplamente saqueados na produção do excedente: para fora (mercado exportador) e para dentro, matriz de acumulação de capital dos capitalistas nacionais.

Esses elementos entrelaçados conformam a *dependência dentro da dependência*, uma vez que o campo é drenado pelo capital industrial-comercial urbano e pelo capital monopolista transnacional. Nas palavras do sociólogo brasileiro (FLORESTAN, 2008):

A dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro da fronteira, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais. Esses setores [...] Constituem o vasto contingente dos condenados do sistema, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso. (FLORESTAN, 2008, p.184)

Este é o fundamento sociohistórico da categoria superexploração da força de trabalho de Ruy Mauro Marini (2011), categoria que contribui no entendimento de que:

Uma vez convertida em centro produtor de capital, América Latina deverá criar, pois, seu próprio modo de circulação, o qual não pode ser o mesmo que o que foi engendrado pelo capitalismo industrial e que deu lugar à dependência. Para constituir um todo complexo, há que se recorrer a elementos simples combinados entre si, mas diferentes. Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial (Tradução própria). (MARINI, 2011, p. 56)

É muito interessante como a obra de Mandel não ganha capilaridade no debate intelectual latino-americano e brasileiro, uma vez que o autor sustenta as mesmas teses sobre o significado do subdesenvolvimento dentro da dinâmica geral da produção da lei do valor-trabalho de Marx⁵³. Em outras palavras (MANDEL, 1982):

⁵³ A página que socializa os principais escritos de Mandel - <http://www.ernestmandel.org/en/works/index.htm> - está traduzida a quatro idiomas. Entre eles não figura o português. Um sinal importante de que na dinâmica do subimperialismo brasileiro sobre América Latina, autores contemporâneos que se acerbam ao movimento real do capital no continente, seguem invisibilizados.

A força de trabalho barata foi descoberta e reproduzida sob condições das quais ainda estava ausente uma ampla divisão do trabalho, enquanto, ao mesmo tempo, a redução do valor da força de trabalho ao custo físico de sua reprodução impedia qualquer expansão da demanda efetiva e, conseqüentemente, qualquer ampliação do mercado interno [...] A acumulação de capital cristalizou-se internacionalmente como o desenvolvimento, por um lado, da indústria em larga escala nos países metropolitanos, caminhando no sentido de uma completa industrialização através de uma avançada divisão do trabalho e da inovação técnica; por outro lado, corresponde à implantação da produção de matérias-primas nas colônias, definida por uma divisão do trabalho interrompida ou estagnada, por uma tecnologia retardatária e uma economia agrícola pré-capitalista, bloqueando qualquer avanço sistemático da industrialização e reforçando e perpetuando o subdesenvolvimento. (MANDEL, 1982, p. 58)

A dependência e a superexploração da força de trabalho são entendidas como categorias analíticas que demonstram a nova fase de sucção das riquezas próprias ou produzidas no Continente. Originadas no período da invasão/conquista-colônia, suas formas se modificam para a manutenção de um mesmo conteúdo de apropriação privada de uma riqueza socialmente produzida com o fim mercantil no âmbito mundial.

Com as “independências” ocorridas na América Latina no século XIX, abre-se um novo capítulo da história da dominação do capital atrelada à lógica da troca desigual que expõe o atraso estrutural no processo de desenvolvimento destas economias intencionalmente engendrado pela lógica da acumulação de capital. Desde a perspectiva da teoria valor-trabalho de Marx citado por Mandel (1982, p. 40): “subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, quantitativamente (desemprego em massa) e qualitativamente (baixa produtividade do trabalho)”.

Em síntese, trabalhei os seguintes pontos conectados pela *cooperação antagônica*:

- 1) A acumulação originária como fundamento da acumulação capitalista e forma de ser do desenvolvimento capitalista dependente, gerou especificidades na posse da terra e no sentido do trabalho que compõem a totalidade da história do período mercantil-colonial;
- 2) A renda da terra demarcou o avanço do processo de produção mercantil, acelerou o ritmo da produção no campo, fundamentou o nascimento de uma classe parasita e definiu nas tramas do processo colonial, o sentido da posse vinculado ao latifúndio-monocultivo-trabalho escravo-livre;
- 3) A subsunção formal do trabalho, mecanismo de transição para o capitalismo ancorado na subsunção real, definiu desde o período colonial, um processo de produção latino-americano

calçado em um sentido de extração de sobretrabalho incapaz de transitar para a subsunção real sem apresentar-se como protagonista ao longo do desenvolvimento capitalista dependente;

4) A dependência deve ser entendida nos marcos dos desdobramentos do capital industrial. No entanto, sua gênese e desenvolvimento na América Latina demarcam problemas reais que suscitam ainda hoje dificuldades analíticas sobre o que se tem, e o que se quer. Portanto, o ponto de partida do estudo da dependência é a formação sociohistórica do continente, em que a acumulação originária deu vida a desdobramentos futuros orgânicos que explicitam a particularidade histórica na totalidade do movimento do capital.

Esses quatro elementos, conectados pela *cooperação antagônica*, definem nos marcos do capitalismo dependente as especificidades reais da luta pela terra na história do desenvolvimento latino-americano. A terra e o trabalho na América Latina do século XX demarcam uma história passada presente em que a expropriação da terra e os diversos mecanismos de superexploração da força de trabalho apresentam a raiz estrutural de problemas seculares. Estes processos constitutivos demarcam as reais dificuldades de luta em um território minado pelos desdobramentos do capital, ao serem narrados na história da luta pela terra.

Destaco uma vez mais: a dependência exige que estejam consolidadas as bases de uma autonomia política formal real em que as economias existam para si, ainda que subordinadas à dinâmica mundial do capital. Sem esses marcos formais reais, há uma negação direta sobre o poder ser, mediada pelo dever ser definido pelo poder metropolitano. A centralidade da política colonial sobre a dinâmica econômico-social-cultural das colônias delimitava a gestação embrionária da dependência, mas não lhe dava vida, dada a inexistência real de produção de valor organizada internamente para a acumulação de capital. Argumento fundamental para a compreensão do capítulo seguinte deste trabalho.

A economia que se consolidava na Europa, reduzia na política colonial, os desdobramentos do capital para si. Mas isto não significa que a acumulação originária, a renda da terra e a subsunção formal não estivessem operando para consolidar no interior das economias coloniais desdobramentos futuros de uma sociedade de classes baseada no capital. No momento em que o capital industrial necessita de um novo circuito para a resolução de suas crises e expansões, as “autonomias” expressas nas guerras de “independências” tornam-se um fato e o nascimento das Nações permite iniciar o processo de organização política de uma economia cuja função na divisão internacional do trabalho foi pautada para a produção de bens primários exportadores.

Através da *cooperação antagônica*, verifica-se o papel histórico que cumpre a América Latina na produção originária da riqueza capitalista no mundo e as consecutivas transformações que mantêm a hegemonia do modo de produção capitalista. Esta relação entre passado-presente da gênese e conexão destrutiva do capital entre as várias economias nos remete ao processo de desenvolvimento do capitalismo dependente ancorado na terra e no trabalho, fundamentos da superexploração e das opressões que a dão vida. Assim, as categorias apresentadas no marco histórico de gênese e desenvolvimento do capital são o palco do qual se extrai a sanguinária história da dependência na América Latina. As condições desiguais, para dentro e para fora das economias latino-americanas, expõem as violentas condições estruturais da particularidade que compõe a totalidade do movimento do capital. Ontem e hoje, a terra e o trabalho são a sustentação do movimento geral e particular do capital. No capítulo seguinte irei expor como o movimento teórico-histórico dos capítulos anteriores se materializa na história contemporânea da luta dos movimentos sociais do campo no caso específico do MST.

Em linhas gerais, o movimento proposto neste capítulo foi o de explicitar as bases histórico-teóricas que dimensionam o teor passado-presente da questão agrária na América Latina, como força que compõe de forma desigual e combinada com o capital em seu movimento catastrófico e anárquico geral. Processo que sintetizo didaticamente da seguinte forma:

QUADRO 1: Síntese didática categorial

CONTEXTO HISTÓRICO	CATEGORIA ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA	CATEGORIA RENDA DA TERRA	CATEGORIA SUBSUÇÃO FORMAL-REAL
Fase 1: (XV-XVIII): mercantilista-colonial	<i>Europa:</i> Gestação do capital industrial – processo de transição	<i>Europa:</i> mecanismo originado na transição, conformação de uma classe de proprietários de terra a ser remunerado pelos produtores de capital	<i>Europa:</i> Característica da transição do trabalho no campo para o trabalho na cidade.
	<i>América Latina:</i> Composição da gestação do capital industrial na Europa e conformação particular do sentido da terra e do trabalho – processo contínuo	<i>América Latina:</i> mecanismo contínuo na acumulação originária, dada a tendência permanente a acumulação por espoliação.	<i>América Latina:</i> característica do desenvolvimento contínuo das forças produtivas presentes-futuras

<p>Fase 2: (XVIII-XIX): capitalismo concorrencial -nascimento do capitalismo dependente</p>	<p><i>Europa:</i> acumulação de capital</p>	<p><i>Europa:</i> Transição para a renda absoluta e diferencial do tipo I para a renda diferencial do tipo II</p>	<p><i>Europa:</i> Desponta a subsunção real e a lógica de ampliação do uso da tecnologia na produção da mercadoria.</p>
	<p><i>América Latina:</i> produção de mercadorias sem autonomia que compõem a consolidação do equivalente geral na Europa</p>	<p><i>América Latina:</i> Supremacia da renda absoluta pertencente à Metrópole na figura dos donatários e da renda diferencial do tipo I. centralidade da produção para a circulação definida politicamente nos marcos da metrópole.</p>	<p><i>América Latina:</i> a subsunção formal parte integrante da política de drenagem da riqueza territorial pela metrópole, segue como a forma essencial da subordinação. O trabalho livre do sujeito originário e do migrante africano escravo compõem a dinâmica particular da exploração da força de trabalho na produção de riqueza na região.</p>
<p>Fase 3: (meados do século XIX e início do XX): imperialismo -capitalismo dependente</p>	<p><i>Economias centrais:</i> Acumulação de capital</p>	<p><i>Economias centrais:</i> Rendas absolutas, diferenciais do tipo I e II definidas na expansão de capitais no âmbito mundial, sob a hegemonia do capital industrial protagonista do desenvolvimento desigual e combinado.</p>	<p><i>Economias centrais:</i> A subsunção real demarca o teor do desenvolvimento das forças produtivas nas economias centrais e suas respectivas hegemonias na disputa intercapitalista na divisão internacional do trabalho. A subsunção formal não se apresenta mais como a força produtora de riqueza capitalista.</p>
	<p><i>América Latina:</i> Independências e nascimento da autonomia na transição da acumulação originária para acumulação de capital</p>	<p><i>América Latina:</i> Consolidação dos Estados nacionais, acumulação interna de capital e estruturação da economia primário exportadora, com a supremacia da renda absoluta da terra e da renda diferencial do tipo I</p>	<p><i>América Latina:</i> A subsunção formal do trabalho “livre” do colono, do exescravo africano migrante e do sujeito originário, conformam o fundamento da superexploração da força de trabalho.</p>

<p>Fase 4: (1970 em adiante): nova fase do imperialismo - intensificação do capitalismo dependente.</p>	<p><i>Economias centrais:</i> padrão de produção e acumulação de capital</p>	<p><i>Economias centrais:</i> Exportação de capitais e novas anexações coloniais, nos marcos do desenvolvimento desigual e combinado na sua fase madura.</p>	<p><i>Economias centrais:</i> a produção flexível, as crises, a tendência à queda da taxa de lucro, demarca a exploração, via subsunção real em outros territórios fora da própria economia.</p>
	<p><i>América Latina:</i> acumulação originária permanente na lógica do latifúndio monocultor e na superexploração da força de trabalho</p>	<p><i>América Latina:</i> Exportação de produtos primários, renda da terra com supremacia para a absoluta e diferencial do tipo I, e avanço da renda diferencial do tipo II com a agroindústria.</p>	<p><i>América Latina:</i> A subsunção formal articula-se com a subsunção real no campo e as disputas por recursos dão a tônica do esvaziamento destas regiões, da ocupação dos Estados Nacionais e da ampliação do exército industrial de reservas.</p>

Fonte: Desenvolvimento próprio.

CAPÍTULO 3. O CAPITALISMO PERIFÉRICO DEPENDENTE E AS PRÁXIS DO MST: DA ENCRUZILHADA NATALINO À ENCRUZILHADA DO PT

Mas depois que o desenvolvimento da própria luta de classes e de suas condições sociais levou ao abandono dessas teorias e à elaboração dos princípios do socialismo científico, não pode existir – pelo menos na Alemanha – socialismo que não seja marxista, luta de classes socialista fora da social-democracia. Doravante, socialismo e marxismo, luta de emancipação proletária e social-democracia são idênticos. Eis porque hoje a volta às teorias socialistas pré-marxistas nem mesmo significa mais a volta aos gigantescos sapatos de criança do proletariado, mas a volta aos chinelos minúsculos e gastos da burguesia. (Rosa de Luxemburgo, sobre o oportunismo na teoria e na prática, texto de Reforma social ou revolução? de 1899)

Este capítulo está ancorado nos anteriores e pode remeter, aos desavisados, a uma ideia de que é a parte mais “concreta” na relação com os textos anteriores, dados os elementos de conjuntura com os quais trabalharei. Ledo engano. Sua maior ou menor complexidade não está no fato de ser diretamente vinculado ao momento vivido. Está na captação do movimento da totalidade a partir do estudo detalhado das partes que o integram, ontem e hoje. Estas partes não são homogêneas, nem casuais. São heterogêneas e causais e estão conformadas pelo violento jogo do desenvolvimento desigual e combinado do capital. O estudo do momento presente exige uma reflexão acerca dos históricos mecanismos que condicionam a manutenção da ordem do capital sobre a terra e o trabalho na América Latina. Na aparência de movimento mais concreto, oculta-se a substância da dimensão dialética do movimento histórico das disputas entre o capital e o trabalho presentes no continente há mais de quinhentos anos.

Assim, mediado pelos dois capítulos anteriores, este capítulo assenta-se sobre os seguintes objetivos: 1) narrar a trajetória histórica dos trinta anos do MST, com base nos seus próprios documentos de formação, agitação e propaganda e demais instrumentos políticos; 2) vincular essa história à trajetória do desenvolvimento capitalista contemporâneo; e 3) explicitar os limites presentes da luta pela terra no Brasil, a partir das perversas trilhas neoliberais conduzidas pela frágil ideia do “neodesenvolvimentismo” que condicionou os movimentos sociais e sindicais a um retrocesso histórico sem precedentes na história da luta de classes brasileira.

3.1 Breve introdução sobre o passado-presente do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)⁵⁴ nasce no final dos anos setenta, vinculado à Pastoral da Terra, como resultado histórico de longos processos da luta de classes no campo brasileiro. É herdeiro dos povos originários, quilombolas, posseiros, meeiros, colonos. Expressão, assim, das mais diversas formas de “lutadores sociais” que resistiram à história dos massacres e das opressões originados na gênese da propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho no Brasil.

Nas palavras de Stédile, dirigente do MST, no texto da cartilha de estudos, comemorativa dos vinte anos do Movimento (MST, 2004):

Somos filhos do povo brasileiro. Temos nossos antepassados, pais, avôs na vida do povo brasileiro. Assim, só existimos hoje porque, antes de nós, o povo brasileiro realizou outras formas de organização e de luta por justiça no meio rural. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela conquista da liberdade, quando fugiam e constituíam os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses, com alguns deles se transformando em verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado e Caldeirão. E muitos outros, não registrados pela história oficial da classe dominante: houve, com certeza, muitas lutas nos cafezais, nos canaviais, nos engenhos, e por esse sertão afora. Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas organizações nacionais a partir da década de 1950, e depois massacrados pela ditadura militar, como [...] as Ligas Camponesas, o Master. Somos frutos de muitas reflexões. Somos frutos da teorização de muitas experiências de lutas que nos antecederam, dos movimentos camponeses do Brasil ou de movimentos camponeses da América Latina. (MST, 2004, p. 45-46)

O processo de gênese e desenvolvimento do MST é inerente às contradições de execução do projeto de modernização conservadora na América Latina. Projeto este, que desde os anos 1930, fundou as bases da primazia da indústria sobre a agricultura e da cidade sobre o campo e relegou os camponeses à marginalização e precarização ainda mais intensa, além de intencionalmente invisibilizar as lutas sociais decorridas naqueles espaços no processo de formação das gerações futuras.

A história do MST se mescla, na perspectiva urbana do progresso brasileiro, com o anúncio, via ideologia do desenvolvimento, da “morte” do mundo rural, encarnada na ideia de

⁵⁴ O site do MST disponibiliza parte expressiva dos materiais produzidos pelo Movimento ao longo dos trinta anos. As edições dos jornais e das revistas sem terra e os documentos históricos estão todos disponíveis para consulta e estudo. É um excelente exercício de compreensão da práxis inerente ao processo de formação da consciência.

nascimento da modernização. Isto é importante destacar porque, uma vez que as lutas no campo se intensificam, a perplexidade da população em geral sobre essa luta particular ganha os contornos de preconceitos instituídos pelo capital sobre o imaginário dos “atrasados” sujeitos do campo. A projeção desta imagem se desdobra, nos tempos seguintes, na encarnação mítica e violenta sobre o perfil construído para estes “novos personagens”, consolidados pela propaganda midiática dos representantes do capital como criminosos, quando em realidade são referências presentes de um passado arraigado em lutas contestatórias permanentes⁵⁵ (SADER, 2001).

A ideologia do desenvolvimento capitalista prima por consagrar uma concepção dual sobre a morte (campo) e a vida (cidades industriais) como desdobramentos da modernização do capital. A intencionalidade mercantil é a de tornar a luta cotidiana dos povos ora invisível, ora popularmente julgada como crime a ser castigado pelo Estado de direito ou pela justiça com as próprias mãos.

A ideologia do desenvolvimento capitalista dependente é a mesma ideologia racista, patriarcal, conservadora. Para que ela se apresente como portadora da “verdade” sobre o nascente “mundo novo” proposto pelo capital - de orquestração de sonhos cuja materialização é a do consumo desmedido -, é necessário criar o mito do criminoso, do atrasado, do pervertido. Ela é excessivamente violenta, pois materializa no presente recente a história da dominação colonial marcada nos corpos dos trabalhadores a ferro e a fogo, e na terra pela matriz da propriedade privada em várias formas desde seu nascimento. A violência estrutural anterior e presente no capitalismo dependente latino-americano está encarnada na posse privada da terra e nas diversas formas de exploração da força de trabalho desenvolvidas pelo capital no continente, com vistas à transição, desenvolvimento e maturidade violenta de seu domínio.

Mandel, ao tratar o tema da ideologia na fase do capitalismo tardio, reforça o seguinte (MANDEL, 1982):

A deformação gritante do desenvolvimento urbano a partir da Revolução Industrial é o produto inequívoco de condições sociais: propriedade privada da terra; especulação de bens imóveis; subordinação sistemática do planejamento urbano ao desenvolvimento dos “setores de crescimento” da indústria privada; subdesenvolvimento geral dos serviços socializados. Essas condições societárias, longe de serem controladas ou neutralizadas por

⁵⁵ Esse tema nos remete ao passado colonial cujas raízes violentas de territorialização do poder Europeu definiram, sobre a terra e o trabalho dos povos originários ou migrantes forçados, a forma-conteúdo da brutal dominação desumanizadora, coisificadora, conforme analisado nos capítulos anteriores pelas categorias opressão, superexploração, acumulação primitiva, subsunção formal e renda da terra.

qualquer lógica técnica, determinaram por sua vez subdesenvolvimento tecnológico – com o atraso dos métodos industriais na construção civil, por exemplo – e desenvolvimento anormal (conjuntos de prédios enormes, cidades-dormitórios etc). (MANDEL, 1982, p.354)

Os sem terras, como os povos originários, os forçados migrantes africanos e os camponeses colonos europeus apresentam-se na realidade urbana, primeiro como mito, depois como cultura, movimento a ser combatido. E no mito encarnam o mal frente ao desenho midiático da figura do bem. Essa é uma luta cotidiana, histórica e real. Levantaram-se muros na consciência dos povos latino-americanos cuja raiz do preconceito com os trabalhadores e as trabalhadoras camponeses, africanos migrantes e povos originários expõem as mazelas históricas de um povo (urbano) que não se reconhece como herdeiro desses pares, que não os reconhece como lutadores dignos. Foi a educação ideológica burguesa forjada para a segregação, limpeza social a ser feita contra os trabalhadores do campo e da cidade.

Reitero que a ideologia do desenvolvimento sedimentou as raízes históricas na percepção sobre o “belo”, o “moderno” e o “civilizado” (ECHEVERRÍA, 2000, 2000a; MARCUSE, 2001). Processo este que negou a diversidade, as raízes dos povos originários e dos africanos migrantes forçados e forjou, na diferença, a negação da miscigenação. Este seria um dos traços marcantes no momento contemporâneo do que fundamenta os laços inerentes ao capitalismo dependente latino-americano da herança colonial: o aprisionamento da terra e do trabalho em formas muito particulares cujo conteúdo pautava-se na transição fora da América Latina para um particular modo de produção ainda mais violento que os anteriores.

Gorender, em “A escravidão reabilitada” no cotidiano, reforça este traço presente na história viva da violência servil no Brasil. Nas palavras de Gorender (1991):

A resistência à coação diária, à violência e à própria condição servil fazem parte da adaptação. A resistência não constituía momento distinto acoplado a outro momento distinto subsequente, conforme propõe o binômio resistência e acomodação. A resistência fazia parte intrínseca da adaptação, era necessidade incessante para o escravo, como o ar que respirava. Só assim impedia que a coisificação social do seu ser, imposta pelo modo de produção, se convertesse em coisificação subjetiva. (GORENDER, 1991, p. 35)

Assim, a luta do MST, quando nasce, insere-se em uma cotidianidade de “progresso” em que não cabe mais, na projeção do capital, sem terras, sem tetos, desterrados da terra. Situação de desterro da qual brota terminantemente sua resistência e luta. A dominante perspectiva do desenvolvimento em plena era de reestruturação mundial, que culminou no

advento neoliberal, incidia de forma ainda mais voraz sobre o trabalho e o Estado, a partir da reformulação das regras da produção-circulação das mercadorias. A terra foi aos poucos se transformando em um valioso mercado futuro especulativo e o trabalho vinculado a ela voltou a ser atrelado às históricas formas não capitalistas de um conteúdo de produção de excedente expressamente maduro. O assalariamento formal, antes responsável por pressionar para baixo a taxa média salarial abaixo do valor mínimo necessário à reprodução social do trabalhador e de sua família foi novamente pressionado pela flexibilização trabalhista que, no caso específico do trabalho no campo, significou sempre diversos tipos de migração forçada - “boias frias”, trabalhadores temporários e trabalho escravo individual e familiar.

No momento em que o desenvolvimento capitalista dependente gesta a condição neoliberal como forma de contrarrestar seu histórico conteúdo de tendência à queda da taxa de lucro, a situação concreta dos trabalhadores do campo exige uma contestação que se apresenta através de vários Movimentos Sociais, entre eles o MST. Este é o resultado de um processo histórico em que a terra e o trabalho são a raiz do desenvolvimento desigual e combinado em geral e do capitalismo dependente em particular.

No valor de troca da vida mercantil, o valor de uso dos sujeitos que vivem da venda da força de trabalho foi literalmente subsumido e medido pelos tons da extração de mais-valia. A objetivação do sujeito e subjetivação do objeto é vendida pela ideologia do desenvolvimento capitalista nas economias dependentes como a nova razão de ser do sentido do trabalho nos séculos XX e XXI. Apresenta-se, na dialética do desenvolvimento, o MST como contraponto à histórica condição de violência emanada da propriedade privada da terra e dos vários mecanismos de extração de valor vinculados a ela no continente, desde o trabalho escravo dos africanos e povos originários até a produção do trabalho livre antes mesmo de ser assalariado, como tratei no capítulo anterior.

O venezuelano Ludovico Silva, em “A mais-valia ideológica”, analisou de forma instigante e perspicaz o tema da relação indissociável entre a mais-valia no âmbito da produção e a mais valia ideológica como sua contraface no âmbito da superestrutura. Nas palavras deste autor (SILVA, 2013):

Entre a realidade material e a realidade espiritual que dizemos análogas existe sim uma determinação, pois a realidade material, que se explica como estrutura social, determina dialeticamente as formações ideológicas. De fato, se estabelece um diálogo entre ambas realidades, uma indeterminação, pois a ideologia pode, por sua vez, incidir decisivamente sobre a estrutura social. (SILVA, 2012, p. 154)

E continua:

Assim como o trabalho material é um valor do qual pode extrair-se, nas relações capitalistas de produção, uma mais-valia; do mesmo modo, na “produção da consciência” (Marx), existem valores dos quais é possível extrair mais-valia. O capitalista se apodera de uma parte do valor da força de trabalho que, na realidade, pertence ao dono da força de trabalho; do mesmo modo, o capitalista – através da comunicação de massa e da “indústria cultural” – se apodera de uma boa parte da mentalidade dos homens, pois insere nelas todo tipo de mensagens que tendem a preservar o capitalismo. (SILVA, 2013, p. 156)

A dependência dentro da dependência na América Latina demarcou uma ideologia dominante assentada na ideia de “modernidade” inerente ao desenvolvimento urbano industrial. Processo que estrategicamente tentou tornar pretérito o que segue como substantivo: a terra e o trabalho vinculado a ela na estrutura internacional do desenvolvimento desigual e combinado (MANDEL, 1982; FLORESTAN, 2008).

Muitas águas rolaram nos processos de desenvolvimento decorridos da grande crise capitalista de 1929 em diante em que o protagonista do imperialismo, o capital financeiro monopolista internacional, delimitou, nas crises abertas por sua tendência à queda da taxa de lucro ao longo do tempo, novas formas particulares de extração de valor. A divisão internacional do trabalho foi repaginada e o sentido da periferia na nova fase do capital transformou-se no receptor, com uma soberania velada, dos capitais exportados a preços altos a partir do Norte.

A história em movimento após o período que vai da Primeira Guerra Mundial ao fim da Segunda reconfigurou a divisão internacional do trabalho a partir da projeção da exportação massiva de capitais para as periferias e constituiu, em suas bases, novas formas para históricas construções sobre a noção de “desenvolvimento”. A partir de 1930, desenvolvimento, na lógica do capitalismo dependente, passa a ser sinônimo de modernização/progresso e a industrialização, centrada nas grandes cidades, vira o tema-meta dos principais debates intelectuais e políticos coordenados nas periferias a partir dos centros.

Na América Latina, a responsável pela concretização deste ideário foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, a CEPAL teve o papel de fazer um diagnóstico sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontravam as economias do continente. O argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado foram dois de seus principais expoentes nos anos 1940, tendo, ambos, participado da vida política de seus respectivos países.

É interessante como a prática política do pós-guerra potencializou a execução concreta da industrialização substitutiva de importações, processo que depois, consolidaria os principais referenciais teóricos do desenvolvimento na América Latina.

Cabe ressaltar que a CEPAL não nasce com autonomia decisória dos governos da América Latina, visto que, vinculada à ONU, imperam sobre ela os poderes mandatários da hegemonia dos Estados Unidos. Hegemonia traçada pelo poder de sua moeda, o dólar, de suas mercadorias – grandes corporações exportadoras de capital para todo o mundo - e, essencialmente, da projeção do estilo de vida e de consumo estadunidense para o mundo. Além das bases militares no continente, projeção cabal de sua irradiação coercitiva sobre a América Latina.

Seu nascimento se insere em uma fase do imperialismo clássico de posicionamento hegemônico do capital financeiro entendido, nos termos de Lênin (2012), como a fusão entre o capital bancário e o capital produtivo. Processo que consolida a era da oligarquia financeira mundial. Ao nascer vinculado a um contexto histórico de supremacia dos monopólios financeiros, o debate de autonomia, soberania e mercado interno nacional, ancoram-se sobre as bases da direção dada pela própria relação hegemônica do capital.

Nesse sentido, um estudo aprofundado sobre a perspectiva de desenvolvimento histórico da CEPAL nos ajudaria a entender o processo de conformação e avanço desta perspectiva à luz de suas diferenças e aproximações com os demais organismos da ONU criados na mesma década, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), de 1944. Estudos que nos permitiram vislumbrar em que medida a heterodoxia do pensamento keynesiano⁵⁶ do nascimento da CEPAL foi, ou não, aos poucos se aproximando do receituário monetarista inerente ao FMI e ao BM nas décadas posteriores ao seu surgimento.

Minha tese é de que o “neodesenvolvimentismo” apregoado pelos atuais defensores brasileiros da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), narra o encontro político-ideológico de duas escolas que, na aparência de serem diferentes nos anos 1940 definiram após os anos 1980, uma mesma narrativa/condução de desenvolvimento para os países da América Latina. Sob a determinação hegemônica do poder dos Estados Unidos sobre o continente, os desdobramentos das crises do capital, após os anos 1960, geraram uma metamorfose na

⁵⁶ Keynes em seu clássico livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicado em 1936, foi o mais importante expoente do pensamento econômico burguês do século XX. E sua teoria fundamentou, na crítica ao liberalismo clássico e à concepção neoclássica, um referencial de intervenção estatal que foi defendido pelos ideólogos da CEPAL. Por pensamento keynesiano se entende a concepção de desenvolvimento ancorada na regulação estatal, no controle do capital especulativo com primazia do capital produtivo e nas ações do Estado no controle da moeda.

compreensão dos bloqueios e superações para o desenvolvimento que aproximaram estas duas correntes. Assim, foi a própria reestruturação do capital que gerou o nacional desenvolvimentismo, o desenvolvimentismo na fase autoritária e na posterior consolidação da era neoliberal.

Da década de 1930 até o final da década de 1960, o debate do desenvolvimento foi vinculado à perspectiva da industrialização, via substituição de importações, na América Latina e às reformas políticas pontuais que, gradativamente, superassem o atraso do continente nas relações econômicas internacionais. Atraso este demarcado pela diferença entre os preços dos produtos primários da América Latina na sua relação com os preços dos produtos industriais das economias centrais. A histórica tese da deterioração dos termos de troca da CEPAL que, na crítica ao receituário das vantagens absolutas e comparativas de Smith e Ricardo, desenhou-se como originária na perspectiva de desenvolvimento no continente (BIELSCHOWSKY, 2000; PREBISCH, 1968; RODRIGUEZ, 1981; FAJNZYLBER, 1983).

Mas foi na década de 1960 que os resultados concretos da implementação da industrialização em economias estratégicas do continente latino-americano como o Brasil, o México e a Argentina, que os resultados demarcaram a tônica do segundo forte debate acerca das vias do desenvolvimento no século XX: o debate da dependência. Debate demarcado pelo cenário autoritário das ditaduras militares no continente. Este processo delimitou, sob a força militar dos Estados Unidos, uma política de controle e ação geo-política e geo-militar sobre o continente.

A dependência, como salientado no capítulo anterior, foi demarcada por três perspectivas muito distintas – interdependentista⁵⁷ de Fernando Henrique Cardoso, desenvolvimentista da CEPAL e desenvolvimento desigual e combinado de Marini (1983; 1994; 1978), Dos Santos (1978, 1987), Bamberger (1983, 2013) e Frank (1973, 1973a) - que se estruturavam nas bases históricas de um mundo cindido pelo capitalismo-comunismo, e expuseram leituras diferentes sobre a concepção de desenvolvimento. Através do antagonismo de classe manifesto nestas três distintas vertentes, o debate da dependência narrou, ao longo da trajetória histórica dos intelectuais envolvidos, posições políticas rivais sobre o poder e suas estratégias de lutas, derrotas e êxito no continente⁵⁸.

⁵⁷ Termo utilizado por Cardoso para explicitar a fase contemporânea do capitalismo do pós Segunda Guerra e enfatizar a necessidade de relação inovadora entre capitais tecnologicamente avançados por todos os territórios.

⁵⁸ Para os que estudamos a Teoria Marxista da Dependência no século XXI há muitas reflexões acerca da inclusão da CEPAL na escola da dependência, dada sua originária formulação dos anos 1940 que culminou em

Estes três grupos conformaram fortes escolas do pensamento social na América Latina. Especificamente no caso brasileiro, os dois primeiros – as ideias de Fernando Henrique Cardoso e a perspectiva da CEPAL - tiveram uma projeção inquestionável frente a uma persistente inexistência de discussão ancorada na análise da vertente marxista da dependência. Isto nos mostra o alcance real na compreensão do debate acerca do desenvolvimento e a dificuldade de romper com as perspectivas históricas que desenhavam a via capitalista como única a ser conduzida. Nesse sentido, a hegemonia destas duas escolas relata a sua vez o porquê da invisibilidade da terceira (OLIVEIRA, 2003).

Mandel, em “Tratado de Economia Marxista” (1974), ao referir-se a esse período do capitalismo, reforça que:

A propaganda em favor da “ajuda aos países subdesenvolvidos” se reveste de um sentido particular: A exploração contínua do “terceiro mundo” pelos países imperialistas com força cada vez maior, ilustrada especialmente pela deterioração dos termos de troca. Mas esta deterioração arrebatou aos países subdesenvolvidos os meios de comprar um volume crescente de bens de equipamentos dos países metropolitanos. A “ajuda” aos países subdesenvolvidos intervém para reforçar o crescente déficit do balanço de pagamentos destes últimos – e conduz em última instância a uma redistribuição dos lucros no seio da burguesia imperialista -, a favor dos setores monopolizados que exportam bens de equipamentos à custa dos antigos setores (têxteis, carvão, etc.), em milhões de dólares. (Tradução própria) (MANDEL, 1974, p.99)

A oposição capitalismo versus comunismo demarcou para a história do pensamento social crítico brasileiro um posicionamento hegemônico dentro das ciências sociais que negou o debate acima relatado, freou discussões e invisibilizou intelectuais exilados por muito tempo. E com isto, formou gerações dos 1970-1990 desconhecedoras de tais posicionamentos. O impacto disto no pensamento crítico brasileiro contemporâneo é intenso. Há uma parte da intelectualidade brasileira formada no desenvolvimentismo, que resiste em entender a fundo a perspectiva marxista em questão e insiste em negar a importância histórica e presente dos pensadores marxistas da dependência. É como se, em pleno século XXI, estes autores continuassem vivendo um exílio forçado. Contudo, desta vez, tal exílio é garantido também por uma parte dos pensadores que se apresentam como esquerda, mas cuja práxis cotidiana coloca permanentemente em xeque dita condição.

todo o debate. Particularmente penso que, apesar de não se apresentar como uma terceira vertente no século XXI, no final dos anos 1960 ainda expressava um caráter diferenciado.

No cenário do debate da dependência do período militar, o MST expõe a história dos condenados da terra e abre- nas fendas da superexploração da força do trabalho e da concentração-centralização do capital em geral e no campo em particular - um sendeiro de lutas em um sentido contraditório: 1) Por um lado, inspiram vários sujeitos sedentos por outro projeto societário; 2) Por outro lado, provocam violentas reações do seu principal oponente de classe: o capital monopolista financeiro, nacional e internacional, organizado fora e dentro das estruturas jurídico/políticas do Estado.

Desde o primeiro encontro nacional realizado em 1984, a ação do Movimento pode ser definida como voltada para dentro, para o próprio campo, em uma dinâmica de organização e estruturação do que, aos poucos, transformar-se-ia em um movimento latino-americano e internacionalista. Entretanto, nos anos de 1990, o MST ousa tornar a “Reforma Agrária: uma luta de todos!”. Com isto atrai para si e para sua luta uma potencialidade que vem do refluxo das lutas dos trabalhadores assalariados e da direção sindical e que vem também da sua perspectiva de manter a ideia de projeto político para o Brasil. O Movimento faz avançar sua luta (corporativa) através da sua projeção como organização de/da classe. Momento expressivo em que surgem várias organizações nas cidades como forma de luta integrada à do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) são alguns destes exemplos.

Caracterizo a primeira década de atuação do MST como uma década mais intimista, mas com resultados essenciais do que se projetaria para frente. Tipicamente camponesa, vinculada à igreja, a primeira década de desenvolvimento do MST expõe um perfil camponês assentado em uma história de batalha pela sobrevivência e pela necessidade de exposição sobre uma situação marcada pela ausência de políticas públicas para os trabalhadores do campo. A ausência do Estado demarcada pela afirmação da força política e econômica dos latifundiários, ex-donatários, ex-capitães hereditários.

Na década de 1990, frente à ofensiva neoliberal, momento em que se acirram as ocupações de terras no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o MST se apresenta como um dos mais instigantes movimentos em luta no Brasil. Situação que ao mesmo tempo o debilita por criminalizar e judicializar sua luta e o potencializa como fenômeno social despontando.

O MST como novo personagem, ao entrar em cena, abre esperanças de mudanças para vários intelectuais no país e no mundo. Em diversas áreas do conhecimento e diferentes expressões políticas, favoráveis e contrárias às suas ações, o MST apresenta-se, de fato, nos

anos 1990 como contestatário, ousado e representante de uma nova fase de lutas aberta no campo e na cidade por todo o Brasil.

Na luta pela terra e pelo trabalho vinculado a ela, a trajetória do MST explicita fatos históricos de um processo imerso no acirramento dos conflitos entre o capital e o trabalho, cujo palco é a luta de classes. Passou, portanto, a uma segunda fase em que saiu do intimismo, chegou a várias localidades, intensificou sua tática de territorialização via práxis de ocupação por todo o Brasil, o que posteriormente se torna pauta de luta de diversas organizações, e projetou nas cidades formas de diálogo e alianças. Nessa segunda fase, no bojo do período neoliberal, sua produção alternativa ainda não ganhou força e sua luta foi demarcada pela melhoria das condições de vida no campo. Milton Santos em sua obra “Território globalização e fragmentação” destaca a importância em compreender como as particularidades se estabelecem nos territórios, ou “[...] num mundo assim feito, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entendê-las, para poder transformá-las” (SANTOS, 1994, p. 109).

Trato aqui da ocupação concreta de terras. Evidentemente, toda ocupação expõe as complexas dimensões da objetividade e subjetividade inerentes ao processo. A ocupação como práxis, ainda que aparente ser o momento mais “pé na terra” do Movimento, mais camponês, carrega em si mesma complexas determinações que materializam o complexo de complexos inerente à luta de classes. Ou seja, mais do que uma ocupação entendida como a entrada em um território demarcado pela propriedade privada sem função social da terra que o capital define como “invasão”, a práxis da ocupação do MST apresentava-se como um processo histórico de luta, resistência e formação em movimento.

A práxis da ocupação envolve contestação direta à ordem do capital, uma vez que expõe as condições estruturais da propriedade privada da terra e da subsunção formal e real do trabalho vinculado a ela. Na condição de sem terras e sem trabalhos, os camponeses ocupam vários universos materiais e simbólicos e instituem, dentro da ordem do capital, processos que se entrecruzam na violência de respostas deste sobre aqueles, e na solidariedade dos trabalhadores de vários espaços e territórios com esta luta. Ao ocupar a terra, o MST movimenta múltiplas bases que “cercam” a possível história emancipadora da classe trabalhadora brasileira a partir do campo.

Nesse sentido, através da ocupação apresenta-se uma organicidade viva e própria que demarca outro sentido para a terra e o trabalho vinculado a ela. A ocupação assenta nas terras até então “paradas” pelo latifúndio improdutivo, um movimento rumo à produção de vida que,

na sobrevivência desses militantes moradores de lonas pretas, consolida um modo próprio de reconstruir o chão, enquanto reconstróem a si mesmos. Escolas, brigadas de formação, segurança, sociabilidade. Dentro da ocupação levanta-se uma cidade estruturada desde outro lugar, para outros fins. Mas segue invisível aos olhos de grande parte da população que, quando os vê narrados pela grande mídia conservadora do capital os mantêm condicionados à ideia de “pobres, marginais, criminosos”.

A ocupação e o uso da terra pela sua função social, entendida como um movimento da práxis, manifestam várias ações dentro de sua reação ao capital: 1) ocupação e uso da terra (José de Souza Martins, 1989; Horácio Martins, 2005); 2) confronto com os donos da terra e seus representantes armados (Fernandes, 2000); 3) confronto com o Estado de direito (Osório, 2014); 4) confronto com os canais de agitação e propaganda do capital; 4) construção de identidade na luta (Thompson, 1989); 6) privações e aprendizagens inerentes à luta (Caldart, 1997); 7) vitórias, derrotas, ensinamentos do teor dos conflitos na prática dos sujeitos (Scott, 2000); 8) convívio, cuidado e vigilância constantes em meio à situação aberta de conflito (Fernandes e Stédile, 1999), entre outros.

O Movimento projeta a aliança de classe como forma de ruptura da cerca da invisibilidade, entendida como ação violenta de dominação à custa da venda midiática da ideia do outro como “bárbaro” – nesse caso particular, os sem terras -, “criminoso”, orquestrada desde cima pelo capital no exercício de seus podres poderes. Na implementação de sua estrutura econômica, o capital tornou imprescindível a fixação das bases culturais míticas sobre a ideia de campo “atrasado”, “pobre” e fadado à exclusão.

Com o MST, a luta pela terra e o debate da reforma agrária retornaram à pauta das discussões sociais no Brasil. Isto apresentou, em meio à disputa ideológica protagonizada pelos meios de comunicação, ao Brasil duas versões sobre o MST: 1) a do capital que o tem como um dos inimigos principais cuja narrativa moderna encarnou problemas inerentes à formação histórico-social do país e expôs os lutadores do campo como a encarnação do atraso, da pobreza e do esgotamento deste Brasil rural dos excluídos; e 2) a dos trabalhadores sem terras, em longas marchas, em que a história contemporânea da luta dos trabalhadores do campo ganhou as ruas das cidades e dos territórios e, através do debate e da solidária relação estabelecida, colocou-se em debate o modelo de desenvolvimento. Ao relacionar-se diretamente com os trabalhadores urbanos, o Movimento abriu caminhos problematizadores, no encontro de saberes, sobre os impactos do processo neoliberal.

Neste período de articulação e aliança de classe, de saída do intimismo e visibilidade coletiva da luta, nasceu o hino do MST. Letra produzida pelo militante Ademar Bogo e musicalizada pelo compositor comunista Willy de Oliveira no final da década de 1980 (MST, 2016):

Vem, teçamos a nossa liberdade/braços fortes que rasgam o chão sob a sombra de nossa valentia/desfraldemos a nossa rebeldia e plantemos nesta terra como irmãos! Vem, lutemos punho erguido/nossa força nos leva a edificar/nossa pátria livre e forte/construída pelo poder popular. Braço erguido, ditemos nossa história/sufocando com força os opressores/hasteemos a bandeira colorida/despertemos esta pátria adormecida amanhã pertence a nós trabalhadores! Nossa força resgatada pela chama/da esperança no triunfo que virá forjaremos desta luta com certeza/pátria livre operária camponesa/nossa estrela enfim triunfará! (MST, 2016, p.1)

A década de 1990 foi, para o MST, de aprendizado relacional de classe, de caminhada rumo à socialização dos encontros, de politização da luta, de afirmação do projeto. Em meio às políticas neoliberais do Consenso de Washington (1989)⁵⁹ - cujos representantes da modernidade neoliberal se perfilavam como guardiões da nova fase de desenvolvimento industrial com abertura de fronteiras e organização direta pelo capital monopolista internacional financeiro no território latino-americano - a formação política do MST ganha as cidades. O Movimento articulou-se com trabalhadores urbanos e apresentou a luta pela terra como integrada à luta por outro necessário/viável modelo de desenvolvimento. E ganhou, a partir disto, um papel central na história da luta de classes na América Latina. Através da luta no campo, o Movimento chegou às cidades e reestruturou o debate sobre a terra, as ocupações, e os “sem terras”, “sem tetos”, “sem trabalho”, resultantes da dinâmica histórica do capital.

No entanto, foi no nascer do novo século XXI que a história do MST, ao longo de uma trajetória de lutas, retomou novos conteúdos condicionados às históricas encruzilhadas: a luta pela terra na era dos governos “progressistas”. No período de gestão do Partido dos Trabalhadores no Brasil e de levantes políticos progressistas na América Latina, o MST entrou em um processo de esperanças de transformação, realizou pactos políticos com o Governo, institucionalizou parte de suas pautas. Recuou no tema das ocupações e enfrentou uma reviravolta na política agrícola de manutenção da ordem ao invés de superação da

⁵⁹ Sobre o tema do Consenso de Washington, sugiro o livro de Nilson Araújo de Souza, sob o título. “Economia Internacional Contemporânea”. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

mesma. Com a mudança de governo - do PSDB para o do PT - o MST deixa de lado a perspectiva de enfrentamento – que dinamiza e nos torna “classe em luta”, – Thompson (1989) – e, na construção da aliança governamental, cria novos sentidos de organização social sem luta à espera das políticas sociais para o campo.

Na letra da música de Zé Pinto (2002), “Caminhos alternativos”, visualizamos o entendimento da leitura anterior da produção dos trabalhadores sem terras que foi paralisada com a vitória do governo petista:

Se plantar o arroz ali/se plantar o milho acolá, um jeito de produzir/prá gente se alimentar. Primeiro cantar do galo/já se levanta da cama, e o camponês se mistura/a terra que tanto ama. Amar o campo, ao fazer a plantação/não envenenar o campo é purificar o pão. Amar a terra, e nela plantar semente/a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente. A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente. Choro virou alegria/a fome virou fartura, e na festa da colheita/viola em noite de lua. Mutirão é harmonia/com cheiro de natureza, o sol se esconde na serra/e a gente acende a fogueira. Amar o campo, ao fazer a plantação/não envenenar o campo é purificar o pão. Amar a terra, e nela plantar semente/a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente. A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente. Quando se envenena a terra/a chuva leva pro rio, nossa poesia chora/se a vida tá por um fio, e ela é pra ser vivida/com sonho, arte e beleza, caminhos alternativos/e alimentação na mesa. Amar o campo, ao fazer a plantação/não envenenar o campo é purificar o pão. Amar a terra, e nela plantar semente/a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente. A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente. (PINTO, 2002, p. 4)

O século XXI trouxe para o MST problemas concretos relativos à dialética autonomia-dependência no bojo da institucionalização que protagoniza, o que exigiu a eleição política de caminhos. Antes disto, protagonizou lutas importantes na unidade com a cidade e com os demais Movimentos Sociais do campo. Destacaram-se a luta contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (VALE), 1997, o plebiscito contra o pagamento da dívida externa em 2000, a Campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 2002, a ocupação da Aracruz pelas mulheres em 2007, a campanha contra os agrotóxicos em 2012, entre outras.

Na dialética do desenvolvimento do capitalismo dependente, o MST entra em uma terceira fase, de acomodação à ordem da gestão petista. E na inflexão via institucionalização - movimento de ocupação de cargos nos estados e de estreitamento com o Governo Federal na organização de pautas reivindicativas para políticas sociais no campo como o Programa de Aquisição de Alimentos; Programa minha casa, minha vida -, as experiências continuaram, contraditoriamente, ditando o ritmo de vários movimentos dentro do Movimento. Enquanto uns assentamentos fazem a transição da matriz produtiva centrada na produção sem

agrotóxico, outras experiências nos assentamentos efetuem a expansão da integração ao agronegócio e à venda para o mercado. Em alguns espaços o Movimento se levanta contra as estruturas políticas locais, em outros as fomenta ao mesmo tempo em que é subsidiado por elas.

Como todo sujeito político de práxis, o Movimento fez uma aposta, seguiu firme nos trilhos da mesma e, como toda aposta é risco, meteu-se em uma nova encruzilhada. Sua encruzilhada ontem (de ocupação de terra) e hoje (de ocupação institucional) narra um entrave na possibilidade concreta de lutar e consolidar outro projeto de desenvolvimento fora dos marcos do capitalismo. Logo, ou se apresenta como anticapitalista, anti-imperialista, na totalidade de sua práxis, ou se contenta com reformas que, dentro da ordem, não mudam o destino da classe trabalhadora organizada a partir dos domínios do capital.

A trajetória de luta do MST por terra e trabalho foi subsumida pela estratégia do Governo Federal de primazia da política econômica de cunho neoliberal que fortaleceu a reprimarização da economia protagonizada pelo agronegócio à custa da ausência da reforma agrária nos marcos dos movimentos sociais. Nesse sentido, a luta do Movimento passa a ser de disputa por recursos públicos que, no jogo de continuidade de primazia do capital financeiro monopolista (Delgado, 1985), não só paralisa a reforma agrária, como a reverte de novos sentidos afastados do posicionamento do Movimento de enfrentamento inicial.

Em outras palavras, a práxis institucional significa uma guinada do Movimento por ocupação de cargos e reivindicação de políticas sociais para o campo, em meio à hegemonia dos recursos públicos direcionados ao capital financeiro monopolista – agronegócio. Ao institucionalizar-se a política social vira pauta ordenadora da conduta do Movimento e a reforma agrária é drasticamente deixada de lado como meta política pelo governo federal petista.

O ano de 2015, segundo o relatório preliminar da CPT (2015), acentuou os históricos problemas da classe trabalhadora e da produção familiar no campo. Primeiro, o corte orçamentário de 15.1% para a questão das desapropriações, que impactou nos recursos do INCRA que passaram de R\$1,65 bilhão para R\$ 875 milhões. Na questão dos conflitos, em que o Nordeste concentra 35% dos casos, foram 49 assassinatos, dos quais 21 ocorreram em Rondônia, terra dominada pela grilagem, pela apropriação de terras indígenas, entre outros complexos temas resultantes dos marcos contemporâneos da continuidade das leis coloniais de apropriação privada da terra e aprisionamento do trabalho, decorrentes das sesmarias.

Mas como todo processo é movimento, as ações de ontem, refletidas no tempo presente, exigem reflexões profundas sobre as opções. O MST nunca se furtou de fazê-las. Mas, quanto mais adia sua ruptura com a ordem na ávida esperança de giro do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo, mais tempo perde na construção de outro projeto societário e mais vulneráveis deixa suas bases sociais que estão acampadas nas beiras das estradas ou em situações degradantes nos assentamentos da reforma agrária ao longo de todo este país.

3.2 O MST e a práxis: da contestação à institucionalização

Nas amarras da política ofensiva do grande capital na gestão do PT, o MST afastou-se da consolidação de outro mundo necessário e possível. Entre *o ser menos* e *o poder ser mais* no qual o Movimento se movimenta, a dialética do desenvolvimento se manifesta e, na crise estrutural do capital, conforma processos ainda mais enraizados na dificuldade de resolução fora da perspectiva socialista.

O século XXI expõe a narrativa histórica da degradação societária protagonizada pelo capital como modelo civilizatório fracassado e ao mesmo tempo revitalizado pela presente herança da construção midiática de “falsificação do consenso”. Como assertivamente alerta Mézáros em contraposição à continuidade da fabricação ideológica de consensos coercitivos pelo capital, é necessário ater-se à intensificação do teor militar-nuclear, apresentados pelo capital com o fim de perpetuação de sua perversa ordem. Nas palavras do autor (MÉSZAROS, 2003a):

Entramos na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica, e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A questão é que tal racionalidade [...] é ao mesmo tempo a forma mais extrema de irracionalidade na história, incluindo a concepção nazista de dominação do mundo, no que se refere às condições necessárias para a sobrevivência da humanidade. (MÉSZAROS, 2003a, p. 53-54)

Esta situação bárbara pega, a contra-tempo, a esquerda desfeita e fragilizada – tanto pela hegemonia do capital sobre e contra o trabalho, como pela confusão estabelecida no

campo dos defensores do “neodesenvolvimentismo”. A esquerda combativa nos anos dourados do socialismo russo-chinês-cubano-mundial, vê-se esfacelada na nostalgia do que poderia haver sido, mas não foi. Ao tentar reestabelecer para dentro do campo uma reflexão sobre limites e possibilidades, vai perdendo, para a força hegemônica do capital através de seus tentáculos ideológicos, a guerra de movimento e de posição.

É nesta condição de crise estrutural do capital e fragilização da esquerda como projeto de classe que se insere a luta do MST. O Movimento é herdeiro de outros lutadores em seu tempo. Logo, não pode estar fora das contradições típicas de um momento histórico confuso e confusamente percebido como o atual, conforme nomina Milton Santos (2001)⁶⁰ “a era da globalização”. No entanto, o MST é um sujeito político nessa história e suas opções - como as de um jovem que vai tomando consciência, por si mesmo, do mundo tal como ele se apresenta – podem pôr a perder um projeto verdadeiramente de classe, no qual o fim da exploração e da opressão seja a meta de suas ações concretas. Nas palavras de Stédile (MST, 2004):

Somos um movimento social que procura organizar os trabalhadores, os pobres, os camponeses, homens e mulheres, jovens e anciãos, que queiram lutar por justiça social. E, ao tratar de nos organizarmos, somos um processo contraditório. Um processo que não depende apenas da vontade política das pessoas. Que não depende apenas da aplicação de normas sociais, de princípios organizativos. Depende também das contradições da luta de classes. Da dinâmica da luta de classes. Depende também das fragilidades da natureza humana, de seus desvios e de suas vontades. (MST, 2004, p. 47)

Na medida em que o Movimento ganha proporções nacionais e centralidade no cenário político brasileiro, sua luta passa a ser a luta geral da classe trabalhadora, ainda que suas pautas específicas sejam mantidas – porque sua luta toca na questão estruturante deste país: a concentração da terra e a superexploração da força de trabalho. Esse é um dos principais problemas de um Movimento que ganha a projeção em uma era de crises, incertezas e perdas como a atual.

O Movimento deixa de representar somente a si mesmo e passa a representar a classe para si. Como tal, suas opções de classe mexem com muitos interesses e expõem mazelas históricas que não deveriam se repetir como os discursos de um suposto Governo de esquerda que não trabalha para destruir o capital. Governo este, cujas práticas são abertamente de

⁶⁰ Em 2000, com a publicação do livro “Por uma outra globalização”, Milton Santos desenvolve um argumento instigante sobre as três dimensões da globalização: 1) como fábula; 2) como perversidade; e 3) como possibilidade. O autor faz uma análise impecável sobre a territorialização do capital e a exploração do trabalho após o redimensionamento das fronteiras - DIT - na década de 1970.

perpetuação do poder do grande capital transnacional, com modificações substantivas sobre a gestão política do Estado no interior de cada país da América Latina.

O MST não é vítima nem vitimador. É sujeito político e histórico em um tempo de indefinições que exigem outros pactos, novas propostas e históricos projetos de classe. Se tomarmos como base a história do Movimento, verificamos o quanto a violenta estrutura do capital no continente consolidou uma permanente opção pela conciliação, em vez do enfrentamento. A cultura do medo, da acomodação, é capaz de silenciar a ofensiva libertadora inerente à condição de luta entre as classes. Nesse processo, de medo e freio, fica notória a condição dominante do capital para além dos marcos conjunturais, dado que está introjetada, como raiz estrutural, no próprio horizonte de luta da classe trabalhadora, norteadas pelos valores cristãos de uma paz cujo sentido real é o da propriedade privada da terra e da superexploração opressora da força de trabalho (Freire, 2002; FROMM, 1996; FANNON, 1963).

O capitalismo dependente contemporâneo com aspirações “neodesenvolvimentistas” - defendido por uma pequena parte de intelectuais latino-americanos que confundem a esquerda com seus pensamentos de melhorias dentro da ordem - tendeu à condução de novos mecanismos de extração de valor no Brasil. Mecanismos estes que reiteraram a estrutural condição da superexploração da força de trabalho e da especulação com a terra como mercadoria-capital. Frente a isso, a luta pela terra e por trabalho coloca na pauta do dia os limites das reformas pontuais governamentais demarcadas por um processo de reestruturação do capital cuja vertente fictícia de sua valorização ganha contornos substantivos na reprodução ampliada do capital em geral, e do capital na América Latina em particular (AZNÁRES; ARJONA, 2003).

Parto de uma tese sobre o passado-presente do MST: seu processo de desenvolvimento encarnou, inicialmente, a luta por uma reforma agrária – clássica - inexistente na história do Brasil, demarcada pelas ocupações na explicitação da força do latifúndio-monocultor no País. Esta luta foi aos poucos, graças à política de formação de quadros do Movimento, aproximando-o, no plano da formação, da perspectiva socialista, anti-imperialista, revolucionária. Porém, no plano da luta de classes tal qual ela se manifesta concretamente, ficou refém dos superficiais avanços do pretendido novo, com manutenção do velho, desenvolvimentismo em suas várias fases, em especial na institucionalização na era dos governos do PT.

Na prática inicial do Movimento na década de 1980, a reforma agrária moldava o tom das ocupações. E, na medida em que as lutas se desdobravam no contexto das disputas de classes no Brasil, sua reflexão exigia outros parâmetros para além do ato de reivindicação de espaço dentro da ordem. Nesse movimento, prática-teoria-prática, a própria ocupação ganhava novos tons políticos que transitavam entre a reivindicação reformista e a luta revolucionária.

Contudo, a partir de 2002, articulado com setores da classe trabalhadora organizada nas cidades e em outros países através da Via Campesina, em vez de pautar um posicionamento contrário à ordem dominante, como em 1984, o MST passa por uma nova encruzilhada, de acomodação à ordem do capital sob a liderança do PT e vive, a partir de então, uma crise real sobre a pertinência de seu protagonismo como importante representante da classe trabalhadora vinculada ao campo. Isto coloca em xeque sua liderança política como práxis transformadora - dada a expectativa de uma guinada à esquerda do projeto de Governo do PT - e deixa sob riscos o horizonte de sentido de sua própria luta. Uma vez que a aliança com o Governo se firma, a lógica da ocupação antes educativa como práxis complexa, transforma-se em organização para recebimento de recursos federais como mecanismo de manutenção da ordem. Contraditoriamente, manutenção da ordem do capital, dado o processo que o Governo fomenta como política majoritária de Estado preocupado com a política de exportação.

Em outras palavras, no bojo das reformas dentro da ordem - pontuais que acumularam muito mais para o grande capital que para os movimentos sociais - inerentes aos desdobramentos do capital, travestido de política de “esquerda”, o período PT abriu para o MST uma segunda inflexão em sua trajetória: a retomada da centralidade institucional da reforma agrária pautada dentro da ordem (políticas públicas), que exige refletir sobre a compatibilidade da institucionalização de suas pautas com a construção do socialismo.

No entanto, como Movimento que se movimenta, a história do MST é complexa. E, ainda que encarne a luta institucional em defesa do projeto político de uma aparente esquerda cuja essência é a do capital, suas ações - ao longo dos trinta anos em que se sedimenta como sujeito político coletivo - expõem vários Movimentos dentro do Movimento. Isto não poderia ser diferente na história do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro marcado por uma relação de cooperação antagônica entre o aparentemente bem-sucedido processo de desenvolvimento industrial do Sudeste-Sul, frente à continuidade do atraso do Nordeste gerado pela modernização conservadora.

Entre as exitosas experiências de cooperativas de produção do Sul e as difíceis, mas resistentes situações dos assentamentos do Norte-Nordeste, os movimentos do Movimento encarnam a dialética do desenvolvimento brasileiro contemporâneo. Em meio à unidade do diverso, abrem-se disputas entre distintas lógicas de desenvolvimento que se definem pelo concreto vivido e realizado em cada região.

A dialética do concreto do MST é real. Através de sua organicidade nacional apresenta-se uma diversidade de ações e reações ao momento atual. E, por mais que a trajetória do Movimento analisada a partir dos *seis congressos* realizados ao longo dos trinta anos de sua existência nos dê uma leitura geral do MST, é no cotidiano do desenvolvimento desigual e combinado desdobrado em distintas formas, em cada uma das regiões que compõem o Brasil que, de fato, explicitam-se os processos em disputa na ação.

Dadas as limitações concretas de tempo e espaço de um trabalho como este, irei me ater às pistas da unidade do diverso contidas nos *seis congressos* ocorridos entre 1985 e 2015 através das consignas e dos textos bases de cada um destes encontros. Mas, como muitos dos que acompanhamos essa luta de perto no cotidiano de nossas ações, sei que nos congressos, a beleza da unidade por traz dos cantos, dos bonés, das místicas e das deliberações comuns, tende a ocultar a complexidade manifesta na diversidade dos movimentos do Movimento, acerca de como as lutas ocorrem concretamente em cada um dos territórios em que atuam diariamente estes lutadores do povo.

Todo Congresso do MST é uma fonte de inspiração. Da preparação à conclusão, o trabalho coletivo se apresenta em todas as esferas e, na sucessão entre os congressos, são renovadas as formas e os conteúdos da agitação e propaganda, da centralidade política da mística e da força da cultura popular manifesta nos processos objetivos e subjetivos expostos nos encontros.

No entanto, não é na beleza encarnada no movimento do trabalho coletivo que se apresentam as contradições. Elas estão mais ocultas, na substância real, do que-fazer por trás dos encontros. À medida que o Movimento avançou rumo à aliança com o PT no governo, sua autonomia na produção dos congressos viu-se limitada pela dependência dos recursos advindos do Governo Federal e das empresas públicas que o fomentam. Essa faceta da dependência vinculadora dos encontros, no que até então, era autonomia criativa e produtiva, põe em questão a complexidade encarnada na era neoliberal do PT e o alinhamento do MST ao processo de desenvolvimento subordinado à hegemonia do capital no Governo.

Nesse sentido, ater-me-ei aos documentos que expressam o movimento na batalha das ideias, contido nas cartilhas de formação, nos jornais e nas revistas, com vistas a partir de seus próprios argumentos, sua epistemologia em movimento, mas desde já sabendo que não são suficientes para uma profunda análise sobre as contradições inerentes à práxis do MST no século XXI. É um exercício reflexivo, limitado, que apreende alguns aspectos que necessitam ser dialógicos com outros tantos processos encarnados na trajetória de luta do Movimento.

A categoria conectora chave deste capítulo será desenvolvimento. E como toda categoria apresentada para explicitar a luta de classes na história, a dialética de seu movimento narra dois sentidos: 1) a perspectiva marxista do capitalismo dependente inerente ao desenvolvimento desigual e combinado, com peso para o caráter da reforma agrária; e 2) a perspectiva do capital, em que o desenvolvimento como modernização pauta o sentido da reforma agrária burguesa ancorada na histórica política de apropriação privada da produção social da riqueza produzida.

Em síntese, defendo três fases do desenvolvimento do MST, com inflexões substantivas entre elas, no que tange à práxis em movimento:

Quadro 2: As práxis do MST ao longo dos 30 anos

1985-1995	1995-2000	2000-2015
Práxis da ação reflexiva	Práxis da reflexão-ação	Práxis institucionalizada
Centralidade da Ocupação	Centralidade da Ocupação- Formação	Centralidade da institucionalização

Fonte: Elaboração própria.

Enquanto a primeira, práxis da ocupação, delimitava uma aprendizagem que exigia do Movimento uma reflexão aprofundada sobre os limites do desenvolvimento capitalista; a segunda, práxis da ocupação/formação, afirmava a postura de articulação e unidade de classe frente ao projeto neoliberal e; a terceira, práxis da institucionalização, explicitava o retrocesso, fruto da metamorfose de classe do PT, da institucionalização do Movimento (políticas públicas para os assentamentos e para os setores).

Essas três fases estão demarcadas pelo contexto concreto de desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano. Nesse sentido, a práxis do MST, entendida como

movimento dialético, ocorre no palco concreto de manifestação do capital e de proposição para sua superação, ou manutenção. O contexto define o ser, o ser ressignifica o meio.

Com a intenção de tornar didática a exposição de um tema denso como o debate do desenvolvimento e as fases das práxis do MST, penso ser interessante caracterizar estes processos no contexto geral de desdobramento do capital nas fases imperialistas. Para tanto, parto da análise de Mandel, em “Capitalismo Tardio” (1982), para caracterizar dois movimentos chaves:

Primeiro, todo novo nasce de velhas estruturas e as insere em sua dinâmica de reprodução geral em outros patamares. E o faz impregnado de violência. Nesse sentido, o capitalismo em suas várias fases mantém e acelera velhas fórmulas de produção social da riqueza com o fim de apropriação privada. São novos estágios de uma mesma estrutura. Mas, o movimento dialético entre as partes envolvidas tende, na desigualdade que o revela, a manter velhas formas, como novas para alguns espaços, definidas pela composição média geral do capital. A diferença nas composições (orgânicas de capital, produtividades médias e salários), que engendra as distintas formações sociohistóricas, expressa a continuidade de velhos mecanismos na produção dos novos. “A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenha de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” (Marx, 1989, p. 869).

Segundo, a dialética dá a precisão necessária sobre o movimento contínuo e o descontínuo inerente ao capital. Através da dialética, as fases do desenvolvimento desigual e combinado, na aparência da melhoria das condições objetivas nos períodos de expansão, expõe a substância do subdesenvolvimento de determinadas regiões, inerente ao desenvolvimento do capitalismo em geral. A dialética do desenvolvimento, enraizada na história do subdesenvolvimento, expressa que os desdobramentos do capitalismo na região, e no interior de cada uma, tem suas raízes na totalidade do movimento do capital.

Ao partir dessas duas premissas como condições estruturais dos desdobramentos do capital, entendo que as dinâmicas inerentes às leis de desenvolvimento do capital em geral definem, em primeira instância, as condições do metabolismo como um todo e, dos territórios, de forma particular. Em outros termos, após a reconfiguração do capitalismo nos marcos de sua fase superior, o imperialismo, a dependência estrutural da América Latina é a meta-narrativa única sobre o desenvolvimento da região. Os demais adjetivos ao desenvolvimento – nacional, internacional, neoliberal, - não mudam a gênese desigual do capital.

Nas palavras do autor marxista de “Capitalismo Tardio” (MANDEL, 1982):

O que determinou o subdesenvolvimento unilateral do chamado “Terceiro Mundo” não foi a má-vontade dos imperialistas, nem qualquer incapacidade social – e muito menos “racial” – de suas classes dominantes nativas; foi um complexo de condições sociais e econômicas que, enquanto promovia a acumulação primitiva de capital monetário, tornou a acumulação de capital industrial menos lucrativa – e de qualquer maneira, menos segura – do que os campos de investimento *agrícolas*, para não mencionar a colaboração com o imperialismo na reprodução ampliada do capital metropolitano.(Grifos do autor) (MANDEL, 1982, p. 37)

Cada fase de modificação na dinâmica do capital em geral tem impacto sobre as formações econômicas e sociais periféricas e define, desde a reprodução geral, as especificidades de sua complementaridade. Isto demarca que a ideologia do desenvolvimentismo tem como pressuposto uma “autonomia” que não encontra validade na concretização da produção de valor do capital, tanto no movimento geral, como no particular.

Para desmistificar o alto grau de desenvolvimento e modernidade consolidados pelas fases do desenvolvimento nacional, internacionalista e liberal, vejamos os dados do comércio exterior brasileiro (pauta de exportação) no período de 1940 a 1999, como explicitado na tabela 1. Até 1980, os produtos básicos, primários tiveram centralidade, sendo substituídos no volume pelos manufaturados somente na década perdida. A marca do desenvolvimento foi a dependência estrutural (tecnológica, financeira, cultural e política).

TABELA 1: Padrão de comércio exterior brasileiro, por setor em % (1940-1999)

Período	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1940-1949	77,8	12,5	9,7
1950-1959	90,5	8,4	1,1
1960-1969	81,9	10,6	7,2
1970-1979	59,8	9,9	28,0
1980-1989	34,5	11,2	53,2
1990-1999	25,6	16,3	56,6

Fonte: Gonçalves (2014, p. 44)

Apesar do longo ciclo despótico da era Vargas, do período de “modernização” dos cinquenta anos em cinco de Kubitschek, e o período da “ordem e progresso” da era autoritária militar, a terra e o trabalho vinculado a ela continuaram com centralidade no desdobrar do capitalismo periférico brasileiro. Até 1980, os produtos primários representaram aproximadamente 60% das exportações do Brasil.

No teor da centralidade da terra e do trabalho as fases do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro, desdobraram-se sob o julgo do imperialismo clássico e contemporâneo e condicionaram, internamente, as raízes degradantes da superexploração da força de trabalho e das opressões que a dão sentido. Já não havia mais espaço para se projetar a ideologia do desenvolvimento nacional na era do capital monopolista financeiro. O suposto protecionismo como desenvolvimento nacional, quando ocorreu na América Latina, adveio do resultado histórico concreto da crise do capital – entre duas Guerras Mundiais e uma grande depressão. O capital condicionou, desde fora, as novas dinâmicas de atuação do desenvolvimento para dentro no continente, através do investimento direto dos grandes capitais financeiros monopolistas na região e dos subsídios políticos às gestões públicas que o subsidiariam.

Nas novas vias projetadas pelo capital financeiro monopolista, o processo de industrialização na América Latina, ao se dar, gerou uma dupla situação: por um lado, consolidou a modificação da estrutura de desenvolvimento do capital para dentro e do papel do Estado nesse processo; por outro lado, gerou valor na transferência de tecnologia do capital financeiro monopolista que atuaria nestas regiões, tornando-o potencializador da industrialização.

O que define, portanto, os desdobramentos do capital na América Latina, na era da industrialização substitutiva de importações, após a década de 1930, é a dependência estrutural. Qualquer tentativa de superá-la cai por terra, pois do que se trata, na dinâmica do capital, é do avanço da integração mundial sob o seu domínio. E suas marcas são a desigualdade e a combinação das partes na conformação do todo.

Para Mandel, após a Segunda Guerra Mundial, materializa-se de forma explícita a nova dinâmica de exportação de capitais por parte dos monopólios financeiros. Em outras palavras (MANDEL, 1982):

O padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas, veículos e bens de capital. O peso desse grupo de mercadorias no pacote de exportações de um país tornou-se virtualmente um indicador de seu grau de desenvolvimento industrial. No entanto, a exportação cada vez maior de elementos do capital fixo resulta no interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo: afinal, não é possível vender máquinas aos países semicoloniais, se eles não têm permissão de utilizá-las. Em última análise, é esse fato – e não qualquer consideração de ordem filantrópica ou política – que constitui a raiz básica de toda a “ideologia do desenvolvimento” que tem sido promovida no Terceiro Mundo pelas classes dominantes dos países metropolitanos. (MANDEL, 1982, p. 43)

Como categoria analítica central mediadora entre desenvolvimento-subdesenvolvimento, a dependência estrutural nos permite pensar em duas grandes fases do desdobramento do capital no Brasil politicamente “independente”, após 1890, delimitado no palco internacional do imperialismo clássico (1890-1970) e do posterior imperialismo contemporâneo – capitalismo tardio – (1970 em diante).

Os termos que definem as fases do desenvolvimento desigual e combinado na sua totalidade e nas especificidades latino-americanas, no movimento dialético de sua conformação, são: a) a composição orgânica do capital; b) a extração de valor atrelada a condições concretas e particulares de exploração; e c) o movimento geral de apropriação do valor.

Cada fase de desenvolvimento do capital engendra complexos e contraditórios movimentos que, na aparência de melhoria das condições econômicas “industriais-urbanas”, oculta a centralidade dos problemas estruturais inerentes ao movimento, como, por exemplo, a continuidade dos problemas relacionados à terra e ao trabalho no campo (Harvey, 2003; Osório, 2004; Mészáros, 2002). Com isto, a ideologia do desenvolvimento gera expectativas de êxitos para alguns intelectuais que não se desatrelaram dos condicionantes da ordem do capital, que os torna reféns na crença da possibilidade da igualdade nos marcos do capitalismo.

1ª. Fase – O imperialismo clássico e a dialética da dependência (1930-1970): a centralidade desta fase é a da consolidação do capital financeiro monopolista, sob a hegemonia dos Estados Unidos e com a configuração de uma concorrência intercapitalista em alta composição técnico científica. As guerras definem, no plano da concorrência capitalista, queimas de capitais, destruição de territórios e definição de novos poderes para os vitoriosos dominadores. Na era das fusões e aquisições que potencializaram uma maior concentração-centralização de capital, a divisão internacional do trabalho é refeita a partir dos interesses de redução de custos e de apropriação de mais valia extraordinária inerentes à concorrência intercapitalista.

Na particularidade da América Latina, os desdobramentos do capital transitam de uma perspectiva primário-exportadora à industrialização substitutiva de importações, mediado o desenvolvimento por um período autoritário, ditadura militar, que não põe em xeque as rotas traçadas pelo capital transnacional.

Nesta fase, a agricultura foi reestruturada para cumprir sua função para dentro, na constituição do mercado interno, e para fora, na reconstrução das exportações primárias e

semielaboradas em outra fase. Cabe reforçar que o campo não cumpre somente a função de complementar a produção industrial. Sua centralidade está assentada sobre as bases da superexploração da força de trabalho, manifesta nos que ficam em condições perversas de vida no campo e nos que migram, forçadamente, rumo à ideia de “progresso”.

O interessante desta fase é que os adjetivos nacional, internacional e desenvolvimentista, não manifestam a diferença substantiva de possibilidades de melhorias das condições estruturais, dentro da ordem capitalista para a periferia. Os resultados do “progresso” se fazem presentes na ampliação das desigualdades estruturais próprias dos desdobramentos do capital na era dos monopólios. Nessa medida, toda melhoria das condições do capital no seu processo metabólico na periferia deve ser entendida como concentrada e centralizada em poucas regiões e em poucas mãos, em contraposição às pioras concretas para a maioria da população.

Nesse processo de reconfiguração mundial, as economias centrais, hegemônicas, diminuíram substantivamente o trabalho no setor primário: Nos EUA, havia 13,5% de trabalhadores no campo em 1950 e em 1970 restavam somente 4,4%. No Japão, havia 46,7% em 1950 e passou para 17,4% em 1970. Na Alemanha Ocidental, 24,7% eram trabalhadores do campo em 1950 e em 1970 havia somente 9%. (Mandel, 1982, p.268). Em contrapartida, no Brasil, a população empregada no campo era de 11.000.000 em 1950 e passou para 17.500.000 em 1970 (IBGE, 2000).

A divisão internacional do trabalho gestava, desde o Norte, os rumos do trabalho e do consumo a serem executados e internalizados ideologicamente pelo Sul. Na matriz do desenvolvimento desigual e combinado, orientava-se a hegemonia da percepção de desenvolvimento modernizante do capital.

2ª. Fase - O Imperialismo contemporâneo e a intensificação da dialética da dependência (1970-2015): o imperialismo contemporâneo resulta do momento em que o capital financeiro monopolista, através do alto estágio técnico científico da concorrência imperialista, entra em crise, reconfigura a divisão internacional do trabalho e redimensiona novos parâmetros para a complementaridade da América Latina na composição media e desigual dos novos procedimentos do capital. O petróleo demarca a “ordem do progresso” no continente e, através dele, apresentam-se novas conformações continentais, sob a hegemonia direta dos Estados Unidos, com o fim de restabelecer suas margens de lucros e frear a tendência geral à queda dos mesmos, fruto de uma maior composição orgânica do capital e de

uma concorrência tecnológica que diminui as diferenças substantivas entre os grandes capitais (WOOD, 2000).

A única forma direta do capital contrarrestar a lei tendencial à queda da taxa de lucros é potencializando a desigualdade inerente à produção mundial do valor. Ou seja, a taxa média de lucro exige remunerações distintas, com o afã do capital de compensar suas perdas colocando em movimento uma única lei geral, a lei do valor-trabalho, gênese do lucro capitalista. O quadro 3 trabalhado por Mandel nos dá um panorama do desenvolvimento desigual inerente ao mito do “progresso” da ideologia desenvolvimentista e destaca a diferença das taxas médias de lucro realizadas em 1958, 1968, 1972.

QUADRO 3: Taxa média de lucro global, diferença por setores da indústria manufatureira

Ramos da indústria	1958	1968	1972
Taxa global média de lucro na ind. Manufatureira	10,9%	12,1%	10,6%
Taxa de lucro acima da média			
Aviação	17,8%	14,2%	7,4%
Produtos químicos	13,2%	13,3%	12,9%
Máquinas elétricas	12,6%	12,2%	10,8%
Automóveis	12,5	15,1%	14,5%
Petróleo	12,4%	12,3%	8,6%
Aparatos científicos	12,0%	16,6%	14,3
Taxa de lucro abaixo da média			
Metalurgia	9,3%	11,7%	11,0%
Papel e gráfica	8,9%	9,7%	9,0%
Gêneros alimentícios	8,6%	10,8%	11,2%
Têxteis e roupas	4,8%	8,8%	7,5%

Fonte: Mandel (1982, p. 381)

A diferença entre as taxas médias de lucro dos ramos que compõem a indústria manufatureira, relata dois movimentos indissociáveis da Divisão Internacional do Trabalho (DIT): 1) a composição, desigual, na concorrência intercapitalista, entre os capitais do Norte e do Sul na lógica da compra-venda das mercadorias oriundas dos capitais com taxa média de lucro menor, matérias-primas dos capitais com taxas médias de lucro maiores. Os preços definidos pelos monopólios financeiros centrais definem, nos termos de troca, a deterioração das transações para a periferia. 2) a desigualdade tecnológica e salarial relativa aos setores industriais das periferias, em relação aos dos centros, conduzidas pela dinâmica da superexploração da força de trabalho e permanente transferência de valor.

No afã de recuperar-se das crises, o capital se desdobra e intensifica as desigualdades estruturais. Com isto, torna visível o que antes era ocultado no ciclo expansivo do capital como ideologia do desenvolvimento. No Brasil, especificamente, esta visibilidade estrutural da desigualdade expõe a condição do campo e da cidade. Os trabalhadores do campo narram a tragédia dos trabalhadores das cidades ambos compõem a histórica relação violenta da lei do valor.

No que concerne ao êxodo rural, as discrepâncias entre o Norte-Nordeste-Centro-Oeste e o Sudeste-Sul, dão a dimensão das desigualdades estruturais do capital no território brasileiro com ação direta em cada fase orquestrada pelo Estado “nacional”, através dos governos que o compõem em cada época.

Nesta fase de intensificação da concentração e centralização do capital monopolista financeiro, o adjetivo nacional foi substituído pelo global; as relações comerciais entre Norte e Sul acentuam a transferência de valor via remessas líquidas de lucros e aceleração das dívidas externas; e a narrativa do “progresso” delimitava novos traços sobre a “modernização” vinculada à percepção de “liberdade” comercial.

Em linhas gerais, as fases abrangem complexos e contraditórios movimentos conectados entre si pela dinâmica dominante do capital e de seus representantes na condução do Estado, braço armado do poder da classe dominante de cada época. Na complexidade, estas fases expõem outros movimentos dentro do movimento do capital, como, por exemplo, o socialismo real e seus desdobramentos no mundo entre 1917 e 1989. Tema que exige um estudo profundo sobre a experiência histórica socialista e as aprendizagens derivadas da mesma⁶¹.

Em cada uma destas fases ocorreram lutas, resistências, crimes e castigos. A história da luta por terra e trabalho está mediada por toda essa complexidade e contradição narrada pelos movimentos decorrentes do avanço do capital sobre o trabalho em geral e nas violentas expressões que conforma nos territórios particulares.

Pretendo demarcar o debate do desenvolvimento a partir da compreensão desses dois processos chaves: o imperialismo clássico e o capitalismo tardio (imperialismo contemporâneo). Como categorias analíticas concretas suas histórias expõem o movimento contraditório e complexo dos desdobramentos da mediação de primeira ordem entre capital-

⁶¹ Penso que o debate sobre o Estado é central para os desdobramentos da análise aqui contida. No entanto, deixarei para um trabalho futuro o estudo pormenorizado acerca das substantivas metamorfoses sofridas pelo Estado periférico ao longo dos desdobramentos do imperialismo em geral e do capitalismo dependente em particular. Para este debate sugiro as leituras de Wood (2000); Osório (2014); Polanyi (1975); Mészáros (2002).

trabalho. As bases estruturais do imperialismo conformam um movimento contínuo de desigualdades e complementaridades.

A partir da estrutura desigual e combinada do imperialismo clássico, o desenvolvimento capitalista dependente da América Latina se expressa como um processo histórico-social demarcado pela própria estrutura geral do capital. As fases do desenvolvimento capitalista periférico e os adjetivos que as definem – nacional, interdependente, interdependente neoliberal, desenvolvimentista neoliberal – não mudam a essência desigual e combinada. Ao contrário, intensificam a dependência gradativamente à medida que o processo histórico avança e, no século XXI, beira a barbárie.

À luz dos textos de Lênin (Imperialismo fase superior do capitalismo); Harvey (Novo Imperialismo); Mandel (Capitalismo tardio); Dos Santos (Imperialismo e dependência); Frank (América Latina: subdesenvolvimento e revolução); Marini (Dialética da dependência; Sobre a dialética da dependência e as Desventuras do neodesenvolvimentismo); podemos chegar à seguinte síntese sobre as duas fases do imperialismo - clássico-contemporâneo:

QUADRO 4: Análise comparativa entre o Imperialismo clássico e contemporâneo

IMPERIALISMO CLÁSSICO A partir de 1930 até 1970	IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO De 1970 em diante
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento dos monopólios financeiros internacionais (fusão do capital bancário e produtivo, conformando a oligarquia financeira, com hegemonia do Japão, Alemanha e EUA); • Exportação de capitais; • Partilha do mundo entre os grandes monopólios; • Partilha do mundo entre as grandes potências; • Hegemonia do dólar no Sistema Monetário Internacional; • Nascimento da sociedade do consumo em massas; • Consolidação de organismos multilaterais com o afã de velar a disputa pela hegemonia mundial, propagar o discurso de “paz” e incitar intervenções sobre os países considerados pelos “aliados” do capital, como inimigos; • Divisão internacional do trabalho pautada pelo avanço técnico científico nas economias 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da concentração-centralização do capital; • Implementação do padrão neoliberal na América Latina a partir do modelo chileno de Pinochet; • A era da financeirização/mundialização da riqueza capitalista; • Aceleração da rotação do capital fruto dos avanços técnicos científicos – guerra entre as corporações pelas patentes tecnológicas; • Produção generalizada de mercadorias; • Tendência protagonista do capital financeiro parasitário, fictício; • Reincidência das crises do capital; • Consolidação dos blocos econômicos de poder; • Flexibilização produtiva e das leis trabalhistas com a migração de parte expressiva do setor produtivo dos capitais monopolistas para as economias periféricas; • A era das comunicações, sociedade informacional;

<p>centrais e pela tendência primário-exportadora – agropecuária, mineração, petróleo – das economias de Terceiro Mundo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estado de bem-estar social e um papel claro do mesmo no processo de garantia de direitos sociais que subsidiem o aumento de produtividade para o capital. 	<ul style="list-style-type: none"> • A era dos transgênicos, dos agrotóxicos, e das diversas formas de mutações genéticas. • Alto grau de desenvolvimento armamentista; • Fim do socialismo real e os “novos” processos capitalistas abertos na Rússia, na China e em Cuba; • Desmonte do Estado de bem-estar social e consolidação da era de privatização dos direitos sociais.
<p>Dependência estrutural clássica da economia brasileira</p>	<p>Dependência estrutural revisitada da economia brasileira</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de industrialização substitutiva de importações; • Primazia da ideologia do desenvolvimento; • Migração forçada dos trabalhadores do campo para a cidade e entre as regiões; • Conjugação entre a superexploração da força de trabalho no campo e na cidade e a permanência do trabalho escravo na produção de valor; • Conformação de uma burguesia industrial sem destruição da oligarquia latifundista monocultora; • Empréstimos internacionais, dependência tecnológica e financeira; • Mecanização do campo e consolidação da matriz produtiva do agronegócio; • Conciliação entre os interesses da burguesia local e estadunidense – ditadura militar; • Estruturação intelectual do pensamento econômico-social desenvolvimentista, com ênfase para as escolas do eixo industrial brasileiro Sudeste-Sul; • Estados nacional-desenvolvimentistas vinculados à ordem hegemônica do capital financeiro monopolista. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da dívida externa; • Ampliação das desigualdades entre o campo e a cidade e as regiões do País; • Hegemonia do agronegócio no campo e do setor de serviços na cidade; • Flexibilização produtiva e definição dos marcos macroeconômicos ditados pelos organismos multilaterais (FMI, BIRD); • Reestruturação política dos recursos públicos e das funções estratégicas do Estado – era neoliberal precedida pelo Consenso de Washington; • Incidência direta do capital transnacional na economia brasileira. Remessas líquidas de lucros, royalties, patentes. Múltiplos mecanismos de transferências de valor; • Especulação financeira e imobiliária intensa; • Reconfiguração do conservadorismo, patriarcado e preconceitos estruturais; • A primazia do privado sobre o público em todas as esferas, com destaque para (produção, educação, saúde e previdência social); • Nascimento, desenvolvimento e maturidade do Estado neoliberal.

Fonte: Elaboração própria

Na dialética do desenvolvimento capitalista periférico em interface com o imperialismo em suas fases clássica e contemporânea, movimentam-se as práxis do MST. E conformam, no concreto de suas ações, a manifestação das contradições presentes no cenário da luta de classes na relação entre o capital e o trabalho no território brasileiro após os anos 1980.

3.3 A conformação do nacional desenvolvimentismo como o mito fundador de parte da esquerda latino-americana

Reinaldo Gonçalves, em “Desenvolvimento às avessas” (2014), define o nacional desenvolvimentismo como:

Uma versão do nacionalismo econômico; é a ideologia do desenvolvimento econômico assentada no trinômio industrialização substitutiva de importações-intervencionismo estatal-nacionalismo. O ND é, na realidade uma versão do nacionalismo econômico; é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente no período de 1930-1980. A soberania pode ser definida como a probabilidade do Estado-Nação realizar sua própria vontade independentemente da vontade alheia (ou seja, a vontade de outro Estado Nação). (GONÇALVES, 2014, p. 36)

Penso diferente do autor. O desenvolvimentismo no período em que ocorre, não tem margem alguma para pensar a soberania nos marcos da independência política, uma vez que o capitalismo em geral já se encontrava na sua fase monopolista de reestruturação sob a hegemonia dos Estados Unidos. E o capitalismo dependente, por sua vez, reestruturou a forma particular de competir, via cooperação antagônica, com o capital monopolista financeiro em geral, do qual era partícipe menor (BONETE, 2011).

O desenvolvimento nacional proposto pela CEPAL, através dos argumentos de Prebisch, presentes no texto clássico “O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas”, de 1949, situava-se em um contexto mundial fechado do pós Segunda Guerra. No entanto, estava longe de ser autônomo, soberano, política e economicamente independente.

O nacional desenvolvimentismo da CEPAL⁶² é a âncora explicativa das fases posteriores - interdependência, autoritarismo, neoliberalismo -. É impossível, tomando como base o desenvolvimento desigual e combinado inerente aos desdobramentos do capitalismo, entender a ideologia do desenvolvimento da CEPAL como substantivamente distinta das posteriores, uma vez que a proposta de diminuição da deterioração dos termos de troca não

⁶² Para o aprofundamento no tema do desenvolvimento nacional na América Latina sugiro as seguintes leituras: 1) FAJNZYLBER, Fernand. La industrialización trunca, 1983; 2) FIORI, José Luís. Em busca do dissenso perdido, ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado, 1995 e “A miséria do Novo desenvolvimentismo”, 2011; FURTADO, Celso. A fantasia organizada, 1985; 3) GOLDENSTEIN, Lúcia. Repensando a dependência, 1994; 4) HIRSCHIMAN, Albert. A economia política da industrialização na América Latina; 5) MANTEGA, Guido. A economia política brasileira, 1995; 6) MELLO, João Manoel. Capitalismo tardio, 1994; 6) MYRDAL, Gundar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas, 1972.

implicava necessariamente na crítica e destruição do capitalismo. E, se de concorrência capitalista se tratava, na era dos monopólios, do capitalismo tardio, a dependência se tornava ainda mais intensa.

A concentração e centralização do capital em poucos territórios – economias hegemônicas em disputa entre si - a partir da exploração da força de trabalho e da extração de valor de forma diferente em cada um dos territórios em que o capital atuava, definiu o teor do desenvolvimento na práxis do capital.

Creio que a interpretação de Gonçalves sobre a continuidade após 1990 do modelo está correta. Penso diferente somente no tempo dessa gestação. Para Gonçalves o modelo liberal periférico (MLP), aparece a partir de 1995 como o centro da mudança na perspectiva do desenvolvimento em discrepância aberta com o nacional desenvolvimentismo dos anos 1930-1970.

A gestação da mudança ocorreu muito antes quando, na crise no centro das decisões imperialistas demarcadas na nova fase de concorrência em um estágio elevado da composição orgânica e técnica do capital, a crise do petróleo exigiu novas funções para América Latina na DIT. Estas reestruturações expõem novas formas de um mesmo conteúdo de dependência estrutural que condicionou seu capitalismo a crescer, ou não, à custa do movimento geral do capital no âmbito mundial.

Como reiterei anteriormente, o ápice desse movimento de giro ao processo neoliberal foi demarcado pelo Consenso de Washington (1989) que definiu, para o continente, um pacote macroeconômico de condução, desde fora, da política de desenvolvimento das economias latino-americanas.

O que Gonçalves define como modelo liberal periférico, a partir da década de 1990, está correto, mas fora do tempo concreto em que ocorreu. Ele é anterior e sua inserção ocorre ainda no período militar. Momento em que, na desaceleração do alto grau de concorrência intercapitalista, o capital viveu uma regressão de seu período expansionista e gerou uma desaceleração econômica mundial. Como resultado, a América Latina e o Terceiro Mundo em geral vivenciaram o aumento expressivo das dívidas externas e o redimensionamento da dependência estrutural. A superexploração da força de trabalho e a especulação da vida tomaram uma feição, nunca antes vista. Esta situação levou os economistas brasileiros a caracterizarem os anos de 1980 como a década perdida.

Para Gonçalves (2014), o modelo liberal periférico (MLP):

Iniciou-se de forma truncada em 1990 com o Governo Collor; entretanto, o MLP só deslancharia efetivamente com o Governo FHC, a partir de 1995, e se consolidaria com o Governo Lula na primeira década do século XXI. O MLP envolveu mudanças estruturais que permitem a caracterização de um modelo de desenvolvimento diferente daquele que predominou na Era Desenvolvimentista. O confronto dos eixos estruturantes destes modelos mostra claramente as diferenças. Por um lado, o Nacional Desenvolvimentismo assentava-se no trinômio industrialização substitutiva de importações-planejamento e intervenção estatal-preferência pelo capital nacional. Por outro, o MLP tem como pilares: liberalismo econômico; vulnerabilidade externa estrutural; e dominação financeira. O contraste é evidente quando se considera a diretriz antiliberal do ND com o liberalismo econômico vigente no MLP. No ND, o antiliberalismo era evidenciado pelo protecionismo, regulação, planejamento e papel chave das empresas estatais. No MLP, o liberalismo econômico tem como principais marcos a liberalização comercial, financeira e produtiva, desregulamentação e privatização. (GONÇALVES, 2014, pags.61-62)

É por isto que segundo Gonçalves o “neodesenvolvimentismo” deste último período deve ser entendido como desenvolvimentismo às avessas, com sentido contrário. A reversão em relação ao processo originário do nacional desenvolvimentismo com incidência direta do capital transnacional sobre a produção em território brasileiro delimita a mudança de sinal na condução do desenvolvimento. Argumenta Gonçalves que “no Governo Lula ocorre o “nacional desenvolvimentismo com sinal trocado” visto que a conduta do governo, o desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade caminham no sentido contrário ao que seria o projeto nacional-desenvolvimentista”. (GONÇALVES, 2012, p. 2)

Gonçalves é um dos mais destacados economistas de esquerda do Brasil contemporâneo. Mas é refém, como toda escola nacional desenvolvimentista forjada no Brasil das décadas de 1970 e 1980, da visão nacional desenvolvimentista como sinônimo de autonomia e de protecionismo interventor estatal. Exemplos evidentes nas gestões de governo latino-americanas de cunho nacionalista como as de Getúlio Vargas (1930-1945), Juan Domingo Perón (1946-1955) e Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940).

Estes argumentos de um desenvolvimento nacional estão presentes em Celso Furtado (2009), João Manoel Cardoso de Mello (1994), Maria da Conceição Tavares (1984), Ricardo Bielschowsky (2000), entre outros. E são sumamente importantes como escola e projeção alternativa ao desenvolvimento liberal clássico. Mas suas reflexões se ancoram em uma análise que não explicita as condições estruturantes do próprio capital em geral, uma vez que não parte da crítica da economia política como referencial de suas análises. Situação que conforma, ao longo da trajetória histórica de crise e expansão do capital monopolista

financeiro, processos de ampliação da vulnerabilidade externa das economias da América Latina, entendendo-a como inerente à condição de dependência.

É evidente que o posicionamento político de Gonçalves se manifesta em concreto antagonismo com as teses dos autores petistas defensores do “neodesenvolvimentismo” entendido como uma retomada da força nacional frente ao capital internacional. Nesse sentido, Gonçalves e Filgueiras (2007) - “A economia política do Governo Lula” - contribuem enormemente para a compreensão da continuidade do modelo neoliberal. Estes autores acertam na crítica ao *establishment*.

Todavia, com base em uma perspectiva marxista para dentro da própria esquerda não reformista, penso que na compreensão do processo inerente aos desdobramentos do modelo de desenvolvimento da CEPAL, estes autores se tornam reféns do que acreditam ser a ruptura com o nacional desenvolvimentismo. Mais do que ruptura, o que ocorreu foi uma metamorfose inerente ao próprio metabolismo do desenvolvimento do capitalismo dependente periférico, expressão particular do desenvolvimento desigual e combinado em geral. A nova Cepal e seus argumentos de flexibilização e abertura à concorrência, nos anos 1990, são um retrato desta situação. Em “Encruzilhadas da América latina no século XXI”, (2010), os textos da parte II, relativos à crítica do novo-desenvolvimentismo, dão um excelente panorama desse entroncamento entre a heterodoxia passada e a ortodoxia presente nos argumentos da CEPAL.

Destaque para o texto de Marini, reproduzido na íntegra nesta coletânea de artigos, sobre a crise do Desenvolvimentismo de 1994. Neste texto, Marini faz uma recuperação histórica sobre a trajetória da CEPAL entre 1948 e 1960. Define que sua principal contribuição foi a crítica às teorias clássicas – vantagens comparativas e absolutas – do comércio exterior. Mas, enquanto corrente de pensamento, ficou refém da própria noção de “desenvolvimento” decorrente do caráter mais quantitativo do que propriamente qualitativo da discussão. Para o autor da Dialética (MARINI, 1978):

Fiel à ideia do desenvolvimento econômico como um *continuum*, a Cepal não considerava desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente distintos, marcados por antagonismos e complementaridade – como seria feito, em seu tempo, pela teoria da dependência -, e sim como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação de capital. Isso implicava que, a partir de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos ganhariam acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam. Essa tese – a do desenvolvimento autônomo – constitui uma das marcas registradas do pensamento da Cepal. (MARINI, 1978, p. 109)

Reitero novamente, à luz dos ensinamentos de Marini e Mandel, a inviabilidade do desenvolvimento nacional e soberano a partir da década de 1930, uma vez que o imperialismo clássico dava a tônica da reestruturação da desigual divisão internacional do trabalho. Assim (MANDEL, 1969):

É importante destacar que o conjunto dos intercâmbios entre países metropolitanos e países subdesenvolvidos – que se reduzem a um intercâmbio de produtos manufaturados contra matérias primas – se organizou de tal forma que desfavoreça sistematicamente estes últimos em benefício dos primeiros. Isto aparece claramente no estudo *Relative prices of exports and imports of under developed countries*, que demonstra que, desde o princípio da era imperialista, ou seja, desde 1876, até 1948, os termos de troca entre estes dois grupos de países se deterioraram numa proporção de 35% para 50% a expensas dos exportadores de matérias primas. Um estudo das Nações Unidas indica que entre 1951 e 1960 as condições de troca para os países subdesenvolvidos pioraram em 16%; os preços médios das matérias primas que esses países exportam diminuíram em 24,8%, enquanto os preços médios dos produtos manufaturados que esses países importam somente baixaram 7.2%. (MANDEL, 1982, p. 95)

Mandel desdobra seus argumentos marxianos acerca das novas estruturas do desenvolvimento desigual e combinado, geradoras de renovadas condições de dependência, após as “independências políticas formais”. Esta base argumentativa sobre a estrutura do capital em movimento e seus desdobramentos nos territórios latino-americanos se apresenta como a mais pertinente para mostrar a continuidade do desenvolvimentismo dentro da dinâmica do capitalismo dependente, em vez de sua ruptura. Ou seja, (MANDEL, 1974):

Imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial, a revolução colonial ruiu as bases do sistema imperialista. Para prolongar sua exploração dos países coloniais, os capitalistas dos países metropolitanos tiveram que passar cada vez mais da dominação direta à dominação indireta. Um em seguida do outro, os países coloniais se transformaram em países semicoloniais, ou seja, chegaram à independência política. Em geral, o imperialismo conservou nos países novamente independentes a maior parte de suas antigas posições econômicas, ainda que hajam sofrido também algumas nacionalizações espetaculares (canal de Suez). Mas, a dominação imperialista somente destruiu suas raízes naqueles países em que o capitalismo foi abolido também. (MANDEL, 1974, p. 98)

E continua:

O sistema de dominação indireta – o neocolonialismo ou neoimperialismo – não é somente uma inevitável concessão da burguesia metropolitana à burguesia colonial. Corresponde também a uma transformação econômica nas relações entre essas duas classes. A industrialização dos países coloniais e semicoloniais é um processo irreversível. Mina um dos pilares do antigo sistema colonial: o papel da saída para os produtos de consumo corrente que

têm os países atrasados. As exportações desses produtos, que procedem dos países imperialistas, começam a descender cada vez mais, primeiro relativamente e depois inclusive em cifras absolutas. As exportações de bens de capital são as que substituem cada vez mais as exportações do tipo anterior, uma vez que os países subdesenvolvidos devem continuar subministrando uma válvula de segurança às tendências de superprodução periódica, inerentes à economia capitalista. Estas exportações são compatíveis com um maior grau de independência política e social da burguesia colonial com respeito ao imperialismo. E até exigem, em certa medida, uma maior intervenção do Estado, único capaz de fundar grandes empresas de indústria pesada nos países subdesenvolvidos. (MANDEL, 1974, p. 98)

Este é o ponto de separação argumentativa do porquê divirjo dos argumentos de Gonçalves e Filgueiras sobre o “neodesenvolvimento às avessas” e o modelo liberal periférico próprio da década de 1990. Estes autores entendem o desenvolvimentismo nacionalista da CEPAL dos anos 1940 mais como resultado de uma política própria, autônoma e soberana, do que inerente à própria dinâmica do capital em geral. Logo, projetado para a particularidade de seus desdobramentos na periferia latino-americana a partir de seu condicionamento pelo capital financeiro monopolista.

Estes autores têm uma enorme contribuição na crítica contemporânea ao “neodesenvolvimentismo” do Governo Lula. No entanto, o fazem desde uma nostalgia do nacional desenvolvimentismo da CEPAL presente inclusive nos argumentos de parte dos dirigentes do MST. Na defesa, em plena crise internacional de 2015, da Petrobrás e dos modelos de desenvolvimento das grandes hidroelétricas, tanto os militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como os dirigentes dos movimentos sociais não explicitam em seus argumentos em que medida a defesa do nacional é, ao mesmo tempo, a projeção de um modelo de desenvolvimento anticapitalista, anti-imperialista, socialista.

Entendo o “neodesenvolvimentismo” como um adjetivo dentro do metabolismo complexo e contraditório do capitalismo dependente. E seus desdobramentos ancoram-se nas próprias transformações que ocorreram no pensamento da CEPAL (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como processo histórico dentro da ordem do capital no âmbito mundial e nos países periféricos, o capital imprimiu novas formas de um mesmo conteúdo desigual e combinado, ao longo de 1930 até 2015. Assim, o “(neo)desenvolvimentismo” - ainda que seja apresentado por parte da intelectualidade que projeta no PT uma esperança de avanço e ruptura com o neoliberalismo de Cardoso - tem sua estrutura histórica ancorada nas reflexões do desenvolvimento na América Latina: o debate da dependência e os desdobramentos das teses

da CEPAL. Nessa leitura, minha concepção se entrelaça com a de Gonçalves: o processo de continuidade liberal do desenvolvimento no século XXI, protagonizado pelo PT não se afasta do desenvolvimentismo interdependente, de integração e sujeição aos grandes capitais transnacionais, executado por Cardoso.

Tem razão Gonçalves ao apontar as diferenças do nacional desenvolvimentismo com relação ao internacional neoliberalismo da perspectiva de desenvolvimento após os anos de 1990. No entanto, tal movimento expressa o desencadeamento argumentativo rumo ao progresso técnico em suas várias fases, manifestos pela CEPAL. Seu pensamento foi, aos poucos, transitando da heterodoxia keynesiana à ortodoxia monetarista. E teve, como resultado, uma incidência concreta sobre a teorização dos principais teóricos do desenvolvimento latino-americano contemporâneo.

Como indiquei, em 2014, em um texto conjunto com Mandarino, no artigo debatido na ANPOCS, “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura” com o neodesenvolvimentismo:

Aproxima-se da teoria cepalina e suas mudanças atreladas às próprias reestruturações produtivas do capital, sem questionar profundamente os interesses ligados à expansão do capitalismo sob a égide do ideário neoliberal. É, portanto, expressão teórica objetiva da decadência ideológica burguesa, do fim das potencialidades civilizatórias do modo de produção capitalista e do atual padrão de reprodução do capital, que requerem a fetichização da realidade através de teorias supostamente científicas com finalidade de aprofundar a produção social de mais-valia e sua apropriação privada, além de garantir maior peso ao capital financeiro, atacando ainda mais intensamente o trabalho, como meio de contrarrestar a tendência decrescente da taxa de lucro. (TRASPADINI; MANDARINO, 2014, p. 24)

Minha leitura está ancorada nos escritos de Marini que em 1978 (*Las razones del neodesarrollismo*), em resposta à crítica de Cardoso e Serra (*As desventuras da dialética da dependência*, 1977), ao seu texto “Dialética da dependência”, explicitou a continuidade da perspectiva cepalina nas ideias “sociologistas” de Cardoso. Para Marini, o neodesenvolvimentismo – entendido como ideologia do desenvolvimento de Cardoso - deveria ser entendido na práxis da economia política do capital, como parte constitutiva da interdependência.

Cardoso, mesmo utilizando citações de Marx, não foi capaz, na correta opinião de Marini, de entender a dinâmica concretizada na produção do valor no âmbito mundial e continental e ficou refém de uma mera análise dos termos de troca através das diferenças de preços. Assim, para Marini (1978):

Os autores das *Desventuras* se darão conta, agora, que fazer reverências à luta de classes não é uma panaceia para os problemas do conhecimento (menos ainda quando esta é esquecida na primeira ocasião em que se apresenta, em favor de proposições tautológicas que a excluem) e que as questões que os preocupam neste apartado se regem por leis econômicas objetivas, que a CEPAL nunca foi capaz de formular. O enfoque sociologista por atrativo que pareça, não nos permitirá jamais saber porque a classe trabalhadora dos países capitalistas avançados pôde travar a luta de classes com melhores condições que a das economias capitalistas dependentes. Para entendê-lo há que levar-se em conta “a pressão surda das condições econômicas”, como diria Marx. (MARINI, 1978, p. 12)

Reitero o significado do termo - “neodesenvolvimentismo” - como adjetivação presente nas várias fases do desdobramento do capital monopolista financeiro sobre a América Latina, começo a análise sobre a trajetória histórica do MST.

Foi na fase do imperialismo contemporâneo e da dependência estrutural revisitada que o MST nasceu, desenvolveu-se e amadureceu, o que em si mesmo o insere nas contradições presentes no processo capitalista dependente. E, no teor das contradições, o Movimento vai viver um conflito sobre a permanência de seu protagonismo de classe, uma vez que o debate em torno ao desenvolvimento mescla os limites concretos das reformas dentro da ordem e o cenário necessário da revolução.

Sua herança está demarcada dentro das contradições dos desdobramentos do capitalismo tardio, em geral, e do capitalismo dependente em particular. Processo que põe de manifesto a história da luta de classes na América Latina. Seu destino, enquanto processo em construção, não depende somente de sua opção, mas à medida que aprende na práxis de cada época, é responsável por gerar caminhos que reorientam sua luta rumo ao socialismo.

Tratarei, nos próximos pontos deste capítulo, de fazer apontamentos gerais sobre o processo de luta encarnado nos trinta anos do MST. Mas a centralidade do capítulo será analisar a complexidade da luta pela terra e pelo trabalho livre vinculado a ela no final do século XX e primeiras décadas do século XXI, no palco da continuidade do capitalismo dependente brasileiro.

Entre esses dois séculos, o capitalismo dependente estrutural revisitado deu passos da fase neoliberal de Cardoso rumo à continuidade neoliberal das gestões petistas – disfarçadas no adjetivo de nacional desenvolvimentista pelo PT. Neste então, os levantes dos governos “progressistas” na América Latina apresentaram, na cotidianidade das resistências no continente, a possibilidade concreta de construção de outro projeto necessário e possível. Em especial pelo papel histórico que representou a vitória do PT em 2002, momento em que as

expectativas dos movimentos sociais latino-americanos desenharam uma esperança de mudança em meio a um cenário internacional pouco provável de execução de alguma alternativa para além do capital. Haja vista as novas formas da ofensiva do capital de burlar sua tendência estrutural à queda da taxa de lucro.

3.4 O capitalismo dependente na transição e avanço do capitalismo tardio

O cenário político e econômico brasileiro, no início da década de 1980, colocou em evidência dois grandes processos históricos que explicitavam, no âmbito interno, o esgotamento de um ciclo e início de renovadas formas de extração do valor: 1) o esgotamento do período militar e do crescimento econômico que o acompanhou – milagre econômico dos anos 1960 e início dos 1970 – fruto de uma nova fase de concorrência intercapitalista mundial – Estados Unidos, Japão e Alemanha – com centralidade para a redução dos tempos de crises cíclicas do capital; e 2) o fim do socialismo real e a projeção pelo capital do “fim da história”, “fim do trabalho”, “fim da luta de classes”. Através dos meios de comunicação hegemônicos o capital projetava a narrativa de uma Perestroika que reconduzia o capitalismo reformista nas ações da ex-URSS o que reabria a condução onipotente e única do capital como via de desenvolvimento de mão única.

A intensificação das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo dependente potencializou, na década perdida, a retomada das lutas populares no Brasil. Entre as greves e as ocupações de terras, as centrais sindicais, os movimentos sociais organizados e os partidos políticos de esquerda voltam à cena nas ruas do Brasil. Com suas manifestações, no teor da luta pela redemocratização, denunciavam suas realidades concretas e pautavam suas reivindicações, dentro da ordem, mas com o anúncio da necessidade de outro projeto societário. Abria-se uma nova fase da dinâmica luta de classes no Brasil.

A assim chamada década perdida, 1980, resultou do entroncamento destes dois processos mundiais - rearticulação do capital monopolista financeiro e de reorientação geopolítica dos Estados Nacionais hegemônicos - para reverter a situação concreta da grande crise financeira internacional concebida como a crise do petróleo, ancorada nos petrodólares. No teor da supremacia dos preços do petróleo e do sistema monetário internacional em crise, dada a frágil condição de âncora do dólar na pulsação mercantil da era das mercadorias tecnológicas, a concorrência dos capitais financeiros europeus e japoneses imprimiu uma nova tônica. Foi a retomada da disputa intercapitalista pela apropriação do lucro extraordinário em relação à taxa de lucro média mundial, baseada em novos patamares

tecnológicos de produção da mercadoria e realização do capital, irradiados pelas economias centrais para todo o mundo.

Para a economia brasileira a década perdida significou o aumento dos preços dos produtos importados, a baixa dos preços dos produtos semi-industriais e agrícolas e uma exorbitante aceleração da dívida pública. Um processo que tornou os estados latino-americanos ainda mais dependentes e subsumiu a política de desenvolvimento “nacional” à condução do capital transnacional.

A década perdida, se analisada na complexidade dialética do termo, deve ser concebida em dois sentidos dialógicos concretos: 1) o redimensionamento da contradição crise-vitória do capital sobre o trabalho no plano internacional, demarcada pelo aumento da rotação do capital, intensificação da composição orgânica do capital no uso intensivo de tecnologia e uma drástica intensificação da exploração da força de trabalho; e 2) uma nova fase de crise-vitória do capitalismo no âmbito mundial, o que impactou não só a perspectiva histórica da luta de classes em todo o mundo, mas instaurou um novo sentido ideológico da sociedade em geral e criou, no imaginário social mundial como um todo, a ideia do fim da luta de classes, do fim do trabalho, do fim dos sujeitos políticos que fazem e ficam as histórias ocultadas da história oficial.

O movimento dialético inerente à vitória-crise do capital remonta o papel que cumprem as economias nacionais na divisão internacional do trabalho ao reformular a ação interna do pacto internacional do desenvolvimento desigual e combinado. A dialética da vitória-crise do capital na década de 1970 instaurou a retomada do liberalismo econômico em novas condições técnico-científicas mundiais (neoliberalismo) e travou, nos marcos da inerente mediação de primeira ordem do capital, explorador-explorado, opressor-oprimido, novas formas de históricos processos de luta de classes. Em linhas gerais, a dialética vitória-crise do capital engendrou os seguintes elementos:

1. Crise do ciclo expansivo de produção e realização das mercadorias no mercado mundial, cujo processo gravitacional foi gerado pela centralidade do petróleo como matéria-prima e mercadoria final, estratégicos e pôs fim aos modelos nacional-desenvolvimentistas do ciclo de crise-expansão anterior;
2. Crise da realização hegemônica, sem disputa, dos Estados Unidos como guardião e promotor do lucro médio mundial ancorado no dólar e nas mercadorias e capitais exportados ao mundo desde sua economia;

3. Crise da continuidade do socialismo real russo, alemão, cubano e chinês, o que provocou uma abertura direta dessas economias ao capitalismo (de Estado, ou de mercado) e reorientou, no interior das economias periféricas, o sentido do socialismo (do século XXI) na supremacia da retomada do capitalismo monopolista em novo grau tecnológico de disputa entre grandes potências hegemônicas;

4. Crise e acentuação da dependência estrutural atrelada à era da dívida para as economias periféricas e o ex-bloco socialista, uma vez que o capital financeiro na vertente do capital fictício passou a solidificar de maneira corrente a especulação como um dos mecanismos de produção e transferência de valor, aparentemente deslocado da produção, mas essencialmente reestruturado no seu poder de controle sobre a apropriação do valor.

A década de 1980 reconfigurou, a acentuação da deterioração dos termos de troca para os produtos da periferia, e na perspectiva valor-trabalho, consolidou a reestruturação da extração, apropriação e acumulação, a partir da intensificação das transferências do Sul para o Norte e da ocupação produtiva, nos territórios do Sul, pelo capital financeiro monopolista do Norte.

Mas qual o impacto destas mudanças para a questão agrária? Ao mudar o plano de produção e apropriação do valor no cenário mundial, que situações concretas passarão a ocorrer no campo brasileiro?

Em primeiro lugar, na análise não separo campo-cidade, produção agrícola-produção industrial, pois isto dicotomizaria o processo, o que a meu ver fere em absoluto a análise dialética totalizante. Nesse sentido, o importante a captar no movimento são as mudanças na relação capital-trabalho, cujo impacto para determinados setores vai ser ainda mais intenso que em outros. A centralidade é dada pela manutenção da desigualdade inerente à combinação entre diferentes composições orgânicas do capital apropriadas pelo capital financeiro monopolista.

A economia brasileira passa, desde os anos 1930, por um processo permanente de industrialização substitutiva de importações, decorrentes do cenário internacional e não propriamente de uma condição política interna deliberada de autonomia, soberania, independência econômico-financeira. Na atual fase monopolista do capital financeiro internacional, tal situação seria no mínimo questionável e no máximo impossível de realizar-se.

A supremacia da indústria sobre a agricultura e do trabalho urbano sobre o trabalho agrícola definiu a continuidade histórica de um modelo de desenvolvimento ancorado no

latifúndio-monocultor-trabalho mal, ou nada, remunerado. Nesse sentido, a década de 1980 caracterizou-se como a primeira fase verdadeiramente urbana do desenvolvimento econômico brasileiro. Mas isto não significou um processo urbano em que a garantia do modelo proposto permitiu à maioria dos trabalhadores do campo e da cidade o acesso real às condições de vida mínimas. Garantias estas que, para além de sobreviver, permitissem à classe trabalhadora reproduzir sua força de trabalho com garantias-chaves de políticas públicas planejadas. A inexistência do Estado de bem-estar social na América Latina foi uma das facetas da particularidade histórica do capitalismo dependente, cujo resultado catastrófico para a classe trabalhadora foi o condicionamento ainda mais intensificado da superexploração e da opressão no continente, demarcados pelo movimento geral do capital.

Ao longo dos anos 1980, o Estado de bem-estar social foi refeito nas economias centrais e sua contrapartida na América Latina foi a de aumentar ainda mais o teor caótico da estrutura de políticas públicas, sociais, para a ampla maioria da população. A exploração clássica capitalista narrava, nos tristes trópicos brasileiros, a particularidade histórica da condição *sui generis* do capitalismo periférico e o nascimento estruturante da superexploração da força de trabalho que compunha a orquestra geral da sinfônica lógica da produção de valor mundial. Em busca da alça da taxa média de lucro, o capital monopolista dava vida às particulares formas nos territórios de extração de sobretrabalho (mais-valia). Seu alimento sistêmico é a desigualdade. Sua condição sociometabólica é a desnutrição dos trabalhadores, a devastação do meio ambiente, a desestruturação da política pública social.

TABELA 2: População urbana e rural do período 1940-1980

POP.TOTAL	1940	1950	1960	1970	1980
	41.165.289	51.941.7677	70.070.457	93.139.037	119.002.706
URBANA (%)	31,2	36,2	45,4	55,9	67,7
RURAL (%)	62,8	63,8	54,6	44,1	32,3

Fonte: IPEA, texto de discussão n. 766, 2000.

A tabela 2 nos mostra a condição de migração do campo para a cidade, resultante do modelo de desenvolvimento, ora nacional, ora internacional, posto em movimento no Brasil. As linhas da industrialização substitutiva de importações, dos anos 1930, não foram capazes de gerar uma migração substantiva. E quando o fizeram, foi à custa de uma condição nas cidades de subemprego, submundo, superpauperização. Nas dimensões continentais do Brasil,

chama a atenção a concentração e a centralização da industrialização substitutiva no sudeste brasileiro. Segundo o IBGE, em 1940, do total dos 41.165.289 de pessoas que compunham a população brasileira, 58,3% encontravam-se no sudeste e sul do Brasil e os demais 41,7% dividiam-se entre o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, conforme mostra a tabela 3.

TABELA 3: Distribuição da população por região - 1940

REGIÕES	POPULAÇÃO(%)
Norte	4,0
Nordeste	35,1
Sudeste	44,4
Sul	13,9
Centro-oeste	2,6

Fonte: IBGE, censo demográfico 1940/2000

Em 1980, a composição regional dos 119.002.706 brasileiros, Sudeste e Sul somavam 59,4% do total dos brasileiros, enquanto Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuíam 40,6%, como assinalado na tabela 3. O capitalismo dependente estruturou-se sob a lógica particular do desenvolvimento desigual regional brasileiro, com um Norte-Nordeste-Centro-Oeste tornados periféricos, frente à centralidade da industrialização, urbanização do Sudeste-Sul.

TABELA 4: Distribuição da população por região - 1980

REGIÕES	POPULAÇÃO(%)
Norte	3,0
Nordeste	29,2
Sudeste	43,5
Sul	15,9
Centro-oeste	5,7

Fonte: IBGE, censo demográfico 1940/2000

Observamos pelos dados que desde o período nacional desenvolvimentista consolidado a partir da Era Vargas as regiões sudeste-sul concentram majoritariamente uma grande aglomeração populacional (57,3% em 1940 para 59,4% em 1980). Com especial atenção para a população das cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro que juntas somavam um total 3.574.011 em 1940 e passaram a conter, em 1980, 16.490.257 de

pessoas, como demonstra a tabela 5. Isto sem incluirmos as capitais de Pernambuco e de Brasília que, em 1980, dão a projeção do modelo de desenvolvimento desigual e combinado cuja concentração populacional explicitava a dinâmica desigual do mundo do trabalho entre as regiões e na relação destas com o mundo.

TABELA 5: População das principais capitais do Sudeste-Sul

CIDADE	1940	1950	1960	1970	1980
Rio de Janeiro	1.764.141	2.377.451	3.307.163	4.251.918	5.090.723
São Paulo	1.326.261	2.198.096	3.825.351	5.924.612	8.493.217
B. Horizonte	211.377	352.724	693.328	1.235.030	1.780.839
Porto Alegre	272.232	394.151	641.173	885.545	1.125.478
Total	3.574.011	5.322.422	8.467.015	12.297.105	16.490.257

Fonte: IBGE, censo demográfico 1940/2000

Outro dado interessante ainda relativo à década de 1940 diz respeito aos fluxos migratórios típicos do modelo de desenvolvimento econômico industrial atrelado ao êxodo rural. Perspectiva de desenvolvimento “nacional” que ancorou-se nas desigualdades regionais, e potencializou a lógica das diferentes formas de extração do valor que compõem a taxa média geral de lucro. Segundo os dados censitários do IBGE, o fluxo migratório rural no período foi: 1.830.500, de 1940-1950; de 10.824.000, de 1950-1960; de 11.412.000, de 1960-1970; de 14.413.000, de 1970-1980; e, de 12.144.000, de 1980-1990, conforme salientado na tabela 6.

TABELA 6: Fluxo migratório campo-cidade no período de 1940-1950 (Milhares de pessoas)

PAÍIS/REGIÕES	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1990
Brasil	-1.830,5	-10.824,1	-11.412,2	-14.413,0	12.144,5
Norte	11,5	-297,2	-362,7	125,1	271,6
Nordeste	-542,7	-5.009,9	-3.083,9	-4.912,0	-5.419,5
Sudeste	-1.617,4	-3.985,0	-6.011,4	-4.512,2	-3.126,5
Sul	245,5	-1.397,5	-1.624,3	-4.184,8	-2.695,0
Centro-Oeste	72,6	-224,5	-329,9	-929,1	-1.175,1

Fonte: IPEA, cadernos de discussão n.766, 2000

No total do período de 1940-1990 foram expulsos do campo 50.724.000 de trabalhadores rurais. Expulsão fruto das sucessivas políticas econômicas que privilegiavam o modelo industrial-urbano e a complexidade da matriz capital-trabalho que o compreendia (poupador de mão de obra; importador de tecnologia obsoleta; prestador de capital-dinheiro para montagem da matriz industrial desenvolvimentista; endividamento estrutural).

Cabe destacar que nesse processo de expulsão do campo resultante do modelo de desenvolvimento copiado - com tentativa de primazia do mercado interno, mas de reprodução dos pactos do comércio internacional - na era do imperialismo clássico em diante, o fluxo migratório comprova a centralidade, no capitalismo dependente agrário, da superexploração da força de trabalho. A força de trabalho camponesa tanto migrante, quanto a que permanece no campo, é a detentora da raiz histórica da explicação constitutiva no interior da economia periférica, da particular forma de produção de valor no território, em composição indissociável com a forma-conteúdo do capital em geral.

A migração forçada, resultante do modelo de desenvolvimento nacional e de seu desdobramento seguinte, abriu alas à conformação da superexploração da força de trabalho nas regiões industriais do Sudeste – “terra prometida do progresso” - e traçou na história da luta de classes do Brasil as novas formas de produção e apropriação da riqueza capitalista no campo. Processo este originado da intencional massiva desocupação do campo.

A migração foi fruto do perverso universo do trabalho precarizado em condições desumanas no campo, no qual a sobrevivência da reprodução da vida dos trabalhadores e de suas famílias dependeu da continuidade das relações clientelistas oriundas das particularidades do latifúndio-monocultor no país. O fluxo migratório majoritário do campo para a cidade no Sudeste de 1940 a 1950, responsável por 1.617.000 trabalhadores sem terras, foi suplantado pela migração dentro da migração – dependência dentro da dependência - (campo-cidade- região nordeste-região sudeste) de 1950 a 1960, com a supremacia absoluta dos errantes-navegantes trabalhadores nordestinos sem terras migrando para as regiões do “progresso” - 5.009.000 (migrantes nordestinos conforme a tabela acima).

Em busca de uma possível inclusão e frente à exclusão real vivida no campo, os desterrados migravam forçosamente em busca do “progresso”, estruturado este pela ideologia do desenvolvimento na região Sudeste. No interior desta, ocorreu o segundo grande fluxo migratório do período, com 3.895.000 trabalhadores rurais sem terras chegando às grandes cidades da região.

Os trabalhadores sem terras, ao migrarem forçosamente pelo histórico processo de desenvolvimento do capitalismo dependente foram, aos poucos, transformando-se nos sem trabalho e sem tetos das cidades, presentes-futuros trabalhadores que comporiam a superexploração da força de trabalho e o exército industrial de reserva nas grandes regiões metropolitanas do Sudeste-Sul brasileiro.

As migrações conformam parte substantiva da história da superexploração da força de trabalho no desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Os trabalhadores do Brasil receberam um salário abaixo de sua necessidade de reprodução social, quando comparados aos trabalhadores das economias centrais. No mesmo caminho do traçado da desigualdade combinada, os trabalhadores das regiões periféricas, no interior do Brasil, tiveram seus salários fixados em uma condição abaixo da média necessária à sua reprodução social de vida, em comparação à realidade do projetado “progresso” concentrado na região Sudeste-Sul.

Desta forma, a história da superexploração narra os dois sentidos complexos da realidade histórica da centralidade do trabalho no Brasil: 1) os trabalhadores do campo, subsumidos à lógica da extração de valor nas cidades; e 2) os trabalhadores do nordeste submetidos à lógica da extração de valor no Sudeste-Sul.

A dependência dentro da dependência expõe a história degradante da dialética do desenvolvimento na conformação do Brasil “modernizado”. E no traçado da particularidade histórica da superexploração, conformam o tecido social geral da produção e apropriação do valor, emanado da concentração-centralização do capital no campo e na cidade.

A relação capital-trabalho na dialética do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro vinculou-se e se desdobrou, em suas especificidades, nos processos gerais de unidade do diverso, fruto da centralidade do capital em uma perspectiva global. Na divisão internacional do trabalho a transferência de valor do Sul para o Norte, através de mecanismos múltiplos expõe, na lógica da produção, as mais diversas formas da apropriação privada da riqueza capitalista socialmente produzida: produção de mercadorias pelo próprio capital monopolista internacional no território brasileiro (Investimento Externo Direto); serviços das dívidas; pagamento de royalties; negociações tributário-fiscais, entre outros, e a fixação de salários mínimos com fragilidades absolutas nos direitos trabalhistas ao longo do processo de desenvolvimento.

Um exemplo notório desta condição de dependência contemporânea diz respeito à questão da dívida externa. Explicada a partir das trilhas do desenvolvimento capitalista, a exacerbação do montante da dívida é diretamente proporcional à intensificação dos vínculos

de dependência das economias do Sul com relação às economias do Norte. A dívida externa brasileira passou de US\$559 milhões de dólares em 1950 para US\$ 95 bilhões em 1985, conforme relatado na tabela 7.

TABELA 7: Montante da dívida externa brasileira no período de 1940-1980

ANO	MONTANTE EM (US \$ 1000.000)
1950	559
1960	3.907
1970	5.295,2
1980	53.847,5
1985	95.856,7

Fonte: IBGE, série estatísticas históricas do Brasil

Contudo, no processo de migração forçada e de concentração da industrialização no Sudeste-Sul o que ocorreu com o campo? Como ficou a estrutura fundiária nesse mesmo período analisado de 1940-1980?

Houve uma concentração-centralização do capital na apropriação da terra e consolidação de novos mecanismos jurídicos que permitiram a perpetuação dos grandes grupos monopolistas na expropriação, apropriação dos recursos naturais e de superexploração da força de trabalho vinculada a ela. É impossível trabalhar a matriz industrial do capitalismo dependente brasileiro sem nos dedicarmos ao estudo da questão agrária. Ontem e hoje, é sob suas contradições que entendemos o desenvolvimento desigual e combinado em seu movimento geral e particular.

A terra e o trabalho vinculado a ela seguem centrais na composição da taxa média de lucro nacional e internacional. E, quanto mais avança o desenvolvimento das forças produtivas, mais necessário se torna condicionar as regiões do Brasil à desigualdade estrutural, com o afã da composição média da taxa de lucro. Assim, na medida em que o capitalismo avança, sua dinâmica produtiva não pode prescindir da superexploração da força de trabalho, seja na cidade, ou nas piores condições de sobrevivência da classe trabalhadora no campo. Vejamos alguns dados interessantes que subsidiam a análise, expressos na tabela 8.

TABELA 8: Estabelecimentos rurais, tamanho dos estabelecimentos, área total, distribuição de estabelecimentos-tamanhos-área

Características	1940	1950	1960	1970	1980
Área total ha/tam. Estab. (a)	197.720.247	232.211.106	249.862.142	294.145.466	364.854.421
<i>Menos de 10 ha</i>	2.893.439	3.025.372	5.952.381	9.083.495	9.004.259
<i>+1000 e - 10.000 ha</i>	62.024.817	73.093.482	71.420.904	80.059.162	90.004.259
<i>Acima de 10.000 há</i>	33.504.832	45.008.788	38.893.112	36.190.429	60.007.780
Condição do Responsável(b)	1.904.589	2.264.642	3.337.769	4.924.019	5.159.851
<i>Propriedade Individual</i>	1.530.482	1.747.605	2.888.968	4.269.779	4.520.488
<i>Arrendatários, ocupantes...</i>	330.521	395.606	936.471	1.786.139	1.743.968
N. de estabelec./tamanho(c)					
<i>Menos de 10ha</i>	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	1.598.019
<i>+1000 e -10.000 ha</i>	26.539	31.017	30.883	35.425	45.496
<i>Acima de 10.000 ha</i>	1.273	1.611	1.597	1.449	2.345

Fonte: IBGE, estatísticas históricas do Brasil, 1990.

Em 1940, os pequenos estabelecimentos de até 10 hectares, correspondiam a 34% do total e ocupavam somente 1,4% das terras. Os estabelecimentos entre 1000 hectares e 10.000 hectares equivaliam a somente 1,4% do total dos estabelecimentos e ocupavam 48,3% das terras. Em 1950 as pequenas propriedades correspondiam a 31% do total e respondiam pela ocupação de 1,3% das terras.

Em contrapartida, as grandes propriedades mantinham 1,4% do total dos estabelecimentos e ampliaram a ocupação de terra para 50,8%. Ao longo do processo de substituição de importações, de protecionismo forçado pela reestruturação mundial do pós Segunda Guerra e com vultosos financiamentos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a política de industrialização da CEPAL foi coadunada com a concentração e centralização da terra nas mãos dos latifundiários exportadores. Era o novo processo de desenvolvimento despontando das estruturas do grande capital financeiro monopolista internacional.

Ainda conforme a tabela, em 1960 - década em que o autoritarismo militar estava vinculado à ofensiva da ordem do progresso petroleira sob a hegemonia dos EUA - a lei de terras consagrou a vitória do modelo de desenvolvimento latifundista-monocultor-superexplorador da força de trabalho no campo. As mudanças efetivadas nas transações comerciais com a terra exaltaram a função de reserva de valor projetada sobre ela pelo capital financeiro monopolista. Neste período cresceram os estabelecimentos até 10 hectares, fruto da expansão da fronteira agrícola. Estes passaram a corresponder a 44,7% do total e a cultivar 2,3% das terras. Em contraposição, o grande capital concentrou e centralizou ainda mais seu poder no campo e as propriedades acima de 1.000 hectares diminuíram para 0,9%, com a concentração de 44.1% do total das terras no país.

O golpe de 1964, abriu uma nova frente de produção interna para a realização externa do capital financeiro monopolista, dada a centralidade das exportações primárias da economia brasileira, e, para o campo, a modernização conservadora reestruturou a lei de terras de 1850, com a implementação do Estatuto da Terra. A renovação deste documento expôs a vitória do latifúndio e do capital financeiro monopolista na nova fase de desenvolvimento e tirou de pauta a necessidade da reforma agrária.

José de Souza Martins, em “Os camponeses e a política no Brasil”, afirma que “o Estatuto estabeleceu como ponto essencial da redefinição fundiária a colonização das áreas novas, mediante remoção e assentamento de lavradores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos de áreas de tensão” (MARTINS, 1984, p.96).

É interessante notar essa situação, pois, em uma análise mais apressada, poderia parecer que a situação no campo melhorou dado que aumentou a terra cultivada pela pequena propriedade e diminuiu a terra apropriada pelo latifúndio. No entanto, a diminuição do latifúndio significou o aumento substantivo da robustez dos que lograram absorver outros capitais e a integração da cadeia produtiva rearranjou a produção para que parte expressiva dos pequenos proprietários fosse organizada para fomentar a matéria-prima necessária à exportação dos grandes produtores. Desta forma, o rearranjo para além dos números foi a substantiva acentuação da dependência dos pequenos produtores à dinâmica produtiva hegemônica dos latifúndios.

O milagre econômico, puxado pelo reascenso internacional do capital financeiro monopolista norte-americano, alemão e japonês, reintroduziu a função exportadora do campo brasileiro e implementou, no interior da pequena produção, novas dinâmicas de dependência

atreladas à centralidade da exportação primária concentrada nas mãos dos grandes capitais financeiros atuantes no campo.

Ainda com relação à tabela 8, os pequenos estabelecimentos rurais continuaram a crescer na década de 1970 e alcançaram a cifra de 51% do total, com penetração em 3% das terras. Neste mesmo período, o grande capital se concentrou ainda mais, correspondendo a somente 0,7% do total dos estabelecimentos, mas responsável por 39,5% das terras.

Mas bastou que a crise estrutural do capital voltasse a se manifestar na conjuntura da economia internacional de meados dos anos 1970 em diante para que novamente se reordenassem as condições de expropriação da terra e superexploração da força de trabalho no campo brasileiro. Na assim chamada década perdida, as pequenas propriedades tiveram uma alta retração e passaram a corresponder a somente 30,9% dos estabelecimentos em contraposição ao crescimento das grandes propriedades que chegaram novamente às portas do 1% total. Enquanto as pequenas, ao reduzir o volume total, ocuparam somente 2,4% das terras, as grandes voltaram a crescer e chegaram a 41,1% de ocupação territorial (tabela 8).

Os dados corroboram dois sentidos manifestos do modelo de desenvolvimento econômico dependente brasileiro: 1) a dependência do latifúndio exportador brasileiro nas relações econômicas internacionais da linha de ação do grande capital monopolista financeiro; e 2) a dependência do pequeno produtor rural em relação ao latifúndio exportador brasileiro.

Novamente expõe-se a dependência dentro da dependência como célula vital do desenvolvimento desigual e combinado no avanço da dinâmica imperialista no território brasileiro. Situação definida por Mandel como “capitalismo tardio”.

Para confirmarmos essa tese, verificamos, na tabela 9, o aumento substantivo do pessoal empregado no campo nas décadas de 1960 e 1970, período do milagre econômico prévio à nova crise internacional. O aumento das pequenas propriedades rurais não significou o proporcional avanço do número de proprietários em condições de sobrevivência com autonomia no campo, já que na soma do número de trabalhadores rurais a mais nessas duas décadas, foi de 6.585.255. Esta cifra aumentou substantivamente na década perdida com a redução dos pequenos estabelecimentos, a contração do mercado internacional e a expansão do latifúndio-monocultor. Aos seis milhões e meio de trabalhadores agregados à década de expansão, somaram-se outros 3.581.646 trabalhadores rurais.

TABELA 9: Total de pessoal empregado no campo

ANO	POP. EMPREGADA
1940	11.343.415
1950	10.996.834
1960	15.633.985
1970	17.582.089
1980	21.163.735

Fonte: IBGE, série histórica do Brasil, 1990

Relembrando, como demonstrado na tabela 6, de 1970-1980 tivemos o maior pico do fluxo migratório brasileiro do campo para a cidade, com aproximadamente quatorze milhões e meio de trabalhadores rurais que chegavam às cidades. Estes compunham as fileiras do exército industrial de reservas no projeto de industrialização-urbanização. Projeto de exposição da tônica da política de desenvolvimento do período autoritário do capitalismo dependente.

Cabe novamente reforçar que a década perdida não criou um novo fenômeno relativo à superexploração da força de trabalho e às migrações forçadas do campo para a cidade e do Norte-Nordeste para o Sul-Sudeste. Apenas reforçou a particularidade histórica do capitalismo dependente brasileiro que, enraizado na matriz colonial anterior, desfez os vínculos formais da subordinação total e, na autonomia relativa típica do capitalismo, criou novos mecanismos de extração de valor, pautados em velhas práticas de expropriação, espoliação e extração de sobretrabalho.

No campo e na cidade, a força de trabalho no Brasil cumpriu a dupla função de compor para fora a média da taxa de lucro geral, e para dentro, a recomposição das perdas do capital nacional, frente à sua condição periférica de disputa no âmbito internacional. O trabalhador do campo brasileiro foi sujeitado ao enraizamento estrutural da superexploração da força de trabalho. Situação que, no processo de industrialização urbana, gerou uma matriz comum para seus pares na cidade: juntos, os trabalhadores do campo e da cidade compunham a sinfonia do capital em geral, nas particularidades da superexploração proveniente dos trópicos. Funcionavam como âncora na centralidade do desenvolvimento desigual e combinado.

O Brasil chega à década de 1980 com a primazia do modelo de desenvolvimento urbano-industrial sem jamais deixar de ser latifundiário-monocultor-superexplorador. As bases do desenvolvimento industrial continuaram assentadas na estrutura e superestrutura que consolidava o poder dos grandes capitais que atuavam no campo e na cidade.

Os conflitos no campo ainda permanecem centrais, mas desaparecem gradativa e intencionalmente do imaginário coletivo, dada a supremacia da ideologia dominante do desenvolvimento urbano-industrial. Em seu lugar são colocadas, na velocidade das novas ciências da comunicação, imagens de um mundo que vai abrindo passos à imperiosa era narrada como progresso pelos representantes do grande capital em terras nacionais: a globalização.

A década perdida deixou para trás a ideologia do desenvolvimento vinculada ao campo e cimentou nas mentes e nos corpos da classe trabalhadora brasileira, uma via de mão única projetada pelo capital financeiro internacional. A era da televisão conduziu assim a um novo estágio da formação da consciência pautado pela propaganda abusiva geradora do consumo futuro das mercadorias. Abriu passos à sociedade do espetáculo, inerente à sociedade mercantilizada. Como salienta o autor da “Sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997):

Assim como a lógica da mercadoria predomina sobre as diversas ambições concorrenciais de todos os comerciantes, ou como a lógica da guerra predomina sobre as frequentes modificações do armamento, também a rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia. (DEBORD, 1997, p. 171)

É nessa dinâmica da efetivação político-ideológica burguesa de nascimento do “moderno” e morte do “atrasado”, que nasceu a luta do MST. O contexto nacional ainda que favorável à luta de classes, dada a ampliação das mazelas econômico-sociais oriundas da grande crise do fim dos anos 1970, alcançou nos conflitos do campo, uma absoluta fragmentação da classe trabalhadora, somada à continuidade do processo militar que começou a ser questionado por vários setores econômicos do próprio capital. Cabe destacar que, no âmbito dos conflitos entre o capital e o trabalho resultantes da reestruturação produtiva, após a expansão capitalista das décadas de 1960 e 1970, os trabalhadores do campo e da cidade encontraram uma situação explicitamente desfavorável no plano econômico, ainda que favorável na condição política de construção de seus instrumentos de classes.

A história das ocupações de terras se fundiu com a história das greves metalúrgicas e ambas manifestaram, no mesmo tempo histórico, a retomada de uma consciência coletiva de classes rumo à construção de um projeto democrático e popular. É importante reforçar este ponto, pois o encontro do MST com o PT não ocorreu somente no século XXI após a vitória eleitoral de Lula. Pelo contrário. Este encontro gerou, desde a década de 1980, um processo de construção coletiva e de adequação das principais teses sobre o nacional, o democrático e o popular que assentaram as bases para entendermos como, no período de governabilidade do PT, o MST se institucionalizou.

Mauro Iasi, em “As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento”, fez um minucioso trabalho de recorrer, nos relatos dos militantes e nas teses dos Encontros e Congressos do PT, à explicitação tanto da consciência quanto da formação política relativa à leitura de poder e de classe presentes nos argumentos. Este livro nos remete a profundas reflexões sobre as acomodações, dentro da ordem, geradas pela construção, manutenção e projeção da continuidade do poder institucional na negociação com o capital.

Segundo a crítica de Iasi (2006):

As mudanças que se verificaram não se operam aleatoriamente, mas no sentido de recolocar a consciência que se emancipava de volta nos trilhos da ideologia. Não é, em absoluto, casual, que certas palavras-chave vão substituindo, pouco a pouco alguns dos termos centrais das formulações: ruptura revolucionária para rupturas, depois por democratização radical, depois por democratização, e finalmente chegamos ao “alargamento das esferas de consenso”; socialismo por socialismo democrático, depois por democracia sem socialismo; socialização dos meios de produção por controle social do mercado; classe trabalhadora, por trabalhadores, por povo, por cidadãos; e eis que palavras como revolução, socialismo, capitalismo, classes vão dando lugar cada vez mais marcante para democracia, liberdade, igualdade, justiça, cidadania, desenvolvimento com distribuição de renda. A consciência só expressa, em sua reacomodação no universo ideológico burguês, nas relações sociais dominantes convertidas em ideias, a acomodação de fato que se operava no ser mesmo da classe no interior destas relações por meio da reestruturação produtiva e o momento geral de defensiva na dinâmica da luta de classes. (IASI, 2006, p. 535)

Iasi expôs como a narrativa da revolução foi, na práxis política do partido dos trabalhadores, substituída pela práxis do desenvolvimento com equidade social. Reformas dentro da ordem. Talvez isto tenha sido o resultado de uma inserção partidária mais intelectual que trabalhista ao longo dos trinta anos do PT, como aponta Florestan Fernandes em “Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos”, de 1995.

Creio que isto realinhou o PT e o MST às teses ideológicas do “neodesenvolvimento” da CEPAL dos anos 1990 e traçou, em pleno processo de desdobramento da luta de classes no capitalismo dependente, um programa político condizente com a realização de luta por “melhorias sociais”, com a projeção de ajustes para a contenção das desigualdades. A nova fase da ideologia do desenvolvimento, assentada sobre velhas bases, veio acompanhada da cooptação, da rotulação dos críticos como esquerdistas, derrotistas, e da projeção de “melhorias” resultantes da escalada gigantesca do capital sobre os recursos públicos.

A década perdida reascendeu o motor da luta de classes no Brasil. Mas as grandes greves das metalúrgicas do ABC paulista estavam muito distantes dos grandes movimentos de ocupação que começavam a ocorrer no Brasil rural. A dependência dentro da dependência narrou os movimentos que ao longo dos períodos seguintes se juntaram para consolidar processos para além de suas reivindicações específicas.

A partir dos próximos tópicos, analiso os trinta anos do MST a partir dos congressos realizados de 1985 a 2015, relacionando-a com a leitura crítica à concepção do suposto “neodesenvolvimentismo” defendido, com força, pelos intelectuais do PT. O objetivo nesta discussão é de explicitar as práxis do MST, através das complexidades manifestas nos desdobramentos de suas ações mediadas pela estrutura do capitalismo dependente brasileiro e do imperialismo mundial.

3.5 Maturidade e auge do capitalismo dependente revisitado (1990-2000): o MST entre a práxis da ocupação de terras e a práxis da ocupação política do conhecimento

O ano de 1985 marcou a transição do autoritarismo à democratização no Brasil. Com o fim do período militar a década perdida narrou, nas entranhas da democracia burguesa, a retomada do sentido de “democracia” manifesto no modelo de desenvolvimento capitalista tardio: democracia para a livre circulação do capital, com subsunção real maior sobre a força de trabalho. Neste contexto, o capital financeiro monopolista estruturou, no protagonismo hegemônico imperante de sua ordem contra o trabalho, uma nova divisão internacional e moveu as fronteiras do “nacional” para o discurso da inevitabilidade da era global. A terra, especificamente no caso brasileiro, passava a ser tratada dentro da mesma dinâmica especulativo-financeira, em que o capital retomava sua centralidade na produção desigual, mas harmoniosa do valor, sob a condução do agronegócio. No palco da era da dívida na

América Latina, a terra no Brasil voltava à cena na política de recolonização pelo capital transnacional.

No âmbito das mobilizações pela retomada da “democratização”, também se fazia um balanço político sobre os vinte anos transcorridos do Estatuto da Terra (1964) – segundo documento formal, sobre a pauta da questão agrária brasileira, depois da criação da Lei de Terras (1850). Neste documento, o apontamento do sentido do desenvolvimento econômico brasileiro é exposto logo no capítulo I - princípios e definições – com expressiva caracterização da função do campo na política de desenvolvimento industrial (ESTATUTO DA TERRA, 1964):

- 1º) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade; - 2º) Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (ESTATUTO DA TERRA, 1964, p. 3)

Como relatado por importantes estudiosos da questão agrária brasileira – Claus Germer (1981), Horácio Martins (2005), José Graziano da Silva (1981), João Pedro Stédile (1994), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) e Guilherme Delgado (1985) -, a práxis manifesta no Estatuto da Terra foi de garantia e continuidade da política de desenvolvimento econômico industrial. Ou seja, potencializava o campo para o sentido do desenvolvimento modernizador urbano. Com isso, não houve um caráter resolutivo dos problemas manifestos na questão agrária no sentido de pautar o fim das desigualdades sociais no campo e de potencializar a produção familiar para a resolução dos problemas internos vinculados à alimentação, à terra e ao trabalho vinculado a ela na economia brasileira. A questão agrária recebia assim uma maquiagem que mascarava as imperfeições estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro.

Com base na realidade concreta vivida pelos trabalhadores/famílias sem terras do campo que no início da década, tanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) quanto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) narravam o aumento dos conflitos do campo, a tendência à migração forçada continuada nos critérios de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a ausência da reforma agrária centrada na luta contra o latifúndio e o monocultivo.

A CONTAG, no documento “A política agrícola do Governo e os conflitos de terra no Brasil”, denunciava três situações concretas: 1) o modelo econômico dos últimos anos; 2) o aumento dos conflitos no campo; e 3) a perspectiva dos trabalhadores da luta pela reforma agrária *ampla, massiva e imediata*. Neste documento lemos (CONTAG, 1981):

A verdade é que um dos esteios do chamado “modelo econômico” implantado no país desde 1964, e sobretudo depois de 1968, quando começou a crescer a dívida externa tem sido a grande propriedade territorial voltada para a exportação. A grande propriedade que já se sabia um aliado precioso do autoritarismo político, mostrou-se um suporte econômico fundamental à implantação de uma política econômica – elaborada e implantada sem qualquer participação dos trabalhadores – de favorecimento irrestrito ao grande capital. (CONTAG, 1981, p. 3)

Ao entrelaçar a economia e a política do desenvolvimento, este documento da CONTAG expunha duas dimensões da violência estrutural no campo: 1) uma decorrente da manutenção da centralidade do latifúndio monocultor no campo; e 2) outra resultante dos conflitos do campo, frutos da ampliação da miséria dos trabalhadores e famílias rurais. No documento em questão a CONTAG reforça que (CONTAG, 1981):

A política agrícola posta em prática pelo Governo ao longo desses anos de autoritarismo, coerentemente, aliás, com sua política agrária, tem reforçado as tendências concentracionistas de nossa estrutura agrária e aumentado o poder dos grandes proprietários de terras e dos grandes grupos econômicos que vêm investindo no campo. (CONTAG, 1981, p. 8)

Segundo o documento, em 1980 foram denunciados noventa e seis casos de conflitos de terras, envolvendo quase vinte e uma mil famílias camponesas. O equivalente a mais de 103 mil pessoas envolvidas diretamente nessa situação de uso de força física, com um árbitro nada neutro no jogo, o Estado do capital. Tal situação ficou ainda mais tensa em 1981 com 257 conflitos em que se envolveram quase quarenta e uma mil famílias, o equivalente aproximadamente 203 mil pessoas no conflito pela terra no país (CONTAG, 1981, p.13).

A reforma agrária voltava a apresentar-se como pauta dos trabalhadores rurais sem terras do Brasil. O campo, que tendeu na histórica perspectiva do capital a ser invisibilizado dos noticiários e da mítica construção da modernidade no modelo de desenvolvimento econômico capitalista dependente, voltou a apresentar-se nas cenas políticas do país. A centralidade da luta pela terra com o protagonismo das ocupações dos sem terras dava o tom do que, no período seguinte, transformar-se-ia na judicialização das lutas sociais, precedida da criminalização dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente nesta situação.

Neste mesmo ano, 1981, o MST, ainda vinculado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), lança seu primeiro boletim Sem Terra⁶³ e expõe, com base no conflito da Encruzilhada Natalino, as pressões e tensões presentes no conflito pela terra no Sul do Brasil - conflito entendido pelo Movimento como o resultado das ações de colonização migratórias do INCRA nos períodos anteriores. Neste documento, intitulado, *Carta dos colonos acampados em Ronda Alta*, o MST denunciou duas questões: 1) a continuidade dos processos autoritários de infiltração de policiais na luta dos trabalhadores sem terras; e 2) a situação permanente de carências na qual viviam estes trabalhadores.

O documento expõe a primeira ocupação de terras do MST. A riqueza da narrativa dos próprios sujeitos do campo explicita, na práxis da ocupação, o nascimento de uma epistemologia que vai ser, ao longo de sua caminhada, enriquecida pelo encontro com vários sujeitos e movimentos da classe trabalhadora. Na hegemonia da consolidação dos instrumentos ideológicos do capital, ter uma documentação histórica realizada pelos próprios movimentos, define as várias trincheiras objetivas e subjetivas nas quais eles próprios se movimentam.

Este documento detalha, no cotidiano do povo sofrido, a trajetória histórica dos diversos condenados da terra que se levantaram ao longo dos últimos 500 anos na luta por uma vida digna e por um modelo diferente ao transcorrido ao longo deste período. Mesmo dentro da ordem, na reivindicação de justiça social, constroem ferramentas capazes de consolidar processos para além dela.

Foi a primeira carta aberta ao povo brasileiro. Nela, vemos como a prática destes sujeitos, na luta por terra, forjava o que viria a ser nos anos seguintes a luta de um Movimento organizado, politizado, territorialmente unificado. Foi um chamado à reflexão sobre a condição miserável dos trabalhadores do campo. Sua narrativa mescla a carência econômica real à condição política instituída desde cima sobre os de baixo, de consolidar uma práxis hegemônica de ser-sentir-se menos (MST, 1981):

Há quase dois meses, mais de quinhentas famílias de agricultores sem terras, totalizando 3.000 pessoas, estão acampadas na beira da estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta, junto à Encruzilhada Natalino. São originários de Sarandi, Ronda Alta, Constantina, Nonoai, Rodeio Bonito, Planalto, Iraí, Rondinha e Liberato Salzano. Eram arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, peões de granjas e filhos de pequenos agricultores; perderam a

⁶³ Sobre a narrativa da história do MST através de uma análise documental dos jornais sem terra, vale a pena a leitura da tese de doutorado de Fabiano Coelho com o título Entre o bem e o mal: representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995-2010), tese de 2014 defendida na Universidade Federal da Grande Dourados.

possibilidade de continuar na terra, expulsos pela máquina, pela ganância dos grandes proprietários, pela falta de trabalho, enfim, pela política agrícola do Governo.[...] As condições de sobrevivência são precárias: falta do mínimo necessário em utensílios, acomodações, camas, agasalhos, alimentação e assistência médico-social. Além disso, a falta de perspectiva de uma solução concreta, as pressões do governo, as intimidações através de policiais e os aviões que frequentemente sobrevoam o acampamento, a difusão de boatos, tensão, de desconfiança, de temor não favorecendo psicologicamente o trabalho de organização, de união e de apoio mútuo. Algumas famílias já abandonaram o local, substituídas por outras que chegam, encontrando uma situação tensa e difícil. (MST, 1981, p. 2-3)

Esta carta associa a efetiva realidade dos lutadores do campo ao caminho, sem volta, da luta por terra e trabalho, que exigiria ganhar outros tons ao longo de sua caminhada. As explicações sobre o porquê de sua luta, imersa em uma situação histórico-social não resolvida, a questão agrária, abriam passo ao encontro com uma intelectualidade combativa de esquerda no país, que ajudaria o Movimento a construir a explicação substantiva por trás dos aparentes “progressos” narrados pelos ideólogos do desenvolvimento. Este documento é o abre-alas do MST na denúncia da situação dos trabalhadores e famílias camponesas no Brasil da década de democratização formal.

Como denúncia, carrega processos históricos anteriores e anuncia necessidades concretas de potencializar, em meio à fragmentação do campo-cidade, outro ordenamento organizativo. Ordenamento capaz de colocar em marcha o encontro entre os trabalhadores em meio à desordem da fragmentação promovida pela hegemonia do capital. A denúncia na conjuntura da democratização narra o duplo movimento: a) da situação conjuntural da luta de classes no Brasil; e b) a situação histórico-social da luta de classes no Brasil.

Assim, na transição de sua práxis, o Movimento se fez presente nas ocupações de terras e relatou, em meio à concentração e centralização do capital em geral, e do capital agrário em particular, a necessidade urgente de uma reforma agrária pautada na distribuição e no uso coletivo das terras, com direito à vida digna no campo. Uma situação política que envolvia, desde o nascimento do MST, uma organização coletiva no campo e na cidade, o que demarcou um posicionamento concreto, de luta, frente ao desenvolvimento desigual e combinado.

Na denúncia, o nascimento do MST direcionou sua práxis para as ocupações e as reflexões derivadas delas. Na prática da ocupação, ergueu-se a reflexão coletiva resultante da dinâmica cotidiana de luta. Na reflexão, enraizada na prática, renovavam-se as ocupações e as reflexões. O ponto de partida se movimentava rumo a um novo ponto e o complexo de

complexos fazia-se presente nos desdobramentos de um Movimento que se movimenta rumo aos trinta anos.

Nos anos 1980, a ação do MST ainda não era capaz de narrar uma reflexão profunda sobre as raízes das condições desiguais do campo brasileiro. Ainda que, através de seus corpos, estes trabalhadores e trabalhadoras entendessem bem o significado da miséria econômica e política fruto do modelo de desenvolvimento capitalista dependente. Manifestava-se, na prática concreta da miséria do campo, um dos estágios da consciência: a fome e a pobreza potencializavam a necessidade urgente de algo novo no cotidiano desses povos sofridos.

Ao partir da denúncia, o MST anunciou, aos poucos, ao que veio e enfrentou, nas ocupações, outras grandes cercas que deveriam ser rompidas, frente à hegemônica narrativa do capital sobre o território brasileiro: a criminalização das lutas dos trabalhadores do campo e da cidade pelos meios de comunicação. Em 1984, o jornal especial, prévio ao primeiro Congresso do MST ocorrido em Curitiba, denunciava, no ano dos vinte anos de Estatuto da Terra no Brasil, a continuidade da miséria dos trabalhadores rurais no campo brasileiro. Segundo o jornal intitulado “20 anos do Estatuto da Terra: Aniversário sem festa” (MST, 1984):

O Estatuto da terra está de aniversário: 20 anos. Mas só quem pode cantar parabéns é o regime militar implantado no Brasil com o golpe em 1964. Em todo esse tempo, ao invés de favorecer uma real transformação da situação agrária do país, a lei 5.504, de 26/11/1964, serviu tão somente para controlar o acesso à posse da terra, favorecer os grandes projetos econômicos, valorizar extensas propriedades e resolver alguns conflitos que o governo não conseguiu através do método mais corriqueiro desses 20 anos: a repressão pura e simples, muitas vezes com motes e outras violências. (MST, 1984, p. 8)

Nessa edição, diferentemente da temática tratada em 1981, o MST começou a formação política através do estudo permanente. Começava-se, assim, uma trajetória que seria inerente à sua construção: o estudo permanente e a formação política como uma garantia substantiva para a luta pela terra. À ruptura da cerca de terras, somava-se a destruição das cercas do conhecimento.

O texto de Octávio Ianni, “A luta pela terra”, ganhou uma síntese na parte de opinião, em que o Movimento explicitava, por trás da continuada manifestação de denúncias, o anúncio futuro de outros sentidos para sua luta. A formação política apresentava-se com status

de projeto estratégico nos desdobramentos da luta do MST. Em um dos belos fragmentos dessa importante obra recuperada pelo jornal (MST, 1984):

Nas últimas décadas têm havido inúmeras manifestações sociais no campo que mostram que a história do Brasil é, em primeiro lugar, a história de lutas sociais no campo, que se ampliam e que se desenvolvem com as lutas sociais que se realizam na cidade. Quer dizer, a história do Brasil ainda está para ser estudada a partir das classes exploradas. Então, poderíamos ver que essa história que vem desde as capitanias hereditárias, governos gerais, monarquias, repúblicas, política de governadores, populismo, militarismo, é uma história que tem por baixo, correndo solta, uma vasta luta social na qual estão camponeses e operários. (MST, 1984, p. 13)

Em “A formação do MST no Brasil” (2000), livro pioneiro e um dos principais sobre a trajetória histórica do MST na luta pela terra no Brasil, Bernardo Mançano Fernandes⁶⁴ defendeu que a gênese do MST adveio da situação econômica e política do processo de democratização, mas, como herdeira das lutas dos camponeses anteriores, trouxe, junto com sua luta, os gritos de outros tantos lutadores que revestiram de importância a história da luta de classes no Brasil. Os desconhecidos condenados da terra, em meio à avassaladora avalanche de consolidação ideológica que os tornava desconhecidos, eram reais e se materializavam em cada período histórico nas lutas decorrentes do modelo desigual.

Sobre o significado da Encruzilhada Natalino na história de luta do MST, Fernandes sustentava que (2000):

A encruzilhada é o lugar aonde se cruzam os caminhos. A luta que nasceu com o acampamento na encruzilhada natalino se opunha à política fundiária do governo. Era também um conflito entre o modelo econômico agropecuário implantado pelos militares, com a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vêm construindo por meio de suas lutas. Aquela ação representava, igualmente, o momento e o lugar do cruzamento de dois projetos políticos para o campo brasileiro. Essa forma de luta significa a recusa dos camponeses à *modernização conservadora*. Essa política do governo privilegia o grande capital e tem conduzido os camponeses à expropriação da terra, à exclusão, à miséria e à fome. A política dos trabalhadores leva à resistência na conquista da terra e do trabalho, da dignidade, da cidadania com a ressocialização dos camponeses sem terra. Esse conflito tem um caráter histórico, porque a encruzilhada se tornaria o espaço político em que se encontram os sem terras e o governo estadual e federal. (FERNANDES, 2000, p. 54)

⁶⁴ No primeiro capítulo, o autor faz uma bela e excelente recuperação da história da luta pela terra no Brasil e ancora, a meu juízo, corretamente a história do MST a todas essas histórias anteriores que seguem invisíveis na trajetória da história oficial dos currículos escolares brasileiros.

Concordo com a interpretação de Fernandes sobre o significado político e econômico das encruzilhadas. No entanto, essa leitura é muito mais o resultado da interpretação que o autor faz do Movimento no início do século XXI, momento em que o livro foi escrito, do que propriamente a situação concreta, no contexto concreto em que ela se desenvolveu.

Em outras palavras, na Encruzilhada Natalino, no momento em que o conflito se instaurou no sul do Brasil, os sem terras viviam uma situação concreta que precisava ser solucionada: a falta de terra para a produção de vida dos camponeses e o êxodo rural decorrente disto. Sua luta se pautava em um problema concreto: a posse e o uso da terra no Brasil. Ocupar e resistir à história da expulsão e da precarização das condições de vida dos trabalhadores sem terras no campo.

A ação, na Encruzilhada Natalino, nasceu da reação dos camponeses trabalhadores empobrecidos, sem terras, com força de trabalho superexplorada no campo, à histórica ação degradante do capital sobre a terra e o trabalho no Brasil. A mescla entre a economia política do capitalismo dependente e o autoritarismo conservador do período militar desnudou, nas bordas da década perdida – econômica e politicamente –, a exigência secular encampada pela luta dos trabalhadores do campo: a urgência do direito à terra e ao trabalho livre vinculado a ela. A necessidade da reforma agrária no Brasil.

É a partir dessa luta concreta no campo que o protagonismo do MST se apresentou no Brasil urbano através das mobilizações sociais ocorridas no processo de “democratização”. Os trinta anos do Movimento transcorrerão mediados por conflitos e contradições. Na medida em que o Movimento deixa de ser um Movimento para si e passa a ser para a classe trabalhadora, novos complexos processos contraditórios entrarão em cena.

Em 1984, na última edição do ano do Jornal Sem Terra, com o título “1985 vai ser diferente”, subtítulo contido na capa do banner do primeiro congresso, o MST anunciava a necessidade da reforma agrária no Brasil frente ao modelo excludente, da modernização conservadora. O editorial recuperou um dos trechos do documento final do primeiro Encontro Nacional ocorrido neste ano e enfatiza que (MST, 1984a):

Estamos dispostos a enfrentar qualquer barreira ou dificuldade para conquistar a terra a que temos direito e implantar no Brasil a reforma agrária. Avisamos às autoridades que se não atenderem as nossas reivindicações e não derem atenção ao nosso problema, seremos obrigados a continuar ocupando as terras improdutivas e organizando acampamentos para conseguir nossos direitos. Porque nosso sofrimento é a cada dia pior. (MST, 1984a, p.3)

A primazia da discussão era a ocupação de terras e a injustiça social proveniente da hegemonia do latifúndio-monocultor exportador, protagonista do modelo de desenvolvimento capitalista dependente do período militar. No entanto, ainda não se debatiam, na totalidade dos problemas que encerra a questão agrária, o modelo de desenvolvimento, a matriz produtiva e a centralidade do trabalho vinculado a terra. A ocupação ganhava a tônica do debate e abria, através da concentração do capital no campo, a frente das reflexões que posteriormente seriam conquistadas com a formação de quadros, a educação formal em parceria com intelectuais e universidades, entre outros desdobramentos dos trinta anos de história do Movimento.

Em janeiro de 1985, ocorreu o primeiro Congresso em Curitiba com a participação de 1500 camponeses de 23 estados do Brasil, com o tema, *Ocupação é a única solução!* Neste Congresso, que reuniu de forma massiva, camponeses provenientes de várias regiões do Brasil, a questão agrária voltou ao cenário nacional, após mais de vinte anos de reclusão à condição de periférica no modelo de desenvolvimento industrial e urbano brasileiro. Os meios de comunicação davam as manchetes – O Globo, “Agricultores de 23 estados querem terra”; Folha de São Paulo, “Trabalhadores pedem usufruto da terra”; Jornal do Brasil, “Lavrador quer influir na reforma agrária do país”.

Neste momento, além das ocupações, o MST discutia, na unidade da diversidade que o engendra, pautas nacionais a partir da aprendizagem de como as lutas se manifestavam em cada um dos territórios nos quais o Movimento se organizava. Através dos Congressos, o MST acompanhava, a cada cinco anos, a história das múltiplas aprendizagens do Movimento e deliberava coletivamente sobre temas comuns, sem com isto deixar de entender as especificidades da luta pela terra e pelo trabalho livre em cada uma destas regiões.

Chama a atenção como, a partir do I Congresso algumas características serão marcantes e contínuas na trajetória histórica do MST: 1) a importância da agitação e da propaganda manifesta na força da cultura camponesa projetada nos gritos de ordens, nas faixas políticas, nos cantos e, essencialmente, nos lemas dos congressos; 2) a participação nacional e latino-americana de outros movimentos camponeses, indígenas e quilombolas da América Latina, somados aos movimentos de trabalhadores organizados nas cidades; 3) a interlocução permanente com os representantes dos governos estaduais e federais, como forma de pressão para as questões ponderadas pela coletividade; e 4) a marcha como finalização das atividades do Congresso.

Entre as faixas trazidas pelos estados algumas explicitavam o teor da disputa: - “Queremos ser tratados como seres humanos”; “Terra não se ganha, se conquista”; “Reforma agrária só com ocupação”; “Queremos terra, não guerra”; “Queremos reforma agrária controlada pelos próprios trabalhadores”; “Se nos prenderem, nos matarem, voltaremos e seremos milhões”; “Terra, como produzir sem ela?”; “Os sem terras lutam pelo fim do latifúndio”; “Chega de promessas queremos terra e justiça” (MST, dez/jan.1985, p.3)

A centralidade da posse da terra, em especial na legalização das ocupações das terras dos latifúndios improdutivos, ou do Estado, dava a tônica reivindicativa daquele então. Mas ainda não se apresentava o debate do tipo de produção, nem dos principais elementos vinculados a terra como necessários: educação, saúde, crédito, entre outros. Stédile explicou, no tom da memória e da história contidas na entrevista de “Brava Gente” que, de 1985-1995, o Movimento estava em processo de aprendizagem sobre a matriz produtiva. Colhia experiências, moldava-se a si próprio. Foi após os primeiros dez anos transcorridos, contudo, que a produção do MST começou realmente a ganhar a proporção de um Movimento nacional.

Nos termos do dirigente do MST (FERNANDES; STÉDILE, 1999):

Friso que o período de 1986 a 1990 foi de descoberta. Sabíamos que não dava certo o sistema de lotes individuais para trabalhar com boi e enxada. Do ponto de vista da reivindicação, uma das saídas era o crédito subsidiado e aí conquistamos o Procefa. Essa conquista ainda não resolvia o problema da organização da produção. O caminho que adotamos foi o de começar a discutir com a base para ver o que existia, na literatura, de experiências acumuladas sobre a cooperação agrícola. Começamos a querer conhecer as experiências da Nicarágua, do Peru, de Cuba, do Chile e a contatar pessoas – professores e especialistas – estudiosas do assunto. Foi aí que conhecemos o Clodomir de Moraes. Ele apresentou sua proposta de teoria da organização. Em 1988, fizemos o primeiro laboratório de campo, em Palmeira das Missões (RS), seguindo suas orientações. Depois publicamos o livrinho de sua autoria – *Teoria da organização* – e passamos a utilizá-lo em nossos cursos. (STÉDILE, 1999, p. 98)

As imagens projetadas pelo jornal em 1985 mostravam um outdoor com a divulgação do Primeiro Congresso e o slogan: *Terra para quem nela trabalha*. Volta a apresentar-se no imaginário do povo brasileiro o papel do campesinato na perspectiva dos modelos de desenvolvimento em disputa. No entanto, neste momento, a visibilidade é toda para o tema da democratização, a vitória nas urnas de Tancredo Neves e o vice José Sarney e a projeção midiática do fim da ideologia do medo, no tom pejorativo do capital sobre o comunismo. Para

a burguesia, a luta pela “democratização” encarnava a retomada “segura” do projeto de nação vinculado à nova era do capital financeiro internacional.

A primeira edição do Jornal Sem Terra, de fevereiro de 1985, trouxe os principais discursos dos militantes dirigentes das regiões e explicitou, pela primeira vez, o caráter de territorialização do Movimento, dado pela consolidação da coordenação e executiva nacionais do MST compostas por representantes de cada um dos 23 estados no qual estava organizado. Chama a atenção o caráter de politização manifesto na edição sob o título *Sem terra não há democracia*.

No livro “Brava Gente” (1999), Bernardo Mançano Fernandes realizou uma longa entrevista com perspectiva histórica, com João Pedro Stédile, militante do MST. Nela, o dirigente narrou o que, a meu ver, é central para entender a trajetória do MST na luta pela terra e o trabalho livre vinculado a ela. Segundo Stédile, existiram três características chaves da gênese do MST que devem ser tomadas em conta na compreensão de sua totalidade: 1) os fatores socioeconômicos concretos do final da década de 1970, que levaram ao Sul do país manifestações que aglutinaram forças para fazer frente ao modelo excludente da industrialização para o progresso manifesto no pacto do desenvolvimento dos militares; 2) os fatores político-ideológicos presentes na aprendizagem de luta das Igrejas católica e luterana e nas pastorais que retratavam a situação vivida pelos camponeses brasileiros. Isto permitiu uma compreensão da existência das lutas em toda a extensão do território brasileiro e a necessidade de organização nacional do Movimento; e 3) os fatores político-institucionais relativos à democratização apresentada no slogan das *Diretas já*, que colocaram em movimento vários Movimentos de trabalhadores que se organizavam em tom reivindicativo por uma melhoria das condições de vida de suas bases.

Nas palavras do dirigente (FERNANDES; STÉDILE, 1996):

A luta pela democratização da sociedade brasileira e contra a ditadura militar, que criou as condições necessárias para o surgimento do MST. Se a luta contra a ditadura militar não tivesse acontecido também na cidade, o MST não teria nascido. Não é possível isolar o surgimento do movimento, acreditando que ele é resultante apenas da vontade dos camponeses. (FERNANDES; STÉDILE, 1996, p. 23)

É interessante destacar que depois de ocorrido o primeiro Congresso o MST além de se concentrar na territorialização nacional, começou a se dedicar de maneira ostensiva à formação política. Em 1985, o MST publicou o primeiro caderno de formação do Rio Grande do Sul, em que são destacados cinco princípios básicos (MST, 1985a):

1) Lutar pela reforma agrária já; 2) Lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo; 3) Reforçar a luta pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis; 4) Que a terra esteja em mãos de quem nela trabalhe, tirando o seu sustento e de sua família; 5) O movimento sem terra deve manter sempre sua autonomia política. (MST, 1985a, p. 7)

Ao longo do período 1985-1990, foram produzidos 16 cadernos de formação⁶⁵. Caracterizo esses documentos como narrativas da fase intimista. Momento em que ocorria o desenvolvimento para dentro do próprio MST. Neste então, os documentos cumpriam a função organizativa no interior do Movimento. No tom da organicidade política, a análise de conjuntura aparece com centralidade nos documentos. Nesses textos encontramos perguntas relativas ao que é o Movimento, como se organiza, pelo que luta e o que o difere dos sindicatos e das pastorais.

A formação começou, assim, a tecer o rumo da unidade política do MST, frente às situações de lutas e disputas relativas aos modelos de desenvolvimento manifestos no país. A luta pela terra do Movimento se vinculou aos poucos à luta pela formação da consciência em que a crítica da economia política, a história como palco da luta de classes e a filosofia da práxis explicitavam, aos poucos, a essência dos pilares de sustentação das práxis seguintes do Movimento.

Ocorreu, assim, um deslocamento da formação prática da consciência para a formação reflexiva/prática no teor das ocupações de terras. Na centralidade da formação política, processo real de aprendizagem e ruptura com a alienação burguesa, os camponeses aproximavam-se da classe trabalhadora da cidade e a luta pela reforma agrária se inseria em um novo patamar de disputa econômico-social. A luta pela terra começava a ser pautada na construção de um projeto de classe para além do capital.

Sobre esta questão, minha tese é a seguinte: a ocupação de terras do MST foi e será seu carro chefe na luta pela reforma agrária clássica e popular. Mas ela só ganhou um sentido de classe quando a formação política passou a ser um de seus principais motores. A formação política se fundiu com a ocupação ao ser estrategicamente pautada pelo Movimento em seu encontro como classe trabalhadora com intelectuais orgânicos e outros movimentos sociais do campo e da cidade no Brasil, na América Latina e no mundo.

⁶⁵ Todas as cartilhas, jornais, revistas sem terra do período 1981-2010, estão disponíveis no portal biblioteca digital da questão agrária: www.mst.org.br/publicações.

Juntas, formação-ocupação conformaram um novo estágio de ação do Movimento, em um contexto de abertura direta para as reformas neoliberais oriundas do Consenso de Washington. À práxis reivindicativa somou-se a práxis reflexiva que, aos poucos, colocava em movimento a práxis revolucionária frente à continuidade hegemônica da práxis alienadora do capital.

Com base na formação, a ocupação do latifúndio e da luta pela reforma agrária alcançou outras pautas, reorientou as lutas, ganhou novos sujeitos. Com a centralidade da formação, o Movimento reescreveu sua própria história com base na história geral da luta de classes e compreendeu a função social que o campo e o trabalho escravo-alienado vinculado a ela cumprem em cada fase do processo histórico de desenvolvimento do capital em geral e, no Brasil, em particular.

A consciência, inerente ao movimento da práxis, realinhou processos e construiu outros sentidos dentro da mesma luta. Exatamente como relata Iasi ao referir-se ao PT (2006):

As mutações da consciência fazem com que muitos considerem cada um de seus momentos como formas definitivas, de maneira que, para alguns, a consciência dos trabalhadores está condenada ao senso comum, ou, para outros, destinada inevitavelmente a expressar uma consciência revolucionária. Procuramos entender o movimento da consciência como expressão do movimento da própria classe, pois ela mesma não é um ser fixo e dado de uma só vez. As classes não se definem apenas pela posição objetiva no seio de certas relações de produção e de formas de propriedade mas, na concepção de Marx, as classes se formam e se constroem em permanente movimento de negação e afirmação, ora como indivíduos submetidos à concorrência, ora como órgãos vivos do capital em seu processo de valorização, ora como personificação de interesses de classe em luta, ora como aspectos subjetivos da contradição histórica entre a necessidade de mudar as relações sociais e a determinação das classes dominantes em mantê-las. (IASI, 2006, p. 17)

O caderno de formação n. 17 de 1989, com o título “Plano Nacional do MST, 1989 a 1993”, é, a meu ver, um divisor de águas no processo de consolidação política do MST sobre seu que-fazer. Este documento, preparatório para o segundo Congresso do MST ocorrido em 1990, expõe uma análise de conjuntura, mediada por uma perspectiva histórica de classe, e trata com centralidade a articulação campo-cidade, mediada por uma política de formação em vários níveis.

O documento é uma síntese do processo de consolidação do MST no período de 1984-1989, em que ao organizar as ocupações, o Movimento manifestou de maneira sólida novas estruturas de compreensão, ação, sobre suas lutas e deu um novo sentido à práxis. Com isto,

se tornou aos poucos um sujeito político concreto no cenário nacional das disputas de classes no Brasil.

Transitou de um típico processo de Movimento que se movimenta- com os pés no chão e cabeças centradas no horizonte desde onde pisa - da ocupação de terras à ocupação dos latifúndios terra, conhecimento e partido político.

Na narrativa da caminhada dos sem terras, a formação política, da consciência, abriu passo a uma nova práxis libertária.

No entanto, na dialética do concreto e a construção da práxis emancipadora pautada em outro sentido societário para além do capital, realizavam-se concretamente no cenário da práxis alienadora do capital. A dialética do concreto explicitava o complexo de complexos e a alienação típica do modo de produção burguês e, ao ser questionada, tendeu, gradativamente, a ser superada, no interior do Movimento, pelo materialismo histórico dialético.

Mais do que uma percepção mística, surgida de um sonho de um indivíduo qualquer, a transição à nova práxis foi o resultado histórico do encontro de saberes entre vários sujeitos da classe trabalhadora em movimento. Os saberes dos trabalhadores sem terras somaram-se aos saberes dos trabalhadores operários das cidades, dos intelectuais orgânicos das universidades brasileiras e dos sujeitos políticos engajados nos partidos de esquerda e nos movimentos eclesiais que resistiram à extinção, vinculados à teologia da libertação na América Latina. Abria-se, assim, uma nova fase da práxis, como processo, (encontro entre vários sujeitos da classe) em movimento (formação política e lutas concretas) de Movimentos (movimentos da classe trabalhadora organizados). A dialética do concreto, cenário da narrativa da luta de classe pelos trabalhadores politicamente organizados fundava, no encontro de saberes, a unidade da luta através da pauta da formação.

Vale reforçar: o fato da transição da práxis reivindicativa à práxis reflexivo-libertária, mediada pela hegemonia da práxis alienadora do capital, expõe o movimento da própria contradição. Isto significa que a práxis reflexiva/libertária funda novos movimentos, mas não destrói por completo a práxis reivindicativa e alienante. A luta dentro da ordem e a construção para além dela expõem a complexidade do movimento que a experiência histórica do MST encarna.

Essa interpretação vincula-se bastante com a leitura de Iasi sobre a práxis e a formação da consciência como movimento dialético (IASI, 2006):

A ação humana, concebida como práxis livre, acaba desencadeando uma dinâmica própria. Primeiro, o indivíduo liberta-se da sua “conformação em cápsulas individuais que velam o caráter social do ser” e insere-se no grupo.

Sua ação, no entanto, como membro do grupo ou da classe, logo se objetiva, institucionalizando-se seja como “burocracia” conformada à ordem do capitalismo, seja como “ruptura revolucionária”. A construção histórica passa a depender assim tanto dos condicionantes objetivos quanto da ação cotidiana dos seres humanos. (IASI, 2006, p. 12)

O Caderno de Formação n. 17 é um divisor de águas no movimento reflexivo sobre sua práxis, imersa dentro da práxis do capital, pois expõe o salto substantivo dado pelo Movimento em sua práxis para si e para classe. O MST faz uma análise do desenvolvimento capitalista desigual e combinado em geral, ainda mais intenso nas mazelas inerentes aos seus desdobramentos no campo, em particular. No item I, “Análise do desenvolvimento do capitalismo no campo”, demarcado pela concentração-centralização de capital, pela desigualdade e pela exclusão, o texto expõe com clareza, à luz da crítica da economia política e do método marxiano (MST, 1989):

O desenvolvimento capitalista na agricultura se dá com ampla integração entre os diversos tipos de capital: financeiro, industrial, comercial e agrário. Existe uma total integração da agricultura ao desenvolvimento da indústria e à divisão internacional do mercado que reserva ao Brasil um papel de exportador de matérias-primas agrícolas e extrativas. A integração se dá através do consumo pela agricultura de insumos industriais como: produtos químicos, maquinarias, meios de transporte, etc. Por outro lado, fornece matéria-prima para a agroindústria alimentícia e libera mão de obra barata para os centros urbanos e empresariais rurais. (MST, 1989, p.6)

Mandel, ao tratar do neocolonialismo e da troca desigual - momento em que no livro “Capitalismo Tardio” faz um excelente debate com a vertente marxista da dependência-reforça o caráter tendencial da acentuação do desenvolvimento desigual e combinado como processo inerente ao metabolismo do capital. Nas palavras do autor (MANDEL, 1982):

O neocolonialismo, ou neoimperialismo, não muda essa diferença de desenvolvimento ou produtividade, assim como não elimina, de maneira alguma, a “troca desigual”. Ao contrário, as fontes da exploração imperialista metropolitana das semicolônias hoje fluem com mais abundância do que nunca. Houve apenas uma dupla mudança de forma: em primeiro lugar, a distribuição dos superlucros coloniais iniciou um declínio relativo da transferência do valor como meio da “troca desigual”; em segundo lugar, a divisão internacional do trabalho dirige-se lentamente para a troca de bens industriais leves por máquinas, equipamentos e veículos, além da troca desigual “clássica” entre gêneros alimentícios e matérias-primas por bens de consumo industrializados. Mas, em última instância, na transferência de valor não está vinculada a nenhum grau específico de industrialização, mas à diferença entre os respectivos graus de acumulação de capital, de produtividade do trabalho e de taxa de mais-valia. (MANDEL, 1982, p. 259)

A análise do Movimento sobre o estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, compatível com o referencial marxista sobre as contradições inerentes aos desdobramentos do capital, encarnou a centralidade da categoria trabalho e, esses dois fundamentos - terra e trabalho - passaram a dar sentido à explicação das necessidades de transformação no campo, sendo o capital o inimigo principal. Sobre o trabalho, a cartilha demonstra que (MST, 1989):

Devido ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura profundamente desigual e excludente, proliferam as mais diferentes combinações de relações sociais de produção no campo. Muitos camponeses, com pouca terra, também são arrendatários ou parceiros, ou vivem do assalariamento de sua força de trabalho parte do ano, ou exercendo outras atividades autônomas. A força de trabalho predominante no meio rural brasileiro é a do trabalho camponês. Apesar de, nos últimos anos, ter havido um crescimento das formas tipicamente capitalistas do assalariamento puro, seja temporário ou permanente, a força de trabalho assalariado ainda não é predominante na agricultura, embora aponte nessa direção. (MST, 1989, p. 8)

No entanto, ainda que seja substantivo o caráter qualitativo de avanço do Movimento sobre a análise estrutural do problema da terra e do trabalho no Brasil, é na perspectiva política que ocorre seu principal avanço. No item “Desafios pela terra”, o documento enfatiza a (MST, 1989):

Necessidade de combinar as lutas por reformas com a luta política. A luta econômica imediata, é a principal forma de massificar os movimentos, bem como de ir criando as possibilidades de aliança para avançar na luta política e na luta ideológica. A luta econômica deve estar combinada com uma estratégia revolucionária. O desafio está em ver que elementos respeitar e encaminhar para não cair no reformismo prático ou no revolucionarismo sectário e inconsequente [...] A construção permanente entre operários e camponeses, tanto nas lutas concretas como nas lutas estratégicas, é um dos principais desafios para fazer a luta pela reforma agrária avançar. Para que esta aliança estratégica aconteça é necessário que todas as lutas específicas dos trabalhadores rurais e dos operários avancem enquanto, organização, articulação e enquanto luta de classes. (MST, 1989, p. 9-11)

Penso que este avanço é o resultado do acirramento, no Brasil, das condições reais de intensificação das mazelas históricas inerentes ao desenvolvimento do capital. Esse movimento de giro ao socialismo é fruto dos momentos anteriores de expressão da crise do capital. Processo que gerou tanto a intensificação sobre a superexploração da força de trabalho, como a expansão da financeirização da terra, como mercado, capital, futuro.

A contradição de primeira ordem – a relação capital-trabalho – manifesta na tendência inerente à queda da taxa de lucro do capital e dos mecanismos que a compensam exigiu - via disputa hegemônica entre os grandes capitais monopolistas financeiros dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha -, novos pactos políticos para o rearranjo econômico. Após anos dourados de expansão, a crise se instaurava novamente.

Para América Latina, 1989 significou a implementação concreta de políticas neoliberais que vinham sendo gestadas desde os anos 1970. O Consenso de Washington deflagrou a intensificação da crise econômica e a necessidade de reordenamento político continental sobre o território de gestão direta do poder dos Estados Unidos, a América.

O Consenso de Washington foi o mecanismo posto em prática pelo capital financeiro monopolista para contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro dos capitais financeiros estadunidenses na América Latina. Continente de irradiação direta do poder hegemônico do capital dos EUA. Tal condicionamento das novas condições para as políticas comerciais pensadas nos marcos dos blocos econômicos com definições cambiais, fiscais, tributárias definidas desde o Norte sobre todo o continente.

Segundo Paulo Nogueira Batista Jr. (1994), o Consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; e 10) propriedade intelectual. E suas propostas (BATISTA JR., 1994):

Convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas. (BATISTA JR., 1994, p. 18)

A leitura da luta de classes manifesta no Caderno de Formação n. 17 do MST expõe a dialética do desenvolvimento nas distintas concepções relativas à construção de consensos. Frente ao Consenso de Washington, o Movimento apresentava o Consenso, na construção da unidade, através da articulação organizada da classe trabalhadora. “É preciso buscar um consenso mínimo entre as lideranças rurais, sobre o caráter da luta pela reforma agrária tendo presente que esse consenso só é possível entre os que estão envolvidos em lutas concretas” (MST, 1989, p.12).

Ainda no âmbito da política, 1989 foi o primeiro ano de retomada da democracia representativa no Brasil em que, no processo eleitoral (voto), o projeto de modernização neoliberal do Consenso de Washington representado pelo candidato Fernando Collor de Mello disputou com o projeto do Partido dos Trabalhadores, representado por Luiz Inácio Lula da Silva. Foi o ano em que as ruas voltaram a ser pintadas de vermelho, em plena era da destruição do Muro de Berlim. Enquanto isso, a televisão, principal meio de comunicação para a agitação e propaganda do capital após 1984 – diretas já –, divulgava a nova fase de sua ideologia do desenvolvimento: o neoliberalismo, os trabalhadores tomavam as ruas no grito pela democratização.

Para Stédile, foi neste ano, no Encontro Nacional, que o Movimento definiu o lema *Ocupar, resistir, produzir*. E consolidou a assertiva de não embarcar nos discursos da Nova República, via constituinte, ao manter-se autônomo na relação com os partidos políticos. No entanto, desenhou a partir daí o desejo da vitória de Lula. Nas palavras do militante do Movimento (FERNANDES; STÉDILE, 1999):

“Ocupar, resistir e produzir” fortaleceu o sentimento de que tínhamos de gerar uma nova sociedade nos assentamentos, organizar a produção, ter um modelo para a agricultura. Paralelamente, havia essa vontade política de eleger o Lula, ajudar a mudar o Brasil. (FERNANDES; STÉDILE; 1999, p. 53)

O professor José Gomes da Silva em seu texto “A reforma agrária no Brasil”, de 1994, expõe a incidência do capital financeiro monopolista no campo brasileiro no período em questão. Segundo o agrônomo, em 1989, dos quarenta e seis maiores grupos econômicos proprietários de terras no Brasil, juntos somavam um total de 22.133.459 de hectares de terra - distribuídos entre 312 empresas proprietárias de mais de três mil imóveis rurais, quinze eram oriundos do setor financeiro, dezoito do setor industrial e treze do setor agropecuário, conforme exposto na tabela 10.

TABELA 10: Empresa/setor, área total (ha)

SETOR FINANCEIRO		SETOR INDUSTRIAL		SETOR AGROPECUÁRIO	
EMPRESA	ÁREA (HÁ)	EMPRESA	ÁREA (HÁ)	EMPRESA	ÁREA (HÁ)
Bradesco	839.224	TABELA	Manasa	Cotrig	1.611.757
		4.160.658			
Aplud	2.279.073	C.S.E.M.I.	2.240.485	Moraes Mad.	669.280

Bamerindus	254.410	Klabin	522.984	Ingeco	599.669
B. Vidigal	240.651	Votorantin	497.566	Agroind Amapá	540.618
Benesa	156.083	E.N.I.	492.174	Mad. São João	392.967
B.C.N.	143.865	Ometto	438.715	Madeiras	391.071
Itamarati	131.687	Uniconn	405.000	Emppes. Amazonia	352.861
B. Simonsen	114.043	Calcestruzi	367.885	Cebrir	339.514
Safra	107.755	C.V.R.D.	350.725	Vale. R.Grande	318.338
Itaú	106.595	Belgo-mineira	288.333	Agrimar	301.100
Econômico	100.663	Camargo-Correa	202.144	Rio Cajari	278.705
ultiplic	96.540	Mont. Aranha	190.202	Color	278.600
Credireal	83.800	Dedine	179.869	Sinop	202.794
W. Simonsen	82.616	And. Gutierrez	167.564	-	-
Nacional	73.927	Mannesmann	138.431	-	-
-		Fischer	125.690	-	-
-		Nahas	119.972	-	-
-		Aracruz	102.814	-	-
Subtotal	4.864.967	Subtotal	10.991.218	Subtotal	22.133.273

Fonte: MIRAD, retirado de SILVA (1994).

A concentração-centralização do capital financeiro monopolista expõe o redimensionamento da luta de classes no campo, com a terra utilizada como reserva de valor e projeção especulativa, e a força de trabalho superexplorada no plano individual e familiar. Em Capitalismo Tardio (1982) lemos:

O capital monopolista não tem nenhum motivo para hostilizar o desenvolvimento completo da industrialização e capitalização intensiva de todos os setores sociais, porque ele próprio participa desse processo – ao menos enquanto o “novo” capital desempenhar com sucesso o papel histórico de abrir novos campos de investimento e de experimentar novos produtos, de modo que a lucratividade desses novos campos seja garantida. A concentração e centralização de capital nas áreas de alimentação e distribuição possibilitam o surgimento de grandes empresas à altura dos trustes de aço e de eletricidade (Unilever, Nestlé, General Food). (MANDEL, 1982, p. 275)

A imagem dos carros modernos, fruto da era das automações, veiculava a nova fase da modernidade, enquanto as imagens cinzas, presentes nos “muros” destruídos (representando o “fim” do socialismo na ótica do capital), apontavam para a noção do “atraso”. A ideologia do desenvolvimento burguês se reafirmou e nos moldes de um consumismo acelerado à custa de

uma alienação ainda mais perversa, o Brasil se movimentou, na propaganda midiática, na disputa entre dois projetos de Nação (modernidade x atraso).

Foi neste contexto de disputa eleitoral que ocorreu o primeiro movimento de inflexão político-ideológica do MST. Contexto histórico chave que definiu, no âmbito da particular luta de classes no campo brasileiro, na década seguinte - 1990 - um posicionamento concreto de luta contra o capital em todas as formas nas quais ele se apresentasse.

No ano em que o PT viveu sua primeira derrota eleitoral para o PSDB, ocorreu o Segundo Congresso Nacional do MST. Neste então, “existiam 730 assentamentos, onde viviam 110.113 famílias em 5.540.290 ha” (FERNANDES, 2000, p.181).

Novamente corroboro as teses de Iasi, uma vez que explicitam a diferença no processo de consciência de classe entre movimento e momento na análise das relações que mediam as opções em cada tempo histórico. Em outras palavras, determinados momentos históricos expõem, no movimento dialético, opções que encarnam a trajetória histórica de luta e a vitória, ou não, da continuidade sistêmica de um projeto. Para Iasi (2006):

Os momentos de amoldamento, resistência ou rebelião não são expressões empíricas de qualquer essência reformista ou revolucionária, mas apenas “momentos” de um processo que expressam a multiplicidade de aspectos contraditórios que constituem o ser da classe trabalhadora. Os trabalhadores formam uma classe da ordem capitalista e estão indissolivelmente ligados a ela como parte integrante e essencial do capital. São na feliz expressão de Marx (1993: 92), uma classe na sociedade civil-burguesa que não constituem uma classe da sociedade civil burguesa. (IASI, 2006, p. 12)

Em 1990, no centro da vitória presidencial de Fernando Collor de Mello, o MST realizou o II Congresso em Brasília com o tema *Ocupar, resistir, produzir!* Com a participação de 5000 trabalhadores sem terras, oriundos de 19 estados nos quais o Movimento se encontrava organizado, este congresso pautou a centralidade da ocupação de terras e da formação política nos assentamentos e acampamentos do MST, além do enfrentamento direto contra a política de reforma agrária proposta pelo governo Collor.

Na perspectiva de Fernandes, sobre a consigna do II Congresso, “essa palavra de ordem se torna a bandeira do Movimento para a primeira metade dos 90, quando enfrentou um dos períodos mais difíceis de sua história” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p.36). Stédile sustenta, neste texto, que o lema *Ocupar, resistir e produzir* fortaleceu “o sentimento de que tínhamos de gerar uma nova sociedade nos assentamentos, organizar a produção, ter um modelo para a agricultura. Paralelamente, havia essa vontade política de eleger o Lula, ajudar a mudar o Brasil”.

O Jornal Sem Terra de abril-maio de 1990, “congresso histórico”, ao trazer a síntese do II Congresso, relatou que (MST, 1990):

O capitalismo exclui a grande maioria da população do aproveitamento dos frutos da produção. Também impede que se tenha acesso à informação. Tenta determinar que as pessoas sejam o que a classe dominante planeja através da escola, dos meios de comunicação, das leis, etc.[...] Não temos um modelo definido, temos um princípio orientador: prática-teoria-prática. Organizar a formação a partir do que fazemos a cada dia na produção, na organização política e social. (MST, 1990, p. 5)

O breve período Collor, 1990-1992, deposto por impeachment, a entrada em cena de Itamar Franco como Presidente e de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda, davam o panorama do impacto do processo de desenvolvimento dependente neoliberal no acirramento da luta de classes no campo brasileiro. Em meio às privatizações, abertura econômica e flexibilização das leis trabalhistas sob a orientação da política neoliberal de desenvolvimento de FHC, os conflitos do campo se acentuaram.

Na revista conflitos do Campo (2000), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os dados são estarrecedores, como visualizado na tabela 11. Em 1993 foram envolvidas 252 mil pessoas nos conflitos do campo. Em 1996, este número alcança a cifra de 481 mil pessoas, com ápice, em 1998, com 662 mil pessoas em conflitos.

TABELA 11: Número de pessoas envolvidas nos conflitos do campo

ANO	PESSOAS
1993	252.236
1994	237.501
1995	318.458
1996	481.490
1997	477.104
1998	662.590
1999	536.220
2000	444.130

Fonte, CPT, 2000

3.6 O ápice do neoliberalismo e a práxis do MST

Entre 1990 e 2000, o MST realizou o III e o IV Congressos com os respectivos lemas: *Reforma Agrária uma luta de todos; Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio*. No III Congresso, havia 5.200 delegados de 22 estados. No IV Congresso, estiveram presentes 11.000 pessoas entre trabalhadores rurais e participantes convidados. Esse período foi de enfrentamento intenso com as políticas neoliberais e de recrudescimento dos conflitos no campo e na cidade. Na acentuação dos conflitos do campo, o MST chegou às grandes cidades do país e, no pacto de consolidação da unidade dos trabalhadores, fomentou processos políticos de denúncia e anúncio de outras posições.

A marcha de 1997 a Brasília, um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás (que culminou na morte de 21 trabalhadores rurais sem terras, 56 mutilados/feridos), foi emblemática desta ocupação simbólica da cidade. Quase 1500 trabalhadores do campo e da cidade consolidaram a Marcha Nacional sob o título *Emprego, Justiça e Reforma Agrária*. Momento ímpar na aprendizagem da práxis do MST. Além de dialogar com a sociedade, o Movimento ia aos poucos tecendo novos encontros que culminariam na solidificação de projetos políticos de formação da classe trabalhadora ao longo de todo período da primeira década do século XXI.

Os cursos de realidade brasileira, o livro “A opção brasileira”, organizado por Cesar Benjamin traçavam a leitura de desenvolvimento com a qual se trabalhava na construção da unidade. Na tônica da crítica ao neoliberalismo de FHC, abriam a frente da solidificação da relação campo-cidade na perspectiva de unidade na formação para a classe trabalhadora. No desenho do desenvolvimento pela qual a unidade propunha trabalhar, especificava cinco elementos constitutivos da retomada da “autonomia” política. Desenvolvimento, Democracia, Sustentabilidade, Soberania e Solidariedade. É interessante notar como ao longo de todo o livro se demarcava, ainda, a viabilidade de um Brasil com desenvolvimento ancorado no nacional e na redução das desigualdades regionais e sociais. Ante a crítica ao neoliberalismo, o desenvolvimentismo proposto recobrava a herança histórica da ideologia do desenvolvimento nacional.

Após a solidificação da luta pela terra na unidade de classe nas cidades, os mecanismos de agitação, propaganda e (in)formação do MST ganharam força tanto na dimensão da luta pela terra, quanto na articulação urbana. Revista Sem Terra, Jornal Brasil de Fato, Editora Expressão Popular, foram alguns destes instrumentos constituídos para

fortalecer a luta do MST, ao mesmo tempo em que potencializavam a unidade de classe através da formação política.

Nesse mesmo período, após a longa aprendizagem organizativa e de estudo que significou a marcha, surgiu a Consulta Popular que iria, aos poucos, solidificar-se como a escola de partido do MST, célula de relação com a intelectualidade brasileira. Desta experiência de abrir consultas populares nos estados, que culminou no século XXI na construção das assembleias populares, a articulação entre os movimentos sociais consolidou os cursos de realidade brasileira. Mas tanto esta experiência como as anteriores sofreram, no período seguinte de inflexão da governabilidade petista, problemas concretos que colocaram em dúvida a centralidade do protagonismo do MST na consolidação de um projeto societário para além do capital.

A revista Sem Terra de julho de 1997 traz uma longa entrevista com Lula da Silva na qual ele aponta a diferenciação de seu projeto de reforma agrária com o proposto por Fernando Henrique Cardoso, com a desapropriação das propriedades acima de 500 ha no Sudeste-Sul; acima de 1000 ha no Nordeste; e 1500 ha no Centro-Oeste. Nas palavras de Lula (MST, 1997):

O presidente Fernando Henrique Cardoso não acredita na reforma agrária, confunde titularização com assentamento, não mexe na estrutura fundiária do país, não tem política de crédito para pequenos e médios agricultores. Para nós reforma agrária é terra, crédito, assistência técnica, garantia de preços e escoamento da produção. (MST, 1997, p. 10)

Desde 1989, a relação entre o PT e o MST abria rumo à participação ativa dos movimentos sociais do campo na plataforma de governo proposta pelo partido. A reforma agrária estava na pauta da agenda do PT e, através dela, o MST, e demais movimentos do campo, eram convidados a compor sua aliança com o PT no poder. Convidados de segunda ordem, o PT tratava seu grande campo eleitoral efetuando políticas sociais compensatórias, ao mesmo tempo em que administrava para o capital, parte expressiva dos recursos públicos.

A situação concreta de disputa entre dois projetos fez ressurgir no processo de agitação e propaganda burguês a ideia do “perigo” comunista encarnado nas bandeiras vermelhas do PT e do MST. Resultado dessa aliança rumo à disputa eleitoral, em 1987, o PT lança os treze pontos do Programa de Governo. Sobre a reforma agrária pautava o seguinte (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2012):

O governo da Frente se dispõe a implementar um plano antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária e a mudar o atual modelo de produção agrícola, assentado no latifúndio, nas grandes extensões de monoculturas e nos agrotóxicos. Promoverá uma reforma agrária através da desapropriação de imóveis rurais improdutivos, da arrecadação sem indenização das terras tomadas por grilagem e desapropriação de terras envolvidas em conflitos. O governo da Frente também desenvolverá um novo modelo agrícola baseado na policultura, no reflorestamento e no combate biológico às pragas. A nova política atenderá preferencialmente aos pequenos produtores, apoiando-os com assistência técnica, linhas de crédito especiais, garantia de preços mínimos remuneradores e infraestrutura para transporte, armazenamento, escoamento e comercialização da produção. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2012, p. 156)

É interessante notar que neste momento MST e PT apresentavam-se como principais inimigos a ser combatidos pela burguesia nacional e internacional, a começar pela agitação propagandista do fim do ciclo comunista no mundo, “queda” do muro de Berlim e início de uma nova era modernizante. As figuras de Che Guevara, João Pedro Stédile, Lula da Silva e Paulo Freire apareciam nas capas da revista *Veja* com alusão à memória que deveria ser exterminada da história do Brasil.

Na perspectiva de classe do capital, esses sujeitos representavam o avanço a ser contido. E para a classe trabalhadora do campo e da cidade em aliança, a disputa eleitoral do PT representava a retomada na luta pelo fim da injustiça social no Brasil.

O III e o IV Congressos do MST ocorreram em plena era Fernando Henrique Cardoso, após três derrotas consecutivas de Lula da Silva na disputa eleitoral. Esse processo de oito anos de Governo FHC, somado aos dois anos em que foi ministro da fazenda, acentuou a condição estrutural da superexploração da força de trabalho no Brasil, uma vez que a flexibilização das leis trabalhistas e a reestruturação do capital financeiro monopolista internacional foram redimensionados. A partir do âmbito externo, as condições internas da economia brasileira atrelavam-se de forma inexorável à dependência.

De maneira contundente, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seu livro “Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária” (2007), aponta para a importância histórica da luta do MST demarcada pelas transformações políticas e culturais. Nas palavras do agrônomo (OLIVEIRA, 2007):

Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era “Terra para quem nela trabalha” (1979/83). Depois, quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, o novo lema foi: “Terra não se ganha, terra se conquista” (1984). Quando o MST se fortaleceu e avançou, sobretudo durante o Governo Sarney, e quando percebeu que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas

passaram a ser: “Sem Reforma Agrária não há democracia” (1985) e “Reforma Agrária já” (1985/6). Como a violência aumentou, violência que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: “Ocupação é a única solução” (1986), “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra” (1986/7) e por ocasião da Constituinte, “Reforma Agrária: na lei ou na marra” (1988) e “Ocupar, Resistir, Produzir” (1989) depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também, qualitativamente do ponto de vista político. (OLIVEIRA, 2007, p. 141)

E continua:

Na década de 90, durante o governo Collor, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: “Reforma Agrária: essa luta é nossa” (1990/1). “MST, agora é prá valer” (1992/3). Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso veio a palavra de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos!” (1995). A mudança nas palavras de ordem representa a mudança da estratégia política do Movimento. A palavra de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos!” particularmente, tem um significado político importante, tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo. Este foi um período, como se verá ainda neste livro, de crescimento e aceitação do movimento no conjunto da sociedade brasileira. No ano 2000 o lema passou a ser “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem que cumprir sua função social. (OLIVEIRA, 2007, p.140)

Essas transformações políticas de classe do Movimento forjadas no contexto de agudização das políticas neoliberais, que Filgueiras e Gonçalves, na “Economia Política do Governo Lula”, corretamente definem como a fase do Modelo Liberal Periférico (MPL), explicitam a necessidade de fortalecimento da luta nas cidades frente à ofensiva do capital.

A perspectiva de desenvolvimento de Cardoso com a integração entre os capitais nacionais e internacionais e o recondicionamento político do Estado para as necessidades do capital monopolista financeiro, denominada por vários autores como era neoliberal, sempre foi condizente com sua concepção teórica de desenvolvimento dependente e associado. Desenvolvimento para o sociólogo Cardoso tem relação direta com avanço técnico-científico, modernização produtiva e melhoria das condições na concorrência internacional, independente da nacionalidade do capital que opera em território brasileiro. Esta postura intelectual é coerente com a narrativa de seus discursos de posse nos dois mandatos. Textos em que Cardoso define a importância de resolver a instabilidade política interna para que o

Brasil seja uma potência nas relações internacionais. Na perspectiva do Presidente (CARDOSO, 1995)⁶⁶:

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico. E, ainda, identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid. Sem nos esquecermos das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que, por sua dimensão continental, enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social. (CARDOSO, 1995, p. 29)

Na valorização da integração mercantil, Cardoso argumenta ser necessário um avanço do capital para que as mazelas sociais sejam reduzidas uma vez que caracterizam o ponto central do atraso do país. Ou seja, a tônica principal do desenvolvimentismo neoliberal de FHC era a desigualdade. E, segundo sua interpretação, a desigualdade somente se supera com modernização produtiva do capital.

Na medida em que o desenvolvimento, pautado por uma política de crescimento de estabilidade econômica (real), os empregos se recuperam e as melhorias sociais - desigualdade tanto regional, como social - são superadas. Essa visão de desenvolvimento como crescimento e equidade social acompanha a perspectiva internacionalista do sociólogo Cardoso desde seu livro clássico com o argentino Enzo Falletto, “Dependência e desenvolvimento na América Latina”.

Em 1998, aponte⁶⁷ que as ideias do sociólogo Cardoso estavam sendo postas em prática em seu período de Presidente da República (1995-2002) e que elas não diferem do que Fernando Fajnzylber, presidente da CEPAL na década de 1990 caracterizou como transformação produtiva com equidade social. Nesse entroncamento entre o ideário cepalino e o interdependentista de Cardoso, é que se gesta o novo desenvolvimentismo apregoado pelos defensores ideológicos do Governo Lula.

No discurso de posse de seu segundo mandato, em 1999, a perspectiva internacionalista da integração do capital no âmbito mundial – interdependência - fica explícita e os argumentos do desenvolvimento dependente e associado são reiterados (CARDOSO, 1995):

⁶⁶Discursos dos Presidentes da República disponíveis em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/fhc%201995.pdf>

⁶⁷ Na dissertação de mestrado publicada como livro pela editora topbooks, A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso, com prefácio de Reinaldo Carcanholo.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros, Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros. Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países. Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento, Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento. Irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Europeia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está, assim, consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional. (CARDOSO, 1995, p. 25)

No discurso da ONU de 1995, Cardoso se manifesta como um adepto aos novos tempos em que, em sua opinião, a disputa entre capitalismo e socialismo ficou para trás, na concepção do sociólogo-Presidente e reforça as novas agendas internacionais pautadas na concepção de desenvolvimento com “rosto humano” (CARDOSO, 1995):

Vivemos hoje tempos melhores do que há cinquenta anos. O fim da Guerra Fria liberou a agenda internacional das tensões geradas pelo conflito ideológico e propiciou recente convergência de valores em torno da democracia, da liberdade econômica e da justiça social. Abriam-se novos espaços para a cooperação internacional. A série de conferências que a ONU vem patrocinando, sobre População, Mulher, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, tem como grande tema unificador a busca de padrões dignos de vida para todos os povos e para cada indivíduo. O progresso humano está, assim, no centro do debate internacional [...] Devemos trabalhar aqui para superar, no marco complexo da globalização, um quadro persistente de desigualdades sociais e econômicas, que gera desesperança e sentimento de exclusão. Os objetivos do desenvolvimento sustentável não devem ser abandonados. Devemos trabalhar, igualmente, para que os progressos extraordinários trazidos pela ciência e pela tecnologia se difundam em benefício de todos. (CARDOSO, 1995, p. 4)

A simbiose entre a elaboração intelectual do sociólogo e a prática política do Presidente narram o processo histórico de um representante do capital. E como tal, em plena virada de século, verifica nas mudanças do capital monopolista para superar suas reiteradas crises, a necessidade de deixar para trás receituários que, em sua opinião, não explicam o movimento atual. É o que reitera Cardoso em sua conferência, em 1996, no Colégio do México (CARDOSO, 1996):

As extraordinárias mudanças que ocorreram de 1989 para cá, entre as quais a aceleração dos efeitos da globalização, revelaram os limites das teorias e das ideologias hegemônicas deste século. E isso não vale somente para o marxismo. Tanto o liberalismo clássico (em virtude das transformações na teoria das vantagens comparativas) como a socialdemocracia (que sofre a crítica do esgotamento do *welfarestate*) exigiram reformulações radicais, que ainda não se completaram. Claro: as perspectivas históricas de que dispunham os seus fundadores eram outras, pressupondo determinadas formas de dialética entre o interno e o externo, e mesmo de relação entre o capital e o trabalho, que não mais subsistem. Mudou o mundo; mudou a natureza do capital; mudou a natureza do trabalho. Mudaram, também, os instrumentos necessários para alcançarmos níveis crescentes de inclusão social. (CARDOSO, 1996, p. 25)

Reforço de forma exaustiva os argumentos de Cardoso com estas citações para desnudar, no campo da inflexão do MST, as principais influências da economia política burguesa no século XXI com as quais o Movimento se deparou. A força desse momento exigiu outros enfrentamentos que, no teor da luta pela democratização de 1984, ainda não apresentavam de forma explícita os novos condicionamentos neoliberais do capital no continente.

Para os que ainda sustentam - na nostalgia idealista típica de um intelectual sem pés no chão - que em algum momento o sociólogo Cardoso atrelou-se à perspectiva marxista na análise do desenvolvimento, sua gestão põe os fatos em seu devido lugar. Adepto à teoria da globalização, interdependência e às novas lógicas de funcionamento do capital em todos os territórios de forma integrada, Cardoso faz duas ponderações atreladas à ideia pós-moderna do fim do trabalho e início do empreendedorismo e sustenta que (CARDOSO, 1996):

Ora, como falar, hoje, com nitidez, de exploração pelo capitalista, de realização da mais-valia, no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tornar sócia do capital? Sem dúvida, há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao capital, justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna. E fica aqui uma primeira indagação, mais de

natureza sociológica do que econômica: a diferenciação do trabalho, derivada da facilidade do acesso ao capital – e, como apontarei, há outros determinantes da diferenciação –, consagra somente formas modernas de organização ou também serve aos que, por artifício político, conseguem consolidar posições corporativas? (CARDOSO, 1996, p. 26)

Guilherme Delgado (2003) chama a atenção para o fato de que o ajuste externo, fruto das sucessivas crises do capital internacional, reordenou o debate da questão agrária no Brasil, uma vez que este voltou a ser subordinado ao ajuste monetário, fiscal. Segundo o autor, após o período militar, era necessário expor três momentos distintos na trajetória política e econômica do Brasil (DELGADO, 2003):

1) 1983/93: primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994- 1999: folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; 3) 2000/2003: relançamento da estratégia do saldo comercial externo a qualquer custo. (DELGADO, 2003, p. 10)

Enquanto o processo de ajuste via Consenso do Washington redimensionava a concorrência monopolista no âmbito mundial, no Brasil as políticas macroeconômicas tinham como meta conter a inflação, o desemprego e os respectivos desajustes marcados pela desaceleração econômica. Neste momento de mudança política da constituinte, a economia viveu um processo de aceleração da dívida pública e intensificação dos problemas oriundos do desenvolvimento desigual e combinado.

No bojo do pós Consenso de Washington, nasceu o plano real, objeto de reiteradas trocas de farpas políticas entre a direita e a esquerda no Brasil, sobre o mesmo ser, ou não, responsável pela retomada do crescimento econômico brasileiro. Plano real e plano de abertura econômica se coadunavam e instituíam a nova fase neoliberal do desenvolvimento econômico brasileiro sob a Presidência de Cardoso.

Os dados do último censo agropecuário de 2006, apresentados na tabela 12, evidenciam uma brusca queda na produção de alimentos protagonizada pela agricultura familiar de 1985 a 1995, situação que configura o marco das disputas que serão travadas pelo MST no período.

TABELA 12: Cultura, área de produção, quantidade produzida (1985-1995)

CULTURA	1985/1995		1985-1995	
	ÁREA(ah)		QUANT (t.)	
Arroz	5.173.330	2.977.019	8.986.289	8.047.895
Feijão	5.480.286	3.225.092	2.066.556	1.450.570
Mandioca	1.635.594	1.233.138	12.432.171	9.099.213
Milho	12.040.441	10.602.850	17.774.404	5.510.505
Soja	9.434.686	9.479.893	16.730.087	1.563.768
Trigo	2.518.086	893.555	3.824.288	.433.116
Café	2.636.704	1.812.250	3.700.004	2.838.195

Fontes: censos agropecuários 1980, 1985, 1995

A participação da agricultura familiar nesses cultivos em 1995-1996 foi a seguinte: mandioca (83,9%); feijão (67,2%); milho (48,6%); arroz (30,9%); café (25,5%); soja (31,6%). Estes elementos nos dão o traçado do problema da produção de alimentos no Brasil e da condição dos trabalhadores do campo.

A política agrícola desenhada para o período de retração econômica seguiu beneficiando a grande propriedade exportadora em detrimento da agricultura familiar. Com isto, a tendência processual ao esvaziamento do campo e à intensificação da superexploração da força de trabalho continuou. Em 1985, o número de arrendatários, parceiros, era de 17,3% do total e em 1995/6 passou para 10,9%. A área de ocupação no campo caiu de 17,7% em 1985 para 14,4% em 1995 e 1996 e a população diminuiu em 5.464.029 já que era de 23.394.919 em 1985 e passou para 17.930.890 em 1995-1996. Destes, aproximadamente 13.780.201 estavam ocupados na agricultura familiar.

Outro dado interessante diz respeito à discrepância da renda total recebida por tipo de estabelecimento no ano de 1995/6. Enquanto na agricultura familiar a renda total foi de R\$2.217,00, a do estabelecimento patronal foi de R\$19.085,00 por estabelecimento o que gerou para os grandes estabelecimentos uma renda total por área de R\$104,00/ha/ano e para a agricultura familiar o valor de R\$44,00/ha/ano. Isto equivale a uma receita média R\$136.575,00 para os estabelecimentos patronais em detrimento à receita média de R\$13.633,00 da propriedade familiar.

Foi na era do desenvolvimento neoliberal, interdependentista, de Cardoso que a práxis do MST ganhou uma tônica de luta de classes e entoou, no movimento geral das mobilizações

decorrentes do processo de privatizações e desnacionalizações levado a cabo na década de 1990, um tom de revolução no que até então se apresentava como reforma. A força das circunstâncias daquele momento exigiu um giro rumo ao socialismo, perspectiva que, apesar da insistência dos representantes do capital internacional no território brasileiro inseridos no Governo FHC e na mídia hegemônica, estava longe de ter se finalizado.

Na era neoliberal do capitalismo dependente brasileiro dos anos 1990, o MST avançou rumo à defesa da reforma agrária ancorada no projeto societário democrático e popular. Neste contexto, parte expressiva dos intelectuais de esquerda que vinham, gradativamente, sinalizando um giro do PT para a perspectiva sistêmica na plataforma eleitoral, insere-se ainda mais na formação de quadros do Movimento. E imprimiram uma perspectiva crítica, e diversa, sobre o teor da luta de classes no Brasil.

Essa observação é relevante, pois através da formação é possível visualizar as várias perspectivas críticas que se inserem em cada período histórico na análise de conjuntura e das escolas de quadros do Movimento. Cesar Benjamin, Emir Sader, Gaudêncio Frigotto, Plínio de Arruda Sampaio Jr, Valério Arcary, Horácio Martins, Mauro Iasi, Coletivo 13 de maio, CEPIS, Virginia Fontes, entre outros, conformam um campo amplo de formadores que no início do século XXI contribuíam organicamente com a análise econômica, política e social do MST.

Porém, ainda que o Movimento imprima uma práxis política com sentido revolucionário no enfrentamento direto com o Governo Cardoso, no plano econômico, sua leitura de desenvolvimento, baseada na produção de alimentos no campo, ainda não se manifestava como projeto fora da ordem.

É como se o desenvolvimentismo da CEPAL presente na trajetória do MST se apresentasse na era neoliberal como um processo de resistência e revolução, para além da ordem sistêmica, quando em realidade foi gestado e re-planejado como marco dentro da ordem. Em outros termos, o liberalismo interdependentista de Cardoso entra em choque com a retomada do desenvolvimentismo por parte da esquerda brasileira da qual o MST faz parte. Isto reascende o debate sobre reforma-revolução no País e o PT à luz das derrotas anteriores, amplia seu campo de articulação com o intuito de disputar a Presidência para ganhar, mesmo que atrelado a uma composição que o definiria nas diretrizes do próprio capital.

No editorial do Jornal Sem Terra de fevereiro/2000 “Ocupar terra não é crime”, redigido pela direção nacional, o Movimento defende a necessidade de um projeto popular para a agricultura e traça oito pontos a serem pautados no período seguinte: 1) crítica ao

caráter assistencialista da Reforma Agrária; 2) crítica ao modelo agro-exportador brasileiro; 3) crítica ao modelo de desenvolvimento neoliberal do Governo; 4) construção de uma nova proposta de modelo agrícola; 5) novo modelo pautado na incorporação tecnológica que melhore a produtividade no campo, que rompa com a miséria e ataque os agrotóxicos; 6) novo modelo de assentamento; 7) centralidade para as alianças de classes; e ,8) fortalecimento da luta de massas. No entanto, ainda que reiterem a crítica ao desenvolvimento neoliberal, os pontos não atacam em si mesmo o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, o que nos remete ao debate sobre o real impacto da matriz produtiva proposta pelo MST no que tange à sua contribuição histórica para o horizonte socialista.

A revista Sem Terra, de abril de 2000a “O rei está nu”, recupera de forma minuciosa os últimos dados da CPT relativos aos conflitos no campo e reforça que em 1992 foram 433 casos envolvendo 185.996 pessoas. Em 1998, foram 1.100 com 1.139.086 pessoas nesta situação. Neste ano, 40% dos conflitos ocorreram no Nordeste; 23% no Sudeste; 16% no Norte; 16% no centro-oeste e 5% no Sul. Sem dúvida alguma o impacto, em 1996, do massacre de Eldorado dos Carajás, levantou a importância de visibilizar a temática nos canais de agitação e propaganda do Movimento.

Nesta revista, deparamo-nos com uma longa entrevista concedida por Jacob Gorender em que o grande pensador reitera o socialismo como única possibilidade de uma reforma verdadeiramente justa, para além do capital. Nesta entrevista Gorender assinala o caráter democrático do PT dentro da ordem e sua tendência ao declínio. Frente a isto aponta a necessidade da entrada em cena de novos personagens, como por exemplo, o MST.

Nas palavras de Gorender, o socialismo (MST, 2000a):

Tem que ser uma escolha, mas é uma escolha que tem fundamento porque o capitalismo produz as tendências anticapitalistas e a tendência socialista é anticapitalista. E, além disso, o próprio capitalismo produz as tendências totalizantes que permitem chegar ao socialismo e que, o Marx já apontava que são a centralização da produção e a socialização do trabalho. Então, a própria revolução informacional tornou essa tendência ainda mais forte. Nós estamos vendo agora fusões tremendas entre grandes empresas multinacionais, o que faz avançar as condições objetivas para uma futura economia socialista. (MST, jan/2000a, p. 93)

Foi também em 2000 que a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)⁶⁸, escola de formação política do MST, começou a ser construída, em Guararema, no interior de São Paulo. Foi novo exercício de práxis militante cuja tônica do trabalho voluntário e coletivo fizeram-se presentes desde sua gênese.

Outro destaque não menos importante a ser feito é na forma-conteúdo da própria revista sem terra que está desenhada para ser um instrumento de formação e conter elementos que projetem um duplo sentido: 1) a (in)formação para o movimento da base à direção; 2) o diálogo com parte dos sujeitos brasileiros, em especial partidos políticos e ambiente acadêmico, interessados no avanço da luta pela terra e na formação política presente no movimento.

A meu ver, a revista está muito mais desenhada para o público universitário em geral do que para a militância de base do MST. São quase noventa páginas com denso conteúdo, em linguagem técnica e utilização de poucos recursos visuais. O que, na base, tende a ter um impacto explícito de dificuldade de utilização como instrumento de formação. Sua forma/conteúdo se assemelha muito à da *Carta capital* e ao jornal *Le monde diplomatique*. O instrumento não necessariamente deixa de ter centralidade para dentro do Movimento, mas passa a integrar os materiais de estudo, publicação e debate da intelectualidade brasileira que trabalha o tema da questão agrária. Torna-se, assim, uma revista para a classe e deixa de ser somente do Movimento.

O salto substantivo dado pelo MST ao longo dos anos 1990 na formação política, visualizado em seus processos de formação e de agitação e propaganda narra como, no contexto concreto dos conflitos e na articulação do Movimento com intelectuais e movimentos urbanos, o mesmo gerou uma análise mais profunda sobre o teor histórico e contemporâneo da luta de classes.

As edições do jornal Sem Terra de todo o ano 2000 merecem um estudo posterior, pois representam esse novo processo de relações fecundas na área da produção do conhecimento e da projeção da necessidade de outros instrumentos políticos. O economista Reinaldo Gonçalves, o cientista político Ricardo Antunes e o educador Roberto Leher figuram entre os principais analistas de conjuntura e pautam a dívida, a exploração da força de trabalho, a educação e a terra como o centro da unidade em prol de um novo projeto.

⁶⁸ Sobre a experiência do trabalho coletivo/voluntário na construção da ENFF, sugiro o documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=5HfY1jbaifc>; E a tese de doutorado de Roberta Maria Lobo da Silva: “A dialética do trabalho no MST: A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes”, 2005.

Engajado no plebiscito da dívida, o Movimento evidencia a trajetória histórica do desenvolvimento desigual e combinado como orientação capitalista dependente no Brasil. Na edição de março de 2000, fica evidente o entendimento do MST de que a reforma agrária se resolve na cidade. No texto “A plataforma política por um novo modelo agrícola”, entre reivindicações e denúncias, os dirigentes observam três pontos nacionais a serem atacados: o não pagamento da dívida externa, a revisão do modelo energético contrário às privatizações e a sanção ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil.

O debate do desenvolvimento nacional e popular é explicitado ao longo de todas as edições de 2000, mas o Movimento, na crítica à práxis neoliberal de Cardoso não propõe uma alternativa socialista em que seja questionado o sentido da terra e do trabalho na ótica do capital. Isto não significa que este tema não seja pautado, e sim que sua gênese e desenvolvimento permanecem as mesmas: a luta cotidiana concreta pela reforma, mesmo que o ambiente não seja de revolução, em que se encontra uma base de aproximadamente um milhão e meio de famílias sem terras. O MST é um movimento de massas. E como tal, seus objetivos e metas têm vários níveis que vão do particular-concreto ao geral-abstrato na luta pela terra e pelo trabalho livre vinculado a ela no Brasil. Nesse sentido, o horizonte socialista e a prática reformista se entrecruzam como processo inerente aos vários níveis de execução da luta de classes.

Nas palavras de Stédile (FERNANDES; STÉDILE, 1999):

O fato de defendermos o desenvolvimento rural como uma via para melhorar a vida para todo mundo não significa que somos contra a aglomeração social. Somos a favor da formação de agrovilas. Da mesma forma, não somos contra a indústria. Ela é resultante do desenvolvimento da humanidade e pode trazer inúmeros benefícios à população. Por que a indústria tem de estar na cidade? Por que ela promove uma taxa de exploração cada vez maior da classe trabalhadora? Por que promove uma insana destruição do meio ambiente? Só para gerar uma riqueza concentrada nas mãos de uma minoria? É um custo muito alto, a humanidade toda tem de pagar por este modelo. Queremos mudá-lo. A proposta é levar a indústria para o interior. Em primeiro lugar, a agroindústria, por estar mais vinculada ao dia a dia da produção de alimentos, do meio rural. Podemos igualmente levar outros tipos de indústria que usam matéria-prima da agricultura, da natureza. As experiências de Israel e da China são reveladoras de que é possível desenvolver o meio rural de uma forma homogênea e levar o desenvolvimento para as populações mais pobres. São dois exemplos de dois sistemas econômicos diferentes que servem para mostrar que é possível pensar num modelo de desenvolvimento diferente daquele que o neoliberalismo tenta impor no Brasil. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p.126)

A narrativa de desenvolvimento do MST, em plena era neoliberal, era a de denúncia da desigualdade no campo e anúncio de outras possibilidades, mas não necessariamente, na prática, uma posição anticapitalista, anti-imperialista. Na cartilha de formação n. 33, de 2000, sob o título “Latifúndio o pecado agrário brasileiro”, o Movimento defende que, frente aos vários enfoques sobre a reforma agrária existentes, a sua se assenta na perspectiva dos trabalhadores (MST, 2000b):

Diante de uma realidade agrária tão perversa, seria ingenuidade dos camponeses e da classe trabalhadora como um todo, imaginar que para democratizar a sociedade no meio rural bastaria distribuir a propriedade da terra. A proposta e característica de uma reforma agrária que atenda às necessidades dos trabalhadores requer uma amplitude bem maior. Tal processo de reforma agrária, além da democratização da propriedade da terra, deverá promover também a democratização do comércio agrícola, dos processos agroindustriais, do acesso ao capital, e também do conhecimento, da educação. Esse seria o significado de uma reforma agrária dos trabalhadores. (MST, 2000b, p. 33)

Isto é muito similar ao que defendia a CEPAL presidida por Ignacio Rangel que afirmava a reforma agrária dentro da ordem. Nos termos do dirigente (STÉDILE, 2005a):

A reforma agrária, no sentido convencional da expressão, isto é, a implantação de propriedade familiar suficientemente ampla, para permitir, ao lado da produção agrícola para o mercado, uma produção complementar agrícola e não agrícola, isto é, para autoconsumo, pode justificar-se em certos casos, especialmente quando seja possível o renascimento da policultura tradicional e onde a fazenda capitalista, mono ou oligoculturista, ainda não tenha aparecido. Não poderá ser, porém, a regra geral. Uma segunda variante de “reforma agrária”, orientada para viabilizar uma produção complementar, deixando a grande produção agrícola para o mercado a cargo da fazenda capitalista com mão de obra assalariada, entrou, há muito, na ordem natural das coisas. Essa segunda reforma agrária não será necessariamente rural. Embora a sazonalidade das atividades produtivas sejam basicamente um fenômeno agrícola e rural, também se faz presente nas indústrias e serviços urbanos. Também no quadro urbano, portanto, torna-se necessário criar condições para uma economia complementar e, se não criarmos para isso enquadramento adequado, essa economia complementar pode assumir formas indesejáveis, como ficou assinalado acima. (STÉDILE, 2005a, p.228)

A tentativa de conciliação dentro da ordem burguesa da grande e da pequena propriedade entrelaça o processo de reforma com a condução do próprio desenvolvimento contraditório do capital ao longo de suas crises e expansões. Nesse sentido, a reforma agrária popular navega no movimento complexo entre a reforma dentro da ordem e a revolução.

Como exemplo de movimento dentro da ordem, o receituário cepalino nos fornece importantes pistas de metamorfoses ao longo de seus quase setenta anos de existência.

Quiçá, a complexidade da relação reforma-revolução advenha dos tempos distintos entre momento e processo histórico. A urgência do momento pode permitir a ação reivindicativa, negadora, ou não, da necessidade histórica e também urgente de um projeto emancipatório de classe.

O enfrentamento político, mediado pela correlação de forças nos vários contextos e processos históricos, abarca um tempo político distinto da luta pela sobrevivência cotidiana realizada pelos trabalhadores do campo. Enquanto a base luta para sobreviver nos acampamentos e assentamentos, seus dirigentes vão, na estrutura organizativa das cidades, traçando novas pautas e fortalecendo as antigas. Essa complexidade de um movimento de massas permite um discurso mais radical em meio a uma prática reivindicativa dentro da ordem. O giro de conexão coerente e decorrente de um mesmo tempo histórico, entre o discurso e a prática, depende da luta de classes como um todo e do papel que a classe trabalhadora ocupa no cenário de disputa pelo poder.

A Cartilha de Formação n. 30, de 1998, “Gênese e desenvolvimento do MST”, produzida por Bernardo Mançano Fernandes explicita, no transcurso da luta do MST, a situação da questão agrária ao afirmar (MST, 1998)

No Brasil, a questão agrária sempre foi um problema constante e repetitivo. A promessa de realização de reforma agrária pelo Estado é repetida a cada governo. O prolongamento dessa questão constitui-se no emperramento da modernização da agropecuária, determinado por diferentes formas do histórico controle político, ajustado pelo Estado e pelos latifundiários. É uma questão estrutural e o arranjo desse enorme problema nacional mantém-se firme, quase inabalável, pelo seu vigor astucioso e fundamentado, tanto por um projeto técnico evolutivo, quanto por uma concepção conservativa linear, relacionados com a dependência política internacional. Por séculos movimentos camponeses tentaram romper com essa estruturação, “desenvolvendo” o problema fundiário. Entretanto, todas as ações ainda não foram suficientes para uma mudança eminente. Pela sua perenidade a questão nutre-se de conflitos que desencadeiam situações singulares, renovando-se e por consequência atualizando-se. (MST, 1998, p.49)

Dessa citação brotam, a meu juízo, algumas indagações históricas sobre a questão agrária: a ausência da reforma agrária clássica, nos moldes da transição para a hegemonia do capital em todos os âmbitos, narra a história do atraso, dentro da ordem do capital, ou a história da particularidade do desenvolvimento desigual e combinado? Em que medida essa

ausência gerou, na ideologia do desenvolvimentismo no Brasil, uma concepção de revolução burguesa inconclusa que ainda deveria ser efetivada?

Penso que no plano do debate sobre o desenvolvimento que se tem e o que se quer, esse é um dos pontos centrais da concepção histórica de luta de classes no Brasil. Uma parte expressiva da intelectualidade de esquerda brasileira insiste na tese clássica de desenvolvimento das forças produtivas para melhoria das desigualdades. Acredita, em pleno século XXI, após desdobradas a intensificação das contradições entre capital-trabalho, que o problema está no nacional, democrático e popular; e, entendidos estes três como elementos constitutivos do modelo de desenvolvimento. Olhando para a caótica situação dentro da ordem, são incapazes de se deslocar para a compreensão destas categorias, para além da ordem mercantil.

Essa concepção fincada na práxis desenvolvimentista de um projeto de poder tende a gerar confusões políticas e teóricas sobre a tomada e execução do poder. Foi com base nesta concepção neoliberal do desenvolvimento travestida de “nacional, democrática e popular”, que o PT ergueu sua estrutura de governabilidade dentro da ordem. E colocou em movimento, após dez anos de neoliberalismo protagonizado por FHC, uma nova fase de continuidade da hegemonia do capital monopolista financeiro, com resultados concretos de intensificação do capitalismo dependente periférico. Por tabela colocou na berlinda diversas lutas sociais e os Movimentos Sociais históricos que se atrelaram à governabilidade do PT como se o poder executado pelo mesmo se tratasse de uma conquista real para a classe trabalhadora.

Sob o palco da gestão do poder institucional do PT, de 2003 em diante, verificamos, na trajetória do Movimento, várias engrenagens postas em movimento, com ritmos e tempos distintos. Assim como existem várias tendências dentro do partido político, existem várias leituras sobre o que-fazer do MST.

Entre a revolução dentro da ordem e a revolução fora da ordem pulsam movimentos dentro do Movimento. Uma base que luta para sobreviver e não migrar forçadamente para as cidades e um grupo de dirigentes que começa a incidir politicamente nas principais capitais do País. Ambos mediados por experiências de ocupação e produção diferenciadas ao longo do território brasileiro. É a lógica inerente ao próprio metabolismo de um Movimento de massas que ao se desenvolver se desdobra em várias facetas e compreendem universos e processos distintos de lutas do Norte ao Sul do País.

O tempo da ideia de revolução vai aos poucos madurando em um terreno concreto de luta, em que o avanço da pobreza e da miséria no campo é evidente. Em 2000, a População

Economicamente Ativa (PEA) acima de 10 anos, era de 75.741.787 no perímetro urbano e de 17.118.341 no perímetro rural. Deste total, nas cidades apenas 7,1% recebia até meio salário mínimo, enquanto no campo, 16,3% dos trabalhadores viviam nesta faixa de renda, conforme se pode observar na tabela 13.

TABELA 13: PEA, acima de 10 anos, por montante de rendimento, 2000

BRASIL	TOTAL	ATÉ ½ Salário mínimo	ENTRE ½ E 1 Salário mínimo	MAIS DE 1 A 2 Salários mínimos	MAIS DE DOIS A 3 Salários Mínimos	Sem rendimento
RURAL	75.741.787	7,1	15,4	28,9	11,2	11,6
URBANO	17.118.341	13,6	22,5	21,2	5,6	27,0

Fonte: Cadernos SECAD, 2007, p.19

É importante explicitar estes dados, uma vez que os mesmos apresentam uma unidade dentro do desenvolvimento desigual e combinado relativa à superexploração da força de trabalho do campo e da cidade. No entanto, quando nos debruçamos sobre a realidade do campo, a superexploração ganha uma dimensão ainda mais acentuada, posto que a mesma está associada à condição de vida em geral, mais precarizada dada a inexistência de políticas públicas. Segundo o Caderno de Educação do Campo “Diferenças mudando paradigmas”, 2007, a taxa de analfabetismo no Brasil em 2000 era de 13,6%, cuja composição era: 10,3% no âmbito urbano e 29,8% no âmbito rural.

Nesse sentido, a luta pela reforma agrária, dentro da ordem, vai ser compatibilizada com a luta pela revolução, criação de um processo para além da ordem do capital. Mas não é possível para um movimento social, com uma base massiva, pautar-se somente na proposta socialista em um contexto não revolucionário. O traçado para colocá-la em prática cotidianamente é o próprio acirramento da luta de classes inerente ao capitalismo e a necessidade de reivindicação, dentro da democracia formal, de um Estado que, na mediação dos conflitos, possa diminuir as querelas sociais que se apresentam nos conflitos do campo.

Retomemos a aprendizagem do IV Congresso do MST ocorrido em 2000 em Brasília. Participaram 11.000 trabalhadores sem terras de 23 estados do Brasil e pautou-se sob a consigna *Por um Brasil sem Latifúndio*, o tema do projeto popular para o Brasil. Os intelectuais convidados para o debate neste congresso foram: Berger Fuhr, Emir Sader, Plínio de Arruda Sampaio e Frei Betto, além de Stédile pelo MST. Sobre a construção do projeto

popular, a leitura de Frei Betto sobre a necessidade urgente de se acabar com a exclusão e a fome no Brasil colocava centralidade no tema da desigualdade. Esta foi acompanhada da análise de Stédile sobre fundar, em várias cidades do Brasil, comissões da Consulta Popular.

Este Congresso pautou 12 pontos como linha política (JORNAL SEM TERRA, 2000, p.19): 1) preparar os militantes e fortalecer as ocupações; 2) construir a unidade no campo e contribuir para o fortalecimento do MPA; 3) combater o modelo da elite e pautar a reforma agrária defendida pelo Movimento; 4) construir um novo modelo tecnológico; 5) resgatar e implantar em todas as linhas políticas do MST a questão de gênero; 6) fortalecer a articulação com a cidade; 7) desenvolver e estimular a solidariedade de classe; 8) desenvolver ações contra o imperialismo (FMI, OMC, BIRD, ALCA); 9) construir o projeto popular; 10) pautar os debates importantes como meio ambiente, transposição; 11) fortalecer a agitação e a propaganda em torno da reforma agrária e do projeto popular; e 12) consolidar um calendário nacional de jornadas de lutas do campo e da cidade.

Após a agonia da sobrevivência, fruto do resistir explicitado pelo Movimento na era liberal do período Cardoso, sua oxigenação adveio das condições históricas objetivas de intensificação dos conflitos sociais provenientes de um processo internacional e continental de reestruturação do capital. Como nos períodos anteriores, cada crise demarcava uma ofensiva mais dura sobre os direitos trabalhistas conquistados e as fronteiras nacionais anteriormente definidas. Acentuaram-se os mecanismos de transferência de valor baseados nas remessas líquidas de lucros dos capitais transnacionais que atuavam no país e no pagamento de juros gradativamente mais altos estipulados pelo mercado financeiro.

As ocupações apresentaram-se na fase neoliberal do desenvolvimentismo brasileiro como medida concreta da luta de classes frente à intensificação da precarização do trabalho no interior da economia brasileira e a expansão do sentido especulativo, de reserva de valor, dado a terra neste período.

A entrada do MST no século XXI foi marcada pelo esgotamento da ofensiva neoliberal na política de desenvolvimento latino-americana e brasileira, que culminou na vitória dos governos de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Fernando Lugo no Paraguai e Lula da Silva no Brasil. Frente à crise do período neoliberal da práxis interdependentista do desenvolvimento de FHC, a retomada do nacional, do democrático e do popular aproximava-se ao que Chávez denominou de socialismo do século XXI, mas que na práxis da esquerda não vislumbrava outro horizonte para além da continuidade histórica do desenvolvimentismo em novas fases.

Em janeiro de 2002, realizei uma longa entrevista com Stédile, publicada na revista de filosofia da UNAM *pensares y que-haceres*, n. de 2008. Nesta conversa, mediada pela teoria marxista da dependência, pelo reascenso do Movimento Zapatista no México e pelas ações do MST na era FHC, os temas principais foram: momento atual da luta por terra no Brasil, a conjuntura das lutas sociais na América Latina e a possível vitória eleitoral de Lula.

Sobre o primeiro tema, mediado pelo aumento substantivo dos conflitos no campo e da criminalização e judicialização da luta do MST na era FHC, Stédile disse o seguinte (TRASPADINI, 2008):

Nesses últimos quatro anos passamos para uma nova etapa da luta pela reforma agrária no Brasil. Está em curso um novo modelo de organização da economia brasileira instrumentalizado pelas classes dominantes. Didaticamente, consideramos que, de um modo em geral, as classes dominantes do Brasil, organizaram, em um primeiro momento, a economia a partir do modelo primário exportador que teve vigência por 400 anos. Depois, entrou em crise nos anos 1930, e, como consequência instrumentalizou o modelo de industrialização que os historiadores e economistas classificaram de várias formas: capitalismo dependente, nacional desenvolvimentismo, industrialização substitutiva. Este modelo entrou em crise na década dos oitenta. A partir dos anos 1990, com a vitória de FHC nas eleições presidenciais, a classe dominante brasileira torna realizável outro modelo que é muito mais amplo do que simplesmente a adoção de políticas neoliberais. (TRASPADINI, 2008, p. 2)

Stédile explicita, também, na correlação de forças entre capital-trabalho, no processo neoliberal, em que o enfrentamento ideológico exige a conformação de uma nova fase de unidade de classe (TRASPADINI, 2008):

É um momento de menor força. Estamos enfrentando um inimigo – o Estado e a classe dominante brasileira que não deseja mais concretizar a reforma agrária. Este inimigo adotou uma estratégia de derrotar politicamente aqueles que lutam pela reforma agrária. Estamos passando por um momento atroz na luta contra este grupo. Lutamos contra a paralização das desapropriações de terras, que diminuem muito nossa base social, lutamos contra a perseguição, por parte do Estado, do poder judiciário, policial federal e militar; lutamos contra o serviço de inteligência e outros aparelhos contra os dirigentes e contra a própria base do Movimento. Agregamos a tudo isso a luta do Movimento contra os meios de comunicação. Estes últimos três anos poder ser considerados como um dos piores momentos da trajetória e luta do Movimento, do enfrentamento permanente que exige uma constância maior nas estratégias de luta por todo o grupo. (TRASPADINI, 2008, p.14)

Logo (TRASPADINI, 2008):

Na luta anti-imperialista para superar o processo de exploração que está em curso, existe um consenso entre as direções dos movimentos de que esta luta depende basicamente de três fatores: 1) da disputa de ideias no campo ideológico; 2) da construção de uma utopia em torno a necessidade de um projeto alternativo; 3) da conquista da sociedade, na formação da consciência contra o capital, não somente do camponês. Nenhuma mudança ocorreu na história das civilizações sem que incorporasse uma luta de massas, sem mobilização social. O que muda na ordem imperante, de fato, é a mobilização social, os movimentos sociais, sindicatos e o povo em geral, necessitam acumular forças de forma organizada. A conjugação entre estes três fatores é o que leva a alterar a correlação de forças na sociedade e que vai determinar se nós vamos poder acelerar nossos avanços políticos rumo à derrota, ou não, deste modelo. (TRASPADINI, 2008, p.11)

É importante destacar a leitura de conjuntura, e de processo do Movimento sobre os impactos da era neoliberal, porque é essa interpretação que, em certa medida, vai pautar a expectativa dos movimentos sociais com a vitória eleitoral de Lula⁶⁹. O definhamento da luta popular na era neoliberal, mesclado à resistência histórica de alguns Movimentos Sociais, reiterou, na necessidade de mudança, um tempo de expectativa e de espera, mais utópico do que real. O Governo Lula, ao dar continuidade ao modelo periférico de desenvolvimento dependente, criou, desde o início, - e ficou mais explícito com o passar do tempo - um duplo movimento discursivo e prático capaz de, em um primeiro momento, “encapsular” os movimentos sociais e, em um segundo momento, cooptá-los em torno das políticas sociais assistencialistas. Esta dinâmica protagonizada pelo governo do PT gerou uma tendência de simbiose capaz de mudar a rota política da práxis do Movimento em dois sentidos: 1) o tempo da espera rumo a outro projeto, dada a condição concreta das políticas herdadas; e 2) o tempo da composição para o “novo” arranjo político, que mesclava negociações com o capital e o pedido de paciência histórica à classe trabalhadora organizada.

Sobre a expectativa com o Governo Lula, o argumento de Stédile foi (TRASPADINI, 2008):

Se o partido dos trabalhadores ganha estas eleições, esta vitória poderia funcionar como um símbolo para que as massas retomem seu ascenso. Porque libera a sensação de que “agora chegou nosso momento histórico”. Ninguém necessita decidir isso para que as massas acreditem e se lancem.

⁶⁹ No VI Congresso do MST, em 2014, Maria Orlanda Pinassi fez uma excelente exposição sobre os limites e desafios para a esquerda, advindos do neoliberalismo da era PT. Para uma análise sobre os pertinentes argumentos desta autora, ver, além do discurso referenciado na data de 2014, os textos referenciados ao final da tese (2013, 2011).

Imagine, por exemplo, as bases do MST! Lula o novo Presidente do Brasil! Essa massa não quer saber se Lula mudou ou não, se sua articulação é muito débil, se o PT agora é um partido reformista e concretizou acordos com grupos de interesses antagônicos. Para esta base o raciocínio é de que “agora que o Lula ganhou, eu posso ocupar a terra”. Portanto, isso pode ser, hipoteticamente, um disparador. (TRASPADINI, 2008, p. 16)

É verdade que nas práxis das práxis do Movimento, ou seja, nos vários movimentos em tempos-destempos inerentes ao processo do MST, a expectativa da vitória do Lula narrava, na fase da formação da consciência mais “pé na terra” (ocupações), a base mais vinculada à cotidianidade da luta, do que da fusão entre ocupação-formação. Mas, e na perspectiva dos dirigentes, que, ao longo de quase vinte anos se acercaram ao referencial crítico marxista brasileiro e latino-americano? A práxis política deste grupo exigia que tipo de relação com sua base? Na relação interna, dialógica, entre os Movimentos do Movimento, era tempo de colher que tipo de fruto, como resultado histórico dos enfrentamentos com o capital e o Estado e da aprendizagem advinda do encontro com os demais trabalhadores do campo e da cidade?

A práxis - categoria que expõe o movimento contraditório cotidiano dos sujeitos em suas diversas formas de lidar concretamente com o mundo - explicita no protagonismo tanto do PT, quanto dos dirigentes do MST, uma expectativa que não tinha, nos processos reais da política, da economia e da ideia de revolução dos protagonistas no governo deste Partido, razão nenhuma de se realizar. Na práxis política do PT Governo, a práxis política do MST se viu entre dois universos concretos: 1) a defesa da reforma agrária; 2) a defesa de um governo que não pautou a reforma agrária.

Na Carta ao Povo Brasileiro de junho de 2002, Lula definia os moldes, na crítica do modelo FHC, de seu projeto de desenvolvimento (LULA, 2002):

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do

desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (LULA, 2002, p. 2)

No movimento de produção ideológica discursiva da crítica ao neoliberalismo, a Carta do candidato Lula se apresentava como uma “alternativa” dentro da ordem. Uma resposta compatível, segundo o candidato, com o cansaço do povo brasileiro resultante da crise econômica pela qual o país atravessava.

No discurso, e posterior prática política de gestão, as reformas se apresentavam somente no plano da contenção da inflação, da estabilidade econômica e da retomada da confiança política para que o país voltasse a receber os grandes capitais, em fuga. Reforma agrária, reforma urbana e reforma política não apareciam no discurso. Porque, então, esperar que fosse ocorrer na prática? A reforma, enquanto categoria da práxis em disputas sobre seus significados entre a esquerda não integrou sequer o discurso do então candidato. O que pensar, então, sobre a perspectiva, práxis, da revolução?

Essa categoria, na profundidade que encerra, foi totalmente banida da gestão do PT. Com o temor de não ser eleito, o PT – com a figura midiática de Lula projetada pelo marketing político de Duda de Mendonça, um dos principais executores da venda mercantil da imagem política “ideal” - fez uma opção: deixou para trás os discursos e as práticas, que pudessem vinculá-lo ao “atraso”, “ao passado histórico comunista” e à visão ideologizada pelo capital de uma “esquerda raivosa”. Ao deixar para trás, nas metamorfoses da consciência, para parafrasear Iasi, um passado ainda presente na luta do povo brasileiro, definiu parte da letargia a ser vivida pelo povo nos períodos seguintes. Nos termos de Iasi (IASI, 2006):

O desfecho da trajetória do PT como capítulo da tragédia da classe trabalhadora no século XX – lamentavelmente não será um dos capítulos mais gloriosos – não nos remeteria diretamente para angústia existencialista prisioneira entre duas alienações? Mais uma vez devemos afirmar que não. Novamente a classe trabalhadora viu o produto de sua ação distanciar-se, objetivar-se em algo que se tornava cada vez mais estranho a ela. No entanto, é esta a sina desta classe quando submetida à sociedade do capital. Da mesma forma que os produtos do trabalho convertidos em mercadoria se afastam daqueles que os produziram e voltam como uma força estranha, de modo que os produtos dominam os produtores, na ação histórica do ser social convertido em classe, primeiro em si depois para si, são produzidas e objetivadas organizações e instituições que em um momento corresponderam ao movimento livre da práxis, expressaram a fusão de classe e deram guarida ao seu juramento, mas que podem igualmente se distanciar e se estranhar novamente, condenando de novo aqueles que as construíram à serialidade estranhada, transformando os sujeitos da história novamente em objetos. (IASI, 2006, p. 563-564)

O ciclo PT, ao concretizar o modelo liberal periférico, gerou no interior da esquerda um problema típico do desenvolvimento dentro da ordem do capital: na necessidade de se desmistificar a noção de esquerda contida no projeto do PT governo, a esquerda fragmentou-se ainda mais e consolidou processos cujas marcas históricas atuais somente poderão ser refeitas em um longo processo histórico de reconstrução. João Antônio de Paula de forma assertiva definiu o período Lula como “modernização sem mudança” (PAULA, 2005).

A dialética do movimento do governo do PT definiu, na continuidade dos marcos do capital, a projeção da má gestão de esquerda, pelos ideólogos do capital, quando em realidade foi a continuidade de modelo periférico liberal. Nesse sentido, entre os defensores do indefensável governo petista e os críticos, abriram-se novas fendas na construção da unidade e organização da classe trabalhadora no Brasil. Isto gerou para os partidos políticos e movimentos sociais novas encruzilhadas na definição do rumo do projeto de classe, em uma sociedade profundamente demarcada pelo desenvolvimento desigual e combinado. É no contexto dessa “nova-velha” encruzilhada que se realizam os dois últimos congressos do MST em 2007 e 2014.

3.7 O MST entre a “cruz e a espada” na encruzilhada do capitalismo dependente contemporâneo

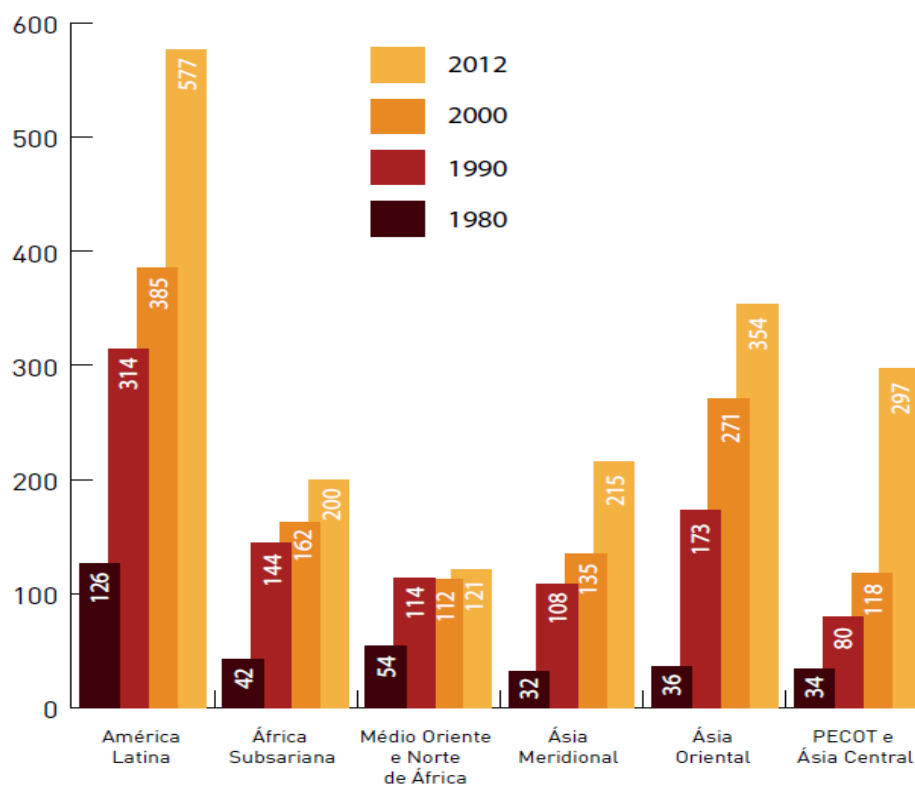
A primeira década do século XXI explicita, na realidade do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano, a continuidade da concentração e centralização do capital em poucas mãos, a partir de uma tendência inexorável à drenagem das riquezas do Sul a partir do domínio do capital do Norte. O documento “Os números da dívida de 2015”, do Comitê da Auditoria da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), traz dados relevantes para uma avaliação precisa do estágio de desenvolvimento mundial à custa da continuidade do desenvolvimento dependente da América Latina.

A dívida externa da América Latina na década perdida dos anos 1980 foi de 230 milhões de dólares e alcançou em 2012 a cifra de um bilhão e 258 milhões de dólares. Desse montante total, a dívida pública passou de 126 milhões de dólares em 1980 para 577 milhões de dólares em 2012. Nos blocos de composição continental do Terceiro Mundo, a dívida pública da América Latina é a maior, conforme explicitado na figura 1.

FIGURA 1: Dívida pública externa por regiões (em bilhões de US\$)

Gráfico 2.2

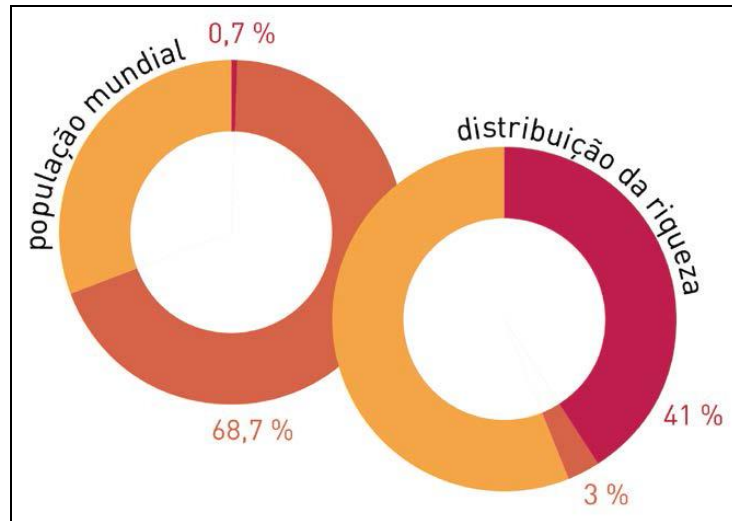
A dívida pública externa por regiões (milhares de milhões de US\$)



Fonte: CADTM, 2015

Assim como a dívida externa, a concentração da população mundial no Terceiro Mundo é conciliada com a desproporção da apropriação da riqueza socialmente produzida. Conforme a figura 2, em 2013, 0,7% da população mundial era detentora de 41% da riqueza existente, enquanto 68,7% da população dividiam entre si 3% da riqueza mundial. Proporção similar à questão da terra no Brasil em que 0,9% do total das propriedades no Brasil apropriam-se de 44,2% das terras produtivas. A desigualdade no âmbito geral produz e é alimentada pela desigualdade no âmbito particular. Ou, em outros termos, a dependência dentro da dependência demarca a raiz desigual e combinada do capitalismo ao longo de seu processo de vida.

FIGURA 2: População mundial e distribuição da Riqueza



Fonte: CADTM, 2015

Essa faceta da dívida somada à condição de miséria mais intensa no Terceiro Mundo, retratada pela era da centralidade do capital portador de juros especulativo ou financeirização da riqueza nos termos de Chesnais, é ainda mais daninha na condição do subdesenvolvimento do século XXI. As economias centrais, ao utilizarem a dívida do Terceiro Mundo como mecanismo de compensação da lucratividade do capital em tempos da crise estrutural do capital, tornarão impagável o montante gradativamente maior dos serviços da dívida. Nos termos do CADTC, conforme a figura 3 (CADTM, 2015, p.39):

FIGURA 3: Montante dos juros da dívida externa dos países em desenvolvimento (Em bilhões de US\$)

A dívida externa dos países em desenvolvimento e os recursos destinados ao seu reembolso (milhares de milhões de US\$)

	Stock	Serviço	do qual:	
			Parte pública	Parte privada
1980	510	79	48	31
1990	1.194	129	100	29
1995	1.744	201	138	63
2000	1.966	325	164	161
2005	2.338	400	180	220
2012	4.830	660	182	478

1 Os reembolsos correspondem à soma das amortizações e do pagamento dos juros da dívida.

Fonte, CADTM, 2015.

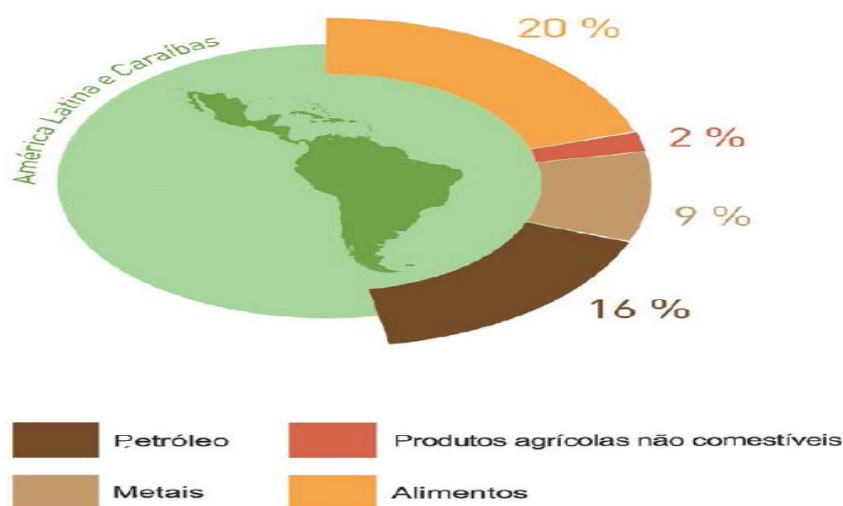
A dívida se tornou uma das mais perversas contrafaces do modelo de desenvolvimento capitalista em geral, com desdobramentos da acentuação da dependência da periferia em particular. Criou mecanismos de política econômica e cultural – ideologia do desenvolvimento – que condicionaram à “naturalização” da dívida em vez de explicitá-la como problema concreto no cotidiano da classe trabalhadora, com ou sem carteira assinada.

A dívida pública se mesclou ao horizonte cotidiano da dívida privada, pessoal, e ambas assentaram as bases para a explicitação no século XXI da dependência como mecanismo estrutural do desenvolvimento capitalista periférico. É por isto que agrego ao conceito de jurídico-político de dívida odiosa (contraída no período do modelo de desenvolvimento autoritário, ditatorial), a noção de “naturalização” da dívida pessoal na ode do consumismo do século XXI.

Através da dívida, reitero meu argumento anterior sobre a trajetória histórica do capitalismo dependente em suas várias fases. De 1970 a 2012, a dívida externa da América Latina foi multiplicada por 165. Foi uma transferência direta de valor, na forma do capital-dinheiro dólar, no montante de três bilhões e duzentos e cinquenta e seis milhões de dólares pagos (CADTM, 2015).

A centralidade da terra, dos recursos naturais/minerais, e da superexploração da força de trabalho vinculada à produção agrícola do latifúndio monocultor, é reiterada no novo estágio do desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano. Do total das exportações latino-americanas em 2012, 48% são provenientes da histórica desigualdade inerente à questão agrária, como demonstrado na figura 4.

FIGURA 4: Participação setorial nas exportações da América Latina



FONTE: CADTM, 2015

Na relação capital-trabalho, ficou evidente a concentração-centralização do capital oriunda de uma desigualdade na produção e apropriação do valor, tanto na realização da extração do valor nos países do Norte como nos países do Sul. A continuidade do desenvolvimento desigual e combinado é retratada pela transferência do valor do Sul para o Norte, via remessas líquidas de lucros, somadas aos exorbitantes juros das dívidas que condicionam o Terceiro Mundo.

Exceto pela participação em franca ascensão desde 1990 do imperialismo chinês com sua faceta de participação produtiva de Estado, a manutenção da concentração-centralização do capital nos Estados Unidos invalida a tese de que os mesmos estariam passando por uma crise de hegemonia. Ainda que haja crise, esta, como em todos os demais períodos históricos, serviu para concentrar ainda mais o capital em poucas mãos e para reestruturar a produção para a condução direta destes grandes monopólios financeiros nos territórios com robusta população e recursos naturais. A exportação de capitais deu lugar assim ao Investimento Direto Externo (IDE) nestas economias.

Como exposto na revista Forbes, 2015, - um dos principais canais de agitação e propaganda do capital e de propagação da ideologia do desenvolvimento entendido como riqueza capitalista concentrada em poucas mãos - das 50 maiores corporações do mundo, 21 são sediadas nos EUA, 10 na China e as demais 19 estão nos territórios do Japão, da Alemanha, Rússia, França, Reino Unido, Austrália, Suíça e Brasil (Tabela 14).

Entre os capitais nacionais figuram na lista das 500 maiores: Itaú (43^a), Banco do Brasil (133^a), Vale (413^a), Petrobrás (416^a) e JBS (453^a).

TABELA 14: As 50 maiores empresas do mundo

Ranking das maiores companhias do mundo						
Companhias		País	(em dólar)			
			Vendas	Lucros	Ativos	Valor de mercado
1	ICBC	China	166.8 bi	44.8 bi	3,322 bi	278.3 bi
2	China Construction Bank	China	130.5 bi	37 bi	2,698.9 bi	212.9 bi
3	Agricultural Bank of China	China	129.2 bi	29.1 bi	2,574.8 bi	189.9 bi
4	Bank of China	China	120.3 bi	27.5 bi	2,458.3 bi	199.1 bi
5	Berkshire Hathaway	EUA	194.7 bi	19.9 bi	534.6 bi	354.8 bi
6	JPMorgan Chase	EUA	97.8 bi	21.2 bi	2,593.6 bi	225.5 bi
7	Exxon Mobil	EUA	376.2 bi	32.5 bi	349.5 bi	357.1 bi
8	PetroChina	China	333.4 bi	17.4 bi	387.7 bi	334.6 bi
9	General Electric	EUA	148.5 bi	15.2 bi	648.3 bi	253.5 bi
10	Wells Fargo	EUA	90.4 bi	23.1 bi	1,701.4 bi	278.3 bi

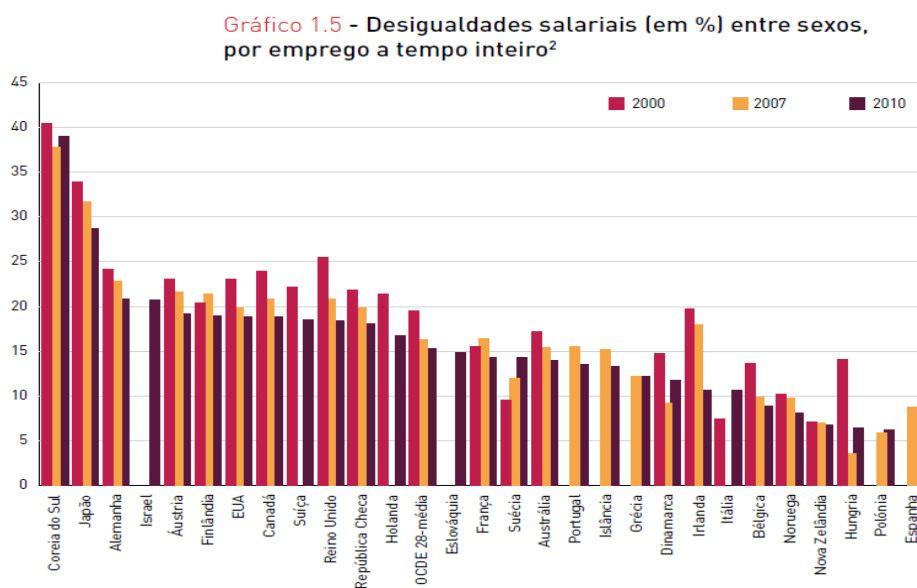
11	Toyota Motor	Japão	252.2 bi	19.1 bi	389.7 bi	239 bi
12	Apple	EUA	199.4 bi	44.5 bi	261.9 bi	741.8 bi
13	Royal Dutch Shell	Países Baixos	420.4 bi	14.9 bi	353.1 bi	195.4 bi
14	Volkswagen Group	Germany	268.5 bi	14.4 bi	425 bi	126 bi
15	HSBC Holdings	Reino Unido	81.1 bi	13.5 bi	2,634.1 bi	167.7 bi
16	Chevron	EUA	191.8 bi	19.2 bi	266 bi	201 bi
17	Wal-Mart Stores	EUA	485.7 bi	16.4 bi	203.7 bi	261.3 bi
18	Samsung Electronics	Coreia do Sul	195.9 bi	21.9 bi	209.6 bi	199.4 bi
19	Citigroup	EUA	93.9 bi	7.2 bi	1,846 bi	156.7 bi
20	China Mobile	China	104.1 bi	17.7 bi	209 bi	271.5 bi
21	Allianz	Alemanha	128.4 bi	8.3 bi	979 bi	82 bi
22	Verizon Communications	EUA	127.1 bi	9.6 bi	232.7 bi	202.5 bi
23	Bank of America	EUA	97 bi	4.8 bi	2,114.1 bi	163.2 bi
24	Sinopec	China	427.6 bi	7.7 bi	233.9 bi	121 bi
25	Microsoft	EUA	93.3 bi	20.7 bi	174.8 bi	340.8 bi
26	Daimler	Alemanha	172.3 bi	9.2 bi	229.5 bi	103.3 bi
27	AT&T	EUA	132.4 bi	6.2 bi	292.8 bi	173 bi
28	Gazprom	Rússia	158 bi	24.1 bi	356 bi	62.5 bi
29	AXA Group	França	153.8 bi	6.3 bi	1,016.6 bi	64.2 bi
30	Nestle	Suíça	100.1 bi	15.8 bi	134.3 bi	247.3 bi
31	Banco Santander	Espanha	56.4 bi	7.7 bi	1,532.3 bi	109.4 bi
32	PingAnInsuranceGroup	China	75.3 bi	6.4 bi	645.7 bi	113.8 bi
33	Mitsubishi UFJ Financial	Japão	49.2 bi	10.6 bi	2,328.5 bi	90.9 bi
34	Johnson & Johnson	EUA	74.2 bi	16.3 bi	131.1 bi	275.7 bi
35	Total	França	211.4 bi	4.2 bi	229.8 bi	120.2 bi
36	Procter & Gamble	EUA	81.7 bi	9.5 bi	136.3 bi	224.3 bi
37	China Life Insurance	China	71.4 bi	5.2 bi	362.1 bi	160.5 bi
38	Bank of Communications	China	53.6 bi	10.7 bi	1,010.4 bi	71.2 bi
39	Google	EUA	66 bi	13.7 bi	131.1 bi	367.6 bi
40	Vodafone	Reino Unido	66.3 bi	77.4 bi	200.5 bi	88 bi
41	BP	Reino Unido	352.8 bi	3.5 bi	284.3 bi	120.8 bi
42	American Int.Group	EUA	67.5 bi	7.6 bi	515.6 bi	75 bi
43	Itaú Unibanco Holding	Brasil	76.6 bi	9.2 bi	424 bi	63.7 bi
44	IBM	EUA	93.4 bi	12 bi	117.5 bi	160.2 bi
45	BMW Group	Alemanha	106.6 bi	7.7 bi	187.3 bi	81.4 bi
46	Comcast	EUA	68.8 bi	8.4 bi	159.3 bi	147.8 bi
47	Commonwealth Bank	Austrália	39.6 bi	8.1 bi	696.2 bi	117.1 bi
48	Pfizer	EUA	49.6 bi	9.1 bi	169.3 bi	211.7 bi
49	Goldman Sachs Group	EUA	40.1 bi	8.5 bi	856.2 bi	86.5 bi
50	BHP Billiton	Austrália	63.1 bi	10 bi	146.1 bi	119.5 bi

Fonte: Revista Forbes, 2015.

Conforme os dados, 2015 reforçou a era do capital financeiro especulativo, dada a primazia dos bancos na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Das 50 maiores empresas expostas na tabela, 13, ou seja, 43% são bancos e/ou seguradoras. Uma análise apressada caracterizaria esses capitais como meramente financeiros, mas como característico do imperialismo clássico em diante, o capital financeiro monopolista deve ser entendido como a fusão entre o capital bancário e o capital produtivo. Fusão que desfaz o equívoco de pensarmos o século XXI como a era dos bancos. É a era do grande capital financeiro monopolista internacional. Através destas grandes empresas, visualiza-se a intensificação da exploração da força de trabalho no mundo e da expropriação da terra com o fim de reserva de valor.

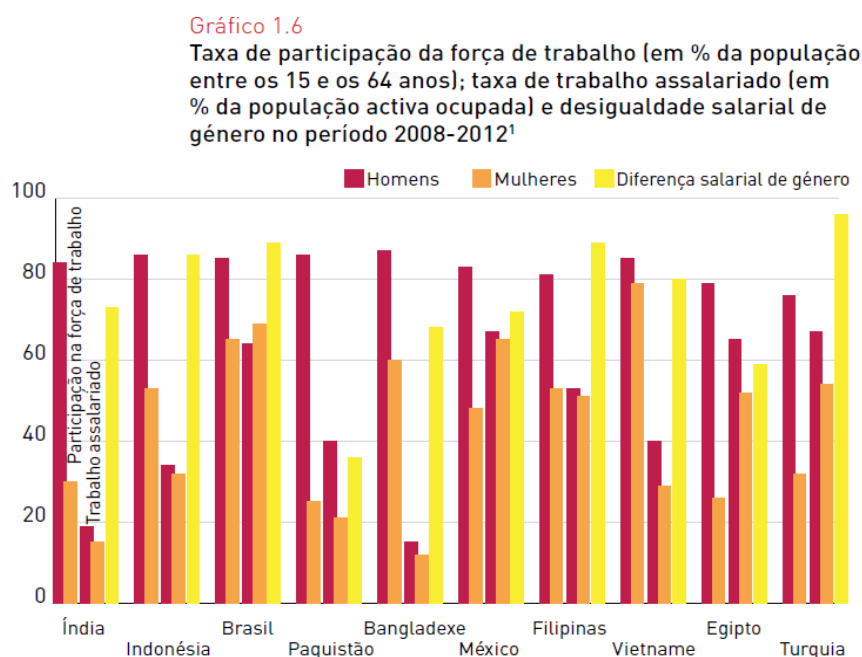
A relação capital-trabalho, renovada pelas grandes corporações no mundo a partir da reestruturação produtiva do capitalismo tardio e da consolidação de políticas comerciais com fronteiras abertas para o capital financeiro monopolista transnacional, expõe a condição estrutural da intensificação dos mecanismos de extração do valor, exploração da força de trabalho em geral e da superexploração da força de trabalho em particular. Esta última, estrutura típica do capitalismo dependente. E no interior destas desigualdades outras situações estruturais são narradas na discrepância entre os salários do Norte e do Sul, dos homens-mulheres e do campo-cidade. Vejamos as duas próximas figuras 5 e 6 relatadas pelo CADTM, 2015.

FIGURA 5: Desigualdades salariais, entre os sexos, nos países do Norte (em %) (2000, 2007 e 2010)



Fonte: CADTM, 2015

FIGURA 6: Desigualdades salariais, entre os sexos, nos países do Sul
(2008-2012) (em %)



Fonte: CADTM, 2015

Na análise do caso brasileiro, segundo o relatório do Banco Mundial utilizado pelo CADTM, de 2008 a 2012, a participação das mulheres no mercado de trabalho com carteira assinada aumentou, com uma queda substantiva da participação masculina. No entanto, a diferença salarial entre os gêneros seguiu abusivamente alta. O mesmo vale para o México, país que desde a implementação da ALCA e a utilização das linhas de montagens concebidas como maquiladoras, diminuiu o número de trabalhadores do sexo masculino em relação ao feminino, à custa de uma tendencial ampliação da diferença salarial entre os sexos, a favor dos homens. Isto sem contar com a nova ideologia do desenvolvimento apregoada em que o capital começa a ressignificar a projeção da ideia de liberdade e a configurar novos marcos, no universo do trabalho, sobre o ser, sentir-se mulher, no século XXI.

Especificamente no caso brasileiro, segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho de 2010, do total da população economicamente ativa (PEA), a divisão em 2004 e 2009 por setores era de primazia do setor serviços, guardadas as devidas diferenças de proporções entre as regiões. O norte-nordeste de trabalhadores agrícolas e o sudeste-sul de trabalhadores industriais, conforme a tabela 15.

TABELA 15: Participação da PEA por setor, Brasil (2004/2010)

SETOR	2004	2010
AGRICULTURA	20%	16,4%
<i>Norte</i>	26,5%	19,2%
<i>Nordeste</i>	34,8%	28,6%
<i>Centro-oeste</i>	16,8%	14,8%
<i>Sudeste</i>	9,7%	8,6%
<i>Sul</i>	21,4%	17%
INDÚSTRIA	14,8	14,8%
<i>Norte</i>	11,8%	11,6%
<i>Nordeste</i>	9,5%	9,5%
<i>Centro-oeste</i>	10,8%	11,8%
<i>Sudeste</i>	17,8%	17,6%
<i>Sul</i>	18,8%	18,8%
CONSTRUÇÃO	6,5%	7,5%
<i>Norte</i>	6,8%	8,2%
<i>Nordeste</i>	5,6%	7,0%
<i>Centro-oeste</i>	7,9%	8,2%
<i>Sudeste</i>	7,0%	7,8%
<i>Sul</i>	5,4%	6,9%
COMÉRCIO	17,3%	17,7%
<i>Norte</i>	17,5%	19,1%
<i>Nordeste</i>	15,6%	17%
<i>Centro-oeste</i>	18,8%	18,2%
<i>Sudeste</i>	18,2%	17,8%
<i>Sul</i>	17,1%	19,9%
SERVIÇOS	41,1%	43,3%
<i>Norte</i>	36,7%	41,1%
<i>Nordeste</i>	34,2%	37,5%
<i>Centro-oeste</i>	46,2%	46,9%
<i>Sudeste</i>	47,0%	48,1%
<i>Sul</i>	36,6%	39,4%

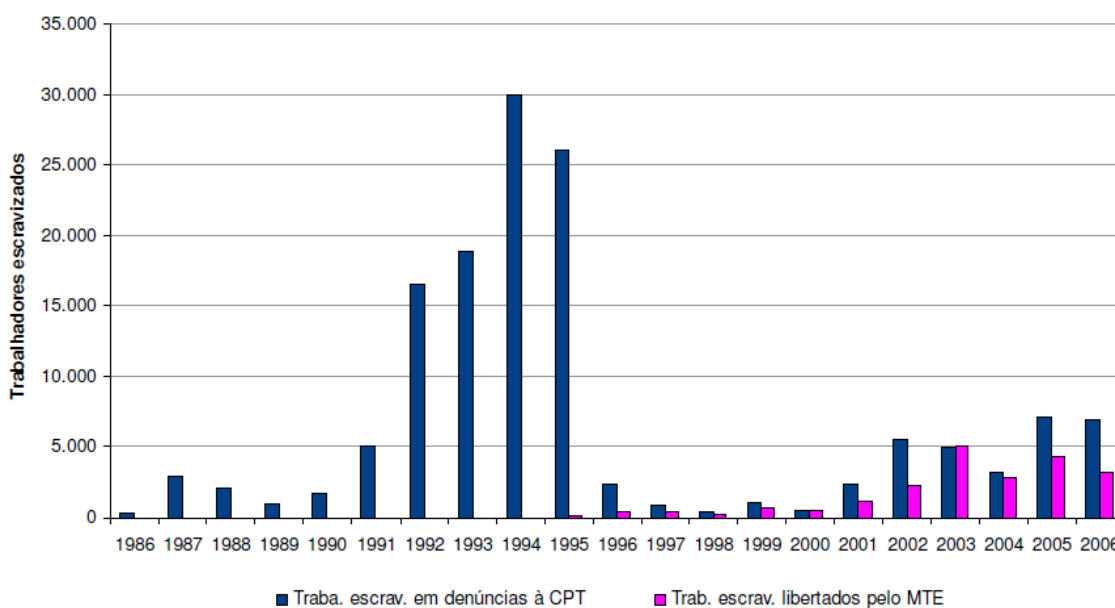
Fonte: OIT, perfil do trabalho decente no Brasil, 2012 (Org. Própria).

E, se somamos, na questão agrária, a permanência do trabalho escravo como situação concreta da exploração e violência na produção do grande latifúndio monocultor brasileiro, tal

situação é ainda mais grave. Os dados apresentados na tese de Girardi merecem um bom estudo, uma vez que o autor consolida um mapeamento sobre a história da questão agrária no Brasil. Segundo Girardi (2008, p. 33) “entre 1986 e 2006 a CPT registrou denúncia de 368 municípios brasileiros que davam conta de cerca de 140 mil trabalhadores escravos”. Como relatado na figura abaixo retirada dos trabalhos de Girardi, verificamos a centralidade dos trabalhos da CPT para a atuação do ministério público federal, como demonstra a figura 7.

Figura 7: Trabalho escravo no Brasil (1986-2006)

GRÁFICO 4 – Trabalho escravo no campo brasileiro - 1986-2006



Dados: CPT - Org.: Eduardo Paulon Girardi

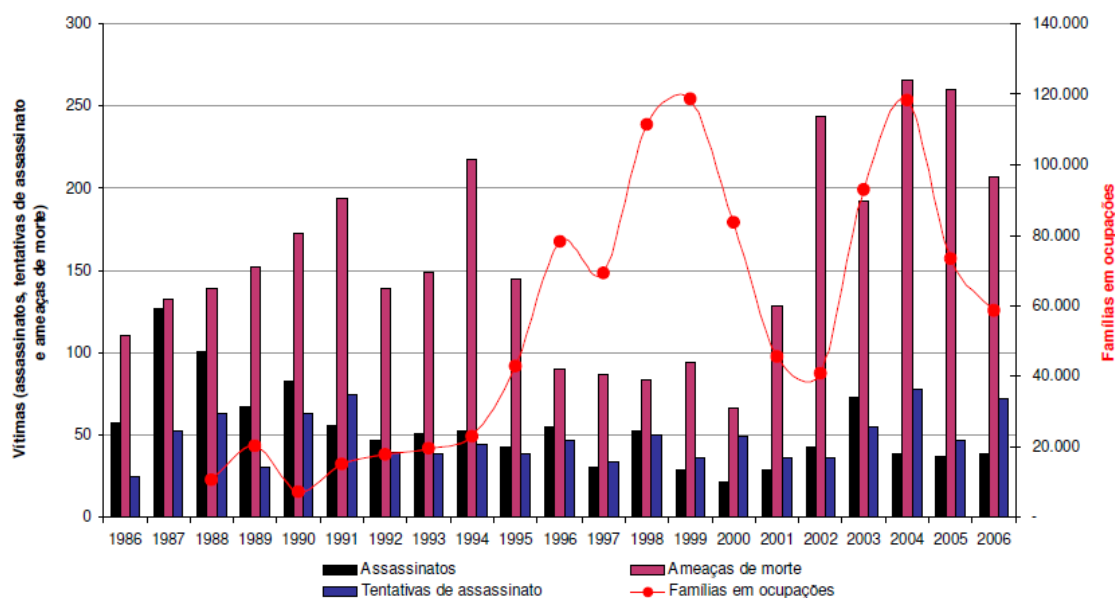
Fonte: CPT, MP, 2007

Na totalidade da exploração do capital sobre o trabalho no mundo, os trabalhadores do Sul cumprem uma dupla função: 1) compor a produção de valor social médio mundial, medida pela produtividade média do trabalho; e 2) contrarrestar, no interior das economias periféricas, a tendência à queda da taxa de lucro do capital financeiro transnacional em geral, e do capital financeiro nacional em particular. Os salários do Sul relatam, na discrepância entre os gêneros e entre a relação destes com o mundo, a substância estrutural do desenvolvimento desigual e combinado (a exploração da força de trabalho e sua parceira indissociável à superexploração da força de trabalho no Terceiro Mundo).

É impossível entender o teor da superexploração da força de trabalho no Brasil e na América Latina sem entrelaçar sua condição estrutural às mais drásticas situações de violência, resultantes dos conflitos entre o capital e o trabalho no continente. No caso específico da questão agrária, a violência no campo nos remete à situação histórica da presença, no século XXI, da maldita herança colonial que marcou, a ferro e a fogo, os corpos dos migrantes africanos, migrantes pobres europeus e povos originários índios do continente.

Na continuidade de marcar nos corpos seu poder capital, a violência, no campo e na cidade é intensificada. Os dados do DATALUTA, organizados por Girardi contribuem para explicitar essa condição estrutural, conforme a figura 8.

FIGURA 8: Conflitos no campo (1960-2006)

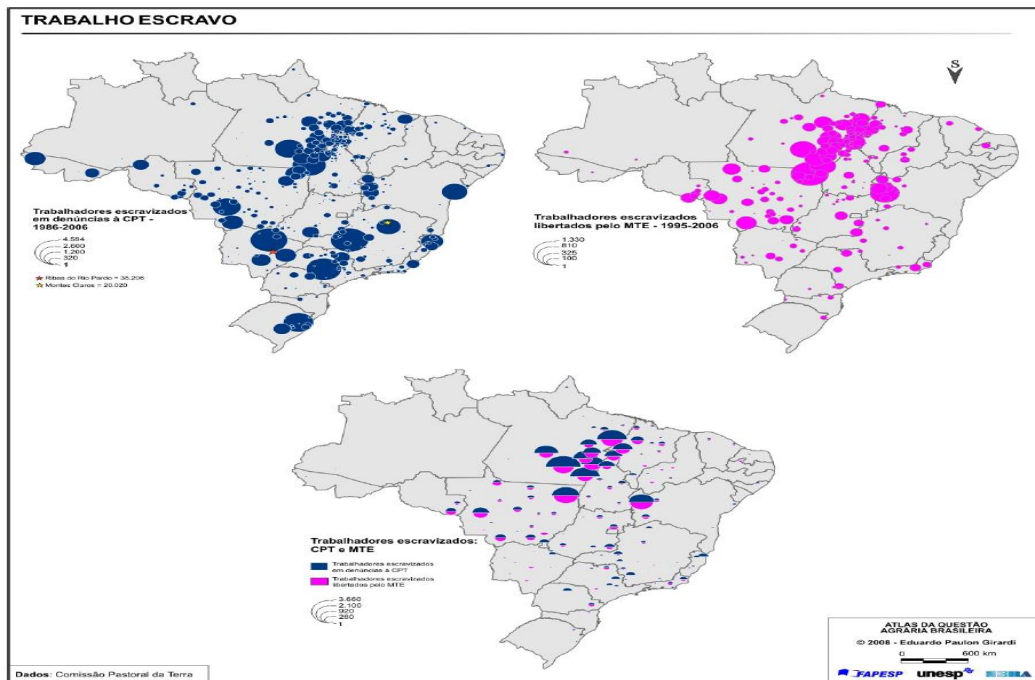


Dados: CPT e DATALUTA - Org.: Eduardo Paulon Girardi

Fonte: CPT, DATALUTA, 2006

O mapa do trabalho escravo, figura 9, produzido por Girardi nos permite ver, de forma didática, a situação concreta do trabalho escravo como inerente à questão agrária brasileira passada-presente (GIRARDI, 2008, p. 35):

FIGURA 9: Mapa do trabalho escravo no Brasil (1986-2006)



Fonte: Girardi (2008).

Ainda, sob as bases da demarcação da violência do capital sobre o trabalho é interessante vincular a situação da classe trabalhadora na cidade, a partir do que o Estado caracteriza como crime e, com base nisso, sanciona o castigo. O sistema prisional brasileiro é, à luz da experiência estadunidense, o quinto maior do mundo (e o primeiro da América Latina) em número de detentos. Segundo as estatísticas do DEPEN de 2014, a população carcerária do Brasil, em 2005, era de 361.402 detentos; em 2010, era de 496.252; e, em 2014, chegou a 563.5256.

A lógica do capital é a mesma para o campo e para a cidade, para o Norte e para o Sul do continente e do planeta. Nesse sentido, o avanço do capital dissemina a estrutural condição violenta sobre os territórios e os povos. Na escusa do “progresso”, matam-se comunidades inteiras, violam-se todos os direitos, institui-se a práxis das construções desmedidas em nome do capital contra a terra e o trabalho. Segundo César Padilha, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em 2014 foram 211 conflitos vinculados à mineração, em detrimento de 169 ocorridos em 2012 em toda América Latina, fora os que não foram computados. Sobre este tema, vale a pena os estudos geoestratégicos desenvolvidos por Ana Esther Ceceña, Paula Aguilar e Carlos Motto (2007) e a análise de Mônica Bruckmann (2011).

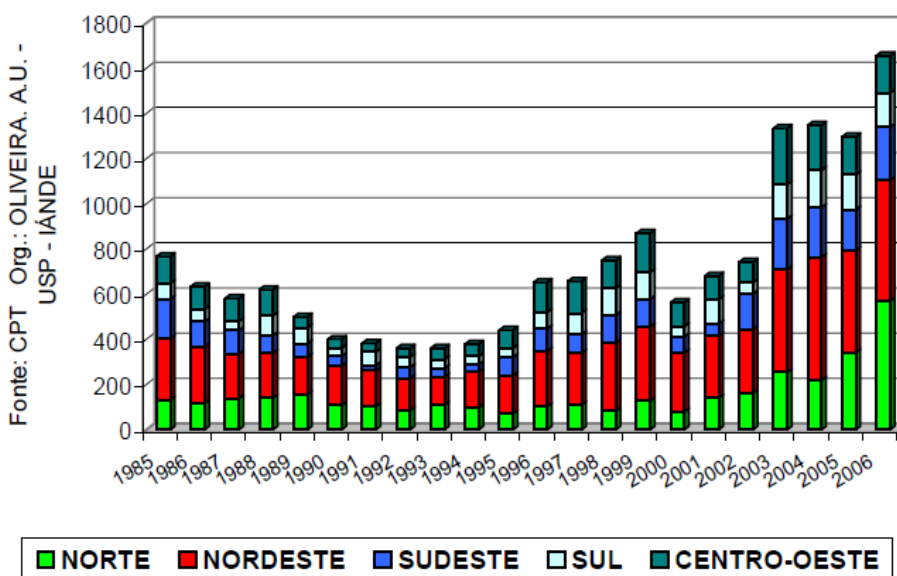
No que diz respeito aos conflitos no campo no período de abertura à democratização em diante, chama a atenção que as regiões que tiveram o maior êxodo rural e a maior

concentração de latifúndios monocultores apropriando-se de terras griladas sejam também o palco do maior índice dos conflitos. A acentuação dos conflitos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste retrata as características do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro e reforça a nítida faceta das condições estruturais do capitalismo periférico dependente. Na condição estrutural do capitalismo dependente, cabe destaque para a questão indígena no país. Segundo o último relatório do Conselho indigenista Missionário (CIMI) “Violência contra os povos indígenas no Brasil” em 2014 ocorreram 138 assassinatos e 135 suicídios em comparação a 2013 com 97 assassinatos e 73 suicídios.

A década perdida abriu o sendeiro luminoso das ocupações de terras no Brasil e, na luta por terra e trabalho, a judicialização e a criminalização dos movimentos sociais apresentou-se como nova condicionante jurídica das disputas. No período de ascensão da fase neoliberal da interdependência da era FHC, os conflitos diminuem fruto do aumento do êxodo rural e da precarização das condições organizativas no campo. Mas é na era da crise neoliberal da perspectiva de desenvolvimento, era Lula, que os conflitos voltam à cena com uma intensificação expressiva. Oliveira mostra na figura 10 esta situação (2008, p.37:)

FIGURA 10: Conflitos no campo por regiões – 1985-2006

BRASIL - CONFLITOS NO CAMPO - 1985 a 2006



Fonte: CPT, OLIVEIRA, 2007

Entre o conflito e a execução da reforma agrária do capitalismo dependente brasileiro pós-abertura “democrática”, a diferença entre o período neoliberal e a fase seguinte ganha expressão ascendente entre 2005 e 2006, momento em que as condições de negociação eleitoral de uma segunda gestão começam a ser efetivadas. Mais do que uma política deliberada de reforma agrária baseada na melhoria das condições da agricultura familiar, a continuidade do desenvolvimento neoliberal da era Lula foi uma política de conciliação. Como tal, ofereceu grãos de recursos na forma de crédito agrícola e de título da terra, em contraposição às toneladas ensacadas de recursos e terras movimentados em prol do agronegócio.

Vejam: segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre as safras de 2010/2011 dos R\$116 bilhões programados, foram realizados 42%. A agricultura familiar recebeu R\$ 5.510,00 milhões e a agricultura empresarial, como denominada pelo MDA, R\$ 43.202,50 bilhões. Em 2012, dos R\$123.238,00 bilhões programados para o MDA, foram realizados R\$50.764,20, ou seja, 41% do previsto. A agricultura familiar recebeu 38% do previsto (R\$6.094,00 bilhões de R\$ 16 bilhões) e a agricultura empresarial, leia-se o agronegócio, recebeu 41,7% do previsto, ou seja, R\$ 44.670,00 dos programados R\$107.238,00 bilhões.

No documento preparatório para o Encontro Nacional comemorativo dos vinte anos, em 2004, o MST apontava para as dificuldades que se apresentariam no enfrentamento entre dois projetos e o cuidado de observação, ainda presente, sobre o que esperar da proposta de reforma agrária do Governo Lula. O texto sob o título “Os desafios da organicidade do Movimento”, diante da atual conjuntura política nacional, apontava para sete necessidades de preparação a serem trabalhadas (MST, 2004): 1) a luta de massas; 2) a estrutura orgânica; 3) a formação política, a capacitação técnica e a firmeza ideológica; 4) autossustentação; 5) nova organização social nos assentamentos; 6) comunicação de massas e de agitação e propaganda para o diálogo com a sociedade; e 7) construção coletiva do projeto popular com uma estratégia de luta comum.

Estes sete pontos de preparação para a continuidade da luta em tempos de acumulação de forças da classe trabalhadora advêm de uma leitura que mescla a esperança de um projeto à esquerda do PT com a participação objetiva do Movimento no delineamento da política agrícola do Governo. Nos termos do MST, no texto assinado por Stédile (MST, 2004):

Estamos vivendo um período histórico muito rico e complexo. Há no cenário geral uma situação de crise de projeto, crise de destino do país. As eleições e a vitória do PT não foram suficientes para inflexionar o país para um novo

projeto popular. As políticas econômicas de estabilidade se por um lado resolvem problemas macroeconômicos, agravam ainda mais a situação social de nosso povo. E com isso a crise social se agrava. Isso leva a uma situação de necessárias mudanças [...] Na questão agrária, no combate ao latifúndio a luta parece ser mais alvissareira, seja pela grande quantidade de terra improdutiva, disponível. Seja pelos compromissos históricos do presidente e do PT, mas sobretudo pela disposição dos pobres do campo aumentarem sua disposição em luta pela reforma agrária [...] é um período de acúmulo de forças. Não de grandes batalhas. Um período de preparar batalhas. Um momento de preparar-se, acumular. Um período que vai exigir mais atenção, mais cuidado, para melhorar a organicidade de nosso movimento. Melhorar seu funcionamento, seus métodos, para aumentarmos nossa capacidade de atuar na conjuntura tão difícil. (MST, 2004, p.30)

Em uma das mesas de conjuntura deste encontro, participaram Cesar Benjamin, Breno Altman e Plínio de Arruda Sampaio Jr. No debate, a perspectiva do desenvolvimento dentro da ordem defendida por Breno Altman foi expressamente questionada pelos outros dois debatedores. Essa mesa, a meu ver, deu o tom da linha de conjuntura que ganharia as análises de parte dos dirigentes do MST nos períodos seguintes, com a hegemonia da perspectiva de um “novo” modelo de desenvolvimento, de retomada da “soberania”, figurando nos argumentos dos novos interlocutores diretos do Movimento, a partir de 2005. Destaque para as posições de Emir Sader, Ricardo Gebrim e Armando Boito⁷⁰. Isto ocorria ao mesmo tempo em que as demais análises eram vistas como sectárias, esquerdistas, derrotistas. Cesar Benjamin apontava, no texto que compunha a cartilha de formação preparatória dos 20 anos, a importância da construção do projeto popular para o Brasil e a desmistificação da possibilidade de conquistá-lo com alianças dentro da ordem. Para Benjamin (MST, 2004):

A ideia de que se possa mudar o Brasil em aliança com o atual sistema de poder – ou até mesmo fortalecendo-o – é evidentemente falsa e nos conduzirá a um terrível fracasso. A dependência externa e a hegemonia do capital financeiro se expressam, no campo do pensamento, na incapacidade de identificar nossa própria agenda de desenvolvimento e transformação socioeconômica, bem como na tirania das questões de curto prazo, especialmente aquelas ligadas à macroeconomia. Juntas, essas duas características formam uma herança política e intelectual que permanece hegemônica entre nós. Perdemos a capacidade de reconhecer as questões realmente relevantes – aquelas que fazem história – de nos organizar para enfrentá-las. Precisamos sair dessa ratoeira, de modo a recuperar a capacidade de ter grandes ideias e realizar iniciativas ousadas, chamando o povo a mobilizar-se. Antes que seja tarde demais. (MST, 2004, p. 12)

⁷⁰ Emir Sader, integrante do PT, intelectual com forte projeção na América Latina e um dos principais defensores do “neodesenvolvimentismo”. Ricardo Gebrim, dirigente da Consulta Popular e um dos principais elaboradores em conjunto com o MST das análises de conjuntura dos últimos 10 anos. Armando Boito, professor da UNICAMP, integrante do PT, outro importante analista de conjuntura do MST.

Na edição do Jornal Sem Terra de dezembro de 2004, “Movimentos se articulam no fórum da reforma agrária”, as militantes Marina dos Santos (SP) e Fátima Ribeiro (ES) fazem um balanço do primeiro ano da gestão petista e afirmam posições que se apresentavam como críticas à letargia do Governo Lula na condução da política agrícola afirmada no “Plano Nacional de Reforma Agrária”. Fátima Ribeiro sustenta que (MST, 2004a):

Após muitos debates coletivos chegamos à conclusão de que esse governo não tem projeto político para a classe trabalhadora e muito menos para o Brasil. A história já nos mostrou que quem não tem projeto político, objetivos e diretrizes a trilhar, poderá ser facilmente engolido pelo inimigo e pelos instrumentos que o mantém no poder. Admitimos que a política econômica adotada e a política dos transgênicos fazem parte de um projeto de dependência, atrelado ao FMI e ao Banco Mundial, uma submissão ao neoliberalismo. (MST, 2004a, p. 5)

Marina dos Santos aponta, por sua vez, a centralidade do agronegócio no modelo de desenvolvimento do Governo e a primazia da pauta primário-exportadora (MST, 2004):

O próprio Ministério da Agricultura defende o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o país. Porém sua prioridade é produzir para a exportação, não se importando com milhões de pessoas que passam fome em nossa pátria. O agronegócio é responsável hoje por grande parte do trabalho escravo, exploração degradante da mão de obra e concentração de terras. No campo tem gerado milhões de desempregados. (MST, 2004, p. 5)

A assertiva na análise das dirigentes nacionais nos faz questionar sobre o porquê do Movimento não ter assumido, na autonomia que lhe compete, uma perspectiva de enfrentamento com o Governo Federal, dada a interpretação que fazia da situação. Se, nos argumentos das dirigentes, esse Governo estava aquém do que seria necessário para a melhoria das condições da luta pela terra no campo brasileiro, o que freou a continuidade contestatória de ofensiva contra o neoliberalismo, do principal movimento social do Brasil do século XXI? Teria sido o ambiente geral desfavorável à luta de classes, dada a ofensiva do capital transnacional e do judiciário na criminalização das lutas sociais, fruto da crise internacional do capital com consequências de avanço da dependência na periferia do sistema? Ou teria sido a aposta esperançosa, na correlação de forças, de que o Governo do PT iria, aos poucos, transitar rumo à primazia da condução de sua política em favor dos trabalhadores do campo e da cidade?

Talvez estas questões estejam imersas na nossa cultura política do “medo”, em que parte da esquerda tende a vacilar no teor das reformas ao defender a perspectiva

desenvolvimentista, em vez de superá-la rumo à revolução. Entre a oportunidade e o oportunismo passam revoltosos rios de contradições que geram para a esquerda que não titubeia problemas concretos de reerguer-se com projeto nos tempos seguintes a esta gestão.

Penso que as duas condições tiveram incidência sobre o freio do Movimento na contestação à ordem do capital mantida pelo período de governabilidade do PT. Por um lado, a incidência da violência sobre os Movimentos Sociais e da classe trabalhadora originada na era neoliberal de FHC, exigia uma recomposição da unidade de classe, difícil de ser realizada em tempos reais de intensificação da superexploração da força de trabalho e ampliação da dependência estrutural. Por outro lado, na figura militante de Lula da Silva, o Movimento foi, aos poucos, envolvido em intermináveis negociações que, na pauta do diálogo, faziam da espera um terreno obscuro de apostas no futuro, cujo horizonte concreto de melhorias no campo não chegava.

A aliança de governabilidade conformada pelo Governo do PT e o capital nacional e transnacional exigiu deste governo acordos inconciliáveis entre os projetos da bancada ruralista e as pautas dos movimentos sociais do campo. À medida que os anos passavam, a pauta da reforma agrária era obstaculizada pela ideologia do discurso de que “tempos melhores viriam”. Assim, as pautas reivindicativas do MST voltaram a ser as de acesso às políticas públicas e defesa dos governos de Lula e Dilma, em uma análise de que, na defesa da democracia, o que está em jogo é a luta contra o conservadorismo da direita. Logo se o Movimento pressiona demasiado munícia a “raivosa” direita representada pelo PSDB e coligações e os governos podem voltar a ser ocupados pela burguesia nacional em aliança com a internacional. Como se no governo do PT a burguesia não tivessem reinado de forma onipotente. Na defesa política da “democracia”, o Movimento oculta sua opção concreta de aliança desmedida com o Governo Federal e seus pares nos estados e municípios brasileiros.

Nos dois mandatos de Lula, o MST tirou o pé do acelerador, voltou sua munição contra os meios de comunicação e o agronegócio, tendo como pauta central a luta contra os transgênicos. Nesse percurso, aperfeiçoou seus instrumentos de formação, articulação e unidade de classe. Foi um período de urbanização do MST.

Entre 2003 e 2015, o MST transformou-se em uma máquina política em que as secretarias nacionais, a coordenação nacional e a secretaria de Brasília tornaram-se o que-fazer central da condução de suas pautas. Através dos políticos eleitos nos estados e na bancada federal, estes se tornaram os representantes formais das demandas dos Movimentos Sociais.

Enquanto a luta pela terra do MST se urbanizou na politização e na condição técnica - de acesso, negociação e vitória de editais de assistência técnica, trabalhos com as mulheres e a juventude e educação -, a situação no campo ficou praticamente inalterada. Na dialética do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro, o MST cresceu na ação política nacional e internacional, à custa de conquistas minoritárias na questão agrária.

O apego à disputa pelos recursos públicos que se manteve absolutamente desigual em prol do capital, apresenta-se como uma forma de inserção dos movimentos sociais na ordem do capital, cujo conteúdo beira a falta de razão revolucionária, ainda que na prática concreta cotidiana das pessoas que vivem em permanente estado de privação se verifiquem “melhorias”. Esse é o limite entre o melhor dentro do pior e o necessário em enfrentamento direto com as condições que o criam.

Em outras palavras, a disputa institucional por recursos públicos dentro da ordem do capital cria melhorias conjunturais, pois é incapaz de refazer a estrutura desigual que a consolida, preserva e a expande. Nas raias da loucura pela melhoria dentro dos limites condicionados pelo próprio Estado do capital, o processo assistencial da política pública do PT para os trabalhadores do campo e da cidade os afasta das ações que compõem a unidade de classe, rumo à construção de um projeto popular.

Fruto da experiência de urbanização e construção da unidade nas cidades, o MST, como sujeito político no cenário de luta de classes brasileira, inaugurou em 2005, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, São Paulo. Naquele momento, intelectuais e organizações sociais latino-americanas e mundiais associavam-se à pauta de formação do MST e faziam do espaço da Escola de Formação um ambiente de luta coletiva na produção dos sujeitos políticos da classe trabalhadora.

Em plena era de decepção política e desfiliação partidária de vários quadros históricos do PT, o MST se apresentou como um sendeiro luminoso para a esquerda brasileira. Assumiu um papel na consciência coletiva da intelectualidade e da juventude militante que, quiçá, fosse maior do que sua própria tarefa histórica. Como tal, sobre ele foram jogadas diversas expectativas de construção de um cenário para além do capital. Como resultado histórico de uma era dramática para a classe trabalhadora no que tange à forma-conteúdo do capital sobre o trabalho, a ausência de um partido político de esquerda que confluísse esforços delegou ao MST tarefas políticas que o mesmo não seria capaz de comportar. Ou seja, a conciliação entre a luta no campo e a reconstrução dos instrumentos políticos de classe nas cidades fez com que o Movimento tivesse que se desdobrar na condução de suas tarefas cotidianas.

É como se a aceleração do tempo histórico proveniente da hegemonia do capital estivesse presente e fosse a organizadora, no interior das organizações da classe trabalhadora, das pautas e das urgências dos trabalhos. Jornadas de trabalho intermináveis, reuniões de negociações prolongadas nas esferas estaduais e federal, ausência de tempo para a organização da vida própria como sujeitos e primazia das tarefas do Movimento, levaram parte de sua militância a um esgotamento físico. Cansaço este reiterado pela quantidade de doenças físicas e emocionais e desejos cotidianos de voltar à vida no campo. Parte dos militantes camponeses que atuam nas secretarias, depois de alguns anos atuando nas tarefas nacionais, o que mais querem é retornar ao campo, como exemplo concreto das pautas em movimento na dialética do Movimento.

Disto se desdobrou o que penso ser o pior cenário do MST ao longo de seus trinta anos de caminhada: a tentativa de conciliar o protagonismo revolucionário para fora da ordem, manifesto nas ações de formação e organicidade nos acampamentos e assentamentos de algumas regiões, em um contexto histórico de Governo e de ações não revolucionárias fomentadas, dentro da ordem, pelo PT. Entre o ser para a classe e o reivindicar para si, o Movimento teve que fazer escolhas e, aos poucos, fruto do próprio desdobramento da luta de classes no mundo e no país, optou, como sujeito político maduro que é, pela defesa, não sem críticas, dos governos de Lula e Dilma. As políticas públicas da era PT funcionaram como anestesia para a contestação via ocupação de terras e de espaços públicos reivindicativos pelo MST e demais movimentos sociais do campo. Até o momento, o Movimento parece estar ora em “coma”, ora sob os efeitos de um medicamento cujos venenos ainda não foram liberados com vistas a permitir a retomada de sua autonomia na luta.

Na ação dentro da ordem, o pouco que ganhou neste governo foi expressamente superior às gestões anteriores: - Programa de Aquisição de Alimentos; Minha casa, minha vida; acesso a vários editais públicos vinculados à reforma agrária (residência agrária) e às demandas das mulheres e da Juventude; editais de inserção dos militantes dos movimentos sociais camponeses nas universidades e em cursos de capacitação – o que tornou o Movimento refém da política assistencial travestida de política pública e social operada pelo Governo petista, ao mesmo tempo em que o expunha como protagonista político aliado dentro desta ordem. Mas, na assistência, tais políticas foram insuficientes para movimentar a pauta da reforma agrária rumo a mudanças substantivas na compreensão do modelo produtivo no campo brasileiro.

O período de governabilidade do PT contribuiu para o Movimento se burocratizar. Institucionalizou suas pautas à custa de inúmeras negociações de recursos com o Governo Federal. Os Congressos V e VI do MST foram um exemplo da relação direta entre a produção de suas pautas nacionais e o patrocínio do Governo Federal. A autonomia financeira e política base sobre a qual o Movimento ancorou historicamente seus princípios e valores foi substituída pela dependência e defesa de uma gestão de Governo que em treze anos foi incapaz de melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo brasileiro.

O código florestal foi um exemplo da vitória do grande capital sobre as pautas do Movimento. E a indicação e posse da senadora e representante direta dos interesses do agronegócio, Kátia Abreu, no Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA), em 2014, coroou com chave de ouro, a hegemonia do capital transnacional financeiro sob a produção agrícola brasileira.

Ademar Bogo, importante militante do MST, afirma em seu texto “Achar um pretexto”, no jornal Brasil de Fato de junho de 2014 que:

Vivemos este período da ausência de pretexto para divergir com o projeto desenvolvimentista de aparência nacionalista. Vemos organizações de trabalhadores e setores populares sentirem a dor de cada crítica, como se fosse uma chicotada dada na própria mãe. Considerando que a ideologia é o recurso utilizado pela burguesia para obscurecer a verdade e enganar as massas, concluímos que, poucas vezes na história do capitalismo como agora, organizações se utilizam do mesmo recurso para enganarem-se a si próprias. [...] A falta de pretextos para divergir impede de compreender que, nos pleitos eleitorais, as organizações dos trabalhadores não podem correr o risco de serem abatidas quando os setores que governam são derrotados; ao contrário, devem avançar, livrando-se da ideologia e das amarras da conciliação. Os trabalhadores nada têm a ganhar defendendo os modelos dominantes e a forma de Estado capitalista quando esses lhes tiram os pretextos para reagir. Se é verdade o que disseram os comunistas do passado sobre o Estado, ele terá que ser enfrentado e transformado e não fortalecido pela leniência política daqueles que deveriam ser os seus coveiros. (BOGO, 2014, p. 8)

Em junho de 2007, no V Congresso do MST sob a consigna “*Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular!*”, o Movimento levou a Brasília 18.000 delegados e 1000 crianças sem terrinhas. Sem dúvida alguma, para os presentes, a força da mística, a organização popular das regionais no quesito alimentação, segurança e disciplina, ascendem a chama da potência em movimento que é o MST. A força dos cantos, o desejo da mudança e a abundância de alimentos em plena era de controle do grande capital financeiro explicitam a

possibilidade sempre em aberto do giro do Movimento rumo a um projeto verdadeiramente popular.

No entanto, os debates desenhavam uma aliança nada satisfatória. A defesa de Emir Sader sobre as conquistas do Governo do PT fazia vários militantes projetarem suas insatisfações nos bochichos gerados no ginásio. Era como se o mito do progresso presente na defesa do indefensável, discrepasse com a realidade cotidiana dos sem terras em luta nos acampamentos. No cotidiano da questão agrária, as melhorias do pacto social do PT não são tão expressamente observadas.

O então Ministro da Educação Fernando Haddad e deputado Federal Eduardo Suplicy eram alguns dos que se fizeram presentes neste encontro. No entanto, diferentemente dos congressos anteriores, este V demarcou a conflitividade entre uma parte do Movimento descontente com o ajuste e a acomodação da aliança com o PT, enquanto outra parte se desdobrava para justificar a permanência nesta situação.

Dos 18 pontos manifestos na Carta do V Congresso, chama a atenção que não se faz nenhuma menção crítica à gestão do PT. Na dialética do desenvolvimento, o Movimento reitera sua luta contra o grande capital, contra os transgênicos, a favor da ALBA e da integração dos povos e não destaca nenhum substantivo elemento da relação direta entre a gestão do PT e o grande capital. Era discrepante ouvir a necessidade de construção de um Projeto Popular para o Brasil sem vir à tona a crítica direta ao PT. Contudo, nos bastidores, nas arquibancadas e nos demais espaços de diálogo dos sem terras, essa contradição aparecia e se explicitava na forma da correlação de forças no interior do próprio MST.

O discurso da dirigente nacional Marina dos Santos, lido no V Congresso, ressalta a posição da Direção Nacional sobre os rumos nos próximos cinco anos, a necessidade de reorganizar o Movimento para dentro e o papel que tem cumprido a mídia conservadora na criminalização dos movimentos sociais. Segundo Marina (MST, 2007):

Precisamos reforçar nossa firmeza ideológica sem deixar nenhuma brecha para o capitalismo. É necessário fortalecer nossa democracia e cidadania, participar ativamente dos processos de decisão, garantir que as mulheres e os jovens assumam cada vez mais o comando de nossa organização, para, assim, revigorar as instâncias de decisão, respeitando as determinações tomadas pelos coletivos. [...] não podemos deixar de ressaltar o papel nefasto da mídia conservadora que todos os dias tentam criminalizar os movimentos sociais. Nos chamam de revolucionários como se o modelo de sociedade que defendemos significasse atraso e retrocesso na chamada modernidade. (MST, 2007, p.3)

A revista *Sem Terra* n. 40, de junho/2007 “Por justiça social e soberania popular” chama a atenção, em seu editorial, pela assertiva no enfoque do socialismo e da organização popular. Além disto, a matéria assinada por Adolfo Sanchez Vázquez sobre a atualidade do socialismo é impecável no relato da impossibilidade de manutenção da crença, na trajetória histórica das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas, e da conciliação de classes.

No entanto, ao longo dos últimos anos, a aposta do Movimento na crítica ao capitalismo e ao imperialismo não foi associada diretamente à crítica ao PT. Nesta revista especificamente que trata dos acordos firmados pelo MST na carta do V Congresso, o PT somente aparece como explicitação das presenças dos militantes do partido no encontro massivo. No entanto, na abertura editorial da revista, o Movimento faz questão de deixar claro um posicionamento questionável sobre a gestão PT, como se o partido não fosse protagonista das avassaladoras desigualdades combinadas inerentes ao modelo que ele próprio desenvolve. Segundo o editorial (MST, 2007a):

A própria reestruturação da economia brasileira, ditada pela onda neoliberal desde os anos 1990, e que assegurou a hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo, definiu um novo papel para a agricultura brasileira: o de gerar saldos na balança comercial para garantir o pagamento dos juros da dívida externa e a remessa para o exterior dos lucros das empresas que foram privatizadas em nosso país. Daí a importância que todo sistema econômico, político e ideológico do Estado burguês, tem na defesa do agronegócio. Este para manter esta dinâmica da acumulação capitalista, é extremamente eficiente e seduziu, como um “canto de sereias”, o governo Lula. (MST, 2007a, p. 4)

Essa leitura do MST, de que o governo Lula é refém da política neoliberal mais do que seu protagonista, manifesta uma interpretação em defesa e de espera de mudança, incompatível com a realidade concreta de administração do grande capital potencializada pelo governo do PT ao longo dos seus três mandatos. Em vez de sedução pelo “canto de sereias”, o que houve foi a entrada direta do Governo PT na plataforma do capital nacional e transnacional.

Ao tornar o governo do PT passivo e refém do grande capital, em vez de protagonista do mesmo, o MST explicita sua opção política de não entrar em rota de colisão com os mandatos presidenciais do partido que ajudou a levantar e torna-se assim potencializador das próprias contradições inerentes à gestão do PT. Ao não fazer a crítica direta à gestão do PT, o MST define o “inimigo” – o capital transnacional - deixando de fora o braço armado jurídico-político, o Estado brasileiro. Como consequência, os conflitos no campo se propagam

enquanto a reforma agrária democrática, nacional e popular, sai expressamente da pauta da gestão PT. Na opinião de Gonçalves, o MLP (GONÇALVES, 2014):

Tem sérias implicações quanto à trajetória futura do país. Conforme discutido, o ND tem como eixo estruturante a redução da vulnerabilidade externa estrutural. Na medida em que o Governo Lula implementou o MLP, ou seja, o ND com “sinal trocado”, reduziu-se a capacidade estrutural do Brasil de resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Isto ocorreu em todas as esferas: comercial [...]; tecnológica (maior dependência); produtiva (desnacionalização e concentração de capital); e financeira (passivo externo crescente e dominação financeira). Em consequência lançou-se o país em trajetória de longo prazo de instabilidade e crise no contexto de crescente globalização econômica. Durante o Governo Lula foram cometidos erros estratégicos que comprometem estruturalmente o desenvolvimento do país no longo prazo. (GONÇALVES, 2014, p. 110)

Os documentos do MST não apontam no período de 2002 a 2007, para uma crítica concreta ao modelo de desenvolvimento protagonizado pelo PT. Como se a desindustrialização, como política de reprimarização centrada nas *commodities* sob a hegemonia do capital transnacional, prescindisse do papel ativo do Estado brasileiro em sua conformação prática.

Concordo com Reinaldo Gonçalves na crítica que faz aos defensores petistas do *establishment* (Aloísio Mercadante, Emir Sader e Bresser Pereira)⁷¹ que o período de gestão de Lula acelerou o Modelo Periférico Neoliberal. Segundo Gonçalves, a participação das 26 empresas estrangeiras no total das vendas das 50 maiores do núcleo girou em torno de 40% entre 2002 e 2007. E a participação destas 26 no total das 500 maiores foi em torno de 18% no mesmo período (Gonçalves, 2014).

Ainda para este autor, enquanto o coeficiente de exportação da indústria passou de 12,9% em 2002 para 19,7% em 2007, o coeficiente de exportação da indústria extrativa foi de 42,3% em 2002 para 58,7% em 2007. E alcançou o valor de 68,9% em 2010. Nos termos de Gonçalves, a economia política do Governo Lula, cuja centralidade é a do desenvolvimentismo às avessas, ampliou a vulnerabilidade externa estrutural, à custa de uma maior dependência tecnológica, financeira e política moldada pelos grandes capitais transnacionais. Nos termos de Gonçalves (2014):

Durante o Governo Lula, os eixos estruturantes do ND foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização; dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência

⁷¹ Para a leitura relativa aos intelectuais da ordem “neodesenvolvimentista” em vários campos da ciência, sugiro: Lula e Dilma 10 anos pós-neoliberais no Brasil, organizado por Emir Sader, 2013.

tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação. (GONÇALVES, 2014, p. 109)

Em 2012, o Movimento lança a cartilha de estudos, preparatória para ao VI Congresso que seria realizado em 2014. Este documento traz um exercício interessante de reflexão entre os objetivos do MST em 1985, quando do primeiro congresso, para os atuais. E explicita que ambos estão mediados por substantivas transformações na relação capital-trabalho, de uma estrutura de desenvolvimento que passou por duas grandes fases – primário-exportadora e industrialização dependente – até chegar ao modelo atual do capital financeiro transnacional.

Em 1985, quando tem centralidade a práxis da ocupação os objetivos eram de afirmação do sujeito camponês no direito à terra e ao trabalho livre vinculado a ela. Estruturavam-se em pontos (MST, 2012):

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (MST, 2012, p. 6)

Passados quase trinta anos, em que a práxis transitou da ocupação para a institucionalização, os “novos-velhos” objetivos apresentaram-se da seguinte forma (MST, 2012):

- a) Eliminar a pobreza no campo;
- b) Combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e a degradação da natureza que têm suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo;
- c) Garantir trabalho e educação para todas pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda;
- d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo todos os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais.
- e) Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres;
- f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, e que formam nossos distintos biomas.
- g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial a juventude. (MST, 2012, p. 21)

A condição da luta objetiva pela reforma agrária - 1985 a 2012 - manteve-se sem modificações substantivas nos seus objetivos, demarcados ambos pela necessidade evidente do protagonismo do Estado para a realização dos mesmos. No enfrentamento com o capital transnacional como principal inimigo no campo brasileiro, o MST expõe que, dada a atual situação de ocupação do capital financeiro sobre as terras brasileiras e latino-americanas, a reforma agrária clássica necessita dar um salto de qualidade rumo à reforma agrária popular.

No entanto, o documento não tece observações de como se alcança o popular, dada a mediação política e protagonista do Estado em uma sociedade de classes cotidianamente marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado. Ou seja, o Estado sob o domínio sem limites do capital financeiro monopolista nacional e transnacional. Nesse sentido, os objetivos se ancoram na necessidade concreta dos trabalhadores do campo, mas parte de uma análise do inimigo principal sem tratar as devidas relações de poder consolidadas pelo capital ao longo dos desdobramentos históricos do capitalismo dependente.

Creio que esta condução da reforma agrária popular, que exige políticas públicas ainda mais sólidas para o campo, demarca a posição do MST de aliado institucional do período de governabilidade do PT. Na possibilidade de reivindicar mais acesso, o movimento foi estruturando um menor teor crítico contra as próprias superestruturas que dão sustentação, ao mesmo tempo em que são sustentadas pelo capital.

Da forma como se apresentam as principais reivindicações da luta pela terra, a disputa é por recursos públicos. E demarca, na pauta da educação, moradia, saúde, espaço para o protagonismo da juventude, os pontos de centralidade da disputa dos recursos públicos no enfrentamento com o capital. Os argumentos postos no documento, ao tratarem o tema das condições miseráveis no campo fazem uma abordagem muito similar à da nova CEPAL sobre os objetivos e metas do milênio, atrelada à necessidade de políticas públicas afirmativas que “melhorem” ditas condições.

No item II, mudanças tecnológicas, o Movimento trabalha dez pontos estratégicos, vinculados todos eles pela leitura e perspectiva de desenvolvimento que subjaz dos seus argumentos sobre a reforma agrária popular. Mas três itens em especial chamam atenção no debate do desenvolvimento: 1) um novo modelo tecnológico; 2) a industrialização; e o 3) desenvolvimento da infraestrutura social. Em linhas gerais, estes três pontos afirmam a ideia potencial da matriz de desenvolvimento nacional, democrático e popular, que, em meio à ordem dominante do capital, tende a tencioná-lo por dentro. Nos termos do documento (MST, 2012):

O programa de reforma agrária para um novo projeto de agricultura popular deverá ser acompanhado por um amplo programa social por parte do Estado, que garanta a toda a população do campo as mesmas oportunidades de todos brasileiros. E esse projeto deve buscar em todos os aspectos a geração de oportunidades iguais para a juventude e as mulheres que vivem no campo. (MST, 2012, p.26)

E continua sobre a questão da industrialização:

O programa de reforma agrária deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, gerando mais empregos no interior e criando oportunidades de trabalho e renda para a juventude e para as mulheres. O processo de desenvolvimento deve eliminar as desigualdades socioeconômicas existentes entre a vida no campo e na cidade. (MST, 2012, p. 25)

É constatável como a perspectiva nacional-desenvolvimentista clássica da CEPAL volta a se apresentar como matriz teórica do político projeto de desenvolvimento pensado para o campo pelo Movimento. Isto, a meu ver, é o resultado de duas condições inerentes à práxis formativa do MST ao longo dos trinta anos. 1) a hegemonia do nacional desenvolvimentismo no pensamento crítico brasileiro em geral, após o período militar, como orientadora da perspectiva alternativa à visão monetarista dos organismos internacionais; e 2) a fragilização do pensamento crítico ocasionada pelo processo político de governabilidade do PT. À medida que, através da assistência social, o Estado brasileiro confirmou, minimante, políticas sociais para o campo e para as periferias, isto reverteu de sentido a intensificação das demandas sociais por mais direitos, em uma sociedade estruturada para a destruição dos mesmos.

Na perspectiva de interpretação do “desenvolvimento possível” dentro dos marcos do capital na era imperialista contemporânea, o MST não tece considerações críticas sobre a atuação do Estado burguês. Ao não tratar este tema da forma contestatória, abre espaço para uma perigosa conciliação de interesses protagonizada pelo PT e apoiada pelo Movimento, em que pese o conteúdo de uma “aliança” entre desiguais. Foi a partir desse estreitamento na relação com o PT no governo que tanto este como o Movimento fizeram opções por um determinado campo reflexivo de intelectuais e alijaram-se de outro mais combativo.

O nacional desenvolvimentismo proposto pela reforma agrária popular não é o avesso do capitalismo, ainda que tenha o capital transnacional como seu principal inimigo. Esta leitura se apresenta como correlata à do “neodesenvolvimentismo” do PT. Ambos abrem

novas e mais intensas encruzilhadas sobre o que se entende por igualdade-desigualdade; ter-
ser; política-poder; desenvolvimento-subdesenvolvimento. Categorias estas que, na análise
dialética, estão mediadas pela contradição de primeira ordem: a relação capital-trabalho,
ontem e hoje.

Entre os vários convidados para a reflexão no VI Congresso, o discurso de abertura de
Maria Orlanda Pinassi, 2014, destoou, ao convocar os militantes para uma reflexão profunda
sobre a atuação dentro da ordem e a necessidade de constituição de um projeto fora dela. Nas
palavras de Pinassi (2014):

Eis a sua mais profunda tensão interna: pôr em memória as conquistas do
passado, defender sua “vocação camponesa”, apostar no empreendedorismo
de alguns assentamentos, refluir nas lutas e institucionalizar-se. Ou
denunciar os limites cada vez mais estreitos que o capital, através de
instrumentos privados e estatais, impõe a sua existência como alternativa
soci t ria – quase sempre problemática - no interior da ordem. Mais,
enfrentar, com a positividade que a luta de classes exige, a proletariza o de
sua base social convertida num enorme celeiro de força de trabalho
disponível para o capital no campo e na cidade. Os caminhos da “revolu o
na ordem” se esgotaram. As condi oes atuais da realidade objetiva se
definem por um padrão de acumula o essencialmente destrutivo o que
impõe severa crítica   toda e qualquer via de desenvolvimento – incluindo aí
o neodesenvolvimentismo – que se venha formular para a reprodu o do
sistema sociometabólico do capital. Isso obviamente envolve o sentido
h storico e a fun o social da Reforma Agrária a serem dados pela base
social do MST, cuja h st ria revela com nitidez cada vez maior a contradi o
de se pretender seguir os dois caminhos concomitantemente. (PINASSI,
2014, p. 13)

Esta intelectual militante relatava os limites do processo de desenvolvimentismo do
ciclo PT e apontava para uma necessária revisão das possibilidades dentro da ordem, frente às
necessidades fora da ordem. Esse argumento se entrelaçava muito bem com o encontro entre
vários Movimentos que compunham o MST naquele encontro. Entre as lonas pretas dos
estados, os 15.000 delegados e uma quantidade expressiva de participantes nacionais e
internacionais, pulsava a possibilidade do novo, narrada nas velhas cadeias que o impedem de
nascer.

Pela primeira vez, no complexo de complexos, a pauta foi narrada no Congresso pelo
entrelaçamento do “neodesenvolvimentismo” com a reforma agrária popular. Líderes do PT,
representantes dos ministérios, além de vários militantes cedidos para as gestões
parlamentares, circulavam entre os trabalhadores do campo, com suas diversas cores de terra,
na condi o de sem terras. A autonomia cedeu espaço ao financiamento, a soberania atrelou-

se à defesa do Governo e os debates dentro da ordem jogaram para o escanteio a necessidade de construção de um projeto fora da ordem.

Volto a insistir no viés analítico que subsidia a reflexão sobre os limites e desafios manifestos nos documentos e ações contemporâneas dos dirigentes do MST. Logo, não há uma leitura impregnada de juízo de valor, moralista, sectária, e sim uma análise processual. Esta análise está pautada pelo debate do desenvolvimento dependente, imerso no capitalismo desigual e combinado. Logo, ao constatar a relação entre o “neodesenvolvimentismo” e a reforma agrária popular, não me interessa por afirmar se este caminho está certo ou errado. Todo o contrário. Dou ênfase para a escolha dos caminhos. E divirjo dela por entender que o nacional desenvolvimentismo não ocorreu fora do capitalismo, nem coordenado por uma possível autonomia, soberania, do nacional sobre o transnacional (OLIVEIRA, 1992).

Como dito anteriormente, o nacional no contexto em que se realizou na forma clássica da industrialização latino-americana foi projetado e condicionado desde as próprias estruturas definidoras do capitalismo tardio em geral. Assim, interessa entender porque uma, não outra, escolha de caminho. A opção pelo “desenvolvimentismo” foi um caminho construído, mediado por múltiplas determinações, mas com opções explícitas em cada tempo. Isto nos remete ao protagonismo do MST em cada processo histórico ao longo destes trinta anos de luta.

Em 2013, no documento “Programa Agrário do MST”, o Movimento reitera a posição de classe da reforma agrária popular e destaca que a mesma é um projeto dentro da ordem, dada a inexistência de um processo socialista. Nas palavras expressas no documento (MST, 2013):

O programa de Reforma Agrária Popular não é um programa socialista – embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza e um estágio das relações sociais na sociedade brasileira. Uma Reforma Agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um Estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja de uma revolução social. Condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico. (MST, 2013, p. 32)

E prossegue:

A nossa luta e o nosso programa de Reforma Agrária Popular visa contribuir ativamente com as mudanças estruturais necessárias e, ao mesmo tempo, é dialeticamente dependente dessas transformações. Um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para

atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. E, buscamos assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo. (MST, 2013, p.33)

Entretanto, se o horizonte socialista não se adequa à prática cotidiana de construção do socialismo, pode haver uma reforma agrária popular que se projete fora da ordem, sendo gestada dentro dela? Como entender o popular nos marcos do “nacional” organizado econômica, política e culturalmente pelo capital financeiro monopolista transnacional? Estas e outras questões se apresentam como confirmação da atual fase de práxis institucionalizada do MST. Nela, o popular ganha forma de massivo com prerrogativa de políticas assistenciais reforçadas pelo Estado governado pelo PT. Mas, se de outro popular se trata, entendido como classe, como construtor do socialismo a começar pela negação do reformismo de manutenção da ordem, é necessário incidir contra o capital e contra todas as estruturas que o representam, a começar pela dinâmica política institucional do poder. Nessa perspectiva, ou se critica e se posiciona fora da aliança com o PT, ou desse entrelaçamento se desdobrarão novas e mais intensas encruzilhadas “neodesenvolvimentistas” para as bases acampadas e assentadas do Movimento.

Os ideólogos do “neodesenvolvimentismo”, como contraposição à ode neoliberal da era FHC, buscaram suas justificativas para narrar o “novo” no processo de ocultação de continuidade do modelo periférico, oriundo das políticas sociais efetuadas, de cunho assistencialista. Intelectuais sérios, de trajetória histórica no Brasil, entraram, com seus argumentos defensivos à crítica de outros intelectuais, na defesa dos avanços que gerou a posição política do “menos pior”. O popular, da reforma agrária projetada pelo Movimento no século XXI, tem relação direta com o massivo e os mais pobres. Mas poucas bases reais de vinculação com outra estrutura de poder emanada desde e para o popular para além do capital.

Realmente, se analisarmos os dados de alguns programas levados a cabo na gestão do Presidente Lula, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa Universidade Para Todos (ProUni), o Programa nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), veremos que, no plano comparativo, estes ganharam um volume maior de recursos públicos, se comparados às gestões da década de 1990. No entanto, a substância destes programas demarcou-se na centralidade do capital

financeiro internacional e nacional neste período, conforme os dados trabalhados neste capítulo.

Assim, as pequenas vitórias delimitadas na assistência social para a classe trabalhadora, foram acompanhadas de gigantesca apropriação de recursos públicos pela burguesia nacional e transnacional, conforme os dados também aqui analisados. Evidentemente, na dinâmica de produção e reprodução ampliada do capital no modelo de desenvolvimento dependente latino-americano, qualquer melhoria impacta fortemente na sobrevivência de parte expressiva da classe trabalhadora. Contudo, uma mudança substantiva, advém somente da produção de uma ordem para além do capital.

O livro “Lula e Dilma. 10 anos de pós-neoliberalismo”, 2013, organizado por Emir Sader nos fornece um ótimo panorama de como intelectuais definidos como “esquerda”, que até o início do século XXI figuravam entre os principais analistas críticos do denominado modelo neoliberal, transformaram-se em defensores e representantes da era do “neodesenvolvimentismo” do governo Lula. Como se esta fase, no plano do desenvolvimento, fosse substantivamente distinta da era anterior, de FHC. Narram, atrelados aos números, a vitória de suas teses frente à perspectiva neoliberal, sem com isto suscitar uma autocrítica necessária ao pensamento e práxis de esquerda. São verdadeiros defensores de um novo senso-comum sobre o passadismo-futurismo do desenvolvimento nacional, para utilizar os argumentos corretos de (FONTES, 2010).

A autora, no prefácio da coletânea crítica ao neoliberalismo atual, organizada por Rodrigo Castelo, “Encruzilhadas da América Latina no século XXI”, faz duas perguntas-chaves sobre a perspectiva fantasiosa dos defensores do velho-novo desenvolvimento e nos remete a uma excelente reflexão sobre as arapucas políticas armadas para enredar intelectuais desavisados sobre a seriedade dos temas que defendem (FONTES, 2010):

O que unificou essas burguesias e certos setores intelectuais? O que lastreia, hoje, tanto conservadores quanto social-liberais? Para além de uma formação regada a recursos provenientes de fundações e *think tanks*, pela difusão de MBAs (*Master Business Administration*), esses intelectuais sonham com a derrota de qualquer projeto socialista e se felicitam com as ditaduras por, ao menos temporariamente, tê-los liquidado. Chegaram ao ponto de retornar a frase de Pinochet, o mais tristemente célebre ditador latino-americano, e designar as ditaduras da nossa região como “ditabrandas”! Uma versão peculiar e particularmente enviesada da história recente vem sendo adotada por diversos historiadores e politólogos no Brasil, que requeentam velhos mitos e os apresentam como novidades, de maneira muito convincente à novas formas de dominação do capital-imperialismo no interior da América Latina. (FONTES, 2010, p. 15-16)

Muitos dados trazidos por Márcio Pochmann sobre a questão social, por Bernardo Mançano Fernandes sobre a questão agrária, por Tania Bacelar, Pablo Gentili e Dalila Oliveira sobre a questão educacional, dão a dimensão do “avanço” nos números destas gestões, em comparação às décadas anteriores. E demarcam a posição do “novo” desenvolvimentismo do período Lula e Dilma, na esperança da continuidade dessas políticas, como o grande enfrentamento contra o neoliberalismo de FHC (SADER, 2015).

Como bem enfatizado por Wood (2000):

Os intelectuais de esquerda, se não aclamam o capitalismo como o melhor dos mundos possíveis, esperam pouco mais que um espaço em seus interstícios e se limitam a expressar somente resistências locais e particulares. No momento mesmo em que se requer com maior urgência o conhecimento crítico do sistema capitalista, amplos setores da esquerda intelectual, em lugar de desenvolver, enriquecer e refinar os instrumentos conceituais requeridos, os rechaçam por inteiro. (WOOD, 2000, p. 5)

Na tônica das questões sociais entendidas como “vitórias” por esses intelectuais, a crítica da economia política perdeu centralidade analítica - práxis revolucionária e na práxis dentro da ordem - mediada por reformismos e assistencialismos, as categorias crescimento, desenvolvimento e inclusão social voltaram a apresentar-se como o palco argumentativo dos defensores do “novo” desenvolvimentismo do PT. Impressiona como estas leituras estão diretamente vinculadas à cartilha do Banco Mundial⁷² (LEHER, 1999).

A característica histórica da esquerda sempre foi a de ser explícita em sua análise crítica de postura contestatória e antagônica ao capital. Ou seja, dar primazia ao bom combate na batalha das ideias. Nos governos do PT, o bom combate cedeu lugar à propaganda. E forjou-se no interior da esquerda a noção do “inimigo principal” a ser combatido, segundo os defensores petistas: o esquerdismo e o sectarismo.

Nessa guerra de posição em movimento, os críticos da gestão petista foram enviados a um tipo conhecido de exílio no Brasil, próprio do período militar, mas que naquele então tinha como protagonista a direita contra a esquerda: a invisibilidade e/ou a fantasia dos estereótipos contra os que questionam o conteúdo de classe manifesto no programa de governo (2003-2015). Para dentro e para fora dos ambientes universitários, o “esquerdismo”

⁷² Impressiona como estas leituras estão diretamente vinculadas à cartilha do Banco Mundial. Sobre este tema sugiro os textos do atual reitor da UFRJ professor Roberto Leher cujas referências são: 1) LEHER, Roberto. Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; 2) LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

voltou a aparecer como crítica, por parte dos ideólogos da política “neodesenvolvimentista” do PT, aos que se posicionam criticamente.

Entre os defensores e os críticos dos governos do PT, abriu-se uma fissura que só poderá ser reestruturada na condição inerente do próprio ser social que, ontocriativo, é capaz de refazer-se enquanto refaz caminhos. Longe de ser algo próprio deste momento, essa tendência à defesa do capital, dentro dos intelectuais de esquerda, é histórica, e gerou muitas derrotas para a classe trabalhadora. Assim como o movimento do capital, o reformismo também se atualiza. O “neodesenvolvimentismo”, se existe, é nada mais, nada menos, que a renovada faceta transformadora do capitalismo dependente periférico de primazia do capital transnacional na América Latina.

Lênin foi um dos principais intelectuais e militantes a preocupar-se com a luta para dentro do partido comunista e para fora contra o capital. Denunciou o reformismo na propaganda e agitação de grandes nomes como Plekhanov, Kautsky, Berstein (LÊNIN, 2007). Posicionou-se de forma dura com eles, porque sabia que, de suas concepções e ações, brotavam distorções que promoviam problemas de ordem econômica, política e moral no interior do processo de formação política e da consciência da classe. Na defesa dos argumentos do “progresso”, em nome da “melhoria das condições de vida da classe trabalhadora dentro da ordem”, os reformistas instituíram a mesma dinâmica inerente à desordem do capital.

Em “Estado e Revolução”, Lênin trata deste tema como um problema estrutural da esquerda comunista, gerador de deformações do marxismo, na espúria defesa do reformismo. Para o intelectual russo, os reformistas contribuem, no ecletismo de suas ideias ao desvio analítico e prático das ideias comunistas. Nas palavras do intelectual russo (LÊNIN, 2007):

A dialética cede lugar ao ecletismo: com relação ao marxismo, é a coisa mais frequente e mais espalhada na literatura socialdemocrata oficial de nossos dias. Não é uma novidade, certamente, pois o ecletismo já substituiu a dialética na história da filosofia clássica grega. Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclética da dialética engana as massas com mais facilidade, dando-lhes uma aparente satisfação, fingindo ter em conta todas as faces do fenômeno, todas as formas de desenvolvimento e todas as influências contraditórias; mas, de fato, isso não dá uma noção completa e revolucionária do desenvolvimento social. (LÊNIN, 2007, p. 38)

O paradoxo do século XXI está definido nos seguintes termos: a continuada, em novas perversas bases do desenvolvimento desigual e combinado, vitória do capital sobre o trabalho e do pensamento desenvolvimentista sobre a práxis revolucionária no interior da própria esquerda latino-americana. E abriu alas a novas encruzilhadas, dilemas, sobre a atualidade da reforma e da revolução no continente e no mundo.

A tragédia histórica do Brasil contemporâneo se refere ao tempo que tardaremos para refazer os rumos da esquerda, dada a concepção de esquerda manifesta pelo PT na mesma seara de desenvolvimento do capital. Em outros termos, o PT condicionou a esquerda a um novo ciclo de atraso programático e de lutas, resultado de sua gestão neoliberal capitaneada pelo capital monopolista financeiro transnacional no desenvolvimento dependente da era neoliberal (PAULA, 2005).

Vale para o MST o que vale para a esquerda. Ao se reorganizar sob os parâmetros do novo-velho processo de desenvolvimentismo colocou em suspensão programática o socialismo real. Mas não de forma ingênua, e sim politicamente pensado, como sempre fez, no encontro coletivo com os saberes intelectuais, manifestos em cada contexto histórico. No momento atual, o Movimento optou pelo diálogo e construção direta com os representantes e defensores do Governo. Afastou, com isto, de seu debate principal a crítica fincada na construção de outro projeto societário; processo que vinha desenhando ao longo dos anos mais duros de seu enfrentamento com o capital e o Estado que o representa (1992-1999).

Nesse sentido, a fase de desenvolvimento neoliberal do capitalismo dependente brasileiro no Governo Lula e a associação de parte majoritária da direção do Movimento a esse projeto, efetuam uma regressão no ciclo histórico da luta de classes no Brasil. A tal ponto que, se não retomar a aguerrida posição a exemplo do que ocorreu com as ocupações realizadas pelas mulheres entre 2006 e 2008, sua história passa a ser narrada, no passado, cujo presente exige outros novos processos de luta, protagonizados por “novos personagens” entrando em cena.

Como salienta Firmiano, em sua excelente tese de doutorado “O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária”, 2014 (FIRMIANO, 2014):

Sob o neodesenvolvimentismo surgiram novas tendências no interior da questão agrária, como: (a) reconcentração fundiária; (b) intensificação do controle, direto e indireto, do capital internacional sobre a exploração agrícola; (c) nova rodada de grilagem de terras e (d) exacerbação da superexploração do trabalho, conforme indicado por Delgado (apud SAMPAIO JR., 2013, p. 216). A elas incluem outras, como: (a) a tendência à

proletarização e à reproletarização precarizada de amplos contingentes de trabalhadores, sejam eles pequenos proprietários, posseiros, parceiros da terra, povos tradicionais, ou simplesmente trabalhadores despojados da terra, sobre os quais a exacerbação da superexploração e da precarização estrutural do trabalho tende a incidir com mais força; (b) os efeitos do desemprego estrutural no campo; (c) e a eliminação das condições elementares da reprodução social, na forma de degradação dos recursos ecológicos e naturais. (FIRMIANO, 2014, p. 196)

E desdobra seu argumento:

As implicações socioculturais dessas tendências são, pois, devastadoras, como, por exemplo, a descampanização, (re)proletarização e recampanização concomitantes ao desenvolvimento desigual e combinado, de modo a destruir modos de vida tradicionais, rebaixando as condições de reprodução social; a destruição de formas de sociabilidade historicamente construídas por camponeses, povos indígenas, quilombolas, ribeirinho, entre outros, em razão da subordinação e da subsunção formal e real do trabalho no processo do capital; nova onda de migração em busca de trabalho e a perda progressiva dos laços e referências socioculturais (para alguns, perda da identidade) que se constituem no vínculo com o território; perda da soberania alimentar; empobrecimento e padronização crescente da dieta alimentar, em detrimento das riquíssimas formas socioculturais de supressão das necessidades alimentares básicas; evolução de doenças relacionadas ao consumo de produtos com elevados níveis de agrotóxico, entre tantos outros. (FIRMIANO, 2014, p. 196)

Estes “novos-velhos” personagens, do campo e da cidade, em luta cotidiana, aparecem pouco na construção da esquerda intelectual brasileira. E, na ótica do capital, são ora invisíveis, ora criminosos e elimináveis. Basta movimentar-se para vê-los em reação. Os invisíveis lutadores sociais estão cotidianamente em luta para sobreviver. É hora de retomar a experiência popular. O projeto popular volta a ficar em segundo plano na prática reorganizativa da esquerda. Em tempos modernos, de crise civilizatória como a do capital, recuperar as experiências, voltar ao trabalho de base cotidiano como e com a classe é mais do que uma tarefa, torna-se uma obrigação militante.

Inclusive na própria complexidade da práxis do MST, as possibilidades para o novo estão abertas. Exatamente porque o desenvolvimento desigual e combinado intensifica sua extração de valor sobre a superexploração da força de trabalho e financeirização especulativa da terra, é que a luta se torna um imperativo, ainda em meio à era neoliberal do desenvolvimento continuada pelo do PT. Como em todo tempo histórico, abre-se novamente uma aposta: o rumo dependerá de posições claras sobre o inimigo principal na era de barbárie intensa do capital sobre os territórios latino-americanos.

Mas, como salienta o militante do MST (FIRMIANO, 2014):

Sem romper o vínculo político com o Partido dos Trabalhadores, que no governo garante algumas condições de reprodução de uma pequena parte de sua base social, o MST vai deixando de cumprir sua tarefa histórica na condução da luta pela terra contra o capital e pela reforma agrária, assumindo as condições ora impostas pelo Estado que, de modo generalizado, promove o novo processo de proletarização de sua base social, tanto dos afundados pelo mercado – proletários do neodesenvolvimentismo – quanto dos exitosos que sobrevivem por meio do mercado institucional, não sem produzir sob o comando direto ou indireto do capital. Esta opção política incide diretamente sobre o programa de reforma agrária ora proposto pelo movimento, ainda vinculado ao processo histórico anterior. (FIRMIANO, 2014, p. 207-208)

A Encruzilhada Natalino foi um marco nas ocupações de terras, práxis da ocupação do MST. Através dela, o campo e a luta de classes neste espaço voltaram a ganhar a dimensão social que possuem no desenvolvimento do capitalismo dependente e do imperialismo: a centralidade da terra e do trabalho vinculado a ela nos desdobramentos do capital.

Passados trinta anos de luta, resistência, conflitos que culminaram em mortes e gestaram novas vidas na defesa da terra e do trabalho livre vinculado a ela, a história presente cobra uma materialidade perversa e dura ante as amarras do capital sobre o Estado na gestão do PT, e as amarras do PT sobre o Movimento.

A Encruzilhada Natalino deu passo à encruzilhada “neodesenvolvimentista”. Tanto a primeira quanto a segunda definem, na escolha do Movimento, possibilidades presentes/futuras concretas. Da primeira, emanou uma autonomia política decisória de condução de seus passos. Da segunda, o que era próprio virou dialeticamente dependente. E na dependência gestou encruzilhadas que necessitam ser novamente colocadas em pauta para dar o tom da mudança rumo aos seguintes anos de luta por terra e trabalho no Brasil.

Anos difíceis se apresentam em toda América Latina na retomada conservadora dos governos de direita após mais de dez anos de gestão de “esquerda”. Mas os tempos duros futuros devem ser entendidos como o reflexo do que foi, e não foi, feito, pelos governos no sentido de garantir o nacional, o democrático e o popular. Temas que na era do imperialismo contemporâneo apresentam-se como urgentes e mais complexos de serem efetivados, dada a ação econômica, política e militar do capital transnacional sobre o território latino-americano.

A encruzilhada do “neodesenvolvimentismo” abriu novas frentes de batalhas para o MST. Entre elas, a de se desvincular da ideologia do desenvolvimento “nacional”, dada a atual fase e desdobramento do capital financeiro internacional sobre o campo, sobre a terra (especulação) e sobre o trabalho vinculado a ela (superexploração e miséria).

O rumo que o Movimento irá tomar depende de muitas condições objetivas e subjetivas próprias a ele e fruto do contexto atual de crise civilizatória. Suas escolhas passadas demarcarão as dificuldades de suas lutas futuras. Nisso, o protagonismo do PT e do MST se mesclam e dá a tônica das dificuldades concretas, rumo a outro projeto societário.

O futuro é sempre uma possibilidade em aberto e seus caminhos são traçados pelo teor da luta de classes no presente. A construção concreta de um projeto societário diferente e para além do capital ocorre no presente e se assenta no processo histórico da luta de classes protagonizada pelos trabalhadores do campo, da cidade e na esfera internacional.

De 1985 a 2003, a luta do MST aglutinou em torno de si uma massa de sujeitos ávidos por vivenciar e construir o novo.

Entre 2003 e 2015, a esperança do novo, projetada pelo Movimento mesclou-se com a decepção do velho protagonizado pelo PT e defendido pelo MST. De 2015 em diante, a construção do projeto popular para o Brasil vai depender da rearticulação de uma “esquerda” que foi absurdamente atacada e fragmentada na era PT. Longos anos serão demandados na reconstrução. E esta articulação será mediada por uma condição bárbara sobre o trabalho e a vida em geral, originados pela fase atual do capital financeiro monopolista. Cabe à esquerda retomar a condução do projeto socialista. E cabem ao MST suas escolhas. O papel que o MST jogará nessa produção só ele, através de sua práxis concreta, será capaz de dizer/fazer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será preciso quebrar todas essas resistências passo a passo, com mão de ferro e uma brutal energia. À violência da contrarrevolução burguesa é preciso opor o poder revolucionário do proletariado. Aos atentados e às intrigas urdidas pela burguesia, a lucidez inquebrantável, a vigilância e a constante atividade da massa proletária. Às ameaças da contrarrevolução, o armamento do povo e o desarmamento das classes dominantes. Às manobras de obstrução parlamentar da burguesia, a organização ativa da massa dos operários e dos soldados. À onipresença e aos mil meios de que dispõe a sociedade burguesa, é preciso opor o poder concentrado da classe trabalhadora, elevado ao máximo. (Rosa Luxemburgo, texto o que quer a liga Spartakus, 1918, textos escolhidos por Isabel Loureiro, 2009)

Esta tese começou e terminou com o debate sobre a práxis, assentada no materialismo histórico dialético como método que lhe dá sentido. E, na mediação política da filosofia da práxis, explicitou na dialética que conforma a dominação-superação a história da luta de classes, com vitória hegemônica, até o presente, do capital, assentada especificamente no debate passado-presente da questão agrária (terra e trabalho).

Na história do capitalismo dependente latino-americano, a superexploração da força de trabalho e os mecanismos de opressão - racismo, xenofobia, sexismo, preconceitos regionais, entre outros - que a sustentam, estão assentados em violentas raízes estruturais que tornam o passado explícito no presente. A acumulação primitiva capitalista, a subsunção formal e real e os tipos de renda da terra (absoluta, tipo I e tipo II) não são um retrato apenas do passado colonial. Estes demarcam, no tempo presente, o quanto a questão agrária é o que mantém vivo o dreno dos recursos naturais e minerais do território rumo aos países capitalistas hegemônicos do Norte.

A terra e o trabalho são as substâncias do capitalismo em geral e do capitalismo dependente em particular. E assumem na singular história das resistências na América Latina, ao longo da gênese e dos desdobramentos do modo de produção capitalista, expressões próprias de um passado que insiste em manter-se forte no presente, emanados da violência estrutural do desenvolvimento capitalista desigual e combinado.

Através das práxis reprodutora, reificadora e reacionária, o capital consolida sua primazia e se dissemina como “verdade” a ser seguida e propagada por todos, para além e contra a perspectiva de classe. Mas seu discurso e sua prática, do final do século XX e início do século XXI, andam em descompasso. A narrativa da igualdade discrepa com a realidade desigual tal qual ela se apresenta. Nessa relação entre o discursivo igualitário e o vivido desigual, outras práxis se movimentam como resultado da exclusão, da anulação do outro, da

impossibilidade concreta de sobrevivência de parte expressiva dos sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho.

Na “verdade” discursiva do capital, não cabem uma multiplicidade de seres sociais. Na midiática venda da imagem de progresso, brotam da terra germinada pelo capital via superexploração da força de trabalho, violentos mecanismos de desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais. O mito discursivo e o fato social expõem contestações que, quando não são adormecidas pelos instrumentos ideológicos do capital (religião, escola, meios de comunicação, entre outros), relatam novas possibilidades de práxis, para além do capital.

Contudo, toda forma de luta com seus respectivos conteúdos se manifesta sob uma estrutura que foi consolidada ao longo de mais de quinhentos anos de violência, processo histórico de construção das bases sociais de primazia do capital sobre o trabalho. Acumulação primitiva e capitalista; subsunção formal e real; renda da terra (absoluta, diferencial do tipo I e do tipo II) são as bases estruturais da lógica de dominação. Como processo, o capital as aperfeiçoa, ao mesmo tempo em que “melhora” os mecanismos de controle das superestruturas que lhe dão sentido. O movimento das práxis do capital se materializa, assim, no cotidiano visto e não visto, sentido e não sentido, pela classe trabalhadora submersa na seara da superexploração-opressora.

O nascimento do MST ocorre no momento em que as práxis se aperfeiçoam de forma intensamente mais violenta na apropriação privada da terra e na produção mercantil que subsume a força de trabalho. A práxis da ocupação materializa uma situação concreta de exclusão, êxodo e condições desumanas no campo brasileiro, fruto de uma “nova” fase da modernização conservadora, pautada pela mecanização produtiva. Através dessa práxis contestatória, forjaram-se novos encontros, novos saberes, novos movimentos do e para o Movimento.

À medida que os enfrentamentos com o capital nos instrumentos opressores utilizados por ele – inclui-se o Estado – para conter a “desordem” das ocupações, o MST ganhou força, visibilidade e novos adeptos à sua luta, da cidade, do continente e do mundo. A práxis da ocupação foi mesclada com a práxis da formação política e juntas consolidavam novos processos políticos de intervenção sobre o complexo e desigual sistema em que lutavam.

Contudo, foi na fase mais dura de intensificação dos conflitos, a era neoliberal, que o Movimento fez uma aposta esperançosa de mudança dos rumos com o processo de vitória eleitoral do PT. Do início e ao longo de todos os quinze anos de gestão deste partido, o

Movimento esperou, apoiou e conciliou agendas. Fez-se parte, institucionalizou e constituiu, dentro da ordem, uma práxis de “negociação” no lugar da “ocupação”.

O resultado disto foi o retrocesso na reforma agrária, a derrota na questão agrária e o risco, concreto, de fragilização intensa frente os novos processos de retomada da direita que vêm sendo estruturados. A práxis institucional cobra seu preço ao relegar as práxis anteriores (ocupação; formação política/ocupação) a meras coadjuvantes frente a seu protagonismo político reivindicativo de apoio incondicional ao Governo do PT.

A intenção desta tese foi a de captar esse movimento. Para isto, tracei um exercício dialógico-dialético centrado em três eixos que denominei de encontro de saberes: 1) a relação entre as categorias superexploração-oprimido, desenvolvidas por Freire e Marini, com a mediação sobre as práxis; 2) a centralidade da questão agrária na gênese e desdobramentos do capitalismo dependente, em que a superexploração e a opressão deram a tônica da violência, particular, imersa no palco geral do desenvolvimento desigual e combinado; e 3) os trinta anos de luta do MST imersos nas transformações produtivas do capitalismo dependente, com ênfase à encruzilhada aberta sobre seus rumos no período de gestão do PT.

De forma didática o complexo de complexos foi tratado da seguinte forma ao longo dos três capítulos:

FIGURA 11: Processo histórico do desenvolvimento do capitalismo em geral

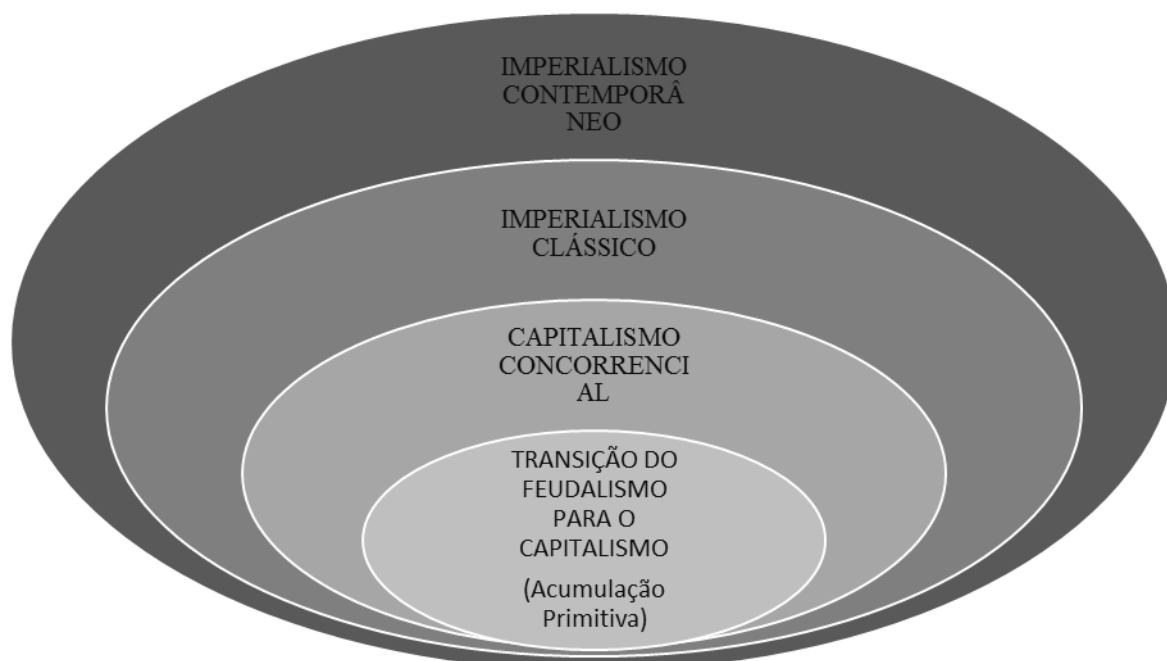
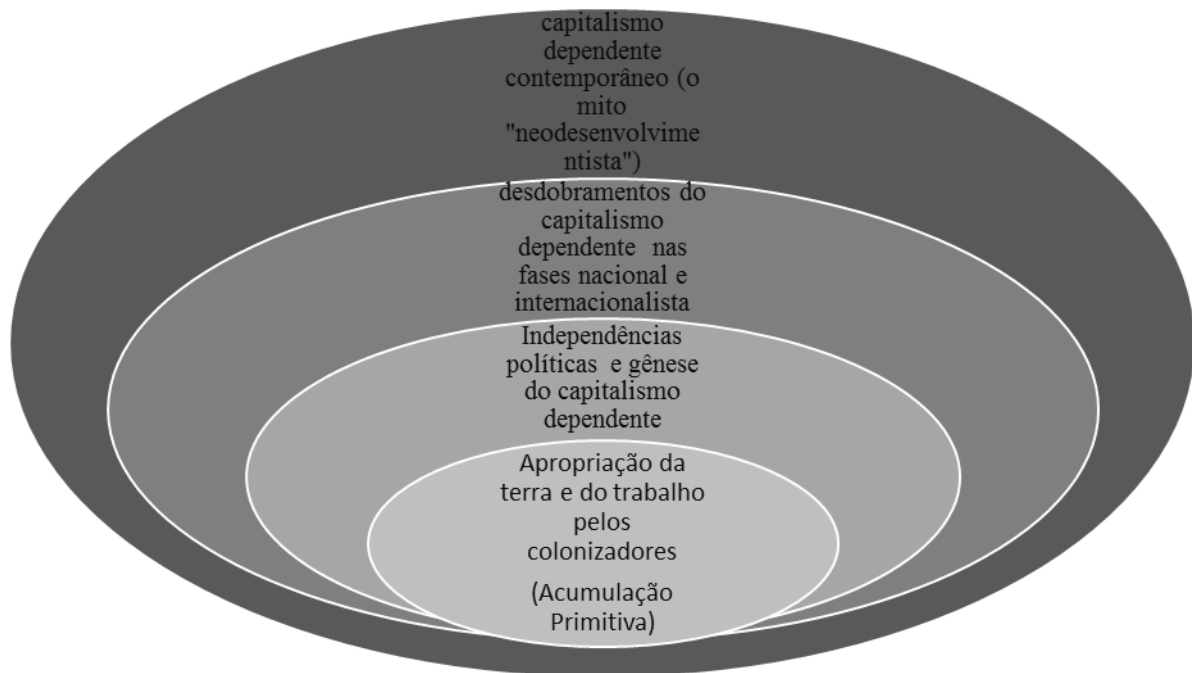


FIGURA 12: Processo histórico do desenvolvimento do capitalismo dependente



O exercício foi o de entender o movimento dialético entre estas duas estruturas na composição geral e particular do capitalismo passado-presente. Uma com a outra, uma sobre a outra, em um movimento contínuo de implementação sociometabólica da desigualdade.

Juntas, as figuras expõem a estruturação histórica de uma divisão internacional do trabalho, ancorada na centralidade da extração do valor, produção social da riqueza capitalista, cuja apropriação privada consolida o movimento único de concentração e centralização do capital. Processo assentado na primazia da exploração da força de trabalho e do uso da terra com o fim mercantil, bases orgânicas do valor de troca.

Nesse sentido, qualquer debate sobre o modelo de desenvolvimento necessita levar em conta a totalidade na qual a particularidade nacional pretende compor uma nova história. Fora desse contexto geral, as particularidades imprimem a continuidade da “fantasia do progresso” e têm como fonte geral de suas proposições a manutenção da ordem desigual e combinada.

Entender o que se vive fora dos marcos gerais do capital é não somente limitado, mas equivocado. Explicita uma força ao local, em um ambiente abertamente movimentado pelo capital. No século XXI, o capital chegou a todos os espaços de reprodução social da vida, transformando-os em reprodução material da riqueza e acumulação capitalista. As resistências locais lutam contra um capital transnacional e disto derivam os limites e possibilidades da entrada em cena de “novos-velhos” personagens em luta.

Um dos mais importantes referenciais do marxismo do século XX foi Bertold Brecht. No teatro da resistência, de classe, Brecht conseguiu sedimentar o protagonismo de classe no que então se explicitava como passiva participação nos desenhos realizados por outros a serem executados pelos trabalhadores. “Santa Joana do Matadouro”, “Cinco teses sobre a verdade”, entre outros, são uma mostra de como o teatro e a vida se mesclam sem que um “imite” o outro. Ambos se potencializam em Brecht como unidade dialética superadora.

Através do teatro, da arte política, como célula de formação da consciência, Brecht materializou vários encontros de saberes e expôs, na narrativa do corpo consciente, saberes ocultados pelo domínio do capital, mas encarnados nos corpos pela vivência cotidiana da exploração e do esgotamento do trabalhador.

Essa capacidade histórica de classe, de recriar processos, abrir caminhos e lutar no ideal-real da consciência transformadora, exige entender o novo-velho como possibilidade futura sempre em aberto. Sem especulações, nem fantasias. Desdobradas pela luta em cada tempo histórico, determinado pelos múltiplos mecanismos presentes na disputa.

Esta tese foi construída com base no movimento dialético existente no passado-presente das lutas, narrativa de vitórias-derrotas reerguidas. Nasceu e se desenvolveu sustentada em uma intenção concreta: estabelecer encontros de saberes entre os distintos sujeitos que compõem, na atualidade, o complexo de complexos relativo à luta de classes na América Latina.

Como encontro, desenvolvi um exercício, no método de exposição, originado do método de análise, em dois níveis: 1) construção do plano categorial analítico, referenciado no marxismo, em que os níveis de abstração exigem mediações de natureza complexa, tamanho o movimento dialético que encerram; e 2) materialização do plano categorial, com base no concreto vivido-concreto refletido, manifestos nas lutas, na ação reflexiva e na reflexão ativa, presentes na trajetória histórica de luta do MST (as práxis).

Estes dois processos vinculados manifestam a indissociável relação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual no interior da unidade organizada e politizada da classe trabalhadora. A consolidação dos referenciais da classe trabalhadora, desenvolvidos por intelectuais que fizeram a opção de classe, foi pensada para que a mesma a utilizasse, atualizando-a em cada época.

Nesse sentido, as categorias não são materializações de um pensamento abstrato, não alcançável. São abstrações que não se descolam do concreto tal qual ele se apresenta e que contribuem para a classe trabalhadora entender, captar o movimento do real, na complexidade

de sua substantiva forma-conteúdo de dominação. E ao captar, ter elementos para a ação superadora contra a alienação, o fetiche, a “fantasia do progresso”.

Marini, Freire, Marx, Engels, Lênin, Mandel e Mészáros são intelectuais que, assim como os camponeses, compõem a classe trabalhadora, conscientes ou não disto. Na consciência, efetivam práxis contestatórias e revolucionárias.

Isto é importante reforçar como forma de desmistificar, através da formação política, a ideia de que o popular é o avesso do científico. É a linguagem que o “povo” entende. Todo o contrário, se o popular é entendido como sinônimo de classe, com processo e projeto para si, suas dificuldades devem ser superadas coletivamente como forma de captar o movimento, com o fim de superá-lo. Nesse movimento, não há espaço para mecanismos classificatórios instituídos pelo capital sobre o saber mais-saber menos; o saber erudito-saber popular. Assim, como não tem sentido os manuais, livros de autoajuda da academia adequada ao “não pensar” próprio da estrutura alienante do capital.

É do encontro entre saberes inerente aos sujeitos da classe que a disputa se apresenta em todos os campos e objetiva, nos corpos dos que lutam, a violência inerente aos desdobramentos do capital sobre o trabalho. E romper a cerca das dificuldades de abstração é tão importante quanto as demais rupturas de cercas contra o racismo, o patriarcado, o capitalismo, o conservadorismo e todas as formas de expressão nas quais isto se manifeste.

No movimento gerado pelo encontro, o saber intelectual e o saber popular, juntos, sedimentam uma experiência histórica, de classe, com o fim de consolidar os marcos analíticos que permitem aos trabalhadores entender porque vivem como vivem, e como sustentar suas lutas em pilares mais fortes para além da ocupação. Na reflexão com alto grau de complexidade, materializada nas categorias apresentadas ao longo deste trabalho, o objetivo é concreto: reiterar a necessidade da integração entre campos do saber e setores fragmentados da classe trabalhadora, violentada e intencionalmente dominada de múltiplas formas pelo capital. Mas não fadada, como destino desenhado, à permanente subestimação sem luta, resistência, contestação.

A história presente-futura somente se apresenta como história porque narra o passado-presente das lutas sociais com maior ou menor teor de consciência política, mas sempre lutas. Na contradição entre capital-trabalho se recria a contestação e se potencializa sua superação; *quando, onde e como* se modificam na história. No entanto, o *quem* não muda: proprietários privados dos meios de produção e trabalhadores donos da força de trabalho.

Na filosofia da práxis o saber popular e o saber científico se integram e dão a tônica da expressão atual narrada pelo conteúdo das lutas cotidianas dos trabalhadores do campo e da cidade – no território nacional, continental e internacional –, com mais, ou menos, formação política para superação da consciência imediata, alienada, fetichizada, romantizada, consolidada pela histórica hegemonia do capital.

No teor do desenvolvimento desigual e combinado, a América Latina cumpre a função estratégica de subsidiar o progresso dos centros, frente à tendencial subordinação e subsunção de seus trabalhadores atrelados à espoliação da terra. A violenta história colonial gerou o capitalismo dependente latino-americano, ao mesmo tempo em que promoveu o desenvolvimento do capitalismo em geral.

Do entroncamento entre o geral e o particular do capital em seu movimento sobre América Latina, a superexploração da força de trabalho e a opressão objetiva-subjetiva, materializada nas práxis dominantes sobre os trabalhadores e trabalhadoras, expõe a herança histórica que, mediada por resistências, revolutas e revoluções, insiste em se manter, à custa de sangue, suor e lágrimas daqueles que produzem a riqueza material de forma social, ao mesmo tempo em que são diretamente excluídos da apropriação desta produção.

A herança colonial demarca no século XXI um passado que insiste fazer-se presente. Povos originários, africanos migrantes forçados, colonos pobres da Europa conformam a unidade do diverso da classe trabalhadora passada e presente. É sobre essas bases de um novo arraigado de forma estrutural no velho, que o desenvolvimentismo do século XX se desdobrou, sem conseguir romper, de fato, com as amarras que o tornavam dependente do capitalismo financeiro monopolista em geral.

A acumulação primitiva que no hemisfério Norte narrava um momento de transição entre modos de produção, na América Latina, apresenta, no presente, a história da propriedade e uso da terra enraizada no latifúndio monocultor produtor de excedente para fora e acumulador sem precedentes para dentro. O desenvolvimentismo explicita a continuidade da superexploração da força de trabalho e da expropriação e espoliação da terra inerente ao capitalismo dependente latino-americano. Na ordem do progresso do capital, campo e cidade compõem a orquestra nada harmoniosa da sintonia desigual do mesmo, originada das diversas dimensões técnicas e de produtividade nos diferentes territórios.

A trajetória do MST recupera a herança colonial dos lutadores do campo, mas se materializa na narrativa do progresso produzida pelo desenvolvimentismo em suas várias fases – nacional, internacionalista, neoliberal. Na luta pela terra e pela função social, a

reforma agrária denuncia a desigualdade no campo e as violências que a reproduzem na história e anuncia a demanda de manutenção da ordem ou superação da mesma. Ao longo de trinta anos, a luta do MST no campo e na cidade pôs em evidência desigualdades, necessidades, resistências e, como não poderia ser diferente, múltiplas contradições. A principal pauta-se no hoje de ser possível lutar fora da ordem, apropriando-se dentro dela, dos recursos emanados pelo governo federal como forma de cooptação direta, enfrentamento reduzido, sustentação de bases eleitorais.

No passado-presente da luta de classes na América Latina, novos-velhos movimentos se apresentam no cotidiano social repleto de substantivas e violentas desigualdades. No presente, a contradição de primeira ordem vivida pelo MST lhe exige escolha de rotas. Nem boas, nem más em si mesmas. Nem certas, nem erradas. Rotas complexas, contraditórias que exigem, no caminhar coletivo de um movimento de massas que ganhou uma atuação para além das cercas que rompia, paciência, cuidado e ousadia.

Paciência para medir os prós e os contras de sua eleição; cuidado para não tornar-se parasitário frente à acomodação pautada pelo capital e pelo Estado que, desde fora, aparenta contribuir para melhorias das condições dos trabalhadores do campo, quando em realidade, a assistência é inconciliável com a revolução; ousadia para negar o assistencialismo, negar a institucionalização e trilhar novos rumos de luta, colocando em marcha, nos corpos que o movimentam, outros horizontes realizáveis e possíveis para além do capital.

Creio que toda expectativa colocada nas ações do Movimento explicita seu protagonismo ao longo dos trinta anos, como referência para a classe trabalhadora. Ao assumir um papel central de contestação e construção coletiva de vários espaços entre o campo e a cidade, o MST tornou-se uma referência chave na formação de quadros, na articulação política, no internacionalismo, na pedagogia da terra, entre outros. Sua história deixou de ser somente camponesa e passou a narrar nossa história de classe no final do século XX e início do XXI. Entre o que o Movimento é, para si, e o que representa para nós, como classe, abrem-se outros complexos processos de mediação.

O PT criou um retrocesso na organização política da classe trabalhadora. Na ação assistencialista para os trabalhadores, de seus pactos hegemônicos de primazia da reprodução ampliada do capital, o ciclo PT instituiu um atraso resultante da fragmentação ainda maior na representação, articulação, unidade de esquerda. Para muitos de nós, o PT fez parte da história, mas não nos representa mais no processo contemporâneo entendido como instrumento de classe. Este não é o caso do MST. Entre a institucionalização e a cotidianidade

de múltiplas situações ao longo do Brasil, as bases acampadas e assentadas expõem uma complexidade relativa aos processos que o movimentam. Nessa desigualdade combinada inerente à particularidade do capitalismo dependente, os Movimentos no interior do MST nos dão a entender que ainda há margens para opções de retomada do projeto popular e de classe.

A opção na construção de caminhos depende de muitas variáveis. Mas é na opção que podemos entender a definição própria do sujeito protagonista da ação. O caminho da reforma agrária dentro da ordem não pode ser outro que não o que alimente o capital. O caminho da reforma agrária fora da ordem sedimenta, no tempo em que se vive, a reflexão passada-presente sobre a construção, não sem contradições, do socialismo. Nos caminhos deflagrados no enfrentamento com o capital, não existem três opções concretas de rotas a serem trilhadas. Há duas: 1) dentro da ordem; e 2) fora da ordem. Ou lutar e resistir, ou lutar e revolucionar. Entre esses dois universos de práxis, os sem terras acampados, assentados, em condições de sobrevivência muito abaixo do mínimo que lhes garanta viver com dignidade, somam-se aos sem tetos, sem emprego, sem moradia e narram, no século XXI, a aposta aberta do passado-presente do socialismo, ou não.

As escolhas realizadas pelo MST na totalidade do movimento que lhe corresponde, podem colocar em xeque o protagonismo representado na organização e unidade da classe trabalhadora brasileira. Mas isto não significa o fim da história, o fim das lutas e o fim do próprio movimento. Porque se de fim se trata, esse fim está dado pelo próprio movimento de barbárie instituído pelo capital. Desde outra perspectiva, o fim é sempre o início de algo na resistência, contestação e luta. Novos personagens tendem a entrar em cena. E com eles o velho não morre. Renasce e posiciona-se, em seu tempo, com convicção reivindicativa, reformista e/ou revolucionária na luta.

O desenvolvimentismo neoliberal da era PT tirou o MST de sua rota histórica contestatória principal (práxis da ocupação-formação), pelos motivos expostos neste trabalho. Basta saber se o MST será capaz de superar esta encruzilhada. A resposta não será tão simples, pois se manifesta no cotidiano de luta tal qual ela realmente ocorre nos assentamentos e acampamentos. Mais do que na condução política dirigida pelo Movimento organizado nas cidades. Entre um Movimento que segue camponês e um Movimento que se institucionalizou, abrem-se novos e complexos dilemas. Entre eles, a necessidade de retomada do projeto camponês, que se apresenta na reforma agrária popular, mas vai além dela.

O século XXI apenas começou. Passaram-se somente dezesseis anos. Acabou de debutar. A tendência é de longevidade, exposta no alto estágio de desenvolvimento técnico

científico de hegemonia dos venenos, dos farmo-químicos e dos jogos, drogas tecnológicas produtoras de aparentes encontros deste novo século. E na longevidade materializam-se lutas por sobrevivência que expõem a desigualdade combinada, reiterada entre as partes que conformam o todo do capital.

A história do banquete do *debut* do século XXI é narrada no presente-passado pela violenta concentração e centralização de riqueza em poucas mãos à custa de pobreza, miséria e exploração violenta do trabalho de muitos. Isto é o suficiente para explicitar o movimento permanente de rebeldia. Movimento que, em cada época, ganha um tom, imprime ritmos próprios, materializa renovadas contradições historicamente vividas na América Latina e no mundo.

Ao longo deste trabalho, cheguei a quatro elementos básicos que fundamentam as pesquisas futuras enraizadas nas trilhas abertas pelos lutadores sociais em cada momento histórico.

1) Desenvolvimentismo: entendido como expressão política, ideológica e cultural, dos desdobramentos do capitalismo na América Latina, que resultou na dependência estrutural sustentada na superexploração da força de trabalho e na opressão que lhe dá sentido;

2) Centralidade do trabalho: o século XXI não demarca o fim do trabalho, nem o torna menos visível nos processos de trabalho e de valorização. Pois se isto fosse verdade, teríamos chegado ao fim do modo de produção capitalista. Qualquer reordenamento na lógica de operação do capital renova as históricas formas de violência sobre e contra o trabalho. Mas não prescinde dele. Especificamente no capitalismo dependente latino-americano, a superexploração apresenta-se como o movimento que dá sentido ao capital em geral e de sua particular forma de produção e apropriação do valor;

3) Lutas Sociais e protagonismo da classe trabalhadora: as lutas sociais demarcadas pela luta de classes no Brasil foram imersas na “fantasia organizada” do “neodesenvolvimentismo”. Apresentado como se fosse algo diferente da era neoliberal, este projeto realizado arrefeceu a luta do principal movimento social dos últimos anos, o MST. E abriu, para este Movimento, novas encruzilhadas arraigadas em velhos processos inerentes ao capitalismo dependente brasileiro. Longe de ser o fim do Movimento, o fim da história e o fim da luta de classes, o momento atual é o de redefinição político-ideológica sobre os caminhos a seguir: a) retomada da práxis da ocupação-formação; ou b) continuidade da institucionalização;

4) Novos personagens em cena: Como narra a trajetória histórica do MST, novos, velhos, personagens entram constantemente em cena. À medida que avança a crise civilizatória do capital, abre-se a necessidade na convulsão social e histórica que representa da apresentação política de novos protagonistas contestatórios e revolucionários presentes ao longo da história. Os invisíveis, ao tornarem-se visíveis, movimentam para frente o possível e o impossível na determinação da luta de classes.

Colocar um ponto final é importante para continuar a construção coletiva e individual do conhecimento. É um fim inserido em um processo permanente de investigação, ação, diálogo entre os múltiplos companheiros de classe. E, no conteúdo que aborda, pretende realmente trazer elementos para o debate coletivo. Contribuir para a reflexão não é igual a querer que, os que leem, interpretem igual os elementos contidos neste trabalho. Como sujeito reflexivo, também estou aberta à reflexão. Se conseguirmos debater, em plena era de divergências separatistas, vai ter valido a pena o esforço. Afinal, este trabalho narra um processo histórico gerado no passado, vivido no presente e projetado para o futuro, mediados todos esses tempos pela luta de classes. Como processo, apenas aponta elementos que, nos poucos grãos de areia que representam, exige outros estudos, outras práxis, novos e mais substantivos encontros de saberes da classe trabalhadora.

Cabe uma última e importante observação. Os três capítulos foram todos abertos com citações das obras de Rosa Luxemburgo. No combate fervoroso ao reformismo tão caro à esquerda quanto o próprio desenvolvimento do capitalismo, esta intelectual orgânica expõe um ótimo panorama sobre porque é necessário combater os aparentes instrumentos mercantis, travestidos de reformas que acumulam para a revolução. O reformismo, ontem e hoje, além de fragmentar ainda mais a classe trabalhadora, tira-a da rota revolucionária, desfoca o sentido reflexivo do porquê lutar contra este sistema e freia a histórica construção do socialismo entendido como projeto viável, horizonte de sentido, para a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Niemeyer Junior (Org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2012.

AMARAL, Marisa Silva. **Dependência e superexploração do trabalho na América Latina em tempos neoliberais**. Anais do IV Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, 2005.

ARICÓ, José. **Marx y América Latina**. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2009.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México: Serie Popular Era, 2ª. edición, 1983.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular. 2013.

BARTRA, Armando. **O homem de ferro. Los limites sociales y naturales del capital**. México: Itaca, UAM, 2008.

_____. **El capital en su labirinto**. De la renta de la tierra a la renta de la vida. México: UAM Xochimilco, 2006

BATISTA JR, Paulo Nogueira. **Consenso de Washington**. 1994. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf. Acesso: 10/12/2015.

BENJAMIM, César. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BETHELL, Leslie. **História de América Latina**. Tradução castellana, Editorial crítica S.A. Vol. 1 a 16, 1991.

BIELSCHOWSKY, Ricardo.(Org.). **Cinquenta Anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL/Corecon, 2000.

_____, **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 5ª. edição, 2004.

BOAL, Augusto. **Teatro del Oprimido 1 y 2**. México, Caracas, Buenos Aires: editorial nueva imagen, 1985.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Bahia: Editorial Memorial das letras Ltda., 1999.

_____. **Teoria da organização política**. Tomo I. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____. **Teoria da organização política**. Tomo II. São Paulo: Expressão popular, 2006.

_____. **Achar um pretexto**. São Paulo: Jornal Brasil de Fato, junho/2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/28837>>. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: Por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese de doutorado apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2011.

BORON, Atilio, GAMBINA, Julio y MINSBURG, N. (org.) **Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina**. Argentina: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999.

BRECHT, Bertolt. **Teatro completo n. 4**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 3ª. edição, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, vol. 20, Nº 3, p. 5-24, julho-setembro 2006.

BRUKMANN, Monica. **Recursos Naturales y la geopolítica de la integración sudamericana**. Buenos Aires: Rebelion, 2011. Disponível em: <<http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

BUENO, Fábio e TRASPADINI, Roberta. **Lênin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI**. Florianópolis, Revista Rebelia, Vol. 4, n. 2, 2014.

CALDART, Roseli Salet. **Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CARCANHOLO, Marcelo. **Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula**. In: **Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003- 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 109-132, 2010a.

_____. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. In: Rodrigo Castelo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, p. 119-141, 2010b.

_____. **Dialética do desenvolvimento periférico. Dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. Revista de Economia Contemporânea, v. 12, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. **Essência e aparência**. São Paulo: Editora Expressão Popular, Vol. I, 2014.

_____. **Smith, Ricardo e Marx. Sobre a teoria valor trabalho**. Vitória: Edufes, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **Historia Económica de América Latina, Volume I - Sistemas agrários e historia colonial**. BARCELONA (Espanha): Editorial Crítica, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. PETROPÓLIS: Vozes, 1979.

_____. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **O trabalho na América Latina colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

_____. **O trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo: Ática, 1985ª.

_____. **Escravo Ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro Nas Américas.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique y FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en la América Latina.** Santiago del Chile: ILPES. 6ª Edición , 1981.

_____. **Discursos dos Presidentes da República,** 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/fhc%201995.pdf>. Acesso em 07 de dezembro de 2015.

CASASSOLLA, **Mirada y memoria. Los archivos fotográficos Casasola.** México 1900-1940. Ciudad de México: INAH, 2004.

CASTELO, Rodrigo (org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: A Fome no Brasil.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

_____. **O Livro Negro da Fome.** São Paulo: Brasiliense, 1956.

CECEÑA, Ana Esther, AGUILAR, Paula e MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA).** Buenos Aires: Observatório latino-americano de geopolítica. 1a ed., 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Adm/Downloads/download.pdf>. Acesso: 10 de janeiro 2015.

CHASNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1949.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, 2014. Disponível em: <http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

CONTAG. **A política agrícola do Governo e os conflitos de terra no Brasil, 1981.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/pol%C3%ADtica-agr%C3%A1ria-do-governo-e-os-conflitos-de-terra-no-brasil>>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **La industrialización de los programas tecnológicos.** México: Publicación de las Naciones Unidas, 1954.

_____. **Transformación productiva con equidad.** México: Publicación de las Naciones Unidas, 1996.

_____. **Tendencias y patrones de la migración latinoamericana y caribeña hacia 2010 y desafíos para una agenda regional.** Chile: Série población y desarrollo, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Revista Conflitos no campo, Brasil, 2000.** Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/250-conflitos-no-campo-brasil-2000>>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

_____. **Balço da questão agrária no Brasil em 2015.** Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3044-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2015>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

COMITÊ PARA ANULAÇÃO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO (CADTM). **Os números da dívida. 2015.** Disponível em: <<http://cadtm.org/Os-Numeros-da-Divida,11274>><http://cadtm.org/Os-Numeros-da-Divida,11274>>. Acesso em 05 de setembro.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2ª. edição, 2011.

_____. **GRAMSCI um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

CUEVA, Agustin. **El desarrollo del capitalismo en América Latina. Ensayo de interpretación histórica.** México: Siglo XXI editores, 1990.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 1985.

_____. **A questão agrária no Brasil. 1950-2003.** Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

DOBB, Maurice. **Estudios sobre el desarrollo del capitalismo.** Madrid: Siglo XXI editores, 1976.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia.** México: Ediciones Era, 1978.

_____. **La teoría de la dependencia: balance y perspectivas.** México, Plaza y Janés Editores, 1987.

_____. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente.** Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo.** Sao Paulo: Editora Paz e terra, 1999.

DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx. Um comentário a los Grundrisse.** México: Siglo XXI editores, 1985.

_____. **Filosofia da libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão.** São Paulo: Editora Paulus. 2ª edição, 1995.

ECHEVERRÍA, Bolivar. **Definición de la cultura.** México: Editorial Itaca, 2000.

_____. **La modernidad de lo barroco.** México: Editora Era, 2ª. Edición, 2000a.

ENGELS, Fredrick. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**, 1876. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso: 10 de outubro de 2015.

FAJNZYLBER, Fernando. **La industrialización trunca**. México: Editorial Nueva Imagem, 1983.

_____. “Industrialización en América Latina: De la caja negra al casillero vacío”. IN: **Cuadernos de la Cepal**. Santiago: Publicación de las Naciones Unidas, Revista nº 60, 1990.

FANNON, Franz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de cultura económica, 1963.

FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. **Brava gente**. 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: 2000.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. **Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã editora, 1995.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global editora, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz, GONÇALVES, R.A **Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2007.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. **A miséria do “novo desenvolvimentismo”**. São Paulo: Jornal Valor Econômico, 30 de novembro, 2011.

FIRMIANO, Frederico. **O padrão do desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Araraquara, 2014.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América latina**. México: Siglo XXI, 1973.

_____. **América Latina: Subdesarrollo o revolución**. México: Siglo XXI editores, 1973a.

FREIRE, Paulo. **La importancia de leer y el proceso de liberación**. México: Siglo XXI editores, 1984.

_____. **Pedagogía de la esperanza**. México: Siglo XXI editores, 4ª. edición, 1999.

_____. **Pedagogía del Oprimido**. México: Siglo XXI editores, 54ª. edición, 2002.

FROMM, Eric. **El corazón de los hombres**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. **¿Tener o ser?** México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Programa de Governo 2002. Coligação Lula Presidente.** Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

_____. **13 pontos da proposta de governo, 2012.** <<http://novo.fpabramo.org.br/taxonomy/term/2775>>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

FURTADO Celso. **O mito do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 1983.

_____. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina.** México: Siglo XXI editores, 1999.

GERMER, Claus. **Tecnologia na agricultura.** Aspectos teóricos. Maringá, 1981.

GIRARDI, Eduardo. **Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa.** Rio de Janeiro: UFF, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Eduardo%20Paulon%20Girardi.pdf>>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

GOLDENSTEIN, Lidia. **Repensando a dependência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Globalização e desnacionalização** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, No. 31, p. 5-30, fevereiro 2012.

_____. **Desenvolvimento às avessas.** Rio de Janeiro: Boitemo, 2014.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1980

_____. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Tomos I a VI. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Editora Loyola, 2003.

HELLER, Agnes, **O cotidiano e a história.** São Paulo: Summos, 1990

_____. **Crítica a ilustración.** Barcelona: editorial Peninsula, 2ª edición, 1999.

HIRSCHMAN, Albert. **A economia política da industrialização na América Latina**. Rio de Janeiro: Dados, nº 05, pp. 113-143, 1968.

HOBBSBAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1986.

_____. **O Novo século**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

HOLLOWAY, Jhon. **Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy**. Buenos Aires: Revista Herramienta, 2002.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza dos Estados Unidos. Nós o povo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1978

_____. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro, Zahar editora, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. América Latina: 2011 conflitos por mineração. São Paulo: IBASE, 2014. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/mais-de-211-conflitos-por-mineracao-na-america-latina/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

_____. **Censo agropecuário série histórica, 2007**. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-agropecuarios.html>>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP. Retrato da terra: **perfil sócio-econômico dos assentamentos do Estado de São Paulo - 96/97**. São Paulo: ITESP, 1998. (Cadernos ITESP), 1998. Disponível em: <www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/retrato_da_terra_9697.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agrária**. México: Siglo XXI editores, 1974.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., Coleção os Economistas, 1996.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da praxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1992.

KOROL, Claudia. **Caleidoscópico de rebeldias**. Buenos Aires: Ediciones América Libre, 2006.

KOSIK, K. (1967). **Dialéctica de lo concreto**. México, editorial Grijalbo, 1967.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Estado e revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007

_____. **O imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2012.

LENKERSDORF, Carlos. **Indios somos con orgullo: poesía maya-tojolabal**. México: Universidad Autónoma de México, reimpressão, 1ª. rimpressão, 2003.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. Rio de Janeiro: Revista serviço social e sociedade, n. 52, ano XVIII, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Buenos Aires: Editora Eudeba, 1970.

LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

LOWY, Michel. **O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

_____. **Revoluções**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2009.

LUCE, Mathias. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011.

MANDEL, Ernest. **Tratado de economia marxista**. México: Editora Era. Tomos I e II, 4ª. edição, 1974.

_____. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Abril cultural. Coleção os Economistas, 1982.

_____. **Escritos** [ernestmandel.org](http://www.ernestmandel.org). Disponível em: [<http://www.ernestmandel.org/es/escritos/>](http://www.ernestmandel.org/es/escritos/). Acesso: 10 de janeiro 2016. Acesso em 5 de julho de 2015.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 8ª edição. 1995.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARCUSE, Herbert. **El hombre unidimensional.** España: Ariel, 5ª. reimpresión, 2001.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana.** México: Ediciones Era, 5ª. Reimpresión, 2002.

MARINI, Ruy Mauro y MILLÁN, Mária. **La teoría social latinoamericana** - 3 tomos. México: Ediciones El Caballito, 1994.

MARINI, Ruy Mauro. (**Las razones del neodesarrollismo Respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra**), IN: Revista Mexicana de Sociología . México: Año XL/vol. XL, 1978.

_____. **Subdesarrollo y revolución.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1983.

_____. **La crisis del pensamiento latinoamericano y el liberalismo – IN: "América Latina: hacia una nueva teorización "** - organizador: Fernando Carmona de la Peña - Ed. Instituto de Investigaciones Económicas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini vida e obra.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2ª. Edição, 2011.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balço do debate: A transição do feudalismo ao capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

_____. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Fronteiras. A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Cativeiro da terra.** São Paulo: Editora Contexto, 9ª. edição, 2010.

_____. MARTINS, Horácio de Carvalho. **O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Editora Avante, 1997.

_____. **La ideología alemana**. Montevideo: ediciones de cultura popular S.A, 1958.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A, 1989, Livros I, II III e IV.

_____. **El capítulo VI inédito**. México: Siglo XXI editores, 15ª. edición, 2000.

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. (Grundrisse) 1857-1958**. México: Siglo XXI editores, 14ª. Edición, 2002.

_____. **Contribución a la crítica de la economía política**. México: Siglo XXI editores, 7ª. Edición, 2003.

MELLO, João Manoel Cardoso. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense. 9ª edição, 1994.

MÉSZÁROS, Istvan. **La teoria de la enajenación de Marx**. México: Ediciones era, 1978.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Editora Ensaio. Cadernos Ensaio n. V, série pequeno formato, 1989.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O século XXI. Socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLASSOUX, Claude. **Mujeres, granaderos y capitales**. México: Siglo XXI Editores, 1977.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de formação n. 01.1985a**. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Caderno de formação n. 17, Plano Nacional do MST, 1989** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Caderno de formação n. 30**. Gênese e desenvolvimento do MST. 1998. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Caderno de formação n. 33**. MST, Latifúndio o pecada agrário brasileiro. 2000b. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2033.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Nossa proposta de Reforma Agrária Popular.** - São Paulo: MST, 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7708>>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

_____. **Seguindo a canção.** São Paulo: MST, 2002.

_____. **Lutas e conquistas.** - 2ª edição. - São Paulo: MST, 2010. <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

_____. **Construindo o caminho.** São Paulo: cadernos didáticos do MST, 2001. <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

_____. **Cartilha de estudo comemorativa dos 20 anos,** 2004. <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

_____. **Cartilha preparatória para o VI Congresso,** 2012. Disponível em: Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

_____. **Carta aos colonos, 1981.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2016.

_____. **Jornal sem terra, edição especial do I Congresso, “20 anos do Estatuto da Terra: Aniversário sem festa”,** 1984. Disponível em: <<https://issuu.com/paginadomst>>. Acesso em 03 de maio de 2015.

_____. **Jornal Sem Terra, Edição dezembro/1984a.1985 vai ser diferente.** Disponível em: <<https://issuu.com/paginadomst>>. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Jornal Sem Terra, edição dez/jan. 1985, Sem terra não há democracia.** Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em 07 de janeiro de 2016.

_____. **Programa agrário do MST,** 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Jornal Sem Terra. Ed. Fev/mar 1990a, MST, rumo ao segundo congresso nacional.** Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. Jornal Sem Terra. Ed. Abril/maio 1990. **Congresso histórico**. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. Jornal Sem Terra. Fev/2000. **Ocupar terra não é crime**. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=5426&Pesq=>>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. Jornal Sem Terra. Set/2000a. **Sem terras de todo o país acampam em Brasília**. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

_____. Jornal Sem Terra. Ed. Set/2004a. **Brasileiros unidos no grito por soberania e justiça social**. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

_____. Jornal Sem Terra. Ed. Dez/2004b. **Movimentos se articulam no fórum da reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

_____. Jornal Sem Terra. Ed. Jun/2007. **MST realiza seu V Congresso**. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

_____. **Revista Sem Terra**. Ed. Jun/ag/set 1997. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=5426>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

_____. **Revista Sem Terra**. Ed. Abril/2000a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=6013>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

_____. **Revista Sem Terra**. Ed. Jun/2007a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=15156>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

_____. **Nossa proposta de Reforma Agrária Popular**. - São Paulo: MST, 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7708>>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

_____. **Seguindo a canção**. São Paulo: MST, 2002.

MYRDAL, Gundar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**, São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2014/3_Oliveira_modo_capitalista.pdf>. Acesso: 02 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perfil do trabalho decente no Brasil**, 2009. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

OSÓRIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia**. México: UAM, 2004.

_____. **O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

PAULA, João Antônio de. A longa servidão: a trajetória do capitalismo no Brasil. IN: PAULA, João Antônio de (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. São Paulo: editora autêntica, 2005.

PINTO, José. **Caminhos alternativos**, 2002. Disponível em: <<https://www.ouvirmusica.com.br/ze-pinto/1941597/>>. Acesso em 03 novembro de 2015.

POLANYI, Karl. **La gran transformación**. México: Editora JP, 1975.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência contemporânea**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. IN: **Boletín económico de América Latina**, Vol. VII, nº 1 (primera versión 1949), 1962.

_____. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1968.

PINASSI, Maria Orlanda. Brasil. **(Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?** Herramienta Web, nº 13, Jun 2013. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revistaweb/herramienta-web-13>>. Acesso em: 14 de novembro de 2013.

_____. **O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política**. In: Revista Herramienta, Nº 46, março de 2011, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentossociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

_____. **Balanco dos 30 anos do MST.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://contrahegemoniaweb.com.ar/balanco-dos-30-anos-do-mst/>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

REVISTA FORBES. **As 500 maiores empresas do mundo em 2015.** Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/listas/2015/05/25-maiores-empresas-do-mundo-em-2015/>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., Coleção os Economistas, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **El dilema de América Latina: estructuras de poder y fuerzas insurgentes,** Siglo XXI editores, 2ª. Edición, 1984.

RODRIGUEZ, Octávio. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROSTWOROWSKI, Maria. **Historia del Tahuantinsuyu.** Peru, 1988.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SADER, Emir. (Org.). **Lula e Dilma. 10 anos de pós neoliberalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Boitempo/Flacso, 2013.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exclusão do trabalho na América Latina.** Sao Paulo: Boitempo, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Editora Record, 2000.

SARTRE. Jean Paul. **Crítica à razão dialética.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia.** México: Ediciones Era, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). Caderno n. 2. Educação do Campo: **Diferenças mudando paradigmas.** Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>>. Acesso em 05 de janeiro de 2016.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica.** Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SILVA, José Graziano. E STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária.** São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

_____. **Progresso técnico e Relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SILVA, Roberta Maria Lobo. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações. Investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Economistas, Tomos I e II, 1996.

SOUZA, Nilson Araújo. **Economia Internacional Contemporânea**. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

SOTELO, Adrián. **La reestructuración del mundo del trabajo. Superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**. México: ITACA/ENAT, 2003.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil (1). O debate tradicional: 1500-1950**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil. (2). O debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária hoje (Coord.)**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS/ Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), 1994.

_____. **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SWEEZE, Paul (Org.). **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª. edição, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 11ª edição, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. **Desajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

THOMPSON, Eduard. **Tradición, revuelta y conciencia de clases: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editora, Crítica, 3ª. Edición, 1989.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Rio de Janeiro, Vozes, 2010

TONET, Ivo. **Modernidade, pós modernidade e razão, 2006**. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=KNSxVrmrLYSX8QearajDw#q=Ivo+Tonet+p%C3%B3s+modernidade>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

TRASPADINI, Roberta e MANDARINO, Thiago. **Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: Continuidade e/ou ruptura?** ANPOCS, 2014.

TRASPADINI, Roberta e MURVILLE, Fábio. **Lênin e a interpretação do Imperialismo nos séculos XX e XXI** Florianópolis: Revista Rebel, vol. 4 n. 2, 2014. Disponível em: <<http://rebel.emnuvens.com.br/pc/search/search?simpleQuery=roberta+traspadini&searchField=query>>. Acesso: 10 de janeiro de 2016.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Editora Outras expressões, 2014.

_____. **Movimiento de los trabajadores rurales sin tierra de Brasil. Um exemplo de escola de resistencia com proyecto de liberación em América Latina**. UNAM: Revista Pensares y quehaceres, 2008.

_____. **Paulo Freire e a pedagogia do oprimido: entre a violência da dominação e a potência de libertação**. México: UNAM, Revista Pensares y quehaceres, n. 2 nov/2005 a agosto/2006.

VÁSQUÉZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2007.

_____. **De Marx al marxismo en América Latina**. México: Itaca, 1999.

VUYK, Cecilia. **Subimperialismo brasileiro y dependencia del Paraguay. Los intereses económicos detrás del golpe de Estado de 2012**. Asunción: Cultura y Participación, CYP, 2014.

_____. **Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual**. Buenos Aires: CLACSO
<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8967.dir/VuykTrabajoFinalCLACSO2013.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

VIGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WASSEMAN, Claudia. **A formação do Estado nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países** – In: *História da América Latina: Cinco Séculos*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 1996.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo. La renovación del materialismo histórico**. México: Siglo Veinteuno editores, 2000.